



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO/FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE ESTUDOS, PESQUISA E FORMAÇÃO EM
POLÍTICAS E GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E CIDADANIA**

EWERTON DE SANTANA MONTEIRO

**“Nem bandido, nem herói. Policial é trabalhador”:
O movimento de Policiais Antifascismo e as polícias na política**

Salvador

2022

EWERTON DE SANTANA MONTEIRO

**“Nem bandido, nem herói. Policial é trabalhador”:
O movimento de Policiais Antifascismo e as polícias na política**

Dissertação apresentado à banca de Mestrado do Curso de Pós-Graduação em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, do Programa de Estudos, Pesquisa e Formação em Políticas e Gestão de Segurança Pública, da Universidade Federal da Bahia.

Orientador: Prof. Dr. Milton Júlio de Carvalho Filho

Salvador

2022

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M775 Monteiro, Ewerton de Santana
“Nem bandido, nem herói. Policial é trabalhador”: o movimento de policiais antifascismo e as polícias na política / Ewerton de Santana Monteiro. – 2022.
184 f. : il., color. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Milton Júlio de Carvalho Filho.
Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito; Universidade Federal da Bahia – Escola de Administração, Salvador, 2022.

1. Polícia. 2. Fascismo. 3. Policiais - Política. 4. Policiais - Política militar. 5. Segurança pública. I. Carvalho Filho, Milton Júlio de. II. Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Direito. III. Universidade Federal da Bahia – Escola de Administração. IV. Título.

CDD – 342.0418

Biblioteca Teixeira de Freitas, Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia

FOLHA DE APROVAÇÃO

EWERTON DE SANTANA MONTEIRO

“Nem bandido, nem herói. Policial é trabalhador”: O movimento de Policiais Antifascismo e as polícias na política

Dissertação apresentado à banca de Mestrado do Curso de Pós-Graduação em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, do Programa de Estudos, Pesquisa e Formação em Políticas e Gestão de Segurança Pública, da Universidade Federal da Bahia.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Milton Júlio de Carvalho Filho – Orientador
Doutor em Ciências Sociais (Antropologia) pela Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo
(Professor da Universidade Federal da Bahia)

Prof. Dr. Anderson Duarte Barboza – Membro externo
Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará
(Professor da Academia de Polícia Militar do Ceará)

Prof. Dr. Rafael de Aguiar Arantes – Membro interno
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da
Bahia (Professor da Universidade Federal da Bahia)

Aprovado em: ____/____/____, Salvador, Bahia

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento é inegavelmente para a família. Minha mãe, Dona Jô (em especial, obviamente), e os meus irmãos, Eweron, Mabel (também especialmente, afinal, mentora) e Mylla. Aos meus sobrinhos Pietro, Valentina, Lion e Kauã.

Aos meus colegas de turma. Todos eles, mas principalmente ao Amadú Victor, a Lene Andrade, o JP Souza, André Meireles, Fábio Santana (in memoriam), Luís Antônio, Celso Sant'Anna, a querida Andrea Mércia (in memoriam), Cleide Ramos e Crisna Rodrigues.

Dedico a todos os professores que fizeram parte da minha trajetória, e que tornaram possível de muitas formas que eu estivesse aqui. A Universidade Federal da Bahia – UFBA. Universidade pública, gratuita, laica e de qualidade! Seus quadros técnicos e, óbvio, seus professores e professoras. Especialmente, o pessoal do PROGESP, Dôra, Taiala, e, claro, os professores do Programa, todos, mas, sobretudo, as professoras Ivone, Íris, Andrija, Odilza e Mariana; os professores Horácio, Cappi, e Milton Júlio. Milton, meu querido orientador, sempre paciente, perspicaz e inteligentemente engraçado. Agradecimento especial também à minha banca, composta pelos professores Anderson Duarte e Rafael Arantes.

Gostaria de agradecer também aos interlocutores, os entrevistados, que cederam seus relatos de vida, para dar corpo e vida a este trabalho. Sem vocês seria muito difícil. Lutemos para que esta não seja a última geração a desfrutar dessa conquista social que é a universidade pública. Avante!

Agradeço ainda aos meus amigos e amigas de infância, o pessoal do trampo (57° e Cavalaria), especialmente os colegas da Equoterapia. Os amigos e amigas antifas e anarquistas, alô Gutão! (UFRB) Pessoal das redes sociais Aline Passos (SE), Gabi (PR), Henrique (e todo o grupo do facebook Zé Gotinha), o Gabriel Divan (RS), Pedro Machado, Paulo Henrique (MA), Maurício Rufino (RJ), Sabrina e Samuel (DF), Alex Agra... São tantos. Os grupos de *wpps*, Fraternitas (Paulo, Edu, Evan e Deni), Metanoia e Delphos.

Agradeço, obviamente, aos colegas policiais, entre eles o camarada Zaccone, Walber, Fabrício e Kleber Rosa e Nilson Crusué, o Dalchem, a Eva, Denílson, os irmãos Wyllis (George e Ricardo), Luiz, Fábio, Ronald, Daniel, Ana, Elaine, Nanda, Oséias, Carlos... Enfim, todos os companheiros e companheiras dos coletivos de policiais progressistas, e Policiais Antifascismo. Esta é uma homenagem a vocês (in memoriam do “*puli antifa*”, João Maria Figueiredo). Obrigado!

*“O vosso tanque, general, é um carro forte.
Derruba uma floresta, esmaga cem homens.
Mas tem um defeito:
- Precisa de um motorista.
O vosso bombardeio, general, é poderoso:
Voa mais depressa que a tempestade.
E transporta mais carga que um elefante.
Mas tem um defeito:
- Precisa de um piloto.
O homem, meu general, é muito útil:
Sabe voar, sabe matar.
Mas tem um defeito:
- Sabe pensar.”*

Bertold Brecht

RESUMO

Há algum tempo muitos trabalhos sobre polícia e militares vêm sendo produzidos pela academia. E não deveria ser diferente, já que a participação destes agentes na vida pública e política do país sempre foi uma constante, pois, militares e policiais estão presentes em quase todos os eventos importantes da vida política do Brasil. Assim, mais recentemente, entre os anos de 2018 e 2022, militares e policiais retomaram o protagonismo, e voluntariamente ou não, se elegeram e ajudaram a eleger uma legião de políticos conservadores e à direita, tanto no executivo, quanto no legislativo federal, estadual e municipal. Na contramão dessa perspectiva ideológica, predominantemente difundida dentro e fora das corporações, que, no geral, legitimam discursos e ações repressivas recrudescidas, um grupo de policiais “defensores dos direitos humanos”, e que buscam a reestruturação do atual modelo de segurança pública, passaram também a disputar o debate público sobre segurança pública, política criminal, polícia e política. Chamados pejorativamente por outros policiais, militares e políticos conservadores e de direita de “melancias”, ou de “policiais esquerdistas”, alguns se associaram em um coletivo autodenominando: Policiais Antifascismo. Assim, embora as inúmeras e diversificadas pesquisas sobre polícia e militares, o espectro à esquerda, sobretudo policial, comporta novos olhares, ainda mais se tratando do grupo em questão, pois talvez o trabalho esteja entre os que inauguram o debate sobre o objeto especificamente. Deste modo, nossa pergunta de partida quis saber como se dá a inserção e a forma de participação desses policiais no Movimento de Policiais Antifascismo. O objetivo geral visou compreender qual debate público o grupo pretende estabelecer. Especificamente quisemos também compreender se há e quais são, caso haja, as contradições ideológicas do movimento; analisar as condições materiais de existência; conhecer como se dá a inserção e analisar como se caracteriza a narrativa antifascista de seus integrantes. Na metodologia aplicamos a abordagem qualitativa, que teve como método a “análise de conteúdo”, elaborada a partir do uso da “técnica de entrevistas qualitativas em profundidade”. Assim, essa pesquisa intentou contribuir com processo que demonstra que, desde outrora, policiais e militares são e estão politizados, e das mais diversas formas envolvidos na política. Além de visar contribuir com o debate, e pôr em perspectiva, as categorias da Esquerda Militar e da Esquerda Policial.

Palavras-chaves: polícia; antifascismo; fascismo; política.

ABSTRACT

For some time, many works on police and military have been produced by the academy. And it should not be different, since the participation of these agents in the public and political life of the country has always been a constant, since the military and police are present in almost all the important events of the political life of Brazil. Thus, more recently, between 2018 and 2022, the military and police resumed their protagonism, and voluntarily or not, were elected and helped to elect a legion of conservative and right-wing politicians, both in the executive and in the federal and state legislatures and municipal. Against this ideological perspective, predominantly widespread inside and outside corporations, which, in general, legitimize recrudescing discourses and actions, a group of police officers “defenders of human rights”, and who seek to restructure the current model of public security, passed also to compete in the public debate on public security, criminal policy, police and politics. Pejoratively called “watermelons” or “leftist police” by other conservative and right-wing police, military and politicians, some joined a collective calling themselves: Antifascism Police. Thus, despite the innumerable and diversified research on the police and the military, the spectrum on the left, especially the police, involves new perspectives, even more so when it comes to the group in question, as perhaps the work is among those that inaugurate the debate on the object specifically. In this way, our starting question wanted to know how these police officers are inserted and how they participate in the Antifascism Police Movement. The overall objective was to understand which public debate the group intends to establish. Specifically, we also wanted to understand if there are and what, if any, are the movement's ideological contradictions; analyze the material conditions of existence; to know how insertion takes place and to analyze how the anti-fascist narrative of its members is characterized. In the methodology, we applied the qualitative approach, which had as a method the “content analysis”, elaborated from the use of the “technique of in-depth qualitative interviews”. Thus, this research tried to contribute to a process that demonstrates that, since ancient times, police and military are and are politicized, and in the most diverse ways involved in politics. In addition to aiming to contribute to the debate, and put into perspective, the categories of the Military Left and the Police Left.

Keywords: police; antifascism; fascism; policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: <i>Fascio</i> – adotado como símbolo pelo movimento fascista italiano.....	22
Figura 2: <i>Sigma</i> – símbolo adotado pelo movimento integralista brasileiro.....	37
Figura 3: <i>Anauê!</i> – A saudação à bandeira azul (foto em p/b) com o sigma no centro.....	38
Figura 4: <i>Bandeira Antifa</i> – as bandeiras comunista (vermelho) e anarquista (preto) sobrepostas.....	43
Figura 5: Livros sobre o confronto entre integralistas (AIB) e antifascistas (FUA) na Praça da Sé (SP).....	48
Figura 6: Pintura retrata polícia contendo ataque a comboio de cargas.....	50
Figura 7: <i>Capitão-do-mato</i> conduzido negro escravizado.....	56
Figura 8: <i>João Cândido</i> – o “Almirante Negro” lendo as reivindicações dos marinheiros amotinados.....	58
Figura 9: Cartaz de publicidade do IBAD.....	63
Figura 10: Cartaz da Academia Militar Mirim e de funcionários de empresa de energia perfilados.....	70
Figura 11: Presidente Lula em revista as tropas que atuariam na Minustah.....	80
Figura 12: Jornal O Globo noticiando Operação Rio e em 2018, noticiando Intervenção Federal.....	82
Figura 13: Tuite do general Villas Bôas sobre o julgamento do HC de Lula pelo STF.....	87
Figura 14: Seminário da LEAP Brasil (EMERJ).....	96
Figura 15: Cartaz do seminário da LEAP Brasil (EMERJ).....	97
Figura 16: Símbolo do Coletivo Sindical Sankofa e Brasão da Leap.....	98
Figura 17: Brasão do Movimento dos Policiais Antifascismo.....	100
Figura 18: Manifesto do Movimento de Policiais Antifascismo.....	101
Figura 19: Foto do 1º Seminário do MPAF, na OAB/RJ.....	108
Figura 20: Cartaz do 1º Congresso Nacional do MPAF.....	109
Figura 21: Nuvem de palavras 01.....	126
Figura 22: Nuvem de palavras 02.....	129
Figura 23: Organograma MPAF.....	134
Figura 24: Nuvem de palavras 03.....	135
Figura 25: Nuvem de palavras 04.....	136
Figura 26: Nuvem de palavras 05.....	136
Figura 27: Homenagem do MPAF ao policial antifa Marcelo Arruda.....	150

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
AC	Acre
ACCALE	Associação Cívica Cultural Aracy Lopes Estrella
AF	Action Française
AI	Atos Institucionais
AIB	Ação Integralista Brasileira
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
AMFNB	Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil
ANDE	Ação Nacionalista Democrática
ANL	Aliança Nacional Libertadora
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BA	Bahia
BBC	British Broadcasting Corporation
BMRN	Bombeiro Militar do Rio Grande do Norte
CAC	Caçadores Atiradores Colecionadores
CE	Ceará
CF	Constituição Federal
CIA	Central Intelligence Agency
CIE	Centro de Informações do Exército
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNN	Cable News Network
CNV	Comissão Nacional da Verdade
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DH	Direitos Humanos
DF	Distrito Federal
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
DSND	Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento
DW	Deutsche Welle
EB	Exército Brasileiro
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EME	Estado-Maior do Exército
EMERJ	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro
EMFA	Estado-Maior das Forças Armadas
ESAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FAB	Forças Armadas Brasileiras
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FFAA	Forças Armadas
FIB	Frente Integralista Brasileira
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FLN	Frente de Libertação Nacional
FN	Frente Nacionalista

FNE	Frente Negra Brasileira
FNS	Frente Negra Socialista
FUA	Frente Única Antifascista
GESTAPO	Staatspolizei
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
GR	Guerra Revolucionária
GRD	Gumercindo Rocha Dórea
GSI	Gabinete de Segurança Institucional
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IGPM	Inspetoria Geral de Polícias Militares
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
LC	Lei Complementar
LC	Liga Comunista
LEAP	Law Enforcement Against Prohibition
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais e outros
MA	Maranhão
MAR	Movimento da Ação Revolucionária
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MIL-B	Movimento Integralista e Literalista Brasileiro
MMFDH	Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
MPAF	Movimento dos Policiais Antifascismo
MR-8	Movimento Revolucionário 08 de Outubro
MR-26	Movimento Revolucionário 26 de Março
MS	Mato Grosso do Sul
MVSN	Milizia Volontaria per la Sicurezza Nazionale
NWC	National War College
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPS	Office of Public Safety
OVRA	Organizzazione per la Vigilanza e la Repressione dell'Antifascismo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAF	Policiais Antifascismo
PAI	Partido de Ação Integralista
PB	Paraíba
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBA	Polícia Civil da Bahia
PCERJ	Polícia do Estão do Rio de Janeiro
PCES	Polícia Civil do Espírito Santo
PCRS	Polícia Civil do Rio Grande do Sul
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PF	Polícia Federal
PFN	Partido Nacional Fascista
PI	Piauí
PL	Partido Liberal
PM	Polícia Militar
PMAM	Polícia Militar do Amazonas
PMB	Partido Militar Brasileiro

PMBA	Polícia Militar da Bahia
PMCE	Polícia Militar do Ceará
PMES	Polícia Militar do Espírito Santo
PMERJ	Polícia Militar o Estado do Rio de Janeiro
PP	Partido Progressista
PR	Paraná
PR	Partido da República
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PRN	Partido da Renovação Nacional
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PRP	Partido da Representação Popular
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Socialista Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
RENOSP	Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública
RJ	Rio de Janeiro
RO	Rondônia
RR	Roraima
RS	Rio Grande do Sul
SA	Sturmabteilung
SE	Sergipe
SEI	Secretaria de Estudos Interamericanos
SENAD	Secretária Nacional Antidrogas
SENASP	Secretária Nacional de Segurança Pública
SEP	Sociedade de Estudos Políticos
SEOPI	Secretaria de Operações Integradas
SESI	Serviço Social da Indústria
SNI	Serviço Nacional de Informação
SOE	Serviço de Operações Especiais
SS	Schutzstaffel
SUS	Sistema Único de Saúde
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
STF	Supremo Tribunal Federal
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFM	Universidade Federal do Maranhã
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRJ	Universidade federal do Rio de Janeiro
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	United States Agency for International Development
USP	Universidade de São Paulo
UTG	União dos Trabalhadores Gráficos
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária
VPR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
QUESTÃO NORTEADORA DESSE ESTUDO E SEUS OBJETIVOS	16
METODOLOGIA	17
1 FASCISMO: AS ORIGENS	22
1.1 FASCISMO ONTEM E HOJE: TEORIAS E CONCEITOS	25
1.2 FASCISMO NO BRASIL: O INTEGRALISMO	35
1.3 ANTIFASCISMO: ONTEM, HOJE E SEMPRE	42
2 POLÍCIA E FASCISMO	49
2.1 POLÍCIA, MILITARES E DOCTRINAS DE SEGURANÇA ANTICOMUNISTAS E FASCISTIZADAS NO BRASIL	54
2.2 (HIPER) MILITARIZAÇÃO E INTERVENÇÃO NA SEGURANÇA PÚBLICA DE UMA DEMOCRACIA PRECÁRIA	68
2.3 UM PARTIDO (MILITAR) FARDADO X UMA ESQUERDA (MILITAR) POLICIAL	83
3 POLICIAIS ANTIFASCISMO: HISTÓRIA E INTEGRANTES	95
3.1 QUEM SÃO OS POLICIAIS ANTIFASCISMO?	99
3.2 OS POLICIAIS ANTIFASCISMO EM DEBATE	107
3.3 CONTRADIÇÕES E EXISTÊNCIA MATERIAL	112
4 OS POLICIAIS ANTIFASCISMO: MILITÂNCIA E PERSPECTIVA POLÍTICA	115
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	158
APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTA	180
APÊNDICE II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	183

“Viemos preparados para almoçar soldados”

Bruno Gouveia & Miguel Cunha

INTRODUÇÃO

Os estudos e as pesquisas dedicadas à participação de policiais, e militares, sobretudo na vida pública e política brasileira são muitos e são diversificados em termos de perspectivas, de fontes, de métodos e de formas desde sua ocorrência inicial, no fim do século XVIII¹ e início do XIX. Tamanha quantidade e diversidade, obviamente, suscitariam também divergências, principalmente quanto à participação destes agentes nos rumos da vida política e social. Contudo, essa diversidade é um tanto quanto limitada sob dois aspectos: o caráter político em que se situam esses agentes, mormente focados na perspectiva, conservadora, e em relação às instituições as quais pertencem, geralmente, as Forças Armadas Brasileiras (FAB)².

O que pouco mudou mesmo foi a não participação destes agentes na vida pública e política do país. Afinal, agentes militares e policiais estão presentes em quase todos³ os eventos importantes da vida política do Brasil, como cita Maud Chirio (2012, p. 07):

Antes do golpe de 1964, os militares brasileiros nunca haviam exercido o poder em nome do Exército de forma duradoura. Apesar disso, envolveram-se amiúde na política: de proclamações a manifestos, de revoltas a ultimatoss, de intervenções pontuais a pressões de gabinetes, homens em armas estiveram entre as principais eminências, pardas ou não, da República.

Sejam instrumentalizados, seja instrumentalizando, polícia, militares, sempre ocuparam lugar preponderante na cena política brasileira. Por isso, muitos estudiosos se dedicaram ao tema, como o professor Paulo Ribeiro da Cunha (2014), na obra, “Militares e Militância”; Heloisa Fernandes (1979), em “Os Militares como Categoria Social”; o clássico, “O espírito

¹ Caso da Conspiração dos Alfaiates, ou “Revolta dos Alfaiates”, como ficou mais conhecida, embora com efetiva participação de militares, sendo inclusive, maior o número destes nas prisões e em condenações, como pode ser visto no livro, “**A face parda da Conspiração dos Alfaiates: homens de cor, corporações militares e ascensão social em Salvador no final do século XVIII**” (2018), do historiador baiano Célio de Souza MOTA.

² A participação de militares das Forças Armadas (FA) na vida política brasileira é muito mais retratada e estudada, talvez por serem instituições mais antigas mais bem estruturadas à época que as polícias. Para o pesquisador estadunidense, David H. BAYLEY (2017, p. 207), no tocante aos momentos de revés históricos, viradas autoritárias e regimes de exceção, “(...) polícia é a primeira linha de defesa contra as tentativas de se derrubar um regime através da força, é curioso observar como existem poucos estudos sobre ela durante esses divisores de água na história política. Há, com certeza, muito menos do que a respeito dos militares”. Por isso mesmo, mas também pela abrangência que o grupo pesquisado contempla, em alguns momentos a pesquisa mesclara ambas as categorias (militares e policiais), sem que ocorra prejuízos ao trabalho e a compreensão do leitor, haja vista a perene participação de militares na segurança pública, e, muitas vezes, a história das polícias derivada de corpos militares.

³ No prefácio do livro “**Organização e poder: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro**” (2005), de Roberto MARTINS FERREIRA, o historiador Ricardo Salles confirma a sentença, ressaltando apenas que, o protagonismo dessa espécie de onipresença militar na vida política do país só não fora exercido em 1930 e 1988.

militar”, de Celso Castro (1990); ou ainda José Murilo de Carvalho (2005), no livro, “Forças Armadas e Política no Brasil”, e Oliveiros Ferreira, com “Vida e morte do partido fardado” (2000). Além de Nelson Werneck Sodré (1965), com “A História Militar do Brasil”. Portanto, a polícia promove, a seu modo, um campo de debate e de estudos acadêmicos importantes para a sociedade e para o país.

No cenário político brasileiro, entre 2018 e 2022, desenhado pela chamada “onda conservadora”, com discursos duros e recrudescidos de segurança, a base política é formada, majoritariamente, por militares e por operadores de segurança pública (além da comunidade evangélica). Essa base foi, de certa maneira, responsável pela a eleição de uma legião de políticos no legislativo federal, estadual e municipal nos últimos pleitos. Dessa forma, a base militar dos governos ajudou a reacender tanto o debate anticomunista, quanto discussões sobre o recrudescimento das políticas de segurança.

Nessa toada, em meio a fissuras políticas, sociais e culturais, também foi reacendido na sociedade brasileira o debate sobre o “fascismo”. Fascismo como movimento, como política, como expressão, estética ou atuação. Fascismo histórico, dialético, tipológico. Enfim, fascismos.

Na contramão do pensamento muito difundido atualmente na sociedade e também bastante predominante dentro e fora das corporações que legitimam as ditas “ações enérgicas”, pautadas em ditames repressivos, grupos de policiais defensores dos direitos humanos lutam por uma reestruturação do atual modelo de segurança pública. Considerados pelos governos de direita e por suas bases militares, pejorativamente, como “policiais esquerdistas”, alguns deles se associaram num coletivo autodenominando de Policiais Antifascismo⁴.

Nas entrevistas realizadas para essa pesquisa, um entrevistado mencionou: “Surgiu à proposta de botar Policiais pela Democracia, eu fui um dos que rejeitou. Depois de algum tempo, Zaccone⁵ veio com o nome de ‘Policiais Antifascistas’. Eu, porra! nome pesado”. E prosseguiu o entrevistado: “Depois de alguns dias ele voltou: ‘a gente não vai ser policial pra combater, enfrentar pessoas fascistas, nós seremos um movimento de discussão político profundo sobre o que é o fascismo (...). Então, o melhor é Policiais Antifascismo” (ENTREVISTADO C – 23 anos na polícia civil/PCBA).

⁴ “Antifascismo” e não “antifascistas”, pois nas palavras dos membros do MPAF – *Jornal O Globo*: “somos contra uma manifestação social, que é o fascismo, uma reação violenta às diferenças e não contra pessoas”. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/epoca/a-direita-nos-considera-caes-de-guarda-a-esquerda-diz-coisas-que-nos-massacram-23696416>>. Acesso em 25 de agosto de 2020.

⁵ Orlando Zaccone é doutor em Ciência Política e mestre em Ciências Penais. É também Delegado da Polícia Civil do Rio de Janeiro, fundador e coordenador Nacional dos Policiais Antifascismo.

À primeira vista, pode soar estranha a ideia de “militares esquerdistas”. Entretanto, como dissemos, “são muitos e diversos” os debates sobre a categoria militar. E, além disso, a ligação entre partidos e movimentos políticos de esquerda com militares não é novidade alguma em nossa cena política. O professor João Quartim de Moraes (1991) tem, talvez, a obra seminal do seguimento, “A Esquerda Militar I e II”. Além disso, a dissertação de mestrado de Carlos Henrique Pimentel (2012), “A força expedicionária brasileira: um olhar à esquerda”, e a tese de doutorado de Wilma Maciel (2009), “Militares de Esquerda”, exploram também esse viés à esquerda de militares, ou a Esquerda Militar. Por fim, como já citado aqui, na mesma sintonia está o livro do professor Paulo da Cunha (2014), “Militares e Militância”.

Outro livro interessante é o do historiador Rodrigo Patto Sá (2002), “Em guarda contra o ‘perigo vermelho’: o anticomunismo no Brasil (1919-1964)”, sobre a manifestação do anticomunismo a partir também da intentona comunista⁶, levante que reuniu militantes políticos, operários e, principalmente militares de “baixa patente”, identificados à esquerda, que elaboraram um levante armado contra o getulismo⁷ e contra o Integralismo. No que tange ao anticomunismo e a intentona, há também a ótima pesquisa de Luiz Otavio Monteiro Júnior (2014), “A cruz e a espada contra a foice e o martelo: anticomunismo católico e militar no Brasil (1917-1945)”, explorando a, talvez, influência religiosa do tão arraigado anticomunismo castrense.

Não são poucos os debates travados sobre o capitão do Exército, Carlos Lamarca (1937-1971), ou ainda, sobre o também capitão do Exército, Luís Carlos Prestes (1898-1990), militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e integrante da Aliança Nacional Libertadora (ANL), espécie de frente de esquerda que se opunha à Ação Integralista Brasileira (AIB) e a ditadura de Getúlio Vargas. Já no campo das polícias à esquerda, há a dissertação de mestrado de Felipe Ramos (2019), “Esquerda policial e ação política em São Paulo”.

Portanto, esse trabalho não se situa na perspectiva da promoção de um pretense ineditismo em pesquisa sobre militares ou policias para a academia, embora nenhum dos trabalhos citados se desdobre no tema, no contexto atual, particularmente sobre o objeto em questão: um grupo de policiais chamados de “Policiais Antifascismo”. Por outro lado, há um relativo referencial teórico que sustenta a pesquisa, bem como há também relevância acadêmica no desenvolvimento do tema, principalmente no atual contexto político brasileiro.

⁶ Nelson Werneck SODRÉ também tem obra importantíssima sobre o episódio, “**A intentona comunista de 1935**” (1986).

⁷ Sua doutrina e estilo político ficou também conhecido como: “varguismo”, e “Era Vargas”.

A escolha do tema nasce a partir da minha trajetória pessoal e profissional como policial militar e como sujeito político engajado na defesa dos direitos humanos, dentro e fora do meu fazer profissional, além das minhas ligações com movimentos sociais progressistas e à esquerda. Ademais, tenho relação de proximidade com o próprio coletivo de policiais antifascismo ora estudado, seja como integrante, ou mesmo como crítico do movimento. A implicação do pesquisador com o seu objeto de estudo, não promove danos à produção científica, por diversos motivos, entre eles: a escolha metodológica e o rigor analítico. Tendo em vista esse rigor, procurei analisar sobre a contextualização dos atributos do grupo e suas bases reivindicatórias, de maneira coletiva, sem juízos pessoais de valor. Nas Ciências Sociais, o pesquisador pode possuir algum envolvimento com o tema pesquisado, contanto que equilibre sua familiaridade com algumas estranhezas interpretativas.

Como lembra Fraveet-Saad (2005), “quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem se aproveitar da experiência de campo para exercitar seu narcisismo”. Afinal, embora os riscos, como o de “ver seu projeto de conhecimento se desfazer”, é plenamente possível, e pode ser muito enriquecedor – tanto a experiência, como ao estudo –, à conciliação entre “afetação” e “estranhamento”.

Assim, o transitar entre “dois mundos”: o campo das organizações produtoras de conhecimento e críticas da polícia e o campo policial, suscitou a necessidade de compreender as narrativas daquelas e daqueles que destoam, os chamados pontos fora da curva dentro de uma instituição que, de alguma maneira, preconiza ou impõe uma homogeneidade de pensamento e ideologia⁸. Portanto, a “afetação” decorrente à dedicação ao objeto, às experiências vividas, por conseguinte, a “familiaridade”, apontam todas para o refinamento da sensibilidade do pesquisador e sua investigação, o que é marcadamente decorrida da participação ativa desse sujeito (FAVREET-SAADA, 2005).

No contexto político e social que estamos vivendo, pensar sobre atuação de policiais que se colocam contrários à ordem do Estado é de muita importância, seja para alargar o debate sobre segurança pública, como também para possibilitar a ressignificação do olhar sobre a polícia e sobre a categoria antifascismo na contemporaneidade. Dessa maneira, a escolha do tema tem não somente a relevância profissional, como também o ensejo de compreender o fenômeno em seu nível prático, material, dialético e epistêmico.

⁸ Compreendemos Ideologia aqui nos termos do materialismo histórico dialético, portanto, nos termos da luta de classes. “A ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida pelos dominados” (CHAUI, 2008, p. 79).

QUESTÃO NORTEADORA DESSE ESTUDO E SEUS OBJETIVOS

O objeto desse estudo é um grupo de policiais que de dentro da arquitetura do sistema de segurança pública, embora não institucionalizados e suprapartidarizados, se autodenominam antifascistas, e, assim, alertam para “o perigo de uma ruptura democrática no país com as recentes movimentações⁹” do atual governo. Na esteira da compreensão do que é ser um *policia* *antifascismo*, precisamos antes compreender o que é o fascismo enquanto conceito. O que é/foi o fascismo? É possível fascismo nos dias atuais?

É notório que um assunto tão comentado, tão debatido, não seria consensual. Melhor dizendo, é quase que óbvio a multiplicidade de visões, dimensões, conceitos e teorias que se suscitaram a partir deste debate. Então, em que dimensão esse fascismo seria referido aqui? Pela percepção tipológica e universalizante do *ur-fascismo*, ou fascismo eterno, de Umberto Eco e Michael Mann? A dimensão psicanalítica, inaugurada por Sigmund Freud e Wilhelm Reich? Ou ainda, e não por fim, a visão do processo histórico concreto, e contemporâneo, submetido pelos historiadores (respectivamente, Enzo Traverso e Robert Paxton), muitas vezes, também compartilhada, em parte, por boa parte dos marxistas, como os expoentes do campo teórico, Antonio Gramsci e Evguiéni Pachukanis?

Dessa maneira, a pergunta de partida desse estudo é: como se dá a inserção e a forma de participação desses policiais no grupo autodenominado antifascistas, além dos seus pleitos e suas reivindicações políticas?

Objetiva-se assim, compreender, de maneira geral, o debate público que o grupo de policiais conhecidos agora como “Policiais Antifascismo”, pretende estabelecer. Interessa-nos ir além do debate sobre pautas como “desmilitarização”, o “direito de greve”, “filiação partidária”, afinal, o debate sobre a reestruturação das forças policiais no país, embora abra diálogo horizontal com as outras categorias, e atenda aos anseios da construção da identidade do policial como trabalhador, como, aliás, almeja grupo aqui debatido e estudado, refletira-se suficientemente e necessariamente em uma luta antifascismo?

Como objetivos específicos, o estudo visa: 1. Compreender se há e quais são, caso haja, as contradições ideológicas dentro do grupo; 2. Analisar as condições materiais de existência do grupo; 3. Conhecer como se dá a inserção no grupo, na trajetória profissional dos policiais; 4. Analisar como se caracteriza a narrativa antifascista por seus integrantes.

⁹ **Em manifesto, policiais apoiam movimento antifascista contra Bolsonaro.** *Carta Capital* - Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-manifesto-policiais-apoiam-movimento-antifascista-contrabolsonaro/>. Acessado em 08 de junho de 2020.

METODOLOGIA

O contexto e os indivíduos pesquisados nesse estudo fazem parte da área de atuação e vivência deste pesquisador, o que remonta a uma experiência quase que autoetnográfica, embora esse trabalho não resulte numa autoetnografia. Essa espécie de “olhar privilegiado” deve sempre ser observado e ponderado, para assegurar a imparcialidade e o não enviesamento. A constatação de que o pesquisador é de todo modo parte da pesquisa, sobretudo no caso específico, alerta para possíveis impactos de sua presença no resultado da pesquisa, e o detalhamento dos procedimentos metodológicos visa atenuar esses possíveis e indesejáveis impactos (FLICK, 2009^a).

Essa é uma pesquisa com uma abordagem qualitativa, que terá como método a “análise de conteúdo”, elaborada a partir do uso da “técnica de entrevistas qualitativas em profundidade”. Assim, na pesquisa qualitativa, mas também na quantitativa, a análise de conteúdo é usada para descrever e interpretar o conteúdo de textos, documentos e comunicações em geral. Nas palavras de Moraes (1999), busca captar o sentido simbólico presente nas mensagens, e que nem sempre são manifestadas pelo autor.

A linguística é outra área que a análise de conteúdo dialoga bastante, já que todo o tempo se fala dos sentidos do conteúdo, da comunicação, e evidentemente a parte documental. “A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BARDIN, 1977). Vale ressaltar que, a análise de conteúdo não é simplesmente uma técnica de análise de dados, mas um conjunto de técnicas de análises, encarregada de analisar as comunicações em geral, como ressalta a própria Bardin:

É um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter por procedimentos sistêmicos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (1977, p. 48).

A análise de conteúdo qualitativa nasceu, por assim dizer, no início do século XX nos EUA, no contexto do pós-guerra, e tinha por finalidade analisar os meios de comunicação de massa da época, principalmente os jornais, e, a partir dessas análises verificar propaganda e estratégias de guerra. Posteriormente, passou a ser usada nas pesquisas de verificação da sociedade na Ciência Política (BARDIN, 1977).

Deste modo, a análise de conteúdo qualitativa pretende analisar conteúdos de maneira sistêmica, por meio de categorias desenvolvida a partir do material, e guiada por teorias. E ela

é dividida pela Bardin (1977) em três partes principais. São elas: organização, codificação, categorização e inferência.

Na organização da análise de conteúdo nesse trabalho, foi realizada uma pré-análise das entrevistas, a exploração de material e o tratamento de resultados. Após, foi elaborada a estrutura analítica, conforme o roteiro de entrevistas, já separado por blocos temáticos que facultassem a melhor análise. Assim, as análises apresentadas nesse trabalho, seguem o esquema temático das entrevistas conforme prevê os aspectos operacionais de análise de conteúdo, desenvolvidas por Bardin (1977, p. 95).

O processo de codificação das entrevistas foi contínuo, organizado e estabelecido desde o início por blocos temáticos (bloco 1. “Inserção na corporação”; bloco 2. “A polícia”; bloco 3. “A militância”; bloco 4. “O movimento de Policiais Antifascismo”, e o bloco 5. “A política”), que podem ou não interagir entre si.

A codificação é também conhecida como unitarização, pois ela tem “a finalidade de definir a unidade de análise, mas a maneira como o roteiro foi elaborado já previu unidades de análise temáticas. Cada parte do roteiro pôde ser entendida como uma unidade de registro ou unidade de significado, a unidade de análise é o elemento unitário de conteúdo que foi submetido posteriormente à análise” (MORAES, 1999, p. 05).

As entrevistas foram estruturadas em correspondência ao sistema de categorias analisado, posteriormente. Para Bardin, (1977, p. 118):

Classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir o seu agrupamento, é a parte comum existente entre eles. É possível, contudo, que outros critérios insistam noutros aspectos da analogia, talvez modificando consideravelmente a repartição anterior.

Moraes (1999) aponta duas abordagens diferentes da análise do conteúdo, a dedutiva-enumerativa-objetiva, e a indutiva-construtiva-subjetiva. Na primeira, trabalha com probabilidades, partindo-se previamente com teorias e hipóteses a serem verificadas. Portanto, a teoria precede a análise. No segundo caso, verifica-se o que está subjacente ao texto, se a necessidade de possuir previamente uma teoria ou hipóteses, pois não se busca confirmação, mas sim, compreender o fenômeno. Ou seja, a teoria emerge da análise. Nessa pesquisa, usamos uma mescla dessas duas perspectivas.

Todo esse processo foi bastante desafiador, mas também foi rico, contribuiu imensamente com a pesquisa, já que esse é um estudo a partir de narrativas próprias, narrativas de quem é policial, sobretudo, de quem se considera policial antifascismo. “Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas

classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados” (DUARTE, 2004).

Por isso, sobrepomos à técnica de entrevistas em profundidade, por sua elaboração previa, seu possível aprofundamento no levantamento das informações propostas, já que os entrevistados ficam mais à vontade para responder tanto de maneira mais informal, como quanto às questões propostas no roteiro. Contudo, como alerta Duarte (2004, p. 215-216), esse tipo de entrevista não é uma atividade banal, não é um bate-papo, ou uma tarefa sem rigor técnico. Pelo contrário, a despeito da liberdade dada aos entrevistados, a atividade precisa ser objetivamente bem definida.

Assim, solicitamos entrevista (vide apêndice 1) para 10 integrantes do coletivo, das mais variadas instituições de segurança, entre homens e mulheres, nos mais variados níveis das instituições e tempo de atuação nelas. Como o grupo é nacional, tentamos alcançar ao menos um integrante em cada região do país. Buscamos assim, atingir certa diversidade do grupo que pudesse ser representativa tanto ao grupo, quanto a sociedade.

Vale ressaltar que, embora a tentativa de abrangência representativa, a escolha dos entrevistados não foi arbitrária. Ou seja, estabeleceram-se critérios, seguindo assim na esteira do rigor técnico-científico da tomada de decisões fundamentadas e transparentes que a pesquisa qualitativa estabelece (FLICK, 2009^a).

Levamos em conta não apenas a inserção dos indivíduos no contexto do fenômeno estudado, mas também sua relevância nele. Portanto, a maior parte dos entrevistados tem relativo tempo na atividade, além de serem egressos de movimentos representativos anteriores ou em concomitância com suas trajetórias atuais. Por outro lado, não deixamos de procurar também novos membros do movimento, essa participação também pode ser decisiva para a robustez e compreensão dos dados auferidos.

As abordagens aos pesquisados deram-se pessoalmente, algumas por meio de dispositivos de mensagens, ou por redes sociais. Como já dito, foram 10 entrevistados, embora se tenha aventado a possibilidade de entrevistar 15 integrantes, acabou ficando apenas com 10 pesquisados, desses restaram 09, pois no percurso ocorreu uma desistência.

O advento da pandemia do “novo coronavírus” (COVID-19) exigiu que as entrevistas fossem feitas apenas de modo remoto, desse modo, elas ocorreram por dispositivo de mensagens de texto *WhatsApp*, e uma ocorreu por vídeo-chamada, pelo aplicativo *Google Meet*. Exceto três entrevistas (a por vídeo-chamada, incluso), que duraram entre 65 e 70 minutos, todas as outras se estenderam por dias, sendo iniciadas, encerradas, reiniciadas, consumindo

assim, bastante tempo. Igualmente ocorreu com o processo de transcrição, codificação e categorização, que foi feito sem o uso de software, ou seja, foi completamente manual.

Foi garantindo aos participantes o “termo de consentimento livre e esclarecido”, além de garantida a confidencialidade dos dados referentes a cada participante, garantido assim, seu uso exclusivo para a pesquisa e de inteira responsabilidade do pesquisador, que assegurará a privacidade das informações garantindo o anonimato e total sigilo, se assim for desejado pelos entrevistados. O “termo de consentimento livre e esclarecido” (vide apêndice 2) é um documento que explica o objetivo e procedimentos da pesquisa, e visa formalizar a participação dos entrevistados, registrando o consentimento e garantindo seus direitos, como o de desistir da participação na pesquisa a qualquer tempo.

Não foi feito o uso dos nomes dos entrevistados nesta pesquisa, por opção foi usado apenas suas características, gênero, escolaridade, e tempo de corporação, omitiremos também seus cargos, postos e patentes, identificando-os apenas por termos, como letras alfabéticas, e características inerentes à função, por exemplo, “Entrevistado Y – X anos na polícia W”.

O não reconhecimento dos entrevistados visa garantir aos mesmos que nenhum tipo de retaliação ocorra, embora os entrevistados não se opusessem a divulgação dos nomes, já que no geral as participações no movimento são públicas. Ainda assim, optamos pela não menção de nomes nesta pesquisa.

O presente trabalho apresenta a seguinte estrutura analítica: Capítulo introdutório, ou “Introdução”, que busca inserir o tema, e que contém ainda a “Questão norteadora do estudo e os objetivos da pesquisa”, e a “Metodologia” empregada. Daí o trabalho se divide em mais quatro capítulos. O *Primeiro Capítulo*, denominado “Fascismos: Origens”, que como sugere o título, são abordadas as origens do fenômeno. Do surgimento aos significados do termo, suas fusões e inspiração. Esse primeiro capítulo é subdividido em mais três: “1.1, Fascismo ontem e hoje: teorias e conceitos”, onde são expostas as teorias e conceitos do fenômeno; “1.2, Fascismo no Brasil: o integralismo”, que aborda o surgimento e declínio do movimento integralista, o chamado fascismo brasileiro; “1.3, Antifascismo: ontem, hoje e sempre”, que além de conceituar o termo, é mostrada também as lutas travadas contra o fascismo.

No *Segundo Capítulo*, “Polícia e Fascismo”, que além de trazer a “invenção” das polícias, faz um paralelo entre seu surgimento, poder econômico e fascismo. Esse capítulo também está subdividido em outros três: “2.1, Polícia, militares e doutrinas de segurança anticomunistas e fascistizadas no Brasil”, esse subcapítulo aborda o surgimento da polícia no Brasil, o processo de estruturação, sua relação com a escravidão, e com as elites econômicas, bem com, o anticomunismo, e suas relações, como também dos militares com os aparatos de

segurança e inteligência estrangeiros; no subcapítulo, “2.2, (hiper) Militarização e intervenção na segurança pública de uma democracia precária”, é discutido a intervenção estrangeira, e o processo de (hiper) militarização das forças de segurança do Brasil; e no “2.3, Um Partido (Militar) Fardado x uma Esquerda (Militar) Policial”, se discute o conceito, a existência e a atuação de um Partido Fardado/Militar, bem como de uma Esquerda Militar/Policial.

Já o *Terceiro Capítulo*, “Policiais Antifascismo”, que também se subdivide em três subtópicos: “3.1, Quem são os policiais antifascismo”; “3.2, Os policiais antifascismo em debate”; e “3.3, Contradições e existência material”, aborda surgimento e origens do grupo. Quem são, onde estão, e como se caracterizam seus membros, etc.

No *Quarto Capítulo*, “As inserções no grupo de policiais antifascismo: trajetórias pessoais e profissionais” estão inseridas as entrevistas realizadas. É nele também onde estão apresentadas as análises.

Por fim, as “Considerações Finais”, onde tecemos nossas impressões e expomos os limites da pesquisa em busca da compreensão do fenômeno estudo. No final dessa dissertação estão também as referências bibliográficas usadas por todo o estudo.

*“E o fascismo é fascinante
E deixa gente ignorante fascinada
É tão fácil ir adiante e se esquecer
Que a coisa toda tá errada
Eu presto atenção no que eles dizem
Mas eles não dizem nada”*

Humberto Gessinger

1 FASCISMO: AS ORIGENS

Sem dúvida alguma o fascismo é um dos temas que mais aguça a curiosidade e, como tal, um dos temas mais estudados na história da humanidade. Segundo o historiador norte-americano Robert Paxton, citando estudo do italiano Renzo de Felice, até a década de 90, havia aproximadamente 12000 livros sobre fascismo. Talvez a perspectiva de um retorno faça com que ainda hoje esse fenômeno do século passado desperte um fascínio que impulsiona os estudos do tema promovendo diferentes perspectivas e diálogos.

Mas afinal, o que é, ou foi o fascismo? Em síntese, segundo Konder (2009), surgido no entre guerras, o fascismo foi um movimento (e regime) político de conteúdo social conservador, característico dos períodos de ascensão, mas, sobretudo de crise do sistema capitalista e da democracia liberal.

A palavra fascismo deriva do termo latino *fascio* ou *fasci*, e ainda com significado hoje de “feixe”, um símbolo de poder da era romana, que consistia na junção de várias varetas de madeira, vários feixes amarrados por um cordão, que sustentava uma lâmina, um machado. “Os machados simbolizavam o poder do Estado de decapitar os inimigos da ordem pública. E as varas amarradas em redor do cabo constituíam um feixe que representava a unidade do povo em torno da sua liderança” (KONDER, 2009).



Figura 1 – *Fascio*: adotado como símbolo pelo movimento fascista italiano.
Fonte: wikipedia.org

Esse feixe seria então, um liame que interligaria a algo mais forte e coeso. Portanto, uma metáfora para demonstrar a ligação de sujeitos oriundos de diferentes classes, diferentes religiões, mas que abandonavam suas expectativas particulares e, sobretudo, suas individualidades em prol de uma coletividade que tinha por mote a reorganização, a salvação e a exaltação de um tema central para o fascismo: a pátria, a exaltação da pátria, ou “nacionalismo exacerbado” (PAXTON, 2007).

O termo deu nome a um grupo formado principalmente por ex-soldados desmobilizados, desempregados e jovens da classe média italiana, os *Fasci Italiani di Combatimento*, criado por Benito Mussolini, a partir de dois outros grupos anteriores, o *Fasci d’Azione Internazionaliste* e *Fasci Autonomi d’Azione Rivoluziuonaria*, serviu como um embrião para o que viria ser o movimento fascista (KONDER, 2009).

O historiador polonês Zeev Sternhell (1976), antes de um movimento, e consequentemente um regime, via o fascismo como um conjunto de ideias e expressões culturais que permeava uma ideologia política. O autor faz um movimento reverso para explicar as origens, e o cerne de sua teoria que, a primeira vista, poderia deixar parte da historiografia ruborizada, ao remontar à França para explicar as origens do fascismo. Afinal, anacronismos é ponto fraco para a maioria dos historiadores.

Embora não seja o caso, Sternhell (1976) verifica como principal antecedente do fascismo, do ponto de vista de elementos culturais, e mesmo ideológico um traço de união com o movimento de extrema-direita do passado, denominado, *Action Française* (AF), um movimento político monárquico, ultranacionalista compreendido como uma espécie de profascismo¹⁰, e tinha como principal elemento o anti-iluminismo, consequentemente, negava a modernidade, tanto quanto negava a república (FINCHELSTEIN, 2019).

Para além desses apontamentos, Sternhell (1976) vai ainda delimitar como um dos elementos para o nascimento do fascismo, o “sindicalismo revolucionário”, que era um revisionismo, uma espécie de revisão do marxismo no sentido mesmo de negação. Além dele, Gentile e Felice (1988) fazem a mesma interpretação, “a transformação desta nova cultura em movimentos políticos ocorre particularmente no movimento nacionalista e no sindicalismo revolucionário”.

Então, a fervura deste caldeirão cultural, junto aos ingredientes políticos e ideológicos que buscava criticar a modernidade, os princípios do iluminismo, bem como, tentava restabelecer um passado idílico, recriando uma nacionalidade perdida, mesmo que através da

¹⁰ A expressão é usada por Ernst NOLTE, em “**As três faces do Fascismo**”, 1966.

prática regular da violência, antes mesmo da Itália, esteve presente na França. No entanto, é na Itália de Mussolini, com seus *Fasci di Combattimento*, que a expressão ganha nome, ganha forma, ganha projeção e se estende para além de ideias e expressões culturais, tornando-se também um movimento (STERNHELL, 1976; FINCHELSTEIN, 2019).

É também preciso lembrar que o surgimento está atrelado a um período de fortes crises. Além da crise estrutural do capital, e a crise da democracia liberal, havia ainda a crise decorrente da mortandade da Primeira Grande Guerra, consequência das disputas entre os países industrializados, que por sinal, envolveu sobremaneira os principais países relacionados com o fascismo (LENHARO, 2006). Como se não bastasse, havia também uma pandemia da gripe espanhola dizimando parte da população da Velha Europa.

Ao passo em que a Itália era um estado-nação recente, e por isso mesmo vinha de uma economia agrária, iniciando tardiamente sua industrialização, como comenta Gentile e Felice (1988, p. 13) “as vésperas do fascismo, a Itália era ainda uma país preponderantemente agrícola, com vastas zonas de atraso econômico e social, marcada por um profundo desequilíbrio entre o norte e o sul”. Igualmente, a Alemanha que também constituiu seu estado-nação tardiamente, mas diferente da Itália, urbanizou e industrializou-se rapidamente.

Outra questão que se impunha ao momento histórico foi o crescimento das lutas operárias que vinha agitando e garantindo conquista sociais aos trabalhadores da Europa¹¹. Ou seja, a “Revolução Bolchevique” batia a porta do Velho Continente, e o fantasma do comunismo cominava o terror (KONDER, 2009). Então, a partir do temor despertado pela Revolução Rússia, os países passaram a assumir duas estratégias principais no combate às ondas de levantes e revoltas sociais ocorridas entre 1917 a 1923 (PAXTON, 2007).

Violência e concessão de alguns de direitos sociais e políticos, que foi variando de país para país, tendo a opção por reformas político-sociais como prevalência – em outros a repressão que prevaleceu frente às mobilizações operárias.

(...) a Revolução de Outubro, dirigida pelos bolcheviques na Rússia, em 1917: a criação do primeiro Estado proletário, simbolizando um conjunto de promessas há muito inscrito no imaginário dos trabalhadores, atraiu a simpatia e a adesão das vanguardas operárias, além de significar um duro golpe contra o imperialismo (NETTO; BRAZ, 2007, p. 18).

¹¹ Com o fim da Primeira Guerra Mundial, entre os anos de 1918 a 1921, a Itália foi assolada por fortes conflitos sociais, com ocupações de fábricas ao Norte, e latifúndios no Sul. O período ficou conhecido como “*Biennio Vermelho*”, ou “*Biennio Rosso*”, em alusão a Revolução Russa (1917), e, como se sabe, precedeu o “*Biennio Nero*” ou “*Biennio Negro*”. Ou seja, a reação fascista. Disponível aqui: <<http://libcom.org/history/articles/italy-factory-occupations-1920>>. Acessado em 01 de dezembro de 2021.

Assim, com exceção da Rússia, obviamente todos os outros países até 1923, tiveram seus setores operários gradativa, e sistematicamente silenciados. Por isso, tanto a guerra contra os países rivais, quanto à guerra contra a agitação social foram também decisivas para o silêncio do campo liberal (e até progressista), o que contribuiu fortemente na formação de boa parte das principais movimentações fascistas.

“A teoria fascista nunca se tornou um sistema de crenças articulados. Foi sempre um conjunto variável de tropas e ideias” (FINCHELSTEIN, 2019). Nesse sentido, passaremos, doravante, a tratar dos conceitos e das teorias referentes ao fenômeno do Fascismo.

1.1 FASCISMO ONTEM E HOJE: TEORIAS E CONCEITOS

Embora muito interpretado, debatido e teorizado, o fascismo nunca foi uma categoria que guardou facilidades ou/e consensos. Até mesmo entre os historiadores, a categoria que, talvez mais tenha se debruçado sobre o fenômeno, há um consenso fechado acerca do chamado fascismo histórico¹², e sobre a ideologia fascista. Não debateremos aqui todas as perspectivas e conceitos já elaborados. Assim, nos debruçaremos sobre a perspectiva histórica e a política.

Antes de nos debruçarmos sobre as duas perspectivas, devemos diferenciar duas características conceituais presentes em ambas, mas talvez mais tratada dentro da historiografia por sua recorrência. A diferenciação entre movimento e regime fascista, que, como sempre, não guarda consensos entre os estudiosos, como no caso do controverso historiador Ernst Nolte, e o consagrado historiador Zeev Sternhell, que acrescentam um componente ao debate sobre movimento fascista x regime fascista.

Deste modo, para Sternhell (1976), por exemplo, concepção “cultural e ideológica” gestou o que viria a ser o movimento fascista, e que posteriormente tornar-se-ia no regime fascista. Essa percepção ideológica tinha como condição primordial a negação iluminista, a negação à modernidade, o resgate dos valores e da nacionalidade perdida. Já um movimento político seria um grupo que busca se organizar em torno de reivindicações ou/e de uma visão política, que possa influir nos processos decisórios de organização social. É movimento justamente por não participar dos governos, e de sua burocracia estatal, não vinculando, portanto ao processo de decisão política (GENTILE; FELICE, 1988).

¹² Maior parte dos historiadores entende a Itália de Mussolini e a Alemanha de Hitler como regimes fascistas. Uma corrente menor abarca Itália, Alemanha, a Espanha de Franco, e Portugal de Salazar, alguns até o Japão dos Imperadores. Outra corrente muito minoritária entende que o fenômeno comporta apenas a Itália, pois até Alemanha se radicalizou de tal forma que se descaracterizou daquilo que se compreenderia por fascismo.

Por outro lado, o crescimento do movimento implica em maior ou menor institucionalização. Ou seja, ele passa a participar mais ou menos do estado em suas instâncias de poder e de decisões políticas. Isso pode ser visto quando seus quadros passam a compor a burocracia estatal, seja de forma eletiva, seja de forma comissiva. Na medida em que sua presença vai aumentando, e vai se ganhando importâncias em relação aos centros decisórios pode haver a transformação política, e daí a organização partidária poderá disputar o poder político (PAXTON, 2007).

É no patamar dessas disputas, seja por meios legais, ilegais, ou até mesmo por meios violentos que a transformação das instituições se dá. Conforme os interesses e a agenda política que se viabiliza a transformação do movimento em regime. Portanto, na mudança do próprio regime político. São diversos momentos, em inúmeras etapas a serem percorridas por um movimento até que ele se transforme em um regime ou em uma ditadura.

Nesse sentido, no caso italiano, a “Marcha sobre Roma” foi, talvez, o passo mais notório do processo de aproximação do movimento fascista com o poder, como também, uma intensificação com um princípio revolucionário. Esse estabelecimento do movimento galvanizou o caminho para a institucionalidade, pois mesmo antes da marcha, “o fascismo equiparou-se, pela dimensão numérica, aos outros dois grandes partidos de massa¹³” (GENTILE; FELICE, 1988). O sucesso do movimento de massa converteu-se em partido, o Partido Nacional Fascista (PNF), e, por sua vez, converteu-se em cadeiras no parlamento italiano (forma 35 deputados eleitos naquele ano).

A organização, a burocratização, a mudança de objetivos e de características ideológicas precipitou a transformação do movimento dos *Fasci* em um partido político, que após insucessos, alcançou o sucesso, conseqüentemente, mudando o regime político italiano do final de 1921.

Para traçar as linhas essenciais das quais toma forma o “regime” é, no entanto, necessário partir da situação imediatamente posterior à Marcha sobre Roma e das vicissitudes do PNF. É nesse período que se configuram as condições para a passagem do fascismo da fase pseudoparlamentar do governo de coalização à fase de estabilização autoritária do poder fascista após a guinada de 03 de janeiro de 1925 (GENTILE; FELICE, 1988, p. 32).

De movimento de massa “revolucionário” surgido em torno de 1919, a construção da ditadura fascista em 1925, o estabelecimento de relações foi inevitável. Dessa forma, com sua burocratização, o fascismo foi diminuindo seu caráter revolucionário na medida em que foi se

¹³ Levantamento de Emilio GENTILE e Renzo de FELICE (1988) dão conta de quem em janeiro de 1921, o Partido Socialista possuía 217.000 inscritos; em abril de 1920, o Partido Popular tinha 250.000 inscritos; e em novembro de 1921, o Partido Nacional Fascista contava com 151.644 inscritos.

institucionalizando, se tornando um elemento das elites políticas, afinal, estava no poder e precisava de alguma forma estabelecer relações entre os diversos setores da institucionalidade.

Cumprе esclarece que o termo “revolução”, ou “revolucionário”, que citamos algumas vezes anteriormente, é outro conceito recorrente, e em disputa dentro do fascismo. Em disputa pelos próprios fascistas, inclusive. Afinal, eles se imaginavam, e se apresentavam como revolucionários. No entanto, o uso feito pelos fascistas vai de encontro ao uso (inaugurado e) que é feito pelos marxistas e pelo campo da esquerda¹⁴, já que a “revolução fascista” não tinha nada a ver com mudanças sociais e econômicas.

Por isso, o autor português João Bernardo diz que o fascismo foi uma revolta da ordem dentro da ordem, ou simplesmente, uma “revolta da ordem”. De modo que, “o fascismo jamais deixou de ser uma revolta realizada dentro dos limites da ordem e teve a finalidade expressa de tornar a sociedade mais coesa, ele nunca dispensou a conjugação de ambos os eixos” (2015, p. 69). Ou seja, o fascismo seria “plástico”, “ambíguo”, apenas se apropriaria da forma revolucionária, embora no conteúdo, fosse reacionário.

Esse caráter “ambíguo” foi lido por Umberto Eco como “parasitário”, por ser formar em torno de contradições. Ou seja, “o fascismo não era uma ideologia monolítica, mas antes uma colagem de diversas ideias políticas e filosóficas, um alveário de contradições” (ECO, 2020, p. 32). Portanto, para o autor italiano o fascismo se lia revolucionário, ao passo em que era leal à monarquia, e atacava revolucionários de matriz ideológica diversa; embora ressaltasse valores cristãos, pregava a violência, inclusive, contra cristãos; e exaltava o exército, ao tempo em que possuía sua própria milícia.

¹⁴ A Revolução Francesa geralmente é associada como o macro, ou um dos marcos do surgimento desse conceito, e do seu antagonista, a “direita”. Como muito se sabe, em 1789 a Assembleia dos Estados Gerais foi instituída pela última vez pelo Antigo Regime para decidir os rumos políticos da França, sendo dissolvida posteriormente pela Revolução. No salão em que ocorria a Assembleia, dois grupos principais debatiam. De um lado, o lado esquerdo, ficava os mais exaltados, os radicais, que eram basicamente compostos por trabalhadores e uma baixa burguesia, chamados de “jacobinos”. Do outro lado, o lado direito, ficava a nobreza e a alta burguesia, com perfil moderado e conciliador, eram conhecidos como “girondinos”. Os jacobinos ocupando a posição à esquerda defendiam posições tidas como “radicais”, com um caráter mais popular, afinal, era essencialmente composta por trabalhadores. Assim, o termo “esquerda” ficou comumente associado a posições populares, de trabalhadores. Já os girondinos, que ficavam nos assentos opostos, tinham uma visão também oposta. Mas, no geral, está é uma contingência daquela época histórica, pois essa época sofreu diversas modificações ao longo do tempo, embora ainda presente – e necessária – para ajudar na definição de percepções e posturas políticas atuais. Existem vários autores com várias visões para a definição “moderna” dos conceitos, mas talvez, Norberto Bobbio (2011) seja o autor que mais foi demandado a expor sua definição. Assim, o autor defende a presença da época e define os termos como antitéticos, em constante oposição nas ideologias e ações políticas. Em síntese geral, ele aponta que a esquerda busca sempre a igualdade. Essa igualdade seria como uma bússola, formal e material. Sendo a desigualdade uma exceção. Por outro lado, a direita busca a eficiência, aceitando a desigualdade não apenas como natural, mas como algo sem solução, logo ao invés de tentar uma igualdade inatingível, melhor seria aceita-la, e buscar a eficiência, incentivando, sobretudo as individualidades.

Essa forma ambivalente do fascismo, que se diz revolucionário, mas que atua de maneira contrarrevolucionária, que pode ser lido, sobretudo, por historiadores conforme sua historicidade, e de acordo com as características da sua época, de sua própria história, pois era ela “a grande novidade política”, e que precisava conquistar e manter seus seguidores, não necessariamente é tido como uma contradição, ou uma incongruência. Mas isso também diz respeito à forma como o movimento foi concebido, sua movimentação dentro do seu tempo, sua historicidade.

Paxton (2007), afirma que no poder, de fato os fascistas implantaram medidas de “dimensões estarrecedoras” e revolucionárias, mas na prática esses regimes “deixaram em grande medida intactas a distribuição da propriedade e a hierarquia econômica e social (numa oposição diametral à acepção que o termo *revolução* assumiu a partir de 1789)”.

Então, Sternhell (1976, p.17), vai dizer que há um caráter revolucionário peculiar no movimento, ou “uma revolução de outro tipo”. Ele separa o processo em duas fases, a primeira do movimento, e a segunda do regime. Enquanto movimento revolucionário, na medida de uma “nova produção na cultura política”, em oposição ao iluminismo. Já na segunda fase, a do regime, as mudanças ocorreriam em todas as camadas sociais, agregando-as de modo harmonioso e definitivo. Portanto, uma mudança cultural, política, jurídica e moral completa.

O fascismo é o antimaterialismo nos seus contornos mais nítidos. Mas, se se ergue contra o liberalismo e o marxismo, ele recolhe do liberalismo o respeito pelo poder e a vitalidade dos mecanismos da economia de mercado e vai buscar no marxismo a convicção de que a violência é o motor da História, unicamente regida pelas leis da guerra (STERNHELL, 1976).

Nesse sentido, o historiador inglês Eric Hobsbawn (1995, p. 121), dirá que “os fascistas eram os revolucionários da contrarrevolução”. Assim, o âmbito da “revolução dos fascistas” estava circunscrito a aspectos conservadores e reacionários, a “revolução da alma”, jamais uma revolução socioeconômica de mudanças estruturais do capital e da sociedade.

Por mais que o movimento tivesse contradições inerentes ao processo histórico, por se tratar de uma espécie de bricolagem, ou por seu parasitismo, precisava ser lido também conforme suas fases, pois a despeito das contradições, o movimento aglutinava muitas pessoas emulando uma retórica de ufanismo e revolta.

Mesmo na ditadura mais cruel e sangrenta, a arte da negociação não era completamente desprezada em detrimento à força:

O líder fascista, ao tentar firmar as alianças necessárias para chegar ao poder, inevitavelmente negligencia algumas de suas promessas das primeiras campanhas, desapontando assim alguns de seus seguidores originais. Mussolini teve que enfrentar tanto os *partisans* do *squadrismo* radical, como o Farinacci, quanto os entusiastas do “sindicalismo integral”, como Edmondo

Rossoni. Embora Hitler sempre tenha exercido um controle maior sobre seu partido que Mussolini, até mesmo ele se viu, muitas vezes, confrontado por dissensões (PAXTON, 2007, p. 217-218).

Muitas vezes, para evitar desgastes, acordos (legais ou não) eram firmados:

Para legitimar esta situação de ilegalidade institucionalizada, na esfera governamental, invocava-se a dramática situação criada no mercado de trabalho alemão: o número de desempregados se elevava a quatro, a cinco, e finalmente a *seis milhões*. Os nazistas lideram em Bad Harzburg, em outubro de 1931, uma reunião das forças e organizações de extrema-direita para combinar uma ação comum. O *Premier Brüning* recebe a visita do nuncio papal, cardeal Pacceli (futuro papa pio XII). A Igreja Católica tinha assinado tratado com Mussolini em 1928 uma Concordata que superava antigas divergências. Em maio de 1931, o Vaticano publicava a encíclica *Quadragesimo Anno*, que apresentava uma inspiração nitidamente antiliberal e muitos pontos de contato com o fascismo. O cardeal Pacceli aconselha Brüning a entender-se com os nazistas. Em janeiro de 1932, Hitler explica seu programa de governo aos principais representantes do capital financeiro alemão e é entusiasticamente aplaudido (KONDER, 2009, p. 46-47).

Não que para atingir seu intento, os líderes fascistas tivessem algum pudor em usar a força, a violência e o terror, mesmo contra possíveis insurgentes internos. Definitivamente, não é o caso. Contudo, alguns ataques à base, principalmente, quando o caso deveria ser bem ponderado, até mesmo para afogar a insurgência mais à frente em momento oportuno, conciliações e acordos foram firmados.

O dirigente político italiano Palmeiro Togliatti dizia que o fascismo não é fenômeno completamente passível, ou totalmente possível de compreensão, tão pouco de ser plenamente estabelecido. De modo que precisaríamos não considerá-lo como algo caracterizado, ou desenvolvido. “Nunca com algo fixo; nunca como um esquema, ou um modelo, mas como consequência de uma série de relações econômicas e políticas reais resultantes de fatores reais da situação econômica da luta de classe” (TOGLIATTI, 1978, p. 27-28).

Como se vê, o fascismo é tão mencionado, tão estudado e debatido, quanto é controverso e polêmico, e por isso, interpretar o fascismo é realmente um desafio. E é assim, desde o seu nascimento, pois a controversa nasceu com ele. Desta forma, e na tentativa de continuar buscando entender o fenômeno, passar além de compreender seus termos e seus conceitos, nos debruçaremos agora sobre teorias do fascismo.

Por óbvio, não debateremos todas as teorias abertas sobre o tema. Não seria apenas uma experiência hercúlea, mas também, uma experiência quase infindável. Compreendendo essa limitação, nos deteremos sobre três autores diferentes, com três pontos teóricos distintos. São eles: Eco, com sua dimensão universalista e tipológica do que ele chama de *ur-fascismo*; o

historiador Paxton, em seu debate histórico, e contemporâneo sobre fascismo. E, por fim, Gramsci, em sua compreensão histórica concreta, ancorado pelo marxismo dialético.

Iniciaremos pela interpretação teórica do intelectual italiano Umberto Eco, que no opúsculo, “O Fascismo Eterno” (2020), elabora o fascismo como sendo contraditório, ou uma grande “colmeia de contradições”, possuidor de uma construção ideológica parasitaria, e não monolítica. Para ancorar sua tese, o autor elaborou uma lista com 14 características inerentes ao que chama de “fascismo eterno”. Vamos elencá-las brevemente:

QUADRO CONCEITUAL UMBERTO ECO (2020)

Tradicionalismo (ou culto à tradição)	Tem sua gênese no final da idade da idade helenística como “uma reação ao racionalismo grego clássico” (ECO, 2020).
Recusa seletiva ao progresso e a modernidade	“O iluminismo, o idealismo, a idade da razão era visto como início da depravação moderna. Nesse sentido o ur-fascismo ou o fascismo eterno pode ser definido como irracionalismo” (ECO, 2020, p. 47).
Anti-intelectualidade (ou o culto à ação)	“O irracionalismo depende também do culto da ação pela ação. A ação é bela em si e, portanto, deve ser realizada antes de e sem nenhuma reflexão” (ECO, 2020, p. 49).
Recusa à crítica	“O espírito crítico opera distinções e distinguir é um sinal de modernidade. Na cultura moderna a comunidade científica percebe o desacordo como instrumento de avanço dos conhecimentos. Para o fascismo eterno. O desacordo é traição” (ECO, 2020, p. 49).
Recusa à diversidade	“O fascismo eterno cresce e busca o consenso utilizando e exacerbando o natural medo da diferença. Primeiro apelo de um movimento fascista ou que está se tornando fascista é contra os intrusos” (ECO, 2020, p. 50).
Apelo às frustrações das classes médias	“O fascismo eterno provém da frustração individual ou social. Isso explica porque é uma das características típicas dos fascismos histórico tem sido o apelo às classes médias frustradas. Desvalorizadas por alguma crise econômica ou humilhação política” (ECO, 2020).
Nacionalismo	“Para os que se veem privados de qualquer identidade social, o fascismo eterno diz que seu único privilégio é o mais comum de todos: ter nascido em um mesmo país. Esta é a origem do nacionalismo” (ECO, 2020).
Apelo a sentimentos de humilhação em relação aos outros	“Os adeptos precisam, contudo, ser convencidos de que podem derrotar o inimigo” (ECO, 2020, p. 51).
Guerra permanente	“Para o ur-fascismo não há luta pela vida, mas antes “vida para a luta”. Logo o pacifismo é conluio com o inimigo; o pacifismo é mau, porque a vida é uma guerra permanente” (ECO, 2020, p. 52).
Chauvinismo	“No curso da história todos os elitismos aristocráticos e militares implicaram o desprezo pelos fracos. Fascismo eterno não pode deixar de pregar um elitismo Todos os cidadãos pertencem ao melhor povo do mundo” (ECO, 2020, p. 53).

Culto ao heroísmo	“O herói do fascismo eterno espera impacientemente pela morte. Note-se, porém que sua impaciência provoca com maior frequência a morte dos outros” (ECO, 2020, p. 53).
Machismo e homofobia	“(…) o fascismo eterno transfere sua vontade de poder para questões sexuais. Esta é a origem de seu machismo (que implica desdém pelas mulheres e uma condenação intolerante de hábitos sexuais não conformistas, da castidade à homossexualidade)” (ECO, 2020, p. 54).
Homogeneização do povo	“Uma democracia os cidadãos gozam de direitos individuais. Mas o conjunto de cidadãos só é dotado de impacto político do ponto de vista quantitativo, as decisões da maioria são acatadas. Para o ur-fascismo os indivíduos enquanto indivíduos não têm direitos” (ECO, 2020).
Linguagem chula	“O fascismo eterno fala a novilíngua (...). Todos os textos escolares nazistas ou fascistas se baseavam em um léxico pobre uma sintaxe elementar, com o fim de limitar os instrumentos para um raciocínio complexo e crítico” (ECO, 2020).

FONTE: Elaborado pelo autor.

Esses 14 pontos elaboradas por Umberto Eco, visa por meio do recurso da tipologia, teoriza um fascismo que se move; um fascismo que se aglutina. Eco parte da ideia de que a ideologia fascista, se é que há uma ideologia, é ela versátil e parasitaria que vai se amoldando conforme seus interesses e necessidades. Essa massa de características pode não estar completamente presente em todos os movimentos e regimes que se apresentam autoritários e totalitários, ou a aparência poderia variar de regime para regime, ainda assim, poderia haver um fascismo, dada a unidade básica dessas características.

Passaremos a analisar agora a teoria construída pelo historiador contemporâneo, Robert Paxton. Em seu livro, “Anatomia do Fascismo” (2007), o autor analisa o movimento fascista nos contextos da Itália e da Alemanha, que é onde para ele de fato intensamente ocorreram, pois foram os lugares ao qual o movimento chegou ao poder. A despeito de tal conclusão, o autor deixa claro que preceitos do “fascismo clássico” foram posteriormente absorvidos por outras nações ao redor do mundo.

Paxton (2007) aponta quatro características básicas que pressupõe o fascismo (04) quatro: (01) primeiro, o *nacionalismo*, pois, como há um rompimento com os ideais à direita, e à esquerda, há que se ter um direcionamento para um novo grupo, uma ideia nova. Um rompimento completo com as práticas e a política antigas, e apenas o nacionalismo poderia superar os estigmas do socialismo e do liberalismo, ambos degenerados (PAXTON, 2007).

Esse rompimento com as duas correntes é também um rompimento com um modo de vida, por isso se impõe um (02) *anticapitalismo*, que em hipóteses alguma será pró-socialismo.

Não é uma crítica à exploração do trabalho, ou da econômica, nem a propriedade privada, ou os monopólios, e as desigualdades, mas sim uma crítica à ganância aos lucros rentistas, e um ressentimento a alguns latifundiários (PAXTON, 2007).

Violência (3) de dimensões físicas e reais, mas também simbólicas direcionadas aos símbolos e figuras da direita, e, sobretudo, símbolos e figuras da esquerda. Essas violências poderiam ocorrer (e ocorriam) de forma autocrática, mas era principalmente, inicialmente uma violência de base. Uma violência com contornos de massa, pois era essencialmente realizada pela própria sociedade civil, alinhada com os ideais do fascismo. Essa forma de violência vai se caracterizar pelo (04) *voluntarismo*, ou seja, a adesão voluntária, o engajamento no (e para) o movimento. O fascismo atua precisamente pela atração das massas, e sua mobilização voluntária com anuência irrestrita (PAXTON, 2007).

Já para sua ascensão, Paxton elenca cinco condicionantes ao regime. Vejamos:

QUADRO DE CONDICIONANTES PARA O FASCISMO DE PAXTON (2007)

A criação dos movimentos	“Antes de tudo, os primeiros fascistas eram jovens (...). Jovens que jamais haviam votado antes reagiram com entusiasmo à nova espécie de política anti-política do fascismo” (PAXTON, 2007, p. 92).
O enraizamento no sistema político	“Ao alcançar êxito em sua política eleitoral e na política de grupos de pressão, os jovens movimentos fascistas viram se obrigados a dar um foco mais preciso a suas palavras e seus atos” (PAXTON, 2007, p. 102).
A tomada de poder	“Nenhum deles tomou ao poder pela força, mesmo que ambos tenham usado de força antes de chegar ao poder, com o fim de sensibilizar o regime existente, e ambos viriam novamente a usar de força, já no poder, para transformar seus governos em ditaduras” (PAXTON, 2007).
O exercício do poder	“Todas essas persistentes tensões internas aos regimes fascistas opunham entre si os quatro elementos que, conjuntamente formaram essas ditaduras a partir de sua conflituosa colaboração: o líder fascista, o partido, a máquina estatal, e por fim, a sociedade civil” (PAXTON, 2007, p. 205).
Por fim, radicalização ou entropia	“Nunca se viu uma radicalização fascista que tenha se prolongado por muito tempo (...). A forma mais normal de sucessão de um regime fascista tende a cair no autoritarismo tradicional” (PAXTON, 2007, p. 280-281).

FONTE: Elaborado pelo autor.

Paxton (2007) vai dizer ainda que existem inúmeras narrativas tradicionais sobre o conceito de fascismo, constituiria a decadência da ordem moral. O mote da modernidade no século XIX, a chegada de direitos universais, como o da liberdade, justiça, só que com o advento da Primeira Guerra, e com ela o empobrecimento da sociedade europeia, a desagregação, e

todas as violências decorrentes, acabaram por potencializar forças que impulsionaram o fascismo. Outra narrativa apontada pelo autor é a de matriz marxista, que seria uma articulação da burguesia tanto para se apropriar do estado, mantendo assim seu controle sobre as classes operárias, como também para salvar o capital que em crise, ameaça à existência da própria burguesia (PAXTON, 2007).

O dirigente político Antonio Gramsci será nosso terceiro e último estudioso do fascismo. Talvez, o mais difícil, e por isso mesmo tenha ficado para o final, afinal, Gramsci não possui uma “obra seminal”, um “livro definidor” sobre o fascismo. Todo o seu trabalho sobre o tema, que lhe afetou a vida diretamente e de maneira arrasadora – por isso, o quão interessante e fundamental sua obra – está espalhado por todos os seus escritos.

Dos “Escritos Políticos”, que é a chamada produção pré-cárcere, uma produção fundamentalmente jornalística, aos escritos no cárcere, o chamado, “Cadernos do Cárcere”, quase todos os conceitos elaborados, de certo modo, estão relacionados à sua fracionada produção teórica sobre o fascismo (MELO, 2017).

Preso pelo regime até sua morte, Gramsci foi um profundo observador do cenário político de seu país à época, e da formação e ascensão do regime – inclusive, as investidas violentas praticadas pelas milícias fascistas contra as organizações operárias, camponesas e políticas. Interpretando, assim, o fascismo conforme as suas relações com a pequena burguesia, os latifundiários, as classes dirigentes, portanto, um fenômeno histórico determinado (FRESU, 2019). Assim, para ele a definição de fascismo era:

(...) a tentativa de resolver os problemas da produção e da troca através de rajadas de metralhadoras e tiros de pistola. Existe em todos os países um extrato da pequena e média burguesia que considera ser possível resolver esses gigantescos problemas com metralhadoras e pistolas. É este extrato que alimenta o fascismo e que fornece os seus ativos (...) a experiência histórica não vale para os pequenos burgueses, que não conhecem a história. A ilusão é o alimento mais tenaz da consciência coletiva. A história ensina, mas não tem alunos (GRAMSCI, 2000, p. 46).

Gramsci usou o materialismo histórico para analisar o fenômeno, localizando nos elementos da crise econômica, cumplicidade da burguesia, e nos aparatos estatais, como decisivos para o surgimento do fenômeno, ainda assim, o pensador elaborou uma crítica à “esquerda reformista”, representada no Partido Socialista, que na sua visão, tinha também grande responsabilidade na ascensão do fascismo, devido ao acordo feito entre o governo Giolitti, e a direção do partido (MELO, 2017). Por isso, ele disse: “não é diretamente o fascismo que derrota a classe operária, mas é a derrota da classe operária em 1919 e 1920 que abre o caminho para as possibilidades de ascensão do fascismo” (GRAMSCI, 2000).

Essa relação da burguesia com o fascismo foi de forma permanente criticada por Gramsci, pela suposição que a esquerda, o Partido Socialista, mais especificamente, entendia que a burguesia barraria a investida fascista contra a democracia liberal. No entanto, o que se tinha na Itália era uma democracia frágil, produto de uma burguesia reacionária, uma burguesia que no processo de formação tardio da Itália, já havia excluído as classes populares de sua formação. Além disso, essa classe média ressentida, que vinha muito temerosa com o processo de mudanças à esquerda (BIANCHI, 2006).

Portanto, essa seria uma burguesia que se deveria ter claro que não teria nenhum compromisso com a legalidade. A realidade mostrou de modo mais eficiente possível que a legalidade é uma só. Existe somente enquanto se concilia com os interesses da classe dominante. No dia que o sufrágio e o direito de organização se tornar meios de uma ofensiva contra a classe patronal esta última renunciou a qualquer legalidade formal e passou a obedecer apenas a sua verdadeira lei, ou seja, a lei do seu interesse e da sua conservação surgiu assim o fascismo que se afirmou e se impôs fazendo ilegalidade à única coisa legal (GRAMSCI, 2000, p. 47).

O autor elaborou três conceitos básicos sobre fascismo: primeiro, o fascismo foi um *movimento das classes medias e da pequena burguesia italiana*; segundo o fascismo foi um *movimento revolucionário*, revolucionário no sentido de mudar permanentemente o exercício da política, manter a base mobilizada e radicalizada permanentemente; e por fim, o fascismo não é apenas coerção, mas também *consenso organizado*.

Todos esses três conceitos já foram vistos aqui, inclusive, pelos autores anteriormente estudados. A diferença é que Gramsci elaborou os três conceitos muito antes que os outros dois citados pensassem em fazê-lo, bem como, tantos outros que ainda hoje seguem influenciados, e usando o repertório do autor. Como os autores anteriores, Gramsci, também não encontrava no fascismo uma ideologia originária, mas agregações de várias acepções ideológicas diferentes, muitas vezes, usadas conforme conveniência (FRESU, 2019).

Toda essa fluidez parasitaria e, às várias acepções ideológicas distintas que o movimento agregou desde seus elementos conservadores à ideia de ideologia revolucionária, o fascismo se apresentou como “o novo” – tudo isso presente na visão dos três autores aqui apresentados –, a grande novidade política do momento, atraindo muita gente, sobretudo, os jovens. Novos dirigentes políticos, intelectuais emergentes, e toda uma “nata social” cansada da política tradicional, além de velhos políticos desiludidos e afastados da cena política.

Logo, não foi difícil para proposta tão agregadora e facilmente adaptável, já uma espécie de sucesso político (Itália e Alemanha), espalhar-se rapidamente pelo Velho Continente (e de lá para o mundo). E, sobretudo, na concepção de parte da historiográfica que separa movimento

e regime, atribuindo a alguns países “processos de fastiscização”, e mesmo grupos e movimentos fascistas (Espanha e Portugal). Além disso, e a despeito dos ultranacionalismos, a tentativa da criação de uma “Internacional Fascista” foi um fato (BERTONHA, 2000).

Como a mesma adaptabilidade que se espalhou na Europa, e outras partes do mundo, o fascismo aportou na América Latina, nas mais diversas expressões sendo, na visão de Héglio Trindade (2004), necessário apenas verificar sua extensão. Do México ao Uruguai, seja em mimetizações com o mínimo de alcances política e social, seja em movimentos expressivos, e com ascendência política e grande base social, como ocorreu no Brasil, especificamente.

1.2 FASCISMO NO BRASIL: O INTEGRALISMO

Embora o integralismo no Brasil quase congregue um consenso entre estudiosos, quanto ao caráter fascista – para alguns, “o maior movimento fascista fora da Europa” (BARBOSA, 2015) –, não é unanimidade. E talvez, José Chasin, autor de “O Integralismo de Plínio Salgado: formas de regressividade no capitalismo híper-tardio” (1978), seja o maior representante dessa minoritária corrente que diverge quanto ao fascismo do integralismo brasileiro, embora o autor nunca tenha negado seu caráter reacionário e autoritário.

A despeito da importância do debate sobre o caráter fascista, ou não, da Ação Integralista Brasileira, não debateremos aqui a empreitada, já exaustiva e competentemente debatida pela historiografia e demais áreas das Ciências Humanas, além também do exíguo espaço para fazê-lo. Portanto, priorizaremos a corrente majoritária, até pelo fato de ser a que nos identificamos; que é a que identifica no movimento integralista como um movimento fascista, ou de fortes inspirações fascistas.

Em meios às agitações da “Revolução de 30” (descendente direta do Movimento Tenentista), que vinha mobilizando e transformando o Brasil, uma figura franzina e carismática, o jornalista Plínio Salgado, deu início ao periódico *A Razão*, motivador da criação da Sociedade de Estudos Políticos (SEP), um embrião do movimento chamado Integralismo. A SEP foi resultado da aglutinação de vários debates, de inúmeros grupos e movimentos anteriores que podem ser considerados pré-integralistas ou protofascistas (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020).

Em outubro de 1932, após uma visita de Plínio Salgado a Itália fascista de Benito Mussolini, nasce na cidade de São Paulo, a Ação Integralista Brasileira, um movimento político de cunho cristão, conservador, autoritário, antidemocrático, anticomunista e antiliberal, com livre inspiração fascista. Além do Fascismo Italiano, a AIB também se inspirou no Integralismo

Lusitano, oriundo da vertente francesa, *Action Française*, sustentados por um discurso religioso identificado com a Doutrina Social da Igreja.

Assim, no *Manifesto de Outubro*, documento de fundação do movimento, os integralistas teciam “elogios à autoridade, críticas aos partidos políticos e defendiam o princípio da autoridade”. Também denunciava uma espécie de conspiração contra o Brasil, e propunha “um programa social para defender a família conservadora, bem como o Estado de tipo fascista, o Estado integral” (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020, p. 14-15).

Segundo Trindade (1979), o integralismo baseava-se tanto pelo humanismo quanto pelo espiritualismo. Buscando deste modo, a harmonia social, por meio de uma sociedade segmentada, dividida por três grupos principais: família, trabalho e sociedade. Deste modo, o integralismo envolvia uma mobilização permanente das massas, a partir da cultura política dos “cidadãos-soldados”, sob o lema “Deus, Pátria e Família”. A religião, inclusive, foi preponderante para o integralismo. Por isso, era urgente para o movimento concluir a formação do Estado nacional brasileiro, a evolução do “Espírito do Povo” (TANAGINO, 2013, p. 12).

O movimento era completamente imbricado em simbolismos. Desde as camisas verdes, a bandeira azul e branca reluzente, a adoção do *sigma*, como símbolo e “marca”, passando pela saudação “*Anauê*” – “você é meu irmão”, em tupi –, que no gestual com a mão em riste, quase emulava a saudação nazista alemã (BARBOSA, 2006). Mesmo com algumas divergências internas, a esse respeito, Plínio Salgado era “categórico”, como lembram os autores Caldeira Neto e Gonçalves:

(...) acabar com a simbologia representaria o fim do integralismo, pois identificava que era esse o elemento de motivação da população, visto por ele como ignorante e sem condições alguma de compreender a doutrina, mas que, no entanto, tinha orgulho em vestir a camisa verde (2020, p. 17).

Essa preocupação com a simbologia imiscuía-se com o forte apelo nacionalista, “o símbolo lembra que o nosso movimento tem o significado de integrar todas as forças sociais do país na suprema expressão da nacionalidade, daí, a nossa luta para implantar o estado integral”¹⁵, o que acabou por atrair muitos representantes do campo da extrema-direita para o movimento integralista¹⁶ (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020).

¹⁵ MOVIMENTO ultrapassado S/P. Disponível em: <<http://www.integralismo.org.br/?cont=825&ox=2>>. Acesso em 02 de janeiro de 2021.

¹⁶ Vale ressaltar que, para além do movimento integralista, o Brasil também contou com um Partido Nazista, estruturado conforme as regras e diretrizes do III Reich, sendo, inclusive a maior célula fora da Alemanha. Em alguns momentos e locais, esse partido nazista se aliou e dividiu espaço com o Partido Integralista. Ver em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/02/08/historia-partido-nazista-no-brasil.htm>>. Acesso em 23 de setembro de 2022.



Figura 2 – *Sigma*: símbolo adotado pelo movimento integralista brasileiro.
Fonte: integralismo.org.

Esse nacionalismo era um “retorno às raízes brasileiras”, por isso, e, em oposição ao fascismo italiano e ao nacional socialismo alemão, o fascismo brasileiro exaltava os indígenas – a saudação “*Anauê*” é uma expressão tupi –, aceitava os negros – a AIB mantinha fortes relações com a FNB (Frente Negra Brasileira), movimento de intelectuais negros –, e consagrava o homem do interior como “o verdadeiro brasileiro”. Era, portanto, imperioso a “mistura das raças”. O negro, o branco e o indígena, seria uma só raça, convergente e unificada, a “eugenia positiva” (SENTINELO, 2010).

Esse nacionalismo era, inclusive, motor contra a internacionalização da “ameaça comunista” e da “democracia liberal”, elementos essenciais para a dissolução do nacionalismo e a degradação de valores morais de pertencimento pátrio e familiar. Assim, o Estado Integralista, responderia “às angústias dos homens, geradas pelo Estado Liberal Democrático e pelas formas jurídicas, onde os governos não têm autoridade para proporcionar o equilíbrio da sociedade” (BARBOSA, 2006, p. 75).

No tocante ao “perigo vermelho”, Tanagino aponta que:

(...) o comunista se tornaria figura indispensável nas narrativas que exploravam a temática do “mito conspirativo”. Neste aspecto, o anticomunismo foi um dos mais fortes sentimentos compartilhados pelos camisas-verdes, razão de uma campanha paralela de policiamento cultural, espionagem e terrorismo (2013, p. 14).

Personalidades e grandes nomes da intelectualidade dos anos 30 fizeram parte do movimento integralista, mas o movimento tinha à frente uma tríade. Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale formavam o núcleo central da ação integralista. Enquanto, Salgado e Reale disseminavam o anticomunismo e o antiliberalismo, Barroso centrava-se no antissemitismo (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020, p. 20).



Figura 3 – *Anauê!* A saudação à bandeira azul (foto em p/b) com o sigma no centro.
Fonte: integralismo.org.

Embora se fale em algo como “01 milhão!”, inclusive, dito pelo próprio Salgado, os números do integralismo são incertos, e os dados mais otimistas dão conta de algo entorno de 300 a 500 mil membros, o que dada a época, a estimativa populacional, sua distribuição no território brasileiro, enfim, mesmo 400 ou 500 mil já seria um expressivo contingente, o que, deste modo, torna a AIB no primeiro partido de massas do país (CAVALARI, 1999; GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020).

O Estado Integral previa uma sociedade ainda com classes, todavia, uma sociedade de classes sem conflitos, uma sociedade centrada numa líder carismático, que baseado no lema “Deus, Pátria e Família”, tangenciaria o projeto de Estado corporativista, “para isso precisamos que todos os brasileiros estejam unidos (...). Por isso, a Nação precisa de organizar-se em classes profissionais. Cada brasileiro se inscreverá na sua classe” (SALGADO, 1932, p. 02).

No entanto, as pretensões do Plínio Salgado beiravam a megalomania, já que para seu líder e mentor, “não se tratava apenas de um movimento”, mas, além disso, era “uma nova concepção de vida”, um novo paradigma e um novo “método” de construção do saber, que o autor denominou “integral” (TANAGINO, 2013). E prossegue o autor quanto às pretensões do chefe do movimento integralista:

Para compreendermos a profundidade e ousadia das expectativas projetadas pela doutrina pliniana, devemos atentar para seu “sentido” teleologicamente explicado com a elaboração de uma Filosofia da História própria, a qual previa a realização da quarta e última. Era da humanidade, a *Era Integralista*, também chamada de *Quarta Humanidade*. Tratava-se de uma realização de pretensões universalistas que teria início com a implantação do “Estado Integral” no Brasil, “destinado” a propagar essa nova cultura política por todo o globo (TANAGINO, 2013, p. 13).

Não obstante a ousadia do líder fascista brasileiro, o movimento integralista teve vida breve, foi obstado tanto pelas lutas antifascistas dos comunistas e dos anarquistas, quanto pela ditadura de Getúlio Vargas, que nesse caso, solapou o movimento integralista quando relegou todos os partidos políticos à ilegalidade, e, posteriormente perseguiu seus membros devido ao “golpe integralista de 38”, ou como ficou também conhecido, a “Intentona Integralista”.

O *putsch* do movimento se deu pelas insatisfações com as promessas não cumpridas por Getúlio¹⁷ aos líderes integralistas, que lhe apoiaram em troca da promessa de participação do movimento no governo, mais especificamente no Ministro da Educação, como lembra Leandro Gonçalves e Odilon Caldeira Neto (2020, p. 59), “esse fato despertou um estado de revolta nos camisas-verdes, que, no limite, foram levados ao levante armado”.

Embora a ocorrência deste fato, vale frisar que, mesmo posto na ilegalidade pela ditadura getulista, a ação integralista não foi perseguida como foram os comunistas, o Partido Comunista (PCB)¹⁸, sobretudo. Inclusive, foram beneficiados por meio da institucionalidade política, através do PRP (Partido da Representação Popular), partido que, com algumas adequações formais foi fundando para abrigar os antigos integralistas, dando-lhes condições formais e materiais de existência (CALIL, 2000). O que fica bem explicado nessa explanação do professor Gilberto Calil:

A fundação do PRP representou a retomada do projeto político integralista com algumas adaptações formais. Ela se tornou possível após Plínio Salgado e outros líderes do movimento reformularem a doutrina integralista e adaptarem seu discurso, minimizando a importância de temas como o corporativismo e o antiliberalismo que, em virtude da participação do Brasil na II Guerra Mundial, se tornaram incômodos. O partido teve seu registro partidário aceito e sua doutrina considerada democrática pelo Tribunal Superior Eleitoral. Sua “conversão” à democracia se deu através da adoção de uma definição peculiar de “democracia cristã” (CALIL, 2000, p.127).

¹⁷ Para além do autoritarismo e de certa divergência com o Integralismo, Vargas teve ele mesmo um governo de aproximações com nazifascismo, muito em função do anticomunismo. Assim, embora festejado por alguns progressistas pela criação da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), que por seu turno teve uma livre inspiração na *Carta del Lavoro*, uma espécie de tratado principiológico, para relações de trabalho do ditador fascista Benito Mussolini, o nosso Código de Processo Penal, de 1941, com inúmeras modificações, mas ainda vigente, teve como matriz ideológica o *Codice Rocco* (1930), código de processo penal italiano da mesma época. Além disso, por um período, a polícia política de Getúlio, como a de vários outros países, firmou acordo secreto com a polícia política da Alemanha nazista, a Gestapo, para atuar no combate ao comunismo internacional e o anarquismo. Inclusive, o poderoso chefe da polícia do DF a época, Filinto Müller, foi responsável por designar a participação de pessoal (o capitão do EB, Henrique de Miranda, que ironicamente, depois comporia a FEB) em um evento em Berlim que durariam cinco dias, e contaria com participação de Heinrich Himmler da SS. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/politica/evidencias-mostram-ligacao-entre-estado-novo-e-alemanha-nazista-53515.html>>. Acesso em 23 de setembro de 2022.

¹⁸ Isso, no entanto, não impediu que comunistas, como Agildo Barata, por exemplo, presos por Vargas, inclusive, tão pouco o partido (PCB), comemorasse e congratulasse o próprio Getúlio Vargas pela empreitada contra os “camisas-verdes” (MONTEIRO JÚNIOR, 2014, p. 117-118).

Em 1955, o PRP lançou a candidatura de Plínio Salgado à Presidência da República, eleições vencidas por Juscelino Kubitschek. Dissolvido 1965 pelo AI-2, boa parte dos seus integrantes agrupou-se na ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido criado durante o bipartidarismo, que tinha como finalidade de dar sustentação política à ditadura-militar.

A redemocratização levou-os a articularem-se partidariamente sem muito sucesso¹⁹, até a “chegada” ao PRONA (Partido de Reedificação da Ordem Nacional), do Dr. Enéas Carneiro, “sem que, contudo tenha havido a reciprocidade almejada”²⁰. Mas eis que em 2002, com um recorde de votos, o Éneas Carneiro é eleito deputado federal, levando consigo outros quatro deputados, entre eles, Elimar Máximo Damasceno, uma entusiasta do integralismo, inclusive, seu assessor, Paulo Fernando da Costa²¹, era um “camisa-verde”, filiado a Frente Integralista Brasileira (FIB) (CALDEIRA NETO, 2016).

A relação da FIB com o Prona foi quase imediata, pois, ao contrário de outros grupos integralistas, enxergou nesse meio um espaço para a articulação e divulgação de seus ideais. Elimar Damasceno passou a ser um de entusiasta e divulgador da doutrina integralista. Os projetos de lei de Elimar Damasceno eram marcados pelo forte conservadorismo. Entre as dezenas de planos apresentados, é possível mencionar a tentativa de proibição do beijo em público entre casais homossexuais e as proposições contra o aborto e o feminismo. Em outro projeto de lei, escrito em parceria com o então deputado Jair Bolsonaro (Partido Progressista), Damasceno propunha a homenagem a Mário Kozel Filho, militar morto durante a ditadura em ação praticada pelo grupo guerrilheiro Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020, p. 178-179).

Esse período de estruturação e ascensão do PRONA funcionou como uma espécie de momento sabático para esses grupos congeladores do integralismo. Esses grupos se voltaram para si, tentando construir e preservar uma memória interna. Mas, com a dissolução do PRONA²², e logo em seguida a morte de Éneas Carneiro, tanto a FIB, quanto a MIL-B (Movimento Integralista e Literalista Brasileiro), despertou para o “ativismo virtual”, e mais

¹⁹ Os “herdeiros do sigma” tentaram fundar o Partido de Ação Nacionalista (PAN), sem sucesso, devido às divergências internas, que conjecturavam ainda a criação do Partido de Ação Integralista (PAI), e até mesmo a refundação da AIB. Nesse momento, “a extrema-direita de inspiração fascista estava dividida em pequenas organizações, como: a) Ação Nacionalista; b) Partido Nacional-Socialista Brasileiro; c) Partido Nacional Revolucionário Brasileiro; d) Movimento Pátria e Liberdade; e) Ação Integralista Brasileira; f) Movimento Pátria Livre; g) Frente Nacionalista (FN); h) Ação Nacionalista Democrática (ANDE) (Direita luta pela “boquinha”, 1989) etc.” (CALDEIRA NETO, 2020).

²⁰ A relação entre o PRONA e integralistas, é descrita no 4º capítulo da tese de doutorado de Odilon CALDEIRA NETO, “**Nosso nome é Enéas!**”: Partido de Reedificação da Ordem Nacional (1989-2006), 2016.

²¹ O assessor do então deputado Elimar Damasceno, tentou ele mesmo eleger-se deputado algumas vezes, uma delas pelo próprio PRONA. Posteriormente, em 2019, foi nomeado “assessor especial” da ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), Damares Alves, do governo Bolsonaro.

²² O PRONA se fundiu ao Partido Liberal (PL) dando origem ao Partido da República (PR).

tarde, discretamente em 2016, foram às ruas nos protestos contra a ex-presidente Dilma Rousseff (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020).

É nesse turbilhão de ocorrências, a direita radical e a extrema-direita avançam no terreno da direita brasileira, como avança a ponderação da refundação de partidos com a ARENA (dá época da ditadura-militar), bem como, a fundação do Partido Militar Brasileiro (PMB), prometido como “a solução para endireitar o país”, além da própria criação de partidos inspirados no fascismo integralista, e a guinada de partidos já à direita, para a direita radical. Nesse meio tempo que partidos como o PRTB (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro), do “folclórico” Levy Fidelix – e também do atual vice-presidente da República, o general Hamilton Mourão –, já “surfando na onda conservadora”, sinalizam à direita radical, fomentando uma “relação com tendências mais radicais, inclusive com grupelhos neofascistas, como a Frente Nacionalista” (CALDEIRA NETO, 2020).

A Frente Nacionalista, fundada em Curitiba, enunciava inspiração tanto no integralismo de Plínio Salgado como no fascismo italiano e nas organizações de Oswald Mosley, além das formas de atuação de grupos neofascistas em diversas localidades, como Ucrânia, Itália e França. Além disso, o PRTB ensejou potenciais relações com alguns pequenos agrupamentos skinheads (Caldeira, 2016b), no entanto, o impacto midiático negativo arrefeceu essas cooperações de modo significativo (CALDEIRA NETO, 2020, p 133).

Os integralistas e seus simpatizantes estão presentes em outras áreas da política atual. Em 2017, Breno Zarranz, membro destacado da Accale²³ (Associação Cívica Cultural Aracy Lopes Estrella), recebeu homenagem na Câmara dos Vereadores de Niterói (RJ) em nome de Gumercindo Rocha Dórea, da tradicional editora GRD, responsável pela publicação de livros de teoria integralista, livros favoráveis à ditadura militar, além de obras de ficção científica, e romances brasileiros, como o primeiro romance de Rubem Fonseca²⁴, patrocinado pelo IPES. O mimo foi proposto pelo então vereador Carlos Jordy, do PSL (Partido Social Liberal), atualmente deputado federal e vice-líder do governo Bolsonaro na Câmara. Curiosamente, um

²³ Tem como patrono o destacado integralista Aracy Lopes Estrella. É um grupo autônomo, sem estrutura rígida e em disputa no contexto do “neointegralismo”, embora “converse” com outros grupos integralistas e alguns neointegralistas, como a própria FIB. Segundo o professor Odilon Caldeira, os grupos “neo” dividem-se no geral em duas tendências: uma mais conservadora, outra mais radical. A primeira filia-se principalmente, à tendência do integralismo católico de Plínio Salgado. Já as tendências mais radicais tendem ao integralismo de Gustavo Barroso, radical, intolerante, antisemita e conspiracionista. Além do nacionalismo, anticomunismo, antiliberalismo do primeiro. Ver também em: <<http://noticiasdosigma.blogspot.com/2018/01/plinio-salgado-e-aracy-lopes-estrella.html?m=1>>. Acessado em 25 de dezembro de 2021.

²⁴ “Os prisioneiros” (1963), primeiro romance de Rubem Fonseca, que também teve editado “A coleira do cão” (1965). Fonseca trabalhou elaborando projetos econômicos para o governo Goulart, pelo IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), mas antes disso, foi por breve período comissário de polícia, no 16º distrito de polícia, em São Cristóvão, Rio de Janeiro.

dos presentes à homenagem foi o senador Flávio Bolsonaro (PL), na época deputado estadual (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020).

Outra liderança destacada da Accale era o integralista Eduardo Fauzi Cerquis, membro de mais de uma década da FIB (presidente da seção fluminense da Frente Integralista), e filiado ao PSL desde 2001, apontado pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ) como o principal suspeito de atacar com coquetéis *molotov* à sede da produtora Portas dos Fundos, na véspera de natal de 2019 por conta do especial da produtora, intitulado “A primeira tentação de Cristo”, que retratava Jesus Cristo como gay (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020).

Apesar de todos os embates com o antifascismo, e da resistência de outrora do campo progressista ao fascismo à brasileira, pouco adiantou. O integralismo, e os movimentos neointegralistas, neofascistas e neonazistas estão aí, mais vivos que nunca, se enramando na sociedade com erva daninha.

1.3 O ANTIFASCISMO: ONTEM, HOJE E SEMPRE

Assim como o termo Fascismo voltou à baila, seu oponente, o Antifascismo mais recentemente também se popularizou. A morte de um homem negro, George Floyd, asfixiado pela polícia, suscitou uma crescente de protestos nos Estados Unidos que se espalhou pelo mundo. A violência registrada em muitos desses protestos, que muitas vezes se dirigia as autoridades, principalmente a polícia, levou autoridades atônitas, como o ex-presidente Donald Trump, a agrupar esses revoltosos, e a elegê-los como inimigos²⁵. Nascia assim para o grande público os *Antifas*. Outro termo que se notabilizou na esteira do fascismo.

Então o que é o antifascismo? E quem são os Antifas? Para alguns autores, como Nigel Copsey (2016), o antifascismo nasce com o fascismo. Sendo assim, o antifascismo uma resposta ao fascismo, é um “contramovimento” ao fascismo. Já os Antifa ou Antifas²⁶ não são um grupo ou uma organização, embora retiradas vezes “ações antifascistas” sejam erroneamente assim classificadas.

A verdade é que o antifascismo é uma ideia, uma orientação, um movimento não coeso, nem organizado, que une pessoas com visões de mundo distintas, por vezes opostas, em uma luta comum que desagua em atividades, sobretudo de “ações diretas²⁷” contra fascistas.

²⁵ Ver aqui: <<https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/post/2020/06/01/entenda-quem-sao-os-antifas-que-trump-acusa-de-orquestrar-os-protestos-nos-eua.ghtml>>. Acesso em 05 de dezembro de 2021.

²⁶ É simplesmente a abreviatura da palavra Antifascista.

²⁷ Essas “ações diretas” puderam ser vistas e conhecidas mais no Brasil nos idos de 2013, nas chamadas “jornadas de junho”, através da tática “*black bloc*”, que tal qual o termo *Antifa*, foi usado pela imprensa e por autoridades

“Dependendo dos contextos locais e da política, *Antifa* pode ser descrita como uma espécie de ideologia, uma tendência, ambiente, ou uma atividade de autodefesa” (BRAY, 2019), embora nada impeça que grupos adotem ações, criem simbologias e denominações antifascistas.

Deste modo, adeptos de táticas e ações antifascistas, em agrupamentos ou não, podem cultivar simbologias próprias que contraponha extremistas de direita, ou fascistas. Assim, além da estética violenta do dano, sobretudo a cultura capitalistas, alguns símbolos estéticos marcaram as ação antifascista. O mais icônico deles talvez seja as bandeiras sobrepostas, criada pelos revolucionários, Marx Kelson e Max Bivard (BALHORN, 2018; BRAY, 2019).



Figura 4 – Bandeira *Antifa*: as bandeiras sobrepostas (o vermelho, comunistas; o preto, anarquistas).
Fonte: Wikimedia Commons.

O berço do antifascismo foi à Itália fascista de Mussolini, e a Alemanha nazista de Hitler. Nesses ambientes conturbados, o antifascismo ficou historicamente marcado pelos vandalismos e pelas disputas territoriais em brigas de rua, no mais das vezes protagonizadas por anarquistas contra fascistas (COPSEY, 2016), mas também contra as polícias.

Assim, “a primeira organização antifascista militante a resistir aos esquadrões de Mussolini foi o *Arditi del Popolo*, fundada em Roma pelo anarquista Argo Secondari, no final de junho de 1921” (BRAY, 2019). Nela, congregavam trabalhadores e intelectuais anarquistas, e, também socialistas, comunistas, e católicos. Mussolini usava o termo “antifascista”, para descrevê-los, e empregando a *OVRA – Organizzazione per la Vigilanza e la Repressione dell’Antifascismo*, uma espécie de polícia secreta, para vigiá-los e reprimi-los (BALHORN, 2018).

Posteriormente, mas não menos importante, foi à vez da Alemanha nacional-socialista, onde, inclusive, ocorreu pela primeira vez o uso do termo “ação antifascista”, pelo Partido Comunista Alemão, e publicado em seu jornal, o *Rote Fane*. Assim, em maio de 1932, iniciou-se o consenso para uma *Antifaschistische Aktion*, como uma ampla aliança nacional, que

como se fossem um grupo, uma organização. Para saber mais: SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, Willian. **Mascarados**: a verdadeira história dos adeptos da tática *Black Bloc*, 2014.

contava com a participação de outros partidos e seguimentos da sociedade nas mais diversas orientações do espectro político de esquerda, como os sociais-democratas, comunistas, socialistas e anarquistas engajados no combate a repressão legal, e na autodefesa contra as patrulhas nazistas (BRAY, 2019).

A Antifaschistische Aktion visava fornecer uma estrutura na qual, pessoas de todas as classes sociais pudessem ser reunidas em uma livre coligação para combater a repressão econômica, social e, acima de tudo, criar uma base de defesa sobre a qual, sociais-democratas e comunistas poderiam se unir contra os nazistas (BRAY, 2019 n.p).

Esses movimentos foram sufocados pelas polícias fascistas, e, apesar do fracasso, a tradição desses movimentos foi capaz de sobreviver, ecoando em outros países, como ocorreu no Brasil. Assim, com as mudanças econômicas, culturais e políticas da sociedade, impostas décadas de 1920 e 1930 pelo avanço dos movimentos nacionalistas e do fascismo, tanto na Itália, como na Alemanha, antifascistas e militantes de toda ordem e matrizes ideológicas, opositores a esses governos e regimes refugiaram-se pelo mundo. Muitos deles aportaram no Brasil, fugindo das perseguições políticas que ocorriam nos seus países de origem, ajudando assim a compor o repertório de lutas antifascistas que já se expressavam também o Brasil (BERTONHA, 1993; CASTRO, 1999).

Como era de se esperar, esses imigrantes antifascistas trouxeram consigo os acirramentos políticos internos que refletiam a impossibilidade, ou na possibilidade tardia, da formação de uma frente única antifascista italiana para combater o fascismo. A tentativa de criação de um bloco para combater o fascismo expresso no Brasil pelo integralismo, bem como no autoritarismo da ditadura varguista, ocorreu de maneira turbulenta, marcada por conflitos quanto à forma de enfrentamento (BERTONHA, 1998).

Mas os acirramentos ocorrerem mesmo com o advento da criação da AIB, que passou a sobrepujar o cenário político nacional, o que precipitou na união de forças que se opunha ao poder central, seus apaniguados, bem como os opositores de ocasião e da fachada. Nesse sentido, a influência e a participação dos antifascistas italianos foram arrefecendo, ou foram simplesmente tendo a concorrência dos antifascistas brasileiros da LC (Liga Comunista) e do PSB (Partido Socialista Brasileiro) (CASTRO, 2002).

Uma importante frente de combate foi a Aliança Nacional Libertadora (ANL), de Luís Carlos Prestes, antigo tenentista, desiludido com “a revolução de 1930”, agora ligado ao PCB (Partido Comunista Brasileiro). Fundada em março de 1935, na cidade do Rio de Janeiro, pretendia além de combater o fascismo dos integralistas, derrubar o governo Vargas.

(...) a Aliança Nacional Libertadora buscava inicialmente reunir vários grupos ideológicos que lutavam pelos conceitos democráticos e antifascistas, levados agora a se unificar dentro dessa frente Nacional. A ideia central consistia em lutar pela tentativa de confrontar e derrubar o avanço do fascismo no Brasil e ao mesmo tempo buscar pela democracia, sem se importar muito com os objetivos primários que cada determinado grupo que formava a Aliança tinha em seus próprios interesses (DE ANDRADE, 2016, p. 1117).

Mas antes da ANL, em junho de 1933, outra frente importantíssima de luta contra o fascismo foi criada, a FUA (Frente Única Antifascista), com pretensões de agregar todo o espectro à esquerda, a FUA combateu o fascismo brasileiro no debate público, no engajamento, e em confortos de rua. E como ela se pretendia ampla, seu ato de fundação contou com diversas entidades e movimentos antifascistas da época, como o PSB, o Grêmio Universitário Socialista, a União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), Legião Cívica 05 de Julho, a LC, a seção paulista do Partido Socialista Italiano, o Grupo Socialista “Giacomo Matteotti”, além da revista “O Socialismo” e os jornais “O Homem Livre”, entre muitos outros. Outros grupos apoiavam eventualmente e pontualmente a FUA, como os anarquistas, a Frente Negra Socialista (FNS), e o PCB, que por orientação da III Internacional (1928) desprezava outras correntes políticas à esquerda, e não aderiram, mas em determinados momentos participaram dos embates promovidos pela FUA (CASTRO, 2002).

De todo modo, os movimentos antifascismo congregados ou não, passaram a confrontar o fascismo da ação integralista, cada vez mais forte e influente no cenário brasileiro, tanto na imprensa²⁸ como nas ruas.

E foi às ruas o palco dos episódios mais marcantes desses conflitos duradouros. Como os confrontos não ficaram apenas pela imprensa, passou a ocorrer também naquilo outrora se chamava de tête-à-tête. Não demorando em descambar para a violência física, e até mortal. Afinal, a essa altura a AIB já contava com uma estrutura militar, “a Milícia Integralista, transformada, posteriormente, após a Lei de Segurança Nacional, em Secretaria de Educação (moral, cívica e física)” (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020).

²⁸ Diversos jornais antifascistas, no geral independentes, foram lançados para combater a propaganda integralista – que, geralmente, tinha espaço na imprensa oficial, como, por exemplo, o jornal *Correio do Noroeste*. Entre esses jornais de apoio aos antifascistas, cita-se *A Plebe*, periódico anarcossindicalista paulista, criado ainda em 1917, tinha como principal objetivo trazer informações crítica sobre o fascismo italiano. Outro jornal importante da época foi o *Alba Rossa*, criado em 1919, tinha por objetivo principal circular entre a comunidade italiana de São Paulo. Era declaradamente libertário e antifascista. O *La Difesa* foi também um importante jornal antifascista, fundado em 1923, frequentemente buscava apoio e reconhecimento das organizações antifascistas da Europa. Outro bom exemplo foi o periódico *O Homem Livre*, de 1933, que com bom humor e muita arte, buscou combater o fascismo em sua curta duração (1933-1934), além do semanário humorístico carioca *A Manhã* (1926), do Barão de Itararé (Aparício Torelly), que inclusive, foi o responsável pelo apelido de “galinhas verdades” dado aos integralistas (BERTONHA, 1993; CASTRO, 2002; BENEVIDES, 2016; GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020).

Assim, os maiores confrontos diretos ocorreram em novembro de 1933, num comício da FUA, na “Associação das Classes Laboriosas”, o evento foi invadido pelos integralistas da AIB, que foi prontamente revidado pela FUA em um comício da AIB em dezembro do mesmo ano. Já em outubro de 1934, em Bauru, São Paulo, a AIB marcou um grande evento em comemoração ao aniversário da “revolução de 30”. O evento contaria com a participação de Plínio Salgado, mas terminou em um grande conflito, pois a FUA compareceu ao local, e o saldo final foi um morto, e diversos feridos (CASTRO, 2002).

O episódio teve repercussão nacional, e foi capitalizado politicamente pelos integralistas, tendo em vista que o morto, Nicola Rosica, servente operário, era um integralista, e morreu defendendo os ideais de “nacionalismo”, “hierarquia”, “ordem” e “disciplina” do integralismo (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020, p. 53).

Entretanto, o evento mais simbólico desses conflitos foi famosa “Batalha da Praça da Sé”, que por seu simbolismo virou tema de livros, peça de teatro e música. Assim, em 07 de outubro 1934, a AIB organizou grande evento alusivo à proclamação do Manifesto Integralista, novamente, contaria com a presença de “chefe”, Plínio Salgado. Por sua vez, os antifascistas arrefeceram das diferenças, FUA e PCB, contando com o apoio do tenente da Força Pública, João Cabanas, e outros militares, além de alguns anarquistas, decidiram por um evento no mesmo local. Para conter os ânimos de ambos, supostamente, já que a AIB foi autorizada a comparecer ao local, mas a FUA não, o governo mandou homens da Infantaria de Polícia Militar, do Regimento de Cavalaria, Guarda Civil e até dos Bombeiros (CASTRO, 2002; ABRAMO, 2014; GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020).

Mas o conflito foi inevitável. E, assim, ao se depararem uns com os outros, uma “chuva de balas” cobriu a Praça da Sé, logo, um corre-corre, culminando com mortos e feridos. Vários “camisas-verdes”, muitos com suas camisas rasgadas, foram vistos correndo; outros deixando-as pelo chão, contribuiu com a anedota da “revoada das galinhas verdes”, ou ainda “integralista não corre, voa” (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020).

Apesar das piadas, o fato foi bastante grave, terminando com dezenas de feridos, e seis pessoas mortas. Três eram guardas civis, dois militantes integralistas, e um militante antifascista. Todos, prontamente transformados em mártires por seus espectros político-ideológico. A partir do trágico evento, houve uma intensa campanha contra o governo Vargas, inclusive com um abaixo-assinado, que foi publicado no jornal *A Pátria*, que exigia a apuração e julgamento do ocorrido, por meio de uma “comissão jurídica popular de inquérito” (CASTRO, 2002; ABRAMO, 2014; GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020).

Em dezembro de 1934 houve a adesão dos sindicatos e partidos de outras regiões, e uma intensa campanha contra o governo e por explicação, deixando assim de ser uma questão somente referente ao julgamento popular de um militante, mas também, e principalmente, sobre questões mais amplas, como as várias denúncias de desaparecimento de lideranças sindicais e políticas, que, por consequência, levou a resistência da esquerda a tencionar direta e completamente contra o regime varguista (CASTRO, 2002).

Já sob Estado de Sítio, e com a Lei de Segurança Nacional em vigor, o governo Vargas obstando qualquer possibilidade de comissão popular julgadora, a FUA foi então dando lugar um novo movimento, uma ampla frente de setores progressistas, não somente de esquerda, “a favor de amplas reformas na sociedade que caracteriza a “frente popular” diluiu a luta antifascista na luta mais ampla por reformas e contra as forças conservadoras e reacionárias”, a ANL. E assim as lutas antifascistas foram, então dando lugar, as rebeliões comunistas, incorporando de vez o PCB (CASTRO, 2002).

Após um relativo hiato, em meados dos anos 70, início dos anos 80, os movimentos antifascistas ressurgiram novamente, com relativa força na Europa, especialmente na Inglaterra, ainda com ligações a operários e estudantes, sobretudo, agora focavam mais à oposição de manifestações da extrema-direita e do neonazismo que, igualmente ressurgia com bastante expressividade (COPSEY, 2016).

Aqui no Brasil, o termo voltou à tona com os protestos de junho de 2013, principalmente pelas ações dos chamados *Black Blocs*, ou “mascarados”, permanecendo em voga por toda a década, inclusive, mais recentemente, com os protestos “vidas negras importam”, contra a morte de Floyd nos Estados Unidos, que se espalhou pelo mundo, como vimos no início do capítulo.

Ainda que o movimento e as ações de hoje não seja um elo direto com a história do movimento antifascista italiano e alemão, vestígios ainda são encontrados como o questionamento ao Estado, a lei, quanto a real disposição e compromisso em combater o autoritarismo e o fascismo. Sobretudo, quando esse mesmo Estado, em sua representação judicial e policial, reflete um alinhamento – e até proteção – com organizações neonazistas e neofascistas²⁹, tal qual ocorreu no início século passado (BALHORN, 2018).

²⁹ **Exploring Right-Wing Extremism in Germany's Police and Military** – *Der Spiegel*. Disponível em: <<https://www.spiegel.de/international/germany/the-dark-side-of-state-power-exploring-right-wing-extremism-in-germany-s-police-and-military-a-0600aa1e-3e4e-45af-bfc9-32a6661e66ef>>. Acesso em 30 de setembro de 2020; **Five German police suspended over neo-Nazi threat to lawyer** – *The Guardian*. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/dec/17/five-german-police-suspended-over-neo-nazi-threat-to-lawyer>>. Acesso em 30 de setembro de 2020; **Centenas de casos de extremismo de direita na polícia alemã** – *DW Deutsche Welle*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/centenas-de-casos-de-extremismo-de-direita-na->

Frente Única Antifascista³⁰

Antifascismo nas ruas de São Paulo
 Tarde de outubro de 34
 Na ação direta contra os fachos local
 Mobilizando a corrente libertária e social
 Pra combater os camisas-verdes
 Velhos seguidores de Plínio Salgado
 Nas casas da Rua Anita Garibaldi
 Até a coragem da coluna da morte
 Armas engajadas no alto dos prédios
 Próxima batalha na Praça da Sé
 Frente Única Antifascista!
 Frente Única Antifascista!
 Vermes fascistas, imitadores baratos
 De seus amores de Berlim e Roma
 O grande espetáculo já vai começar
 Balas começam a pipocar pelo ar
 Do olhar assustado, ao refúgio
 Na sua correria, pareciam galinhas
 Galinhas verdes, sua podre ideologia
 Dos antifascistas, todos corriam
 Fuga desordenada, louca debandada
 Camisa-verde fracasso integral

Frente Única Antifascista!
 Frente Única Antifascista!



Figuras 5 – Livros sobre o confronto entre integralistas (AIB) e antifascistas (FUA) na Praça da Sé (SP). “A Revoadada das Galinhas Verdes”, Flávio ABRAMO e “A Batalha da Praça da Sé”, Eduardo MAFFEI.

Fonte: Venta e Amazon.

pol%C3%ADcia-alem%C3%A3/a-55072577.Acesso em 30 de setembro de 2020; **Militares conservadores desafiam Macron e abrem crise na França.** *EL Pais*. Disponível em:<<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-05-12/militares-conservadores-desafiam-macron-e-abrem-crise-na-franca.html?outputType=amp>>.Acesso em 30 de setembro de 2020; **Policial britânico é condenado por pertencer a um grupo terrorista neonazista** – *Publico*. Disponível em:<<https://www.publico.pt/2021/04/01/mundo/noticia/policia-britanico-condenado-pertencer-grupo-terrorista-neonazi-1956921>>.Acesso em 30 de setembro de 2020.

³⁰ Música “Frente Única Antifascista” faz parte do álbum Expressão Sonora Anarco Punk (2002), da banda **Operação 81**. Disponível em:<<https://genius.com/Operacao-81-frente-unica-antifascista-lyrics>>.Acesso em 30 de setembro de 2021.

*“A polícia apresenta suas armas
Escudos transparentes, cassetetes
Capacetes reluzentes
E a determinação de manter tudo
Em seu lugar”*

Bi Ribeiro & Herbert Vianna.

2 POLÍCIA E FASCISMO

Parte da historiografia policial aponta as polícias como uma das melhores invenções disponíveis no combate as consequências desastrosas das inevitáveis mudanças sociais, culturais e urbanas decorrentes do avanço do liberalismo e da revolução industrial. Por outro lado, a outra parte aponta a mesma criação como sendo a mais engenhosa forma de controle social e expurgo de indesejáveis (REINER, 2004; NEOCLEOUS, 2000).

O que parece não fomentar tantos embates na historiografia, ou em qualquer outro campo de debate, é quanto ao caráter ou mesmo aos apoios aos autoritarismos e congêneres. É por isso que regimes autoritários de pretensões totalitárias e fascistas não ascendem ao poder, e, tão pouco se mantêm lá, se não com a complacência e a conveniência dos órgãos oficiais de Estado. Seja essa complacência em menor ou em maior grau, ao ponto de, mais tarde, esses mesmos órgãos oficiais acabarem engolidos pela perspectiva totalitária.

As relações de (e com) poder, mais essa espécie de onipresença leva a sociedade a crer que os sistemas judiciais e policiais estão aptos, ou são direcionáveis a frear os ímpetus autoritários e as ambições fascistas de determinadas autoridades e suas clagues, não sendo, contudo, aquilo que costuma correr na prática, embora enclaves de resistência, aqui e ali, ocorram. E a este respeito, sinaliza Bayley (2017, p. 205), “a polícia afeta os processos políticos não apenas pelo que ela pode fazer, mas também pelo que ela deixa de fazer”.

Não por acaso, os estados autoritários, e os regimes totalitários são comumente chamados de “estados policiais”, dado o caráter e a expansão da atividade policial nesses estados, bem como, o nível de abertura e o exercício das liberdades vivenciadas pela sociedade (BAYLEY, 2017, p. 203).

Embora não especificamente com esse proposto, na Europa do século XV, entre o esgotamento do feudalismo e o surgimento do capitalismo é que começa a se desenhar o conceito de polícia tal qual existe hoje. Mas as “polícias modernas” vão surgindo mesmo entre os séculos XVIII e XIX com a expansão do capitalismo, da industrialização, com o surgimento do “Estado Moderno” (NEOCLEOUS, 2000; VITALE, 2021).

Na Europa continental, as exigências do desenvolvimento econômico que acompanha um formidável progresso das cidades estão na origem dos esforços que permitem limitar progressivamente a violência social e dão origem as primeiras formas de polícia pública. O desenvolvimento das atividades comerciais e a organização das grandes feiras, como a da Champagne, que põem em relação os negócios da Europa do Norte com os da Europa do Sul, focalizam a atenção dessas polícias nos grandes itinerários (MONET, 2006, p. 43).

A burguesia e as elites dominantes da época compreenderam rapidamente algumas consequências de mudanças tão rápidas. Homens sem senhores, livres, despojados das florestas e das terras que sempre ocuparam, chegam às cidades, desalojados, desempregados e muitas vezes famintos, buscavam algum conforto, e algum trabalho no novo setor industrial, mas poderiam também promover muitos prejuízos e confusões (MARX, 2017; VITALE, 2021).

Nesse caso, observa-se o nascimento de organizações fiscais em consonância com forças militares e policiais, numa intensa simbiose do econômico com o militar/policial. Essa situação se mantém, ainda que com funções diferentes, mas que a meu ver, não se separam, uma vez que órgãos fiscais têm determinado poder de polícia e que muitas intervenções militares serão efetivadas por conta de questões econômicas (BORDIN, 2020, p. 103).



Figura 6 – Pintura retrata polícia contendo ataque a comboio de cargas.
Fonte: *Le Petit Journal*.

Nascidas da preocupação dos comerciantes e “pequenos burgueses”, especialmente, com os despossuídos e os desordeiros que frequentavam as feiras e quermesses (*custodes nundinarum*), ao pudor fiscalizador dos clérigos, que impunham rígidos códigos de conduta e vestuário, passando pelo combate a incêndios, e, obviamente, na cobrança de impostos dos

governos e reinados (MONET, 2006), os corpos de polícia poderiam fazer de tudo. Como, aliás, ocorre ainda hoje.

Deste modo, era imperioso o controle geográfico das cidades, para que no processo de vigilância, manter os indesejáveis distantes, além da repressão “intramuros” contra as lutas trabalhistas, que impulsionava discursos insidiosos contra o trabalho, e contra o patronato. Esse papel desempenhado desde sempre pelos aparatos militares e policiais, foi fundamental na acumulação do capital (NEOCLEOUS, 2000; VITALE, 2021).

As forças empresariais que outrora “financiaram” os corpos de polícias embrionárias das polícias modernas, e que de certa forma, ainda hoje exercem controle, ou influência sobre o Estado, tendiam a aproximar-se do fascismo, pois eram refratários ao discurso trabalhista dos socialistas, que naquele momento crescia (GENTILE; FELICE, 1988). Também se alhanavam as polícias os encantados com os discursos saudosistas de nacionalismo e simbologias litúrgicas, que neste contexto seria quase que como um cooptação natural, e por isso, “policiais e fascistas não raro preparam em cumplicidade as agressões contra as organizações operárias” (GUÉRIN, 2021).

A brigadas fascistas dispõem, desde sempre essa época, não apenas de subsídios de seus financiadores, mas também de apoio material e moral das forças repressivas do Estado: polícia, carabineiros, exército. A polícia recruta para as brigadas incitando marginais a se inscreverem nelas, prometendo-lhes toda espécie de vantagens e indulgências. Empréstos seus veículos aos brigadistas, recusa os pedidos de licença de porte de arma apresentados pelos operários e camponeses, prorroga, ao contrário a validade das licenças concedidas aos fascistas. A força pública era instruída a ficar a postos enquanto os fascistas atacavam “os vermelhos” e a só intervir se estes resistissem (GUÉRIN, 2021, p. 124).

Logo de início, o fascismo compreendeu que a penetração nos corpos de polícia ia das camadas mais baixas às mais altas, mesmo que de forma diversa, e isso poderia lhe ser favorável, tanto em um possível cooptação voluntário, como involuntária. E foi crendo nesse papel preponderante das polícias que tão logo ascenderam ao poder, que os fascistas buscaram assumir e transformar essas instituições, embora o processo de fascistização³¹ tenha ocorrido

³¹ Hitler conseguiu isso na Alemanha de forma mais intensa, e muito mais abrangente que Mussolini na Itália, pois atingiu não apenas as polícias, mas todo o sistema de justiça criminal. No entanto, o processo de nazificação da polícia alemã não ocorreu do dia para a noite. Além das peculiaridades do momento, a descentralização e fragmentação das polícias na Alemanha, e as próprias disputas internas das forças de segurança, paramilitares e militares, e seus comandantes nazistas – havia uma disputa interna entre os comandantes da SA (Ernst Röhm), da SS (Heinrich Himmler) e do Heer – *Wehrmacht*, antes da ascensão nazista, *Reichswehr* – (Werner von Blomberg), as Forças Armadas alemã – dificultaram essa centralização imediata. A centralização total de todas as forças policiais, militares e paramilitares só viria ocorrer em 1936, após episódios como o da “noite das facas longas” (em que a SA foi expurgada e incorporada pelas outras forças, seus líderes e comandantes destituídos, com prisão e morte), ficando todas as forças sob o controle do líder SS, Heinrich Himmler (BERTONHA, 2021). Ver mais em:

paulatinamente, ainda antes dos movimentos virarem regimes, e com amplitudes diferentes na Itália e na Alemanha (COGGIOLA, 2015; BERTONHA, 2021).

No caso alemão, no início do regime, parte da polícia era cética em relação ao Partido Nazista, pois mesmo com seu pendulo por “autoridade” e “ordem” (anseio de muitos grupos conservadores e à direita), o movimento fascista alemão havia sido bastante desordeiro e violento, tanto quanto os fascistas na Itália (e que igualmente, em certa medida, antagonizou o regime), e por isso, a polícia os investigava como aos comunistas, embora os comunistas com muito mais vigor³².

Segundo Bayley (2017), esta seria uma característica da polícia alemã em decisivos momentos históricos, como em 1848, quando “eles inicialmente defenderam a revolução, mas rapidamente mudaram de lado quando o exército interveio a favor do governo. Quando o *Kaiser* caiu, em 1918 os recrutas da polícia desafiaram ordens diretas para defender o regime”.

Mas como dito anteriormente, desde logo, Adolf Hitler (entre outros líderes autoritários) compreendeu que a vida do regime seria facilitada com a colaboração da polícia, e passou a difundir uma ideia dicotômica de mundo, o “nós” versus “eles” – de certo modo, em curso com as ideologias comunista e nazista se antagonizando –, fez questão de difundir a imagem de “defensor da lei e da ordem”, “defensor da preservação dos valores e das tradições alemães”, além passar a colaborar, e “afagar” a polícia, em contraposição aos ataques do campo operário e comunista (BAYLEY, 2017; GUÉRIN, 2021).

Como a Frente Comunista repetidamente atacasse a polícia durante a República de Weimar, entre 1918 e 1933, enquanto os nazistas (Nazi Strumabteilung – S.A.) não o faziam, os policiais começaram a ver os nazistas como seus amigos. Como resultado, durante o clímax dos eventos do começo da década de 30, eles deixaram que os nazistas acabassem com os comunistas, acreditando que uma vitória nazista seria benéfica à ordem (Liang, 1970, pp. 94-95). A omissão pode ter um efeito tão mortal quanto à ação, embora seja muito mais difícil de ser comprovada (BAYLEY, 2017, p. 206).

Assim, como os fascistas passaram a agradar as polícias, defendendo-a e blindando-a (criaram, inclusive, “o dia do policial alemão”, com desfiles e com diversas comemorações por semanas) das críticas públicas da imprensa; melhoraram e aumentaram os recursos bélicos, também reforçaram o recurso humano, com membros de suas organizações para militares; contribuíram com um pleito antigo das polícias ao recrudescer o sistema de leis e de justiça, quando “o regime impregnou o sistema judiciário com sua ideologia (como o corporativismo,

United States Holocaust Memorial Museum – *The Nazification of the German Police, 1933-1939*. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/german-police-in-the-nazi-state> >. Acesso em 21 de setembro de 2021.

³² Similar ao que foi feito aqui no Brasil por Vargas com os comunistas e integralistas.

e a partir de 1938, o racismo antissemita) e de seus métodos (...). Também controlou os magistrados e, progressivamente, os colocou em posição cada vez mais subordinada” (BERTONHA, 2021), tanto na Itália, como, sobretudo, na Alemanha, além de “fecharem” os olhos para a violência, tanto de suas forças policiais, como das forças paramilitares³³.

(...) a valorização da cultura militar está intrinsecamente atrelada ao marco referencial bélico, tendo o período de atuação dos militares nazistas como exemplo, tem-se, então, que razão militar se fortalece por processos sociais baseados no enaltecimento de elementos tais quais a honra, a coragem, a camaradagem e a naturalização da violência em detrimento de aspectos que reconheçam a humanidade das vítimas (FRANÇA, 2019, n.p).

Para além das influências “naturais” dos órgãos de justiça e de polícia para com o fascismo, e o autoritarismo, outros fatores também sobrevinham para garantir essa lealdade, já que, principalmente, no que diz respeito às polícias, seus corpos eram (são) basicamente formados pelas classes subalternas.

Assim, era fomentada a rigidez disciplinar, conduzida por simbologias e por práticas violentas contra os próprios policiais, especialmente, os tidos como indisciplinados; a homogeneização dos indivíduos, tanto no caráter intelectual (não há espaço para a divergência), quanto na apresentação pessoal, e até na aparência física, que pende a uniformização. Além disso, o apelo à ascensão social, pois a posição social da maioria dos policiais à época já era monetariamente superior à boa parte dos trabalhadores, o que ajudava a fomentar conflitos internos, já que policiais vinham exatamente das classes que eles próprios teriam de reprimir (NEOCLEOUS, 2000).

A polícia inglesa – paradigma da noção de força policial moderna – adotava como medida básica a dura disciplina militar e enfrentava com um número enorme de demissões a resistência dos policiais a conformarem-se ao modelo de trabalhador padrão, sóbrios (...). Todo esforço era feito para isolar o policial de seus pares trabalhadores, controlando seus locais de moradia, investigando as candidatas a esposa dos policiais, proibindo a frequência a bares e a contração de dívidas (BRETAS, 1998, p. 221).

A despeito da controversa que atribui a “invenção da polícia” como grande feito da sociedade moderna na contenção do caos, da desordem e do crime generalizado, foram os passos dados por esta mesma sociedade na direção dessa nova ordem que fecundou, gestou, pariu e alimentou a desigualdade, a miséria e pobreza, bem como, a delinquência, o crime e o

³³ Ver também: **United States Holocaust Memorial Museum** - *German Police in the Nazi State* Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/german-police-in-the-nazi-state> >. Acesso em 25 de dezembro de 2021.

caos que agora com a repressão da polícia essa mesma sociedade tenta combater e (sem muito sucesso) eliminar.

2.1 POLÍCIA, MILITARES E DOCTRINAS DE SEGURANÇA ANTICOMUNISTAS E FASCISTIZADAS NO BRASIL

No Brasil, o primeiro sinal de um corpo de polícia mais estruturado³⁴ ocorreu no século XIX, com a Intendência Geral de Polícia (1808)³⁵, e logo em seguida a Guarda Real de Polícia, ou Divisão Militar da Guarda Real de Polícia (1809)³⁶, que chegou com a Coroa Portuguesa, como aponta Marcos Bretas (1998). Entoando os discursos típicos de segurança que à época ocorria na Europa, “manutenção da ordem”, “bem-estar”, a Intendência trouxe ainda a ideia de renovação e desenvolvimento da colônia, profissionalizando a atividade, desvinculando-a da domínio privado, e levando-a para a esfera pública, o que seria “instrumento do governo português que levaria à transformação da cidade do Rio de Janeiro em sede do Império” (CARVALHO, 2008).

Muito embora esse marco fundacional das polícias no Brasil não seja unanimidade na historiografia, como lembra Albert Cotta (2006, p. 32): “Muitos Estudiosos têm como marco de funcionamento da polícia no Brasil, a criação da Intendência Geral de Polícia e da Divisão Militar da Guarda Real da Polícia do Rio de Janeiro”, mas ele salienta que “esse foi o ponto de chegada e não de partida para entender a natureza do sistema luso-brasileiro de polícia”.

Durante parte do século XIX as autoridades incursionaram por inúmeros experimentos visando à implantação de corpos polícias pelo Brasil. Assim, “o policiamento cotidiano das cidades, das vilas e das províncias competia à nova milícia nacional e aos corpos de polícia criados nas províncias” (FARIA, 2004, p. 120). Todos com processos de recrutamento e da remuneração diversos (com algumas similaridades), mas com objetivos completamente

³⁴ Bem antes, desde meados do século XIX, já havia instrumentos de manutenção da ordem pela força, com anuência das autoridades. As *Ordenanças*, por exemplo, eram tropas civis, convocadas a mando do Rei; depois, atuaram as *milícias*, que já eram *corpos militares* de vassalos, embora não pertencentes às forças regulares do exército português. Por isso, embora a visão mais difundida de uma espécie de fundação das polícias no Brasil seja com a chegada da Coroa, não é unânime. Ver mais em: “**Breve história da polícia militar de Minas Gerais**” (2006) e “**Matrizes do sistema policial brasileiro**” (2012), de Francis Albert COTTA.

³⁵ Intendência Geral de Polícia da Corte e Estado do Brasil foi criada pelo alvará de 10 de maio de 1808 (posteriormente, em 22 de junho, no **Decreto n. 15** criou-se os oficiais da Polícia, com suas competências). – *Portal do Planalto*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/alv/1808/alv-10-5-1808-1.html>. Acesso em 20 de dezembro de 2021. Mais informações sobre atividades e outros aspectos da Guarda Real da Polícia, ver em: “**Guarda Real da Polícia do Rio de Janeiro: um estudo sobre as atribuições da primeira instituição policial ostensiva brasileira (1809-1831)**”, de André Luís Cardoso de AZOUBEL ZULLI (2018). Disponível em: <<https://bitly.com/HGdZri>>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

³⁶ **Decreto 13** 13 de maio de 1809. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/dim/1809/DIM-13-5-1809-3.html>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

comuns, sendo: a captura de escravizados foragidos, o combate aos quilombos, à contenção de levantes e sedições populares e a manutenção do controle social dos desajustados, dos despossuídos e dos escravizados.

Portanto, na prática, além da manutenção do controle social para a exploração e manutenção dos privilégios das classes elitizadas, havia a manutenção da escravidão, o controle dos escravizados e despossuídos aos moldes do que as “protopolíCIAS” e os capitães-do-mato já faziam, inclusive, quando de sua extinção, alguns capitães-do-mato foram incorporados a Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro (EGE, 2017, p. 19-20).

A denominada Esquadra do Mato era uma pequena força policial, com até cinco soldados, comandada por um capitão-do-mato. Esses se vinculavam aos juizes de paz, que podiam suspendê-los quando não merecessem mais sua confiança, nomeando outros interinamente. Em cada distrito, não poderia haver mais do que duas esquadras. A lei que a instituiu não previa salários nem fornecimento de armas e munições para seus integrantes. Os capitães receberiam prêmios pelos escravos capturados, o dobro dos valores anteriormente estabelecidos para os campestres: 20.000 réis por cada um aprisionado em quilombo; 10.000 réis “pelo que andar a corso”; e 2.000 réis pelo encontrado nas cidades, vilas e povoações, e até uma légua distante das mesmas. Os prêmios e as despesas com alimentação e custódia dos escravos nos “depositários públicos”, enquanto não fossem resgatados por seus senhores, tudo deveria ser pago pelos proprietários dos escravos. Eles ficavam obrigados a arcar, também, com as gratificações que anunciassem, quer em cartas particulares, quer em anúncios públicos ou em promessas feitas diretamente aos juizes de paz. Bastava um capitão-do-mato comprovar ter havido uma promessa desse teor, para a burocracia estatal intermediar seus interesses. É o que reza a lei (FARIA, 2004, p. 172).

A propósito, quanto ao recrutamento, embora com variações, no geral se dava nas camadas mais baixas da sociedade, diferentemente do que ocorria na Europa, ao menos inicialmente no Brasil a atividade policial contribuía pouco para a mobilidade social dos recrutados, que embora devessem ser voluntários, não era incomum que fossem forçados (BRETAS, 1998), pois as “péssimas condições de vida e de salários proporcionadas às praças não atraíam voluntários” (FARIA, 2004, p. 12).

O engajamento no corpo militar não significava uma mudança de *status*, ou o imediato afastamento de sua condição anterior de filho, irmão, amigo ou amante; muito ao contrário, o exercício da atividade policial jamais conferiu atributos positivos na sociedade brasileira, e os policiais conviviam com os mesmos problemas de outros grupos de trabalhadores, e talvez com mais alguns problemas (BRETAS, 1998).

Mas para outro seguimento da historiografia, essa mobilidade social para “homens de cor”, poderia sim ocorrer, embora fosse bastante demorada e onerosa. “Soldados de cor

capacitados poderiam alcançar o oficialato sendo que concedidos os direitos e privilégios correspondentes, também exerceriam papel eficaz no governo colonial” (MOTA, 2018, p. 21).



Figura 7 – *Capitão-do-mato* conduzido negro escravizado.
Fonte: Senado Federal.

Marcos Bretas (1998) insiste que na maioria das vezes o recrutamento voluntário que se dava pelo “corpo das praças”, geralmente era em razão de “algum possível escravo fugido buscando proteção e melhores condições de trabalho”, ou no caso dos quadrilheiros ou/e capitães-do-mato, como dissemos outrora³⁷. Contudo, quando forçados, os recrutamentos eram bem violentos, incluído torturas e prisões, o que gerava além da rejeição à profissão, um quadro abrangente de indisciplina e sedições, inclusive por parte dos familiares³⁸ e recrutados.

O chicoteamento e o uso da golinha (uma argola de ferro que prendia a pessoa pelo pescoço) e do bolo (pancada de palmatória), como forma de punição disciplinar, eram bastante comuns naqueles tempos (...) para além das penosas condições de trabalho e dos modos aviltantes de disciplinamento, havia outros tipos de violência física que eles eram obrigados a enfrentar, tais como o enforcamento pendurados nos mastros e os trabalhos forçados em condições perigosas (SOUSA, 2012, p. 16).

Ao longo do tempo, foram diversos os motins e revoltas nos corpos de polícias e das forças armadas, geralmente com cunho corporativista, boa parte foi retratada pela historiografia, e entre eles, a famosa “Revolta da Chibata” (1910), liderada pelo notório João Cândido, o

³⁷ Ver mais em: **Antologia do negro brasileiro** (2005) de Edison CARNEIRO.

³⁸ Em “**Mulher**: Historiografia e participação política no Rio Grande do Norte (1920 -1930)” (2001), Francisco Jeronimo de MEDEIROS FILHO, retrata o episódio conhecido como “300 subversivas”, um protestos de mulheres contra o alistamento forçado de maridos e filhos para combater na Guerra do Paraguai. Disponível em:< <http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/>>. Acesso em 01 de agosto de 2022. Já João Fernando Barreto de BRITO, em seu artigo, “**Não ao Peso, Não ao Recrutamento**: Os Quebra-quilos e as autoridades públicas no Rio Grande do Norte (1874–1875)”, parte do episódio conhecido como “Quebra-quilos”, para retratar “outras manifestações contrárias ao recrutamento no Rio Grande do Norte ganharam ainda mais destaques no episódio conhecido como “Motim das Mulheres” ou “Guerra das Mulheres”, presentes na obra de Vingt-Un Rosado” (2021, p. 69-70). Disponível em:< <https://doi.org/10.53919/g3d3> >. Acesso em 01 de setembro de 2022.

“Almirante Negro”, que posteriormente juntar-se-ia as fileiras do movimento de inspiração fascista de Plínio Salgado, o integralismo.

Não bastasse às intempéries e a total falta de conforto a bordo dos navios, os marinheiros padeciam ainda devido à privação familiar, à proibição de estudar e de contrair matrimônio e aos preconceitos sociais variados. Os motivos para as punições eram muitas vezes, as brigas, a embriaguez e o jogo, que funcionavam como uma espécie de resistência, de válvula de escape das pressões e das condições degradantes de trabalho vigentes. Independente disso, o movimento também foi motivado pelos baixos soldos, extensa jornada de trabalho, alimentação inadequada, necessidade de instrução dos marujos e pela substituição dos “maus” oficiais (SOUSA, 2012, p. 16).

O movimento dos militares de baixa patente da Marinha de Guerra do Brasil, contra os baixos soldos e contra os castigos físicos impostos aos milicianos, impôs um motim que sitiou a cidade do Rio de Janeiro, pôs autoridades em desassossego. Seu líder João Candido, que por repercutir tanto acabou por suscitar inúmeras produções artísticas e culturais (SOUSA, 2012). De músicas a peças teatrais, passando por filmes, romances, quadrinhos e outras produções. “Salve o navegante negro, que tem por monumento as pedras pisadas do cais”, “O mestre-sala dos mares” (1974), canção-homenagem³⁹ de Aldir Blanc e João Bosco.

Essas sublevações de milicianos são parte intrínseca da história dos militares, mas também na historiografia policial do Brasil. Entretanto, foram os militares estaduais, ou nas polícias estaduais que essas movimentações reivindicatórias se enraizaram de tal forma a estarem presentes até os dias atuais⁴⁰.

(...) um grupo de mais de cem soldados da polícia se dirigiram as várias estações policiais da cidade, pedindo aos companheiros que as deixassem vazias. Assim que tomou nota dos acontecimentos, Álvaro Cova, a frente do esquadrão de cavalaria, se dirigiu a casa de correção, onde havia se dirigido grosso dos revoltosos, junto com um grupo de populares, que se manifestavam de maneira hostil ao governo.

(...) Quando muitos revoltosos se encontravam na altura das estações dos mares, o esquadrão de cavalaria apareceu, cercando muito das praças, que no mesmo instante receberam voz de prisão, sendo um total de 52 soldados de polícia recolhidos ao regimento policial (BARBOSA, 2014, p. 40).

³⁹ “O mestre-sala dos mares”, do álbum *Caça a Raposa* (1974) – Aldir BLANC e João BOSCO.

⁴⁰ Georgeochoama Duclerc Almeida ARCAHNJO. **A Massa da tropa: a greve da Polícia Militar da Bahia** (1981), 2008; Juniele Rabêlo. ALMEIDA. **Tropas em Protesto: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros do ano de 1997** (doutorado) - USP, 2010; Cleide Magali dos SANTOS. **Da Ordem e das Desordens: sobre manutenção da ordem pela PM nas ações coletivas de protestos em Salvador na primeira década do século XXI** (doutorado) - UFBA, 2014; Aretuza Pereira SANTOS. **A greve da polícia militar da Bahia no campo do discurso: disputas pelo sentido.** (doutorado) - UNEB, 2016; Guilherme Figueiredo BENZAQUEN. **Os saques em Abreu e Lima na greve da Polícia Militar de Pernambuco em 2014** (doutorado) - UFPE, 2020; Paulo Henrique Matos de JESUS. **Oh, a polícia parou!!! A polícia parou!!!** O movimento reivindicatório realizado pelos militares estaduais do Maranhão no ano de 2011. (mestrado) - UFM, 2020.

A chegada da República e a virada do século marcaria uma relativa mudança no fazer policial das tropas brasileiras, que assoladas por movimentações, precisavam se modernizar. Afinal, estavam à prova novas dinâmicas; uma nova “conformação social em que o estatuto social da escravidão havia recém-desmoronado, o fluxo de imigrantes se acerbava, a economia cafeeira ocupava as ‘terras ignotas’ e a população aumentava exponencialmente” (ROSEMBERG, 2012). As tropas passaram a se chamar de Corpos Militares de Polícia, e com a relativa autonomia adquirida pelas antigas províncias, agora Estados, as polícias passaram a ter certa autonomia.

Ainda que os legisladores não tivessem determinado o formato e a orientação da nova polícia – que, de fato, não foram estabilizados pelo menos até 1901 – o espírito institucional, de pronto, procurou emparelhar-se à aura de modernidade a resplender nos vários matizes teóricos e retóricos que haviam dourado a investida republicana (...). Havia, então, de se superar a decadência e o atraso, botar atrás as reminiscências de tempos passadiços. Se a instituição demoraria a se “modernizar” no seu estofo, ao menos renovasse prontamente à heráldica (ROSEMBERG, 2012, p. 334).

A República não investiu na invenção de nenhuma roda, apenas renomeou, e remodelou aos moldes dos novos arranjos sociais. Além das prometidas reformas arquitetônicas, que trariam modernidade europeia, também aos moldes do velho mundo, foram adotados os discursos cientificista da criminologia etiológica, inspirada em Lombroso e Bertillon, que aquele tempo era sucesso por lá (BRETAS, 1997; SANTOS, 2009).



Figura 8 – João Cândido: o “Almirante Negro” lê as reivindicações dos marinheiros amotinados.
Fonte: Blog do Ítalo.

Antes desse discurso positivista da criminologia europeia aportar no Brasil, segundo Holloway (1997), praticamente todos os casos julgados pelo Intendente de Polícia, até meados

do período oitocentista, se relacionavam com os escravizados (95%), de modo que eles fossem réus ou culpados. E mesmo com a abolição, durante bom tempo, esse quadro pouco se alterou. No entanto, em um momento, os ex-escravizados iriam dividir a atenção da polícia. E o momento se deu com a chegada da leva de trabalhadores-imigrantes, que fora do mercado de trabalho, passaram juntamente com os ex-escravos a figurar no rol dos indesejados.

A crescente massa de trabalhadores urbanos condicionou o incremento de contingentes populacionais alijados do mercado formal de trabalho, pessoas que, não absorvidas pela crescente indústria paulista, viviam nos interstícios da economia urbana, mas aos olhos das autoridades muitas vezes pareciam desocupadas, tornando-se presença incômoda. Era preciso vigiá-los, controlando assim suas potenciais tendências à criminalidade (DOS SANTOS, 2005, p. 37).

Da contenção das revoltas escravas, e pobreza dos ex-escravizados, a imposição dos novos padrões de civilidade impostos a recente República, já que agora “os policiais buscavam, sobretudo impor um padrão de conduta representativa do grau de civilização que as elites ambicionavam” (DOS SANTOS, 2005), havia agora também as greves operárias, que cobria os grandes centros do país, mas principalmente, São Paulo, bem como, o disciplinamento dos miseráveis e dos desocupados, não inseridos no mundo do trabalho.

No entanto, essa mediação de movimentos grevistas por parte da polícia, não passava de uma tentativa de manutenção do *status quo*, obstruindo ou frustrando os movimentos, que obviamente, contavam com a oposição dos empresários e dos industriais em conluio com os chefes de polícia, e até mesmo com os policiais (BRETAS, 1997; DOS SANTOS, 2005). Por isso, não raro, surgia nos jornais, mormente nos jornais dos trabalhadores, “denúncias de que o empresariado se utilizava dos aparelhos policiais (...) durante uma greve em uma fábrica de tecidos, seu proprietário percorrera a casa de muitos operários acompanhados pela polícia, intimidando-os para que retornassem ao trabalho” (DOS SANTOS, 2005, p. 37-38).

A grande novidade era a criação de uma delegacia para investigar exclusivamente as greves e os movimentos políticos de contestação. O Dops, como ficou conhecido, teria um fichário próprio, além de uma verba especial. Tão logo a delegacia entrou em atividade, foram-lhe fornecidos pelas fábricas mais de cem mil cartões com os dados dos seus operários. Três anos depois, o Gabinete de Investigações ganhou um prédio próprio para acomodar um arquivo de mais de 200 mil prontuários (MARTINS, 2011, p. 262).

Ocorre que esses pressupostos não eram tão simples assim como pode parecer. Embora o patronato contasse “com o amparo ideológico dos grandes veículos de imprensa”, e com o aparato de repressão estatal, como lembra Marco dos Santos (2005), esse mesmo aparato repressor vinha, no mais das vezes, exatamente do mesmo lugar que ele deveria reprimir.

Afinal, as praças dos novos corpos militares de polícia se “originavam” pelas cercanias. Portanto, acomodações e acordos ocorriam não tão frequentes como os conflitos violentos, é verdade, mesmo assim, ocorriam. “A população do Rio de Janeiro percebe que a polícia não é só o agente repressivo, sabe que muitas vezes vai agir para resguardar aquilo que o queixoso considera seu direito” (BRETAS, 1985, p. 54).

Eram sempre, portanto, movimentos de idas e vindas com constante mutação. Por isso, o empresariado estava sempre disposto a amparar-se nos órgãos e nas instituições tradicionais, em detrimento de benefícios aos trabalhadores. Deste modo, essas mesmas instituições tentavam fazer crer que as agitações políticas eram incompatíveis com o decoro e a placidez de nossa sociedade (DOS SANTOS, 2005).

O fato dessas reivindicações de cunho grevista ser impulsionada por imigrantes, muitos deles vindo para o Brasil exatamente por conta de atos similares em sua Terra Natal, além do “fantasma vermelho”, decorrente da revolução russa, corroborava e agrava ainda mais a percepção e os discursos difamatórios e contrários aos movimentos paredistas no Brasil. Inclusive, a cooperação entre órgãos e instituições de justiça e de polícia, pautava-se também, e, sobretudo, na vigilância dos tidos como “subversivos”.

Entre 1901 e 1915, pelo menos, o governo da Itália manteve junto ao seu corpo consular em São Paulo um comissário de polícia, chamado Cesare Alliota-Bronner, com o fito de manter sob vigília as atividades “subversivas” no seio da comunidade italiana. Num relatório de 1909, este funcionário nos dá pistas da ação da polícia de São Paulo em seu combate ao movimento operário organizado (DOS SANTOS, 2005, p 38).

Logo, constatava-se que as trocas e as comunicações dos “governos” fascistas, e órgãos governamentais “fascistizados”, com os governos e órgãos governamentais do Brasil. O que de certo modo, acaba por influenciar tanto nas atuações desses órgãos e instituições, quanto na prática política de governo.

Assim, em ditaduras e regimes autoritários, as polícias são submetidas e aparelhadas, como no caso do Estado Novo, mas no geral não se cria uma polícia específica, como ocorreu nos casos italiano e alemão, que cada um a seu modo, criou forças paramilitares e polícias políticas – a Itália criou a *Milizia Volontaria per la Sicurezza Nazionale* (MVSN), e a *Organizzazione per la Vigilanza e la Repressione dell' Antifascismo* (OVRA), embora a fascistização do Estado não tenha sido abrangente ao ponto de eliminá-lo. Já a Alemanha foi um pouco mais complexa, além de ter criado as milícias *Sturmabteilung* (SA), *Schutzstaffel* (SS), e *Staatspolizei* (Gestapo), o processo de fascistização do Estado foi abrangente e centralizador, ao ponto de submeter completamente as forças policiais e judiciais –, “mas foi

potencializada a polícia política que já existia, tanto em termos de recursos e poderes, como na perspectiva centralizadora e na radicalização ideológica, especialmente no tocante ao anticomunismo” (BERTONHA, 2021).

Desta forma, ainda de acordo com o autor supracitado, as ditaduras fascistas, totalitárias, tão incorporadoras precisaram ter suas estruturas eliminadas com o advento da queda desses regimes (o que não impossibilitou à incorporação de parte do seu pessoal as instituições anteriormente existentes, como no caso da SS, na Alemanha, e da ORVA, na Itália, incorporadas as polícias regulares de seus países) –, diferentemente das ditaduras militares autoritárias, que, geralmente não necessitavam de uma eliminação completa de suas estruturas (BERTONHA, 2021).

Sendo assim, não era difícil para as classes dominantes brasileiras controlar as instituições, apoiar e insuflar o poder repressivo dessas instituições contra os setores populares; já temido e ojerizado por ela. Assim, ao longo de meados da década de 1930 a metade da década de 1960, houve uma espécie de aproximação entre setores do estado e grupos empresariais brasileiros com setores do empresariado e de serviço público europeu e estadunidense (DA SILVA, 2020).

(...) muitos ex-combatentes poloneses permaneceram no Brasil. Incluindo o próprio coronel Kara, que, além de se vincular ao Centro Brasileiro da Europa Livre, foi sócio fundador da União Cultural dos Poloneses no Brasil e professor da Escola Superior do Estado-Maior (Correio da Manhã, 15/07/1955; Tribuna da Imprensa, 15/07/1955). Em 1949, ele foi eleito membro do conselho fiscal da sociedade por ações Distribuidores Unidos do Brasil S.A., que tinha Alfred Jurzykowski como um de seus sócios⁴⁴¹. Jurzykowski, que também era polonês, em 1953 traria a Mercedes Benz – fabricante de automóveis alemã – para o Brasil. Sobre ele, o general Edmundo Macedo Soares e Silva, vice-presidente dessa empresa entre 1960 e 1967 e primo de José Carlos de Macedo Soares. O general Góes Monteiro – que tinha reassumido o Ministério da Guerra em agosto de 1945, quando o general Dutra deixou o posto para concorrer à presidência da república – teve ainda contato com outros exilados poloneses. Um deles foi o coronel Arczyl Bek Jedigaroff, que lhe apresentou a ideia de criar uma unidade anticomunista, que funcionaria sob o disfarce de um escritório voltado a encontrar vagas de trabalho para os imigrantes europeus no Brasil. Segundo informações reunidas no início de 1947 por E. W. Ridings, adido militar assistente da embaixada norte-americana, o general Góes Monteiro aceitou a proposta do coronel polonês, mas antes que pudesse levantar adiante qualquer plano a respeito, ele foi enviado novamente ao Uruguai, para reassumir sua posição no Comitê de Defesa Política do Continente (DA SILVA, 2020, p. 291).

Essa estreita ligação das forças armadas e polícias com órgãos, principalmente de polícia europeu e estadunidense, possibilitou a formação e a capacitação destes por meio de cursos e de formações que, conseqüentemente, permitiram também o contato com grupos internos com

ideologias anticomunistas⁴¹ e de extrema-direita, além de remanescentes do nazifascismo. Portanto, o fomento agenciador, financiador e formador das forças armadas e das forças polícias estrangeiras, em especial, as forças estadunidense, era uma forma de contrainsurgência, ou contrarrevolução, com vistas à época ao combate do comunismo, principalmente (SCHRADER, 2019; DA SILVA, 2020).

O fim da Segunda Guerra Mundial deu início aos esforços de reconstrução dos Países Aliados (Plano Marshall), e a ambiciosa missão dos Estados Unidos da América (EUA) de consolidar-se como potência hegemônica global. Como tal, foi dado início também a reconstrução das Potências do Eixo, além é claro, dá permanente guerra contra o comunismo, agora personificado nas revoluções da China, e da Indochina, no Sudeste Asiático, e na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (DA SILVA, 2020).

Uma das principais tarefas de reconstrução pelos Aliados, capitaneados pelos Estados Unidos, aos países derrotados, foi à reformulação total de suas polícias, especialmente as da Alemanha e do Japão. Assim, os vácuos de poder surgindo diante do cenário de instabilidade, precipitou a produção maciça de relatórios capazes de municiar o governo de Washington com informações para as estratégias mais adequadas à ocupação desses vazios, sobretudo, aos países alinhados ou dependentes. Então, para além da infiltração nas instâncias governamentais, e, digamos na burocracia da política institucional, houve uma infiltração robusta, principalmente em forma de apoio, financiamento, treinamento e até em equipamentos para as forças armadas e para as polícias desses países (SCHRADER, 2019).

A partir de 1950 sob a supervisão da *Central Intelligence Agency* (CIA), e do alto escalão das Forças Armadas, oficiais do Exército e da polícia estadunidense iniciaram o projeto de apoio, financiamento e treinamento de forças armadas e polícias pelo mundo. Schrader (2019) estima que por volta de 52 países, em mais de 10 anos tiveram suas forças de segurança pública e exércitos assistidos, equipados e treinados pelo *The Office of Public Safety* (OPS), que foi um programa da *United States Agency for International Development* (USAID). Já Vitale (2021, p. 94) aponta que esse programa distribuiu aos departamentos de polícia estrangeira mais de 200 milhões de dólares em armas e equipamentos, e envolveu cerca de 1.500 agentes militares e policiais no treinamento de mais de 1 milhão de agentes de segurança pelo mundo. Esse programa iniciou as atividades em 1962, encerrando-as em 1974, pelo

⁴¹ Como doravante veremos cada vez mais recorrentemente o termo, cumpre pontuarmos a compreensão e seu significado. Assim, anticomunistas são “os indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou ação” (MOTTA, 2002). Portanto, o anticomunismo é necessariamente a oposição aos ideais comunistas, ao comunismo – que, por sua vez, em apertada síntese é, a idealização de Marx e Lênin, materializada no modelo soviético pela Revolução Bolchevique.

Congresso dos Estados Unidos, quando surgiram denúncias que ligavam equipamentos e agentes a casos de tortura, desaparecimentos e assassinatos no Cone Sul, especialmente, no Brasil e Argentina (RABE, 1999; SCHRADER, 2019).

Assim, várias iniciativas foram tomadas no Brasil, entre elas a criação de órgãos e institutos que apoiassem a iniciativa. Deste modo, o Ministério das Relações Exteriores através da Secretaria de Estudos Interamericanos (SEI) conseguiram incentivar e financiar inúmeras participações e empreitadas de grupos anticomunistas, e, além disso, contaram com o apoio e o financiamento do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) que, por sua vez, foram apadrinhados pelo Estado Brasileiro – especialmente o IPES –, e financiados por governos dos Estados Unidos – principalmente, o IBAD –, pela igreja católica, e mais uma gama de empresários brasileiros e seus apaniguados, tendo, portanto papel na formatação do golpe civil-militar de 1964, mas, fundamentalmente na ocupação e remodelação do Estado pós-golpe (DREIFUSS, 2006; DA SILVA, 2020).

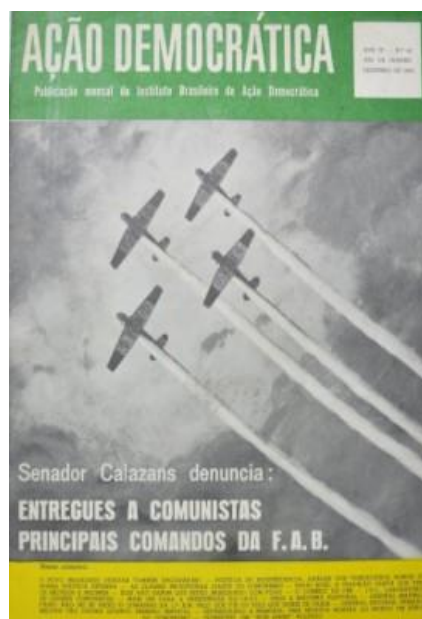


Figura 9 – Cartaz de publicidade do IBAD.
Fonte: Wikipédia.

O IPES surgiu no seio da Escola Superior de Guerra (ESG), idealizado por oficiais de alta patente, e pelo grande empresariado brasileiro, tendo como meta além do combate ao “comunismo de João Goulart”, por meio da aglutinação dos mais diversos grupos sociais, a elaboração de projetos para uma reforma de base governamental, e a formação de lideranças, sobretudo sindical. Como a formação do IPES contou com apoio estadunidense, o SEI o contactou, de forma expressamente sigilosa, propondo a interlocução e a colaboração de ambos, o que passaria a contar com outros agentes, e instituições, como o SESI (Serviço Social da

Indústria), que também possuía “um setor anticomunista”; a *think tank* “anticomunista”, IBAD, que teve sua criação motivada para o combate aos “vestígios comunistas de Juscelino Kubitschek”, possuindo estreitíssimas ligações com a CIA, e Forças Armadas, direcionou-se a cooptação e formação de lideranças e direções sindicais (DREIFUSS, 2006; DA SILVA, 2020).

A ESG estava diretamente vinculada ao Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e seu surgimento (1948)⁴² se deu a partir da forte influência de militares brasileiros treinados por militares estadunidense, tanto que a escola foi estruturada conforme as bases da *National War College* (NWC), sua similar estadunidense. Dito isto, não se pode afirmar também que a ESG ficou adstrita apenas à influência estadunidense, afinal, muito antes, desde a “Missão Militar Francesa sediada no Brasil entre 1919 e 1939”, os militares brasileiros já mantinham contato com militares de outras forças (França e Argentina, nesse caso), que além de tudo, disputava hegemonia doutrinária com os Estados Unidos (CHIRIO, 2012; DA SILVA, 2020).

Entre outras coisas, a ESG foi responsável pela formulação de uma Doutrina de Segurança Nacional (DSN), estabelecida no Manual Básico da Escola Superior de Guerra – tendo como colaboradores diretos o IPES e o IBAD –, e um dos subprodutos dessa Doutrina foi o Serviço Nacional de Informação (SNI), que tinha como função investigar e eliminar “inimigos internos”, que neste caso, eram os brasileiros discordantes, subversivos e etc. Foi então que, os Atos Institucionais (AI) foram sendo “baixados”, cada vez mais invasivos, e desta forma, foram também consolidando a DSN e, por conseguinte, a ditadura militar (COMBLIN, 1980; ALVES, 2005).

Segundo Helena Alves (2005, p. 40), a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, em sua versão latino-americana⁴³ estava bastante vinculada às teorias geopolíticas conservadoras e anticomunista, com elementos do conceito de “guerra total⁴⁴” completamente influenciado pelo contexto de “guerra fria⁴⁵”, e serviu para o “treinamento

⁴² A Escola Superior de Guerra foi instituída pelo **Decreto nº 25.705**, de 22 de outubro de 1948 - *Câmara dos Deputados*. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-25705-22-outubro-1948-340304-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em 22 de dezembro de 2021.

⁴³ Em seu pioneiro livro, “**A ideologia da segurança nacional: O poder militar na América Latina**” (1978), Joseph COMBLIN atribui exclusividade e pioneirismo das teorias de segurança nacional estadunidense sobre o pensamento militar latino-americano. Maud CHIRIO (2012) contesta essa ideia, e diz que embora a influência dos EUA, ela não foi a única, tendo existido outras influências, além das próprias especificidades nacional.

⁴⁴ Conceito moderno de conflito prolongado e alcance ilimitado, em que os envolvidos podem mobilizar todos os seus recursos industriais, tecnológicos, naturais, militares e, inclusive, humanos contra um inimigo – no caso, o comunismo – “luta contra o agente comunista infiltrado” (CHIRIO, 2012). O general Golbery do COUTO E SILVA (1981, p. 24), diz que foi ampliada também “na escala do tempo, incorporando em si mesma o pré-guerra e o pós-guerra como simples manifestações atenuadas de seu dinamismo avassalante”. Para Eric HOBBSAWM (1995, p. 29-60), a Primeira Guerra Mundial inauguraria este conceito – segundo autor, a Primeira e a Segunda Guerra são um só conflito de guerra total.

⁴⁵ O conceito para Guerra Fria surgiu a partir da chamada “Doutrina Truman” (1947), e foi um conjunto de práticas adotadas pelo governo estadunidense de Harry Truman (1945-1953), que tinha como meta conter o avanço da

profissional e ideológico tanto dos militares brasileiros de alta patente quanto de altos tecnocratas da burocracia de Estado”.

(...) a maior preocupação, no Terceiro Mundo, deve ser com a guerra revolucionária, e não com a possibilidade de guerra limitada ou total. A União Soviética, de acordo com essa visão, considera a guerra revolucionária, a maneira mais eficaz de levar a efeito seu próprio destino imperial, que depende do controle dos países do Terceiro Mundo (ALVES, 2005, p. 44).

Assim, a formação moderna das FA, especialmente o EB, imiscuiu-se de tal forma com a Doutrina de Segurança, que hoje, talvez fosse impossível separá-las.

Ela parece apagada das discussões públicas, mesmo sendo uma realidade ideológica que deixou marca decisiva em nossos rumos históricos e ainda exerce influência. A Doutrina de Segurança Nacional é mais que um conjunto de princípios de defesa, guerra ou organização militar. É mais que uma formulação feita para combater a ameaça militar da guerrilha. Ela é uma ideologia. Mais do que uma mera doutrina de segurança pública, ou do que uma relíquia da Guerra Fria, a DSN é uma concepção ideológica das relações, com explicações abrangentes sobre fenômenos sociais, e uma concepção militar do Estado que explica a importância da “ocupação” das instituições estatais por parte dos militares, que seriam o pilar mais sólido da ordem social e da preservação política (ORTEGA; MARIN, 2019, p.111).

Contudo, cabe nos dizer que, embora sua estruturação, essa teoria (DSN) não está só, ainda que a outra corrente seja bem menos difundida, a Doutrina de Guerra Revolucionária Francesa⁴⁶ (ou teoria de Guerra Revolucionária), que muitas vezes é citada (erroneamente, diga-se) nos trabalhos sobre Doutrina de Segurança como sendo parte integrante, um componente da DSN, através de uma base ideológica latina, partilhada e importada dos EUA (CHIRIO, 2012).

Segundo Martins Filho (2012, p. 521), parte da confusão se deve ao fato do pioneirismo do padre Joseph Comblin, um crítico ferrenho das ditaduras-militares latino-americanas, que em sua visão foram, completa e exclusivamente inspiradas nas doutrinas de segurança criadas pelos Estados Unidos. E de fato, em seu texto, Comblin sintetiza nas Doutrina de Segurança estadunidense a ideia da Guerra Revolucionária francesa.

Foi também nos Estados Unidos que se formou a ideia de guerra revolucionária, que vai tornar-se o prato predileto dos militares latino-americanos, a partir do momento em que entram em funcionamento os colégios militares destinados a preparar os oficiais e soldados na região do Canal do Panamá. 1961/1962 são os anos em que o conceito inicia sua carreira triunfal nas Américas (COMBLIN, 1980, p. 44).

“ameaça comunista”, principalmente sobre os “elos fracos”. Segundo Joseph COMBLIN (1978), “na realidade deve ser entendida como uma forma de guerra política, econômica ou psicológica: a Rússia pratica uma guerra fria; seus atos devem ser compreendidos como atos de guerra. No entanto, se seu desejo de guerra não se exprime por ações militares, é porque se trata de uma nova espécie de guerra”.

⁴⁶ Ou simplesmente, Guerra Revolucionária (GR).

No entanto, a historiadora Maud Chirio (2012, p. 20) aponta momento anterior: “a guerra revolucionária é integrada às teorias produzidas pela ESG no fim dos anos 1950: a DSN inclui então como peça central o conceito, e até mesmo o roteiro, da GR”. Portanto, o processo que imiscuiu GR e DSN, teria ocorrido muito anteriormente. De todo modo, essa simplificação é danosa, segundo Martins Filho (2008), pois além da imprecisão histórica na construção da “mentalidade militar”, essa própria mentalidade é subestimada. Suas dimensões, seu alcance, suas formas e finalidades, enfim, todo um contexto que inevitavelmente terá consequências filosóficas e práticas.

Os fracassos militares da França na Indochina (1946 – 1954) e na Argélia (1954 – 1962) impulsionou seus intelectuais militares à reflexão sobre o comportamento do “inimigo ideal-típico”, independentemente de suas vertentes, “independentista, subversivo, terrorista ou comunista” (CHIRIO, 2012, p. 20). E assim, Martins Filho (2012, p. 525), aponta que o “Exército francês parecia ter agora a oferecer mais do que um *ethos*, mas uma doutrina”, era a Doutrina da *Guerre Révolutionnaire*. Que consistia em:

A **primeira** seria a da preparação do terreno, entendido pelos coronéis franceses como a própria população que os revolucionários pretendiam conquistar. Nessa etapa os militantes agiriam sem declarar seus objetivos. A **segunda fase** se expressaria na constituição de uma rede de organizações, controladas pelos militantes. Nesse estágio formar-se-iam as bases destinadas a subverter a capacidade de ação governamental, eclodindo manifestações, tumultos e atos de sabotagem. A constituição de grupos armados, que iniciam ações de menor escala, destinadas a corroer os poderes constituídos, seria o sinal de que o processo revolucionário chegara a sua **terceira etapa**. Na linguagem dos doutrinários franceses, seria a fase do terrorismo como principal método de ação. A **etapa subsequente** seria a do estabelecimento de zonas liberadas ou *bases d'appui*, onde o Exército regular não conseguiria mais entrar, seguindo-se a formação de um governo provisório, que procuraria reconhecimento externo. Formar-se-ia então um exército regular revolucionário. A última e **quinta etapa** seria a conquista do poder na ofensiva final (MARTINS FILHO, 2012, p. 526-527) (*grifos nossos*).

Tão logo a teoria de “guerra antissubversiva” é elaborada (e vai se aprimorando), os militares brasileiros (e argentinos) passam a ter contato com ele, especialmente entre os anos de 1957 e 1960, com os adidos militares, mas principalmente, pelas missões francesas na América-Latina, em especial, a Missão Francesa de Instrução Militar⁴⁷, sediada no Brasil, mais especificamente em São Paulo. Já em 57, uma das revistas do Estado-Maior do Exército (EME)

⁴⁷ Essa Missão Militar tinha, por finalidade também, o trabalho de remodelação da Força Pública, a polícia paulista, que além das pretensões declaradas de modernização, necessárias e desejadas, diga-se, havia também objetivos políticos, pois “na perspectiva das oligarquias paulista”, precisava-se também construir um exército próprio, “um instrumento para consolidar sua posição de influência na federação”, algo que, aliás, já vinha ocorrendo desde o limiar da República (GARCIA, 2019, p. 43). Para maior compreensão da Missão Militar Francesa, ver: **Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro** (2018), Alfredo MALAN.

brasileiro, o Mensário de Cultura Militar, publicou em sua edição da primavera de 1957, um artigo intitulado “A guerra revolucionária” (CHIRIO, 2012).

Daí, seguiu diversas traduções e publicações com a temática, em diversas escolas e entidades das Forças Armadas do Brasil. Depois do pioneirismo da EME, em 57, em 1958 é a vez da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme) que, inclusive, reivindica sua inclusão no curricular escolar dos futuros oficiais; e em 1961, o Estado-Maior das Forças Armadas “organiza o doutrinação”, determinando a introdução dos principais conceitos de GR (guerra insurrecional, guerra revolucionária, subversão, guerra psicológica) na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), e na Escola Superior de Guerra (ESG) (CHIRIO, 2012, p. 22-24).

Vale ressaltar aqui que, embora possa parecer, o debate que a Doutrina de Guerra Revolucionária Francesa acende em nada menor o anticomunismo de nossas Forças Armadas, isto porque a própria GR é ela mesma anticomunista. Afinal, ela é formatada pela França, país colonialista⁴⁸, e tão imperialista quanto os Estados Unidos, dentro de um contexto de guerra – que em resumo, o inimigo francês tinha como aliados, China e União Soviética, expoentes do comunismo, portanto.

Independente de qual foi adotada, ou se ambas foram em algum momento, se não ajudaram a criar, no mínimo essas doutrinas incrementaram a ditadura-militar, que influenciada pelos conceitos de “inimigo interno” e “guerra psicológica”, por exemplo, se espalhou para além das Forças Armadas, atingindo inclusive, polícias, como aponta Helena Alves (2005), já que toda a população era suspeita, viabilizando assim, um sistema de coleta de informações, repressivo e de controle social sobre todos os setores da sociedade. Assim, a DSN e a GR serviram para continuar o combate às classes operárias, contendo para além de suas insatisfações com o regime, suas reivindicações classistas. Acrescentando-se agora os movimentos estudantis organizados. Essas Doutrinas instrumentalizaram também as perseguições e criminalizações das camadas mais pauperizadas da sociedade, sendo durante algum tempo a principal articuladora das instituições de repressão e das Políticas de Segurança Pública do país.

Esse combate aos inimigos internos que era, digamos uma das diretrizes tanto da Doutrina de Segurança Nacional, como da Doutrina de Guerra Revolucionária, visavam além da eliminação de militares estritamente ligados ao governo anterior, garantir a predominância

⁴⁸ A região da Indochina Francesa não tinha esse nome à toa, obviamente era uma colônia da França, e a guerra se deu por independência. Da mesma forma que a Argélia. A GR Francesa se desenvolveu a partir desses dois embates.

da ESG e das ideologias de extrema-direita. Por isso, o controle do “público interno” era fundamental para o Estado de Segurança Nacional, permitindo-se uma vigilância política contínua de membros das polícias e das FA, além é claro, a eliminação de “militares democratas e nacionalistas que poderiam opor-se a política de intensificação da repressão e de favorecimento às corporações multinacionais” (ALVES, 2005, p. 78).

De modo que, é preciso não esquecer que internamente houve uma, resistência, por assim dizer. Entre expulsos e aposentados – o AI-17 (14 de outubro de 1969)⁴⁹ foi editado para autorizar a “junta militar” a pôr na reserva (aposentar) “os militares que hajam atentado, ou venham a atentar, comprovadamente, contra a coesão das Forças Armadas” –; presos; torturados, e até mesmo mortos, o “expurgo foi colossal” entre os militares que se opuseram ao golpe civil-militar, e mesmo aos que apoiaram, mas discordaram da manutenção do regime ditatorial militar, ou/e de seus métodos.

Inclusive, a busca desses militares se deu até fora do país, como aponta Roberto Simon, no capítulo, “O Brasil atrás de militares rebeldes”, do seu livro, “O Brasil Contra a Democracia” (2021), “a ditadura brasileira pescava em águas turvas no Chile, tentando identificar possíveis articuladores e líderes de uma rebelião militar” (SIMON, 2021, p. 164). Estima-se que cerca de seis mil militares⁵⁰ foram perseguidos pela ditadura militar brasileira.

2.2 (HIPER) MILITARIZAÇÃO E INTERVENÇÃO NA SEGURANÇA PÚBLICA DE UMA DEMOCRACIA PRECÁRIA

É então, razoável crer que a importação dessas Doutrinas foram esteios fundamentais no solapamento da breve democracia liberal burguesa à época em vigor no Brasil, mesmo quando sabemos que em determinados aspetos, tanto pré-golpe, quanto pós-golpe havia/há um tanto de continuidades. Portanto, a necessidade de um combate constante aos “inimigos da pátria”, acarretou consigo uma militarização do estado, seja por regimes efetivos, seja por regimes de subjetividades. O que tornou os militares indispensáveis à sociedade, já que sem eles, um mal se abateria sobre todos.

Essa disseminação das violações e violências de estado na sociedade se normalizou a tal ponto que a ideia de “inimigos de estado” se imiscuiu de tal maneira que a própria sociedade

⁴⁹ **Atos Institucionais** - *Portal do Planalto*. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em 01 de dezembro de 2021.

⁵⁰ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) aborda o ocorrido, e detalha algumas histórias. Aqui também resumidamente: **A história dos 6,5 mil membros das Forças Armadas perseguidos pela ditadura militar – BBC News Brasil**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46532955>>. Acesso em 18 de novembro de 2020.

passou a entendê-la com uma atuação de “inimigo do povo”. Ou seja, passou-se a aceitar a atuação violadora e violenta dos aparatos de segurança indiscriminadamente, pois era a única forma de se conter a criminalidade. Esse processo de continuidade de combate aos inimigos internos, agora via militarização da segurança pública foi à tônica em todo o país ao recolher as polícias aos quartéis, sob a batuta do Exército no período ditatorial, além de intensificado um processo sectário de criminalização das camadas mais pauperizadas, pois pobreza passou a ser uma espécie de sinônimo de criminalidade (REIS, 2002).

O processo de intensificação da atuação e presença de militares nas mais diversas áreas da vida social é conceituado genericamente como “militarização”. E como seria de se imaginar, esse processo é quantitativo, é numérico, como, aliás, pode-se ver atualmente no governo Bolsonaro. No entanto, não se restringe a uma questão meramente de aparelhamento de Estado através da presença quantitativa de indivíduos, mas é também uma questão de simbologia e construção de hegemonia (LEIRNER, 2020, p. 31).

Exemplos dessa presença simbólica e hegemônica são as escolas militares e militarizadas⁵¹, além de cursos preparatórios para o ingresso nessas escolas, e futuramente nas próprias forças militares. Recentemente, a Força Pré-Militar Brasileira, chamada de “*Fope*”, e também a Academia Militar Mirim, expandiram sua parença e atuação por diversos estados, arregimentando novos alunos por meio de seletivas⁵².

O outro aspecto desses simbolismos, e construção hegemônica do cotidiano de espaços privados, como academias, ou empresas, por exemplo, é a adoção de estética militar em dados momentos. Segundo reportagem do site gaúcho Sul21⁵³, todos os dias no início do expediente de uma empresa terceirizada do Grupo Equatorial, distribuidora de energia no Rio Grande do Sul, os funcionários são perfilados diante dos chefes, e são cobrados a responder em cânticos motivacionais, palavras de ordem, e a entoar o hino nacional. Da mesma forma agiu em um evento o agora ex-presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, ao por

⁵¹ São chamadas de “cívico-militares”, sendo geridas pelo governo federal, pelos governos estaduais e municipais, em que basicamente, transformam escolas públicas convencionais em escolas militares por meio de mecanismos de gestão com a participação de militares no dia a dia escolar, geralmente, cuidando de aspectos como a “disciplina”. Inclusive, o termo comumente usado pela administração dessas instituições de ensino é “gestão compartilhada”. Para maior e melhor compreensão do tema, verificar o trabalho de Jefferson Ribeiro CABRAL, **A Militarização da Escola: um debate a ser enfrentado** (2018). Inclusive, o fenômeno não é exclusivamente brasileiro, em “**Fim do Policiamento**” (2021), Alex VITALE aponta uma crescente militarização das escolas nos Estados Unidos.

⁵² Ver aqui: **Bolsonarista usam escolas paramilitares para doutrinar crianças**. *Congresso em foco*. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/bolsonaristas-usam-escolas-paramilitares-para-doutrinar-criancas/>>. Acesso em 10 de junho de 2022.

⁵³ Ver mais aqui: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2022/05/terceirizada-da-ceee-equatorial-adota-ritual-de-militarizacao-de-trabalhadores/>. Acesso em 10 de junho de 2022.

funcionários do banco estatal para fazer flexões de braço⁵⁴. Pessoas comuns, trabalhadores emulando no seu cotidiano de trabalho um ritual eminentemente militar.



Figura 10 – Cartaz da Academia Militar Mirim e de funcionários de empresa de energia perfilados.
Fonte: Blog da Cidadania e Sul 21.

No que tange esse processo de militarização do Estado, o professor Jorge Zaverucha (2005, p. 128), resume o conceito de militarização como sendo, entre outras coisas, “o processo de adoção e uso de modelos militares, conceitos, doutrinas, procedimentos e pessoal em atividade de natureza civil, dentre elas a segurança pública”.

Por sua vez, Suzeley Mathias (2004, p. 25-26), compreende a militarização em um processo de três dimensões, complementares entre si, embora não interdependentes. Sendo elas: (1) a presença física dos aparatos militares e de segurança, inclusive, na administração pública civil por militares; (2) a segunda dimensão seria através das políticas públicas e governamentais, por meio de doutrinas e padrões formulados e estabelecidos por setores e indivíduos militares; (3) e por meio da transferência de valores e simbologias disseminando, ou mesmo impondo uma espécie de *ethos* bélico e militarista.

Ana Penido (2021) acrescenta mais duas dimensões à penetração militar nos aparatos de estado. A primeira “é a ocupação de cargos no sistema político, sejam eles de forma eletiva ou por indicação”. Para que, deste modo, os interesses militares sejam transmitidos para o sistema político. Já a segunda dimensão seria resolução de “todo e qualquer problema, através da utilização das polícias ou das FFAA em problemas que são de outras esferas do Estado” – o que Alex Vitale (2021) chamou de *overpolicing*.

⁵⁴ Aqui:< <https://oglobo.globo.com/economia/presidente-da-caixa-poe-funcionarios-para-fazer-flexoes-que-pode-ser-dano-moral-dizem-advogados-veja-video-25320471>>. Acesso em 30 de junho de 2022.

Assim, o desmatamento e as queimadas da Amazônia⁵⁵, ou a pandemia⁵⁶ – e até no “aperfeiçoamento e segurança do processo eleitoral⁵⁷” –, por exemplo, ‘devem ser combatidas, e enfrentadas’ por militares (ou no mínimo com eles), como se tudo se resumisse a uma grande ‘questão militar’. Além dessas duas dimensões a mais, na primeira dimensão do modelo proposto por Mathias, Penido acrescenta o monitoramento e a vigilância dos espaços públicos através dos aparatos eletrônicos, como as câmeras de vigilância 24hs em estabelecimentos, órgãos, casas e ruas.

De forma bem ampla, para o professor da Universidade de Newcastle, na Inglaterra, Stephen Graham (2016, p. 122), a militarização envolveria uma normalização, uma banalização dos “paradigmas militares de pensamento, ação e política; esforços de disciplinar agressivamente corpos, espaços e identidades considerados não condizentes com noções masculinizadas”, além do uso de forma ampla e diversificada de uma forma de propaganda política que também banaliza ou higieniza a violência como modo legítimo de vingança, para tal, ligando-o a algum propósito divino.

Por fim, o sociólogo e militar Marcelo Bordin (2020) compreende a militarização com um processo muito mais longo e contínuo; espreado por nossa sociedade desde os primórdios de sua formação. Advinda também de um “contexto cultural baseado em valores cultuados, em uma sociedade que tem por base o *ethos* militar e guerreiro”. O que para o autor levou a um salto transformador de uma sociedade em todos os seus aspectos e seguimentos, e em seu contexto cotidiano e de vida militarizada para um contexto social hipermilitarizado⁵⁸, com reflexos, sobretudo, nas instituições públicas, e seus sistemas de polícia e justiça criminal.

Bordin (2020, p. 115), inclusive, faz uma interessante ligação entre a formação dos estados, a formação dos militares, e o processo de guerra permanente, a manutenção de “um estado permanente de guerras ou da guerra total (nuclear), que poderia acabar com a

⁵⁵ Mais sobre as “intervenções militares na Amazônia”: BIGATÃO, Juliana; VITELLI, Mariana. (Org). BARBOSA, Lisa; ARAÚJO, Maria. Clara; IQUEGAMI, Lucas. **As Forças Armadas e as Queimadas na Amazônia**. Informe Temático 2020. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, 2021. Disponível em: <<https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2021/04/Informe-tematico-As-FA-e-as-queimadas-na-Amazonia-2020.pdf>>. Acesso em 07 de julho de 2022. E aqui: **Governo nega militarização ambiental, mas mostra efetivo militar na Amazônia – ECO**. Disponível em: <<https://oeco.org.br/noticias/governo-nega-militarizacao-ambiental-mas-mostra-efetivo-militar-na-amazonia/>>. Acesso em 07 de julho de 2022.

⁵⁶ **A militarização do Ministério da Saúde no Brasil: passos rumo ao retrocesso em plena pandemia** (2020), de Diego Oliveira SOUZA. Disponível em: <<https://doi.org/10.26851/rucp.29.2.2>>. Acesso em 23 de maio de 2022.

⁵⁷ Ver aqui: < <https://oglobo.globo.com/google/amp/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/06/ministro-da-justica-diz-que-defesa-fez-pedido-legitimo-ao-tse-por-que-negar.ghtml>>. Acesso em 07 de julho de 2022.

⁵⁸ Embora o termo “militarização” vá aparecer aqui com mais recorrência, eventualmente pode também surgir o termo “hipermilitarização”, que não seria um sinônimo da militarização, mas sim, um desdobramento dela. A tese de Bordin (2020) é a de que há muito passamos do estágio da militarização, e atualmente, encontramos-nos já na fase de hipermilitarização. Para saber mais, ver aqui: **A Guerra é a Regra: hipermilitarização da segurança pública, da vida e do cotidiano**, de Marcelo BORDIN (2020).

humanidade” a qualquer tempo, demandando assim uma continua manutenção de forças militares, bem como sua valoração, afinal, é ela quem protege e abriga os estados, as nações, a sociedade. O que garante a difusão da “cultura militar’ no cotidiano das pessoas e a participação militar em diversas esferas da vida social”.

O autor aborda ainda o surgimento e o processo da militarização através das religiões, mais especificamente, o cristianismo, sob o mando da Igreja Católica nas Cruzadas, especialmente. Mas é de bom tom ressaltar que, atualmente, o cristianismo protestante, por assim dizer, ao menos aqui no Brasil também tem evocado uma forma de militarização⁵⁹ religiosa, com uma interpretação belicosa e bem militarizada da bíblia⁶⁰.

Embora não abordado pelas referências aqui elencadas, acreditamos que a expansão desenfreada do armamento da população, ou o “armamento civil”, se conecta perfeitamente com o processo de militarização da sociedade, sobretudo, quando esse expansionismo tem um viés assemelhado a uma política pública, como é no caso do atual governo Bolsonaro, declaradamente favorável e adotante⁶¹ do armamento civil. Além disso, o próprio Exército brasileiro, responsável pelo processo de autorização, não possui um efetivo controle sobre as armas de fogo em circulação no país⁶², especialmente as que estão em posse dos chamados CACs (caçadores, atiradores e colecionadores), e proprietários de clubes de tiros, em que o número de armas que circula nessa categoria já supera o total de armas em posse das polícias militares de todo o país⁶³, além disso, essa falta de controle efeito proporcionou que muitas dessas armas acabassem desviadas, parando nas mãos de criminosos⁶⁴.

Mas esse descontrole aparentemente negligente do EB nos parece mais uma espécie de deliberação, pois quando foi (e quando é) de seu interesse, todos os espaços que lhe cabia, e que não cabia foram preenchidos. Por exemplo, quando da passagem do nosso mais longo período ditatorial para o democrático, não houve uma ruptura profunda nas estruturas de estado,

⁵⁹ Ver mais: **“Exército” da Universal preocupa religiões afro-brasileiras** – *Carta Capital*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/exercito-da-igreja-universal-preocupa-religoes-afro-brasileiras-449/#google_vignette>. Acesso em 23 de julho de 2022.

⁶⁰ Aqui: **Interpretação ‘militarizada’ da Bíblia guia apoio de evangélicos a Israel** – *Portal Uol*. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/ronilso-pacheco/2021/05/20/conflito-israel-palestinos-apoio-evangelicos-brasileiros.htm>>. Acesso em 23 de julho de 2022.

⁶¹ Registros de armas de fogo triplicaram no país em relação aos três anos anteriores. Os registros de porte cresceram em 50% em relação ao mesmo período. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/brasil-triplica-registro-de-armas-novas-durante-o-governo-bolsonaro/>>. Acesso em 23 de julho de 2022.

⁶² **Exército admite não conseguir detalhar armas nas mãos de atiradores e caçadores** – *Jornal Folha*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/07/exercito-admite-nao-conseguir-detalhar-armas-nas-maos-de-atiradores-e-cacadores.shtml>>. Acesso em 23 de julho de 2022.

⁶³ Ver aqui: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/01/17/numero-de-armas-de-uso-amador-circulando-no-brasil-ja-supera-o-da-policia-militar>>. Acesso em 23 de julho de 2022.

⁶⁴ Aqui: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/10/17/pf-investiga-desvio-de-armas-de-cacs-e-clube-de-tiro-a-criminosos-no-ms.htm>>. Acesso em 23 de julho de 2022.

em especial Forças Armadas, polícias e justiça. Pelo contrário, houve sim uma continuidade (histórica), e a preservação daquelas estruturas, pois na correlação de forças antagônicas que discutiam e disputavam no processo constituinte, por exemplo, ao menos no que diz respeito à pauta de segurança, acabou prevalecendo às preferências estratégicas das Forças Armadas (GONÇALVES, 2009; BORDIN, 2020).

No caso brasileiro, assim como no caso de outros países latino-americanos, o fim do período autoritário militar se deu com a saída das Forças Armadas de forma negociada, sem rupturas. Para assegurar a concordância das forças militares em devolver o governo aos civis, manteve-se certo grau de autonomia política dos militares (...). O fato das Forças Armadas serem atores políticos que, diferentemente de outros, têm a capacidade de reverter o processo de democratização pelas armas, tornava ainda maior seu poder de barganha política (GONÇALVES, 2009, p. 19).

Assim, com a retomada de um processo de democratização do país, as forças militares que governavam o país não estavam de fato dispostas a retroceder em todos os passos que haviam galgado na vida da política e social, e isso ficou evidenciado, segundo Zaverucha, citado por Maria Gonçalves (2009), no *lobby* feito por essas forças na redemocratização, em que a defesa das pautas das armadas foi tão forte que, 13 oficiais superiores do Exército compunham a constituinte que visava trazer a dita democracia, e desmilitarizar a sociedade.

Durante o processo constituinte, o então senador Jarbas Passarinho, coronel da reserva e ex-ministro dos governos dos generais Costa e Silva, Médici e Figueiredo, presidiu a Comissão de Organização Eleitoral Partidária e Garantias das Instituições, encarregada da redação dos capítulos sobre Forças Armadas e Segurança Pública. O deputado Ricardo Fiuza, um dos líderes do denominado, “Centrão”, era encarregado da subcomissão de Defesa do Estado, da sociedade e da segurança, e deu total apoio às demandas militares, trabalhando (...) contra qualquer tentativa de se acabar com o controle do Exército sobre as polícias estaduais (GONÇALVES, 2009, p. 20).

Inclusive, a prevalência do discurso das FA não é dessa época, tendo em vista que lá na Primeira República⁶⁵ o Exército já tinha exigido controle total das Polícias Militares (PM), quando então, por “diploma legal” (art. 183, CF/1946)⁶⁶, elas passaram a ser “consideradas, como forças auxiliares, e reservas do Exército”. Ainda que, com o passar do tempo essas instituições tenham passado por uma relativização do controle das forças armadas, tendo por outro lado reestabelecido o controle para os governadores, mesmo que o desenho constitucional de 1946 ainda hoje prevaleça (ZAVERUCHA, 2002; GONÇALVES, 2009).

⁶⁵ A Constituição Federal (CF) de 1934 já previa as PMs ao menos como “forças auxiliares do Exército”. Ver aqui: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm >. Acesso em 13 de junho de 2021.

⁶⁶ Disponível aqui: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm >. Acesso em 30 de maio de 2021.

Com o golpe civil-militar de 64, novamente as polícias militares voltaram a ser controladas pelo Exército Brasileiro (EB), agora com seus comandos sendo entregues ao oficialato. Assim, em 1967, foi criada a Inspeção Geral de Polícias Militares (IGPM), órgão com atribuição reguladora e fiscalizadora, subordinado ao Exército – dispositivo encontra-se ainda em vigor, inclusive (GONÇALVES, 2009).

Nos anos 80, as transformações sociais, culturais e econômicas precipitaram muitas crises nas polícias mundo a fora. Em alguns lugares, escândalos de corrupção, em outros erros judiciais, e de atividades, além dos altos números da criminalidade, impulsionou respostas rápidas, que culminou na proliferação de unidades policiais ou subdivisões especializadas, portanto, mais militarizadas ainda, sem que com isso tenha conseguido “controlar o crescimento da desordem” (REINER, 2004, p. 32).

Com o advento da CF/1988, as polícias estaduais voltaram novamente a se subordinar aos governadores⁶⁷, todavia, as PMs permanecendo sob o guarda-chuva do Exército, pela condição constitucional de “forças auxiliares, e reservas do Exército” – e como já dissemos, sob a supervisão e controle através da IGPM. Por isso, Zaccane diz que, “as polícias militares nos estados servem a dois senhores: recebem salário do governador, mas elas continuam como forças auxiliares e de reserva do Exército⁶⁸”.

Estabeleceu-se ainda a figura do militar estadual, que em eventuais cometimentos de crimes teria como competência originária a justiça militar estadual, além de estabelecer como competente “privativamente à União legislar sobre ‘normas gerais efetivas, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares’” (GONÇALVES, 2009, p. 21).

É de bom alvitre dizer que, diferente de outras demandas populares, a segurança pública não contava com comissões ou grupos de interesses, exceto é claro, o seguimento dos militares das FA, o alto escalão do Exército, em especial. Dito isto, é bom lembrar que, embora essa desarticulação, não quer dizer que inexistissem atores com mínimas agendas reformadoras pleiteando novos modelos de segurança. Esses seguimentos existiam, eles apenas não tiveram força, e mesmo que estivessem articulados é bem possível que não conseguissem pautar suas

⁶⁷ No momento, com apoio da base do atual presidente da República, está em curso debate na Câmara que visa modificar a forma de nomeação dos comandantes das polícias militares, pelos governadores. Ver aqui: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/08/02/sob-pessao-camara-adia-votacao-de-pl-que-tira-poder-de-governadores-sobre-pm.htm>>. Acessado em 03 de agosto de 2022.

⁶⁸ Ver aqui: <<https://ponte.org/militarizacao-da-seguranca-publica-e-porta-de-entrada-dos-militares-ao-poder-diz-orlando-zaccane-dos-policiais-antifascismo/>>. Acessado em 03 de julho de 2022.

demandas, tão pouco que conseguissem obstar as demandas de seus opositores (KANT DE LIMA, 2000; GONÇALVES 2009).

(...) o coronel do Exército, Sebastião Ferreira Chaves, ex-secretário de segurança pública de São Paulo, no governo de Abreu Sodré, entendia, já naquela época, que a polícia militar agia de forma violenta e que a polícia civil havia perdido sua capacidade investigativa. Por esse motivo, tentou convencer o então presidente do Congresso Nacional, o deputado Ulisses Guimarães, a mudar o sistema policial na Constituição de 1988, extinguindo, entre outras medidas, as polícias militares. (...) o presidente do Congresso expressou a impossibilidade da mudança, em razão de acordo que firmara com o general Leônidas Pires, ministro do Exército do Governo Sarney (GONÇALVES 2009, p. 20-21).

Com a “era democrática” os processos de militarização da segurança pública não arrefeceram como seria de se imaginar, mas se intensificaram. E em 1992, na vigência de um governo democrático, com Fernando Collor de Melo⁶⁹ (PRN) na Presidência, o Exército foi empregado em função de segurança pública no Rio de Janeiro (RJ), na conferência “Eco-92” (ou Rio-92) com a incumbência de proteger os chefes de Estado e suas delegações, além de fazer a segurança do Riocentro, e ocupar as principais vias de acesso, como a Linha Vermelha e a Orla da Zona Sul, que seriam as áreas de passagem das comitivas (DA SILVA, 2008; SOARES JÚNIOR, 2010).

Sob a presidência de Itamar Franco, iniciada no fim de 1992, mais do mesmo, no sentido do avanço da militarização discreta e contínua. Entretanto, diferentemente de seu antecessor,

⁶⁹ A despeito do avanço militar nas estruturas sociais e políticas no governo Collor, que como ressalta o jornalista Fábio VICTRO, em seu livro “**Poder Camuflado: Os Militares e a Política, do fim da Ditadura à aliança com Bolsonaro**” (2022), sem alterações significativas na “transição tutelada iniciada com Tancredo/Sarney”, ou avanços “em batalhas perdidas pelos políticos para os militares na Constituinte” (p. 54), o ex-presidente Collor teve alguns embates com os militares. Entre outras questões, foi no governo de Fernando Collor que o poderoso aparelho de inteligência e espionagem do regime militar foi extinto Serviço Nacional de Informações (SNI); foi também em sua gestão que a terra indígena Yanomami, foi demarcada – fruto, inclusive, de pressões pela “conferência da Eco-92”. Que, por sua vez, é ponto conflagrado da gestão militar de Bolsonaro, decorrente da situação catastrófica e de penúria que os indígenas foram recentemente encontrados, embora já em 1993, enquanto parlamentar, e mesmo com as pressões internacionais da Eco-92, o então deputado apresentou “projeto de desafetação dessas terras indígenas”. Ver aqui: <<https://outraspalavras.net/outrasaude/yanomamis-o-papel-do-autoritarismo-e-dos-militares/>>. Acessado em 29 de março de 2023.

Por outro lado, essas ideias não eram fruto de um exclusivismo, ou de uma excentricidade de um militar ou outro, elas têm um mínimo de lastro nas Forças Armadas, tanto, que além da aparente apatia em empreender todos os esforços na ajuda aos indígenas, aqui: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/15/exclusivo-forcas-armadas-seguem-ignorando-pedido-de-ajuda-para-entregar-alimentos-aos-yanomami>>. Acessado em 30 de março de 2023. Além disso, sob a desculpa da soberania, posta à prova pelo suposto perigo criado pela atuação de ONGs internacionais, há algum tempo militares documentam suas insatisfações com as demandas indígenas, como pode ser visto tanto no livro “**A Farsa Yanomami**” (1995), do coronel Carlos Alberto Lima Menna Barreto, publicado e mantido pela Biblioteca do Exército, como pode ser visto também no recente documento: “Projeto de Nação” (2022), de iniciativa dos os institutos Villas Bôas, Sagres e Federalista – à frente, falaremos mais a respeito sobre o documento –, basicamente, ambas as publicações defendem que, no geral essas pautas indígenas são abstrações criadas por ONGs, e outros atores internacionais, que visam influenciar e “exercer ingerência em nosso desenvolvimento econômico, usando pautas ambientalistas” para atingir seu interesses.

que em certa medida confrontou, e foi hostilizado pelos militares, Itamar Franco “se aproximou dos militares antes mesmo de assumir” (VICTOR, 2022, p. 58)⁷⁰.

Assim, em 94 foi deflagrada a “Operação Rio” (I e II), em que as FA foram empregadas contra a criminalidade urbana do Rio de Janeiro, mais precisamente, contra os traficantes, que “aterrorizavam a cidade” e tomavam as manchetes dos jornais televisivos e impressos. E foi justamente a TV, a mídia⁷¹, que mediante a (falsa?) percepção de “segurança e paz” gerada pelas tropas federais protegendo autoridades na “Eco-92”, que “exerceram papel fundamental, não sendo demasiado afirmar que contribuíram para reforçar o clamor pela atuação direta das Forças Armadas e legitimar o apelo da sociedade para que elas ‘acabassem’ com a violência e com a arrogância dos bandidos” (DA SILVA, 2008).

A retórica de solução no combate ao crime, à atuação criminosa dos traficantes, não perdurou tanto, pois o próprio combate não logrou o êxito programado. Logo os discursos foram sendo adaptados, e os discursos de expurgos da “banda podre” das polícias, sobressaíram como mantra. Em de 02 de novembro de 1994, o jornal O Globo⁷², trouxe a manchete: “Exército anuncia operação de faxina na polícia do Rio” (DA SILVA, 2008).

Segundo Zaverucha (2005), essa tônica se seguiu na vigência da recente democracia liberal na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que além do uso por diversas vezes das FA contra manifestantes em oposição a sua administração, e em eventos de pequena monta, impulsionou a militarização da segurança pública, tanto quanto os períodos que lhe antecederam, os autocráticos⁷³, inclusive.

Desconheço a existência de alguma democracia que atribua às Forças Armadas (...) a função de fazer a segurança pessoal do presidente e vice-presidente da República, e respectivos familiares. Para tomar conta da fazenda da família, Cardoso o Exército disponibiliza dois mil homens, tanques blindados, carros de combate e helicópteros de transporte (...). Os militares que fazem a segurança presidencial são tão zelosos que chegaram a treinar a arremesso... de ovos (ZAVERUCHA, 2005, p. 16).

⁷⁰ Itamar Franco manteve encontros secretos com o alto oficialato das Forças Armadas durante o processo de impeachment, e após assumir o comando do país, tão logo pode, não tardou a afaga-los, seja com cargos no primeiro e segundo escalão de seu governo, seja com generosos aumentos salariais (VICTOR, 2022, p. 58-59).

⁷¹ COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Mídia e produção de modos de existência**. Psicologia. 2001, v. 17, n. 1, pp. 1-4. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-37722001000100002>>. Acesso em 31 de julho de 2021.

⁷² **Intervenção militar de 2018 reencena e radicaliza Operação Rio de 1994** – *The Intercept Brasil*. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/02/21/intervencao-militar-rio-de-janeiro-1994/>>. Acesso em 10 de dezembro de 2021.

⁷³ Conforme Fábio Victor (2022, p. 65), houve “uma sinergia entre o governo tucano e os militares na percepção de que movimentos sociais e trabalhadores eram um inimigo interno a ser combatido”. Porém, essa sintonia não aguentaria dois mandatos, azedando, entre outros motivos, quando a torneira do cofre público foi fechada em 99.

Entre 1997 e 1998, o ex-presidente Fernando Henrique criou respectivamente, a Senad, Secretária Nacional Antidrogas, e a SENASP, Secretária Nacional de Segurança Pública. E em meio a uma guerra interna por poder, naquilo que Zaverucha (2005, p. 136) chamou de uma “visão militar de que o combate ao tráfico de drogas deixou de ser um problema de segurança pública, para se tornar uma questão de segurança nacional”, essas secretárias foram se militarizando mais e mais, e, por conseguinte, militarizaram ainda mais segurança pública.

A ascendência do general Alberto Cardoso, secretário Nacional Antidrogas, sob a presidência de Fernando Henrique, imputou-lhe diversos imbróglis nesse seara. De nomeações, digamos induzidas, de vários militares para cargos chaves, à queda de gente poderosa por “peitar” o general Cardoso, como no caso do então, ministro de Justiça Renan Calheiros, atualmente, senador da República (MDB), ex-presidente do Senado. Passando também pela criação de agências, como a Escola de Inteligência do Exército, que passou a dar aulas de inteligência para policiais rodoviários federais, além do Serviço de Operações Especiais (SOE), da própria Polícia Rodoviária Federal (PRF), que institucionalizava o desvio de função com a “guerra às drogas”, entre outros (ZAVERRUCHA, 2005, p. 135).

A Polícia Rodoviária Federal possui estética civil embora seja fardada. O general Moraes trouxe vários colaboradores militares, e com ele seus valores castrenses. A continência deixou de ser um mero gesto cumprimento para se transformar em sinal de hierarquia. Quando se deslocava de helicóptero, o general exigia o perfilamento dos policiais rodoviários à semelhança do que ocorre nos quartéis do Exército. Também introduziu uma nova prática. Do mesmo modo, como nos quartéis militares federais, transferiu policiais de um para o outro seja como um prêmio ou punição função (ZAVERRUCHA, 2005, p. 133).

Mas os “tentáculos militarizadores” do general Cardoso se estenderam da hoje extinta Casa Militar; Subsecretaria de Inteligência, embrião da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), passando pela Senad; GSI (Gabinete de Segurança Institucional), e outros. Além de tudo isso, em 1999, promulgou a Lei Complementar 97⁷⁴, e em 2001, editou o Decreto n.º 3.897⁷⁵, e a que pela primeira vez, “fixa as diretrizes para o emprego das FFAA na garantia da lei e da ordem”, conferindo atribuições e “poderes de polícia” em ações de competência constitucional e legal às Forças Armadas (ZAVERRUCHA, 2005).

Contudo, talvez o processo de militarização da Polícia Rodoviária Federal, seja a mais evidente nesse processo recrudescido nas agências de segurança pública. Sobretudo, pelos recentes episódios envolvendo a instituição, que resultaram na morte de 37 pessoas, seis na

⁷⁴ Ver aqui: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp97.htm >. Acesso em 20 de novembro de 2021.

⁷⁵ Portal do Planalto. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3897.htm >. Acessado em 20 de novembro de 2021.

comunidade do Chapadão, e vinte e três na Vila Cruzeiro, ambas no Rio de Janeiro, e fora dos supostos locais de sua atuação constitucional, bem como na morte de um motociclista Genivaldo de Jesus, que transitava sem capacete na cidade de Umbaúba (SE), além da morte de dois agentes da instituição por um andarilho semanas antes em Fortaleza (CE), expõe a atuação recrudescida e fragilizada da “polícia das estradas”.

Além de uma breve modificação em 1997, em que teve o rol de atuação ampliado, passando também a colaborar com o Ministério Público e a Receita Federal em ações pontuais, em 2019, o então ministro da Justiça, o ex-juiz Sérgio Moro assinou a Portaria 739/2019⁷⁶, o que alterou completamente a área de atuação da PRF, dando-lhe, inclusive, poderes de “investigação de infrações penais”, desde que em “operações conjuntas” com outros órgãos, e em “áreas de interesse da União”. Compreendendo que houve uma invasão de competências, a portaria foi suspensa pelo ministro Dias Toffoli, do Supremo, sendo revogado posteriormente pelo sucessor de Sérgio Moro, o ex-ministro da Justiça, André Mendonça – porém, mantendo ainda a possibilidade da PRF atuar em ações conjuntas com outros órgãos de justiça.

Ao passo em que todas essas modificações normativas no SUSP – Sistema Único de Segurança Pública, inclusive, e todo um incremento orçamentário, material e pessoal foi se avolumando, foi na mesma medida ampliando a militarização de outrora em curso na PRF. Inversamente proporcional a sua atuação em sua “missão originária”, enfraquecendo a vigilância nas estradas, inclusive, com o estímulo do presidente Bolsonaro⁷⁷. Que além de tentar tirar os radares das rodovias, “estimulou a corporação a amolecer o tratamento contra infrações cometidas por caminhoneiros” (DE ABREU, 2022).

Inclusive, é preciso abrir parênteses aqui para apontar recente episódio de instrumentalização, e do processo de hipermilitarização da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. Na noite do dia 28 de outubro do corrente ano, antevéspera da eleição de 2022, a campanha do candidato à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva recebeu denúncias de uso político eleitoral da PF, e, principalmente da PRF, contra a campanha do candidato Lula⁷⁸.

No outro dia, a coordenação de campanha do então candidato, agora presidente eleito Lula da Silva protocolar reclamação no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) contra o uso político

⁷⁶ Portaria n. 739/2019. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-739-de-3-de-outubro-de-2019-220480791> >. Acesso em 10 de junho de 2022.

⁷⁷ **O Instrumento:** A bolsonarização da Polícia Rodoviária Federal. – *Revista Piauí*. Disponível em: < <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-instrumento/> >. Acesso em 10 de junho de 2022.

⁷⁸ Ver aqui: < <https://politicalivre.com.br/2022/10/pt-aciona-alexandre-de-moraes-contra-uso-da-pf-e-da-prf-para-favorecer-bolsonaro/#gsc.tab=0> >. Acessado em 07 de novembro de 2022.

das polícias. Ainda assim, no dia da eleição (30 de outubro), inúmeras reclamações e denúncias de operações com deliberado intuito de obstrução ao voto de eleitores em redutos do petista forma relatados nas redes sociais e nos canais de mídia formal, mesmo após decisão do presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes⁷⁹.

Fechado o parêntese, e voltando a nossa breve digressão ao nosso processo de militarização, na virada do século, e com a chegada ao poder de líderes à esquerda, ou melhor, com agendas à esquerda, progressistas⁸⁰ não arrefeceu o processo de militarização de componentes e setores da segurança pública no Brasil. Ao menos em termos de emprego, a partir de 2008, ocorreu um verdadeiro incremento no uso das Forças Armadas em contexto de segurança pública no país⁸¹. E em agosto de 2010, o então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT), sancionou a LC (Lei Complementar) n.º 136/2010⁸², que conferiu poderes de polícia às Forças Armadas em regiões de fronteiriças e quando atuando como segurança pessoal de autoridades nacionais e estrangeiras em missões oficiais⁸³. Além disso, o ex-presidente Lula, criou a “Política de Ensino de Defesa”, aparentemente, redundantemente prevendo maior coordenação na estrutura de ensino da FAB.

E foi ainda no começo do governo do ex-presidente Lula que ocorreu a chamada “Minustah”, a missão das Nações Unidas (ONU) para a estabilização do Haiti. Além de ter sido a primeira vez que o Brasil comandou uma missão de paz da ONU, foi também a que contou com o maior contingente⁸⁴ de militares brasileiros deslocados para o exterior, desde a Guerra do Paraguai (VICTOR, 2022, p. 78).

⁷⁹ Aqui: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/30/tse-explicacoes-prf.htm>>. Acessado em 07 de novembro de 2022.

⁸⁰ O cientista político Marcos Nobrega, conceitua o termo como ideal iluminista de progresso nas ciências, evoluindo para num momento inicial (século XIX), a defesa da democracia e da liberdade por um campo, e a defesa da igualdade e do socialismo no outro. Já num segundo momento (século XX) o conceito e associou a defesa de direitos humanos e lutas sociais. Para a antropóloga e historiadora Lilia Schwarcz, é uma oposição ao conservadorismo político (que não se confunde com o que se convencionou chamar de conservadorismo hodiernamente no Brasil, muito mais próximo do reacionarismo) e uma busca por avanços políticos e sociais. Ver mais em: **O que é ser progressista, segundo estes 3 pesquisadores** – *Jornal Nexo*. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/08/01/O-que-%C3%A9-ser-progressista-segundo-estes-3-pesquisadores>>. Acessado em 23 de junho de 2020.

⁸¹ Embora os acenos, a relação da caserna com o Planalto nesse primeiro mandato foi envolta de certas tensões, tanto pelo desgaste do então ministro da Defesa, José Viegas, como, mais uma vez, pela questão indígena – a implantação da reserva Raposa Serra do Sol (MARTINS FILHO, 2012, p. 284). Diferentemente do que ocorreu no segundo período da gestão Lula, que mesmo com discordâncias aqui e ali, obteve uma breve trégua, “uma espécie de lua de mel improvável”, sobretudo, pela entrada de Nelson Jobim na Defesa (VICTOR, 2022, p. 85).

⁸² *Portal do Planalto*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp136.htm>. Acessado em 23 de junho de 2020.

⁸³ **Lula sanciona lei que dá poder de polícia às Forças Armadas na fronteira**. *Portal G1*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/08/lula-sanciona-lei-que-da-poder-de-policia-forcas-armadas-na-fronteira.html>>. Acesso em 21 de dezembro de 2021.

⁸⁴ Em 13 anos, e 137 dias de *Minustah*, participaram da operação um total de 37.449 militares brasileiros – de acordo com o Ministério da Defesa.



Figura 11 – o então presidente Lula em revista as tropas que atuavam na Minustah.
Fonte: Esquerda Marxista.

Portanto, sob a batuta dos “governos progressista” do Partido dos Trabalhadores (PT), o acionamento das FA em contexto de segurança pública foi uma constante. Dá garantia das obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)⁸⁵ (2008) e segurança das eleições da carioca, passando pelas Operações de GLO (Garantia da Lei e da Ordem) no Complexo da Penha, do Alemão⁸⁶ (2010), e da Maré⁸⁷ (2014), e por fim, ainda em contexto de GLO, empregadas nos chamados “grandes eventos”, como “Copa das Confederações FIFA (2013), Jornada Mundial da Juventude (2013), Copa do Mundo da FIFA (2014), Jogos Olímpicos (2016)”, as FA estão completamente ativas na segurança pública (SALVADORI, 2020).

Em 2017, na instalação do governo de Michel Temer, “as iniciativas militares” voltam a se impulsionar e a se estruturar. O GSI, que havia sido extinto no governo da presidenta Dilma Rousseff (PT), foi reorganizado na gestão de Michel Temer, ficando a cargo do general Sérgio Etchegoyen, que vem de uma família com longa tradição militar, e, por assim dizer, algumas rupturas institucionais⁸⁸. A propósito, alguns dissabores que o governo Dilma amealhou com

⁸⁵ **Forças Armadas poderão ser acionadas para garantir obras do PAC em favelas do Rio** – *Agencia Brasil*. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2008-01-25/forcas-armadas-poderao-ser-acionadas-para-garantir-obras-do-pac-em-favelas-do-rio>>. Acessado em 21 de dezembro de 2021.

⁸⁶ **Trabalho do Exército no Complexo do Alemão é exemplo de devoção à causa pública** – *Ministério da Defesa*. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/trabalho-do-exercito-no-complexo-do-alemao-e-exemplo-de-devocao-a-causa-publica-diz-amorim>>. Acessado em 21 de dezembro de 2021.

⁸⁷ **Ocupação das Forças Armadas no Complexo da Maré acaba hoje** – *Ministério da Defesa*. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/ocupacao-das-forcas-armadas-no-complexo-da-mare-acaba-hoje>>. Acessado em 20 de dezembro de 2021.

⁸⁸ Além do pai, o general Leo Guedes Etchegoyen, o tio, coronel Cyro Etchegoyen, o avô e o tio-avô (Alcides e Nelson Etchegoyen) foram generais. Quase todos se envolveram com os governos de suas épocas, bem como, de alguma forma romperam com eles. “**Uma família ligada aos levantes nos quartéis há 90 anos**” – *Portal do*

os militares foi principalmente em decorrência da Comissão Nacional da Verdade (CNV) – crise está que, inclusive, contribuiu sobremaneira para sua deposição –, que, por sua vez, tocou pessoalmente o general Etchegoyen, já que seu pai, o general Leo Guedes Etchegoyen, foi implicado no relatório final da CNV (VICTOR, 2022, p. 21-23).

De todo modo, foi no governo Temer que o Ministério da Defesa voltou a ser comandado por um militar, no caso, o general Joaquim Silva e Luna (já no governo de Jair Bolsonaro, ele foi presidente da Petrobras), que consigo retornou com a ideia de GLOs como panaceia para os problemas de segurança pública.

Da greve dos caminhoneiros, a Intervenção Federal (militar) no Rio de Janeiro, que ressurge com o mesmo mote que havia aparecido em 1994, no governo de Itamar Franco, a tônica foi à militarização. Inclusive, o mesmo discurso de que: “o combate à corrupção policial será prioridade da intervenção”, foi à manchete do mesmo jornal (O Globo) 24 anos depois⁸⁹.

Como Thayla da Conceição (2018) pontuou, todas essas operações de GLOs que aconteceram recentemente no Rio, funcionaram como uma espécie de prelúdio para a Intervenção federal-militar ocorrida em 2018, na presidência de Michel Temer. Embora elas, as GLOs e a Intervenção não sejam dispositivos idênticos ao ponto de confundir-se por completo, pois “ao contrário de uma GLO, a Intervenção, formalmente e teoricamente, parte de parâmetros constitucionalmente prescritos (uma das razões pelas quais a militarização desta possibilidade de gestão de exceção é tão criticada)” (FERNANDES DA CONCEIÇÃO, 2018), fora as peculiaridades de gestão e organização de cargos de cada uma, o processo de militarização em suma é bem evidenciado.

Inclusive, a Minustah serviu como uma espécie de base para a construção do “governo militarizado⁹⁰” (ou governo de militares) do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, o “candidato nascido na Aman⁹¹”. Assim, a Intervenção no Rio, serviu ao propósito de “lograr um aumento

Senado. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/505190/noticia.html?sequence=1>>. Acessado em 21 de novembro de 2021.

⁸⁹ **Intervenção militar de 2018 reencena e radicaliza Operação Rio de 1994** – *The Intercept Brasil*. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/02/21/intervencao-militar-rio-de-janeiro-1994/>>. Acessado em 10 de dezembro de 2021.

⁹⁰ **Militares que atuaram no Haiti ganham destaque no governo Bolsonaro** – *Folha de São Paulo*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/militares-que-atuaram-no-haiti-ganham-destaque-no-governo-bolsonaro.shtml>>. Acessado em 21 de dezembro de 2021; **Os generais da 'República do Haiti' e suas batalhas em campo**. *Jornal O Globo*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/os-generais-da-republica-do-haiti-suas-batalhas-em-campo-23274883>>. Acessado em 21 de dezembro de 2021.

⁹¹ “Não teria sido por acaso, portanto, que o presidente lançou sua candidatura na Aman, ainda em 2014”, (Marcelo Pimentel, 2021). Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/06/4930802-militares-planejam-se-manter-no-poder-com-ou-sem-bolsonaro-diz-coronel-da-reserva.html>>. Acessado em 21 de fevereiro de 2023. Embora Fábio Victor (2022, p. 101-103), discorde da ideia propagada pelo próprio Bolsonaro, e de certo modo, confirmada por Marcelo Pimentel, do “lançamento da candidatura na Aman”, ele não nega o episódio em seu livro, pelo contrário, confirma-o, ressaltando apenas que, meses antes o então deputado, já aspirava à

de popularidade para as próximas eleições, seja por meio de uma melhora aparente e passageira na questão da violência urbana, ou pela impressão de que Temer não tem receio de tomar atitudes duras contra a criminalidade” (ORTEGA; MARIN, 2019, p. 167).



Figura 12 – Jornal *O Globo* de 94, noticiando Operação Rio e em 2018, noticiando Intervenção Federal.

Fonte: Jornal O Globo.

Fora o interventor federal no Rio de Janeiro, em 2018, o general Walter Braga Netto, ex-ministro da Defesa (posteriormente, candidato a vice-presidente com Bolsonaro, na chapa derrotada por Lula e Alckmin no pleito presidencial de 2022), o general Joaquim Silva e Luna, ex-presidente da Petrobras, ambos do governo Temer, em seguida no governo Bolsonaro, o general Augusto Heleno, ex-ministro-chefe do GSI, todos atuaram no Haiti entre 2004 a 2005; o general Carlos Santos Cruz, que foi ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência, também esteve na Minustah, em 2007. Já o general Luiz Eduardo Ramos, ex-secretário-geral da Presidência, esteve no Haiti entre 2011 e 2013; o general Otávio Rêgo Barros, que foi porta-voz da Presidência da República, esteve na Missão de 2019 a 2020.

Por fim, os generais Edson Pujol, ex-comandante do EB, nomeado por Bolsonaro, esteve na operação de 2013 a 2014; e Floriano Peixoto, posteriormente à frente os Correios na gestão Bolsonaro, coordenou a operação em 2009; além do coronel Freibergue do Nascimento, que foi coordenador-geral de implantação das escolas cívico-militares do Ministério da

Presidência, tendo anunciado sua candidatura em ocasiões e eventos anteriores, e que sim, foi abraçada pelos militares, sobretudo, após o episódio na formatura da Aman.

Educação. Por fim, o capitão da reserva, Tarcísio de Freitas, ex-ministro da Infraestrutura, (atual governador de São Paulo)⁹².

2.3 UM PARTIDO (MILITAR) FARDADO X UMA ESQUERDA (MILITAR) POLICIAL

E assim chegamos a atual quadra histórica, em que todo esse pessoal que hoje compõe um governo autoproclamado “conservador e de direita, com Deus e pela família”, com um contingente de militares, tão vasto que supera até mesmo o período ditatorial dos governos militares, e que em certa medida, e em parte, foram outrora designados por um governo progressista para liderar missão entendida como fundamental para este governo, mas que no fim das contas rendeu-lhes mais imbróglis que dividendos⁹³, mesmo estes não tendo a devida repercussão negativa na mídia brasileira.

Embora possa surpreender, o fato é que, não há imobilismos tal qual se imagina nessa “categoria social”. Até mesmo pelo fato de que como em qualquer outro seguimento as relações se movem também tanto por interesse, como por aproximações, o que acaba em diversas formas de tensionamentos, e por isso, surpreende o fato de acharem que em algum momento os militares estivessem simplesmente “recolhidos aos quartéis”, ou que eles não estariam na política, articulando, influenciando. Eis que, “os acontecimentos políticos do último lustro, especialmente no Brasil, apontam que as portas da caserna nunca estiveram fechadas”. (PENIDO; KALIL, 2021).

Portanto, deste lado dos trópicos, “exceção” seriam os momentos em que os militares não estiveram na política e no poder, já que a presença deles é a regra, e não um imponderável inusitado, ou um ponto fora da curva na seara política. E como aponta Ana Penido e Suzeley Kalil (2021) os famigerados “golpes militares são apenas os momentos mais espetaculares dessa

⁹² **Militares que atuaram no Haiti ganham destaque no governo** – *Folha de São Paulo*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/militares-que-atuaram-no-haiti-ganham-destaque-no-governo-bolsonaro.shtml>>. Acessado em 19 de novembro de 2021.

⁹³ Como descrito por Miguel Borba de SÁ, em sua tese de doutoramento, “**Haitianismo: colonialidade e biopoder no discurso político brasileiro**” (2019), por meio do conceito de “*paz liberal*”, e das supostas proximidades culturais, o alegado sucesso da missão de paz comandada pelo Exército brasileiro, mas sob supervisão e tutela dos EUA, não passou de uma intervenção militar contra a soberania nacional haitiana. Como se não bastasse, a missão deixou ainda um legado de milhares de mortes, em decorrência da produção de novos conflitos; pela cólera, com a contaminação do principal curso de água haitiano, além de centenas de denúncias de abusos sexuais e estupros, inclusive de crianças. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/37787/37787.PDF>>. Acessado em 20 de julho de 2022. Ver aqui também: **Estupros, cólera e 30 mil mortos: conheça o legado da Minustah no Haiti – Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/09/01/estupros-colera-e-30-mil-mortos-conheca-o-legado-da-minustah-no-haiti/> >. Acessado em 20 de setembro de 2022. E aqui: **AP Exclusive: UN child sex ring left victims but no arrests** – *Associated Press*. Disponível em: <<https://apnews.com/article/africa-arrests-united-nations-only-on-ap-e6ebc331460345c5abd4f57d77f535c1>>. Acesso em 20 de setembro de 2022.

participação”. Aliás, essa velha e tradicional forma de ascensão ao poder, ou esta velha forma de supressão de liberdades e garantias, supressão da democracia liberal está cada vez mais rara.

Essa fase do nosso lento e contínuo processo de militarização é descrito pelo coronel do Exército, Marcelo Pimentel (2021, p. 39) como uma espécie de “fenômeno”, que seria composto por três elementos que interagiriam entre si, além de se integrarem. O primeiro elemento seria a politização dos militares e das FFAA; o segundo seria uma “espécie de corolário do anterior, é a militarização da política e da sociedade” – portanto, o processo de militarização ou hipermilitarização referido outrora –; e, por fim, ele aborda o que seria a ação dinamizadora do “grupo informal, coeso, hierarquizado, disciplinado, com características autoritárias e pretensões de poder político – até de natureza hegemônica –, dirigida por oficiais-generais formados durante o período mais duro do regime autoritário”; que seriam o vetor de sentido e direção entre os dois elementos anteriores.

Para este fenômeno da militarização da política é dado o nome por uns de “Partido Militar”, por outros de “Partido Fardado”⁹⁴. Marcelo Pimentel (2021, p. 40) usa o termo partido militar como uma espécie de licença retórica a autores como Oliveiros Ferreira e Alain Rouquié, que empregaram a terminologia no estudo da tomada política por militares; Quartim de Moraes e Murilo de Carvalho, que fizeram o uso metaforicamente, são também citados por ele, embora todos dirigidos a análise da ação política de militares, ou de setores militares.

Contudo, a falta de pretensões políticas do partido fardado evidenciaria uma breve divergência quanto à conceituação de Oliveiros e os demais autores:

A expressão Partido Fardado não designa uma facção política, no sentido em que se fala de um partido que se constitua no mundo civil para disputar eleições (...). Não é um grupo organizado que permanece no tempo como organização. Sua existência evidencia-se em momentos de tensão interna na corporação ou de desencontro dos militares com o governo (...). Ele existe enquanto exerce a função de partido, qual seja a de criar as condições para que a ‘mole militar’ a que se referia Oliveira Viana se ponha em movimento para realizar mudanças na sociedade e, eventualmente, na própria corporação (FERREIRA, 2000, p. 43-44).

O autor argumenta ainda que, a despeito da construção coletiva de discursos e narrativas, essa ala militar não teria caráter hegemônico, e disputaria espaço. Além disso, tenderia “a se dissolver passado o momento agitado em que as FA se movem para efetuar mudanças na

⁹⁴ Ao que tudo indica o termo “Partido Fardado”, foi inaugurado por Oliveiros Ferreira. Além disso, o autor chamava ainda esse fenômeno da politização dos quartéis de “Partido da Ordem”.

sociedade ou em si mesmas” (FERREIRA, 2000, p. 43). Inclusive, ele vislumbra a “morte⁹⁵” propriamente dita do partido fardado, ou em outras palavras o fim de sua atuação como partido.

Essa visão é compartilhada por outros autores até o que tange a pluralidade e prováveis disputas ideológicas dentro das instituições. Daí em diante, iniciam-se divergências, com destaque para sua organicidade, permanência, e seu caráter não monolítico, “enfatizando como a política penetra no aparelho militar e vice-versa”. Havendo, portanto, “uma tensão permanente entre as tendências políticas organizadas no seio do Exército e a própria instituição. Mas essas tendências internas podem ou não coincidir com correntes da opinião civil” (PENIDO; KALIL, 2021):

Concretamente, os partidos militares podem ser verdadeiros partidos fundados por militares para agirem na sociedade civil ou a cristalização de tendências que lutam pelo poder no âmbito da instituição militar e em estruturas políticas próprias do Exército, e inclusive na organização militar como um todo, quando certos chefes se esforçam por transformá-la em organização política unificada (ROUQUIÉ, 1990, p.13).

Para Marcelo Pimentel (2021, p. 41), a atual “presença no governo de 14 dos 17 generais-de-exército que integravam o Alto Comando do Exército em 2016, todos em cargos políticos, é apenas uma de inúmeras situações que podem balizar o entendimento do fenômeno” do que seria um partido militar. Ele prossegue dizendo que o partido militar não pode, nem deve ser confundido com uma mera “ala militar” em oposição à “ala ideológica”, como, aliás, a imprensa convencionou dizer ao se referir ao governo atual que, para além da presidência e vice-presidência, possui tantos outros oficiais no primeiro e segundo escalão do governo, quanto tiveram os governos militares. Por isso, o autor elenca que:

As inúmeras evidências que caracterizam a existência do “Partido Militar” podem ser apresentadas segundo categorias presentes em qualquer partido político formal e estruturado: **memória histórica** e **vocação institucional**; **base ideológica**; **pautas corporativas** e de **interesse específico**; **direção partidária** encarregada da **distribuição de poder**; **controle do governo** em direção, sentido e intensidade; **quadros partidários** e **formação de lideranças**; e **base eleitoral** e **militante** (2021, p. 43) (*grifos nossos*).

Assim, nas palavras do Marcelo Pimentel (2021, p. 43), o processo de “politização dos militares, não se confunde com a mera expressão de opiniões políticas, o que sempre houve”, tão pouco com a ocupação de um militar ou outro da reserva em cargos da administração pública, no geral com alguma expertise na área. A politização dos quartéis, e a “militarização

⁹⁵ O “atavismo da obediência ao superior explica porque o “partido” morreu. Aliás, começou a morrer com 1964 e foi esquartejado pela Junta Militar”. Ver em: **No triunfo dos generais, a agonia do partido fardado – Jornal O Estadão**. Disponível em: < <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,no-triunfo-dos-generais-a-agonia-do-partido-fardado-imp-,1159897> >. Acessado em 07 de junho de 2021.

da política”, “é um projeto, com método”, e que acompanha a formação do Estado brasileiro desde o segundo império. “A participação dos militares na política é fato comum na história brasileira, principalmente na República, ficando difícil estudar e compreender a história de nosso país sem estudar os militares” (PIMENTEL, 2012, p. 24).

Essa presença marcante e histórica das Forças Armadas na formação do Estado brasileiro⁹⁶, bem como nos rumos políticos do país, invariavelmente levaria à politização em maior ou em menor grau de seus quadros. No entanto, tanto Marcelo Pimentel (2021, p. 44), quanto Penido e Kalil (2021, p. 70), concordam que há mudanças de rumo e atuação do partido militar. O Partido militar “evoluiu junto com o processo político brasileiro”. Logo, diferente de sua atuação no regime autoritário, que, no geral tinha como meta a realização de um programa, hoje ele assemelha-se mais com aquilo que se chama de partido *catch all*, que embora tenha sólida formação ideológica e corporativa, não tem conteúdo programático, apenas proselitismo e objetivos de ocupação e manutenção de cargos na administração.

O partido representa os interesses corporativos, priorizando políticas públicas e a ocupação de cargos pela sua própria base, mas também participa, direta ou indiretamente, de eleições e interpreta a Constituição segundo seus interesses, desejando massificar na sociedade seus entendimentos sobre o país. Seu núcleo duro é permanente, e não ocasional ou reflexo de regimes políticos, sendo responsável por estabelecer alianças e fazer articulações políticas que, em algum momento, aumentam seu poder. Seus aliados principais, e a ele subordinados, são aqueles oriundos das forças de segurança (policiais, bombeiros, militares reformados, ex-funcionários de empresas de segurança privada etc.) filiados a distintos partidos políticos, especialmente aqueles classificados à direita no espectro político (PENIDO; KALIL, 2021, p. 71).

Como dito, os militares nunca se despiram do poder, e em seus ensaios de retomada de protagonismo, alguns episódios forma fundamentais para pavimentar esse regresso do partido ao poder político. Desde o relatório da Comissão da Verdade, ao impeachment da Dilma, até a visita do capitão a AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras), em 2014, onde ele lançou sua candidatura, segundo o coronel Marcelo Pimentel⁹⁷.

Outro episódio que operacionalizou a retomada, e deu folego aos integrantes do Partido, ocorreu em 2018, com o *tweet*⁹⁸ do ex-comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas,

⁹⁶ Em **Elos partidos**, Oliveiros FERREIRA (2007, p. 49) advoga que, “os militares entram em cena logo no primeiro ato de nosso drama, isto é, da história do Brasil enquanto Estado ou projeto dele: 1821”.

⁹⁷ **Militares planejam se manter no poder ‘com ou sem Bolsonaro’, diz coronel da reserva** – *BBC Brasil*. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57447334> >. Acessado em 10 de junho de 2022.

⁹⁸ O texto que resultou em tuíte, começou a ser elaborado dias antes do julgamento do Supremo, pelo general Villas Bôas, com o auxílio dos generais da reserva Alberto Cardoso e Joaquim Silva e Luna, então ministro da Defesa (VICTOR, 2022, p. 171). **Tuíte do general Villas Bôas sobre Lula foi atenuado; atuais ministros de Bolsonaro discutem o texto** – *Folha*. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/02/tuite-do-general-villas-boas-sobre-lula-foi-atenuado-atuais-ministros-de-bolsonaro-discutiram-o-texto.shtml> >. Acesso em 11 de junho de 2022.

antes do julgamento do *habeas corpus* para o presidente Lula, pelo Supremo (que acabou negado, levando à prisão do então ex-presidente, naquela época candidato e líder nas pesquisas para a Presidência).



Figura 13 – Tuíte do general Villas Bôas antes do julgamento do *habeas corpus* a Lula pelo STF.
Fonte: Twitter.

O partido militar alçou-se ao Poder no Executivo federal (e aos outros poderes, já que inúmeros militares foram também eleitos para o Executivo estadual, e para o Legislativo federal, e estaduais) pela via eletiva, com um Presidente da República capitão, e um vice-presidente general, ambos do Exército brasileiro, mas também em seu aspecto na ocupação de cargos em comissão (Executivo federal). Só em cargos civis ocupados por militares o aumento foi de 193% para o período analisado⁹⁹.

Constatou-se que a presença agregada de militares em cargos e funções comissionadas teve trajetória de aumento de 59% no período analisado, tanto pelo aumento do número de cargos e funções militares em si como pelo aumento da presença de militares em cargos e funções civis (IPEA, 2022, np).

Inclusive, os planos de manutenção no poder do partido são tão audaciosos que recentemente eles lançaram um “plano de governo” para 2035. E, um evento pomposo, que contou com a fanfarras do Regimento de Cavalaria de Guardas, os institutos Villas Bôas, Sagres

⁹⁹ A pesquisa, coordenada por Flávia Holanda Schmidt, englobou os governos de Dilma Rousseff (PT), Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL), ido mais especificamente de 2013 a 2021. Nesse período, houve um aumento de 59% de militares em cargo e funções comissionados, apenas ao que se refere ao quadro geral, portanto, cargos que são naturalmente ocupados militares. Mas quando se leva em consideração o número de integrantes das Forças Armadas em quadros civis, o número quase triplica, indo para 193% citado. **Presença de militares em cargos e funções comissionadas do Executivo federal (IPEA, 2022)**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/pubpreliminar/220530_publicacao_preliminar_presenca_de_militares_em_cargos.pdf>. Acesso em 11 de junho de 2022.

e Federalista apresentaram o seu “Projeto de Nação, O Brasil em 2035¹⁰⁰”, em evento que contou com a participação da nata dos militares aposentados, entre eles o próprio general Villas Bôas e o vice-presidente Hamilton Mourão.

O documento de 93 páginas mostra a visão do partido sobre 37 temas, entre eles, geopolítica, segurança e defesa nacional, educação, saúde e economia. Portanto, alguns dos temas nada têm a ver com a missão das Forças Armadas. Entretanto, o espectro que “desde sempre” ronda as cabeças dos militares, e, aparentemente os assusta, continua lá, presente como sempre.

Encoberto pelo “globalismo”, que para eles seria um “movimento internacionalista” com o objetivo de “determinar, dirigir e controlar as relações entre as nações e entre os próprios cidadãos, por meio de posições, atitudes, intervenções e imposições de caráter autoritário, porém disfarçados como socialmente corretos e necessários”. Não para por aí, visam “desideologizar” a educação, demonstrando assim todo um desejo de limitar, ou no mínimo deles próprios ideologizarem as escolas e academias. O documento prevê ainda a cobrança de mensalidades nas universidades públicas e no atendimento do SUS. Ou seja, nada tão diferente do que é apresentado atualmente pelo governo de ocasião, como por pesados reformistas e liberais pretendentes ao Planalto.

No que tange ao processo de formação do Estado nacional, citado aqui outrora, consolidado por volta de 1937 (e que possibilitou o nascimento do partido fardado, e do partido militar¹⁰¹), mas se expões a partir de 1945, com a “redemocratização”, e que permitiu também a politização das FFAA, coincidiu com a própria reformulação e modernização das forças, tornou público o debate em torno das disputas ideológicas acerca dos caminhos a serem dados pelo país, e, por conseguinte, acentuou as divergências internas dos quartéis. E o que estava em jogo? A princípio a disputa pela, ou contra a herança política de Getúlio Vargas, além da escolha de um modelo político-econômico nacional desenvolvimentista, ou liberal-capitalista internacional (VASCONSELOS, 2006, p. 157).

A essa altura nos quartéis a batalha ideológico pelo controle já fazia um líder, há muito, bem verdade, e a adesão ao espectro político oposto, seja por civis, ou por integrantes sofria

¹⁰⁰ **Projeto de Nação, O Brasil em 2035**. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/05/projeto-de-nacao-fev-2022.pdf>. Acesso em 11 de junho de 2022.

¹⁰¹ A Ana PENIDO tem buscado uma conceituação própria para a distinção de “Partido Fardado” e de “Partido Militar”, atribuindo a este último sua constituição por membros das Forças Armadas. Já o primeiro, concentrar-se-iam pelos membros das polícias e demais forças de segurança.

Ver em: **O Partido Militar, o partido fardado e o sistema político brasileiro**. Disponível em: <https://www.enabed2021.abedef.org/resources/anais/15/enabed2020/1612289589_ARQUIVO_c2ab26981a5cd7e6c5ce3ed2f9cc065c.pdf>. Acesso em 23 de maio de 2022.

uma demonização implacável. Em maio de 1989, o general Sergio Avellar Coutinho¹⁰², chefe do Centro de Informações do Exército (CIE), escreveu em documento reservado: “o Exército brasileiro tem sido o fator decisivo que tem impedido a tomada do poder por minorias ideológicas totalitárias de inspiração marxista-leninista¹⁰³”. Pela lógica militar, portanto, era imperioso, o quanto antes, o expurgo “dos militares não identificados com a ‘nova’ instituição” (VASCONSELOS, 2006).

E embora o comunicado do general, chefe do CIE date de 89, a perseguição aos militares identificados ideologicamente à esquerda, iniciou-se por volta de em 1935, com o levante da ANL, fossem eles ou não comunistas nacionalistas, progressistas, ou apenas se opusessem as ideias políticas predominantes, sofreriam dificuldades na carreira com punições injustas, expulsões e prisões (PIMENTEL, 2012, p. 26-27). Aliás, algo que mesmo com o passar do tempo, não parece ter mudado tanto assim¹⁰⁴.

A influência externa do comunismo, no período de 1961 a 1964, residia no segundo grande suto anticomunista gerado pelo impacto da Revolução Cubana, que inspirava os comunistas e amedrontava os anticomunistas. O fator interno coincidia com a ascensão dos movimentos sociais, notadamente o dos militares de baixa patente, e preocupava sobremaneira as Forças Armadas (MACIEL, 2009, p. 55).

Mas “como compreender a ação de militares que se engajaram na luta armada contra o regime militar? E como se tornaram militares de esquerda?” (MACIEL, 2009, p. 84). Bom, tudo começa com a quase invariável luta de classes, luta por direitos, por dignidade. Mesmo que estas lutas estejam imbuídas de um “sentido maior”, uma “luta maior”, como no caso da ANL, que tinha na luta antifascista sua principal razão de ser, continha, como pano de fundo

¹⁰² Há quem considere o general como precursor das ideias que giram em torno do termo “marxismo cultural”, base conceitual do chamado *olavismo*, o conjunto de ideias de Olavo de Carvalho, o guru do ex-presidente Bolsonaro. Já para o professor do Instituto de Economia da UFRJ, Eduardo Pinto, as ideias disputadas pelo generalato do Exército e pelo ideólogo Olavo, estão desde muito lastreadas no pensamento da extrema-direita estadunidense. Para além desta contenda, quanto a pioneirismo das ideias do que seria um suposto “marxismo cultural”, e como ele deveria ser combatido, em mais um embate com os militares, o ideólogo, contrariado, bem verdade, disse que o Bolsonaro não os “escolheu”, mas que eles é quem o teriam escolhido. E assim, eles estariam “governando e usando o Bolsonaro como camisinha”. (VICTOR, 2022, p. 207). Ou seja, em momento de fúria, ou em um lampejo de sinceridade, o principal ideólogo do bolsonarismo corrobora com aqueles que advogam a tese da atuação do Partido Militar na política nacional.

¹⁰³ Disponível aqui: <<https://apublica.org/wp-content/uploads/2021/08/os-ecos-do-orvil-em-2021-rpm-89-fev-a-out.pdf>>. Acesso em 23 de maio de 2022.

¹⁰⁴ Recentemente, a Marinha puniu em processo-administrativo o contra-almirante da reserva, Antônio Nigro, que em entrevista à jornalista Miriam Leitão, na Globo News, teceu críticas à “politização dos quartéis”. Inclusive, o mesmo ocorreu com o próprio coronel da reserva, Marcelo Pimentel. No entanto, o Exército permitiu que o general da ativa, Eduardo Pazzuello (entre outros militares), não apenas assumisse cargo civil no governo de Jair Bolsonaro, como deixou que o militar “subisse em um palanque eleitoral com o presidente da República e ainda colocou a investigação do caso sob sigilo de 100 anos”. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/coluna/2022/09/marinha-contr-o-almirante.ghtml>>. Acesso em 23 de setembro de 2022.

uma luta corporativa, que visava à garantia de direitos, até mesmo pelo fato da Aliança ser herdeira direta do “tenentismo”.

Como dito aqui outrora, os estatutos militares eram rígidos e restritivos de direitos aos militares, mormente a categoria das praças, restringindo-lhes, inclusive, direitos básicos, como o uso de roupas comuns, ou “trajes civis”, ou o direito ao casamento, e, em alguns casos impunha-lhes castigos físicos e degradantes (MACIEL, 2009, p. 84).

Por isso, “inicialmente o movimento era pura e simplesmente corporativo¹⁰⁵”. Essa visão corporativista impulsionou à adesão a luta de classe e por direitos, convicta de que para chegar às mudanças necessárias nesses estatutos era imprescindível a participação na política institucional elegível (MACIEL, 2009).

A conscientização política dos militares, além dessa percepção da necessidade de concorrer aos cargos representativos nas câmaras e assembleias, tem seu ponto alto com outro acontecimento: com o slogan “sargento também é povo fardado”, em 1961, se engajam na luta para garantir a posse do vice-presidente João Goulart, depois da renúncia de Jânio Quadros (MACIEL, 2009, p. 85).

Então, diversos movimentos de militares, em diversas partes do país, visando suas melhoras passam a tentar elegerem-se nos mais variados cargos eletivos, mesmo proibidos de se candidatar. O que, por sua vez, levou-os a se movimentar-se por esse direito, tanto com breves agitações de quartéis, e sublevações, como com a judicialização, sendo, inclusive, derrotados no Supremo Tribunal Federal (STF) (MACIEL, 2009, p. 88).

Por óbvio, esses fatos ocorriam sob clima de tensão, e num cenário já conflituoso, sobretudo, pelos eventos da chamada “cadeia da legalidade”, uma campanha radiofônica, em cabeçada por Leonel Brizola, que contava com apoio de militares progressistas, inclusive, da alta oficialidade, como o marechal Henrique Teixeira Lott, e o general Machado Lopes, que se opunha à assunção do poder por militares, em detrimento ao vice-presidente, João Goulart (Jango), que, conforme a Constituição da época era quem deveria assumir a Presidência em caso de vacância do cargo.

Esses episódios de lutas, seguida de insucessos forma pequenos golpes para os “militares militantes”, mas o mais duro baque ainda estava por vir, foi o golpe civil-militar, que “representou mais que um rompimento na mobilização e participação política, seguiu-se um processo de cassações e prisões em todas as Forças” (MACIEL, 2009, p. 105).

Na Marinha cerca de mil e quinhentos marinheiros são expulsos, incluindo todos os dirigentes da AMFNB e os vinte e seis fuzileiros que aderiram à revolta de 26 de março. A Associação desaparecia e a sua diretoria entrava para a clandestinidade, passando a integrar as organizações armadas. (...) em

¹⁰⁵ Entrevista do militante e sargento do Exército, Darcy Rodrigues, concedida à Wilma MACIEL (2009, p. 84).

11 de abril de 1964 foram expulsos do Exército 122 oficiais e durante o decorrer do ano as expulsões continuaram, muitos oficiais foram pressionados a saírem da ativa, sendo advertidos que jamais receberiam uma promoção pela falta de empenho “revolucionário” demonstrado por ocasião do golpe (MACIEL, 2009, p. 105-106).

A deflagração do golpe empurrou parte dos militares que se mobilizavam reivindicando direitos; legalidade; democracia; enfim, os militares que “experimentam uma nova conscientização e participação política e passam da luta pelos interesses imediatos para questões de interesses nacionais, como as reformas de base” (MACIEL, 2009, p. 110), foram empurrados para a clandestinidade, e para a luta armada.

(...) com o descontentamento pela derrota surgem lideranças que se reuniam separadas daquele movimento de massas anterior, para discutir o Brasil, as conjunturas locais, regionais e internacionais e pensar o que fazer para melhorar a situação do país. Portanto, a participação nos grupos armados será um movimento de continuidade das lutas iniciadas no pré-64, lembrando que já não é mais todo aquele movimento de massas anterior que foi rompido com o golpe. Os militares que participaram da luta armada vêm desses movimentos e organização dentro das instituições militares, muitos influenciados pelo PCB, e começam a se articular em reuniões e contatos com militares que ainda se encontravam na ativa (MACIEL, 2009, p. 111).

Segundo levantamento do pesquisador Marcelo Ridenti¹⁰⁶, ao analisar a participação de militares nas organizações armadas que se propuseram a combater o regime, poucos, após os expurgos se aventuraram na empreitada. Segundo o pesquisador, algumas dezenas de praças, militares subalternos, por volta de 03%, dos cerca de 10% dos que forma processados, aderiram à luta armadas.

A maior parte desses militares não pertencia “a um grupo específico”, com lembra a Wilma Maciel (2009, p. 111), “atuaram em diferentes organizações também compostas por civis, embora em algumas delas predominassem militantes oriundos das Forças Armadas”. E a despeito do diminuto número documentado de militares efetivamente atuando na luta armada contra a ditadura de 64, essas participações foram relevantíssimas, com destaque para algumas figuras, como a do capitão do Exército, Carlos Lamarca.

Vários foram os grupos da chamada “luta armada”, dentre eles: Política Operária (Polop), organização armada do pré-64, que já tinha membros da extinta Associação de Cabos e Marinheiros. O Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26), que contava com a participação de figuras como o capitão Lamarca e o coronel Cardim, muitas vezes, sendo relatado em conjunto com a Frente de Libertação Nacional (FLN), “do” major Pires Cerveria.

¹⁰⁶ Marcelo RIDENTI. *O fantasma da revolução brasileira* (1993).

A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), documentadamente foi o grupo que contou com a maior participação de militares, 23 militares ao todo, além dos que migraram para o Comando de Libertação Nacional (COLINA), e que posteriormente passou a se chamar Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), que tinha esse nome em homenagem ao Quilombo dos Palmares, e também contou com a participação do capitão Carlos Lamarca. Além de Lamarca, outros militares de destaque foram o 3º sargento da Força Aérea, Jose Ronaldo; o capitão de corveta da Marinha, Moacyr Ferreira; o subtenente do Exército, Leonor Tuasco, e o sargento, também do Exército, Darcy Rodrigues, o vulgo “Silvio” (MACIEL, 2009).

Além dos militares das FFAA, o VPR contou ainda com uma efetiva participação de militares da Força Pública de São Paulo, como era chamada a Polícia Militar do Estado de São Paulo à época. Alguns identificados são os capitães Adelino Ramos, Wanio José, e o sargento Pedro Lobo, esses dois últimos ficaram amigos e companheiros de luta em episódio inusitado, como conta Maciel (2009, p. 140).

O capitão Wanio desde antes do golpe já tinha uma atividade de esquerda, participava de reuniões com o grupo do qual também fazia parte o sargento Pedro Lobo, que ingressou no PCB dentro da PM. Segundo este nos contou, certa vez ele foi surpreendido pelo ainda tenente Wanio, conversando com outros soldados e sargentos defendendo o socialismo, o marxismo, quando o tenente se aproximou; ele continuou falando, Wanio então solicitou que ele passasse na sala dele. Pedro Lobo afirma que achou que ia ser repreendido (MACIEL, 2009, p. 140).

Já o COLINA, sua maior atuação se deu em Minas Gerais, e contou com a participação de diversos militares, entre eles, o 2º sargento da Aeronáutica, João Lucas Alves, e “o 2º sargento reformado do Exército José Mendes de Sá Roriz, que havia participado da campanha da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália durante a Segunda Guerra Mundial e reformara-se em virtude de sequelas quando foi ferido no campo de batalha” (MACIEL, 2009, p. 135).

Esse grupo deu origem ao Movimento Revolucionário 08 de Outubro (MR-8), dissidência do PCB, originário do movimento estudantil carioca, adotou esse nome “em homenagem à morte de Che Guevara em 08 de outubro de 1967”, como bem pontua Wilma Maciel (2009, p. 146). Acabaram ganhando notoriedade com o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, em parceria com a Aliança Nacional Libertadora (ANL), de Carlos Marighella.

Entre tantos grupos com destacada atuação, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), abrigava uma grande ala de “militares revolucionários nacionalistas”, e em São Paulo

era dirigido pelo sargento Onofre Pinto; o Movimento da Ação Revolucionária (MAR), surgido em 68 “a partir de um grupo de marinheiros presos na penitenciária Lemos de Brito, no Rio de Janeiro, que cumpriam pena pela participação na AMFNB e também o sargento Prestes de Paula, líder da revolta dos Sargentos, preso desde 1963” (MACIEL, 2009, p. 118).

Para além de todos esses grupos e subgrupos da luta armada da década de 60, é preciso também destacar uma organização de atuação anterior, de meados da década de 30, mas com não menos relevância que os grupos posteriores, o *Antimil*¹⁰⁷, o Setor Militar do PCB, que “desenvolveu-se de maneira relativamente autônoma, através de núcleos isolados em várias unidades militares espalhadas pelo país”, porém com maior grau de organização e relevância em Recife, Natal e Rio de Janeiro (CUNHA, 2013, p. 63).

O levante foi capitaneado por militares comunistas em Recife e Natal. Alguns tiveram sua formação à esquerda no Rio de Janeiro, onde o Antimil alcançou uma maior vascularização. Podem ser consideradas algumas razões para esse fato: o Rio de Janeiro foi palco de muitas revoltas tenentistas; tinha o maior contingente do Exército; era o local em que o PCB (apesar de ser um partido nacional) tinha bases sociais mais profundas, com algumas ramificações anteriores entre seus militantes e os militares (CUNHA, 2013, p. 62).

No início dos anos 1950, o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) passou a acompanhar de perto as ações do *Antimil*, tanto pelas mobilizações reivindicativas dos policiais como pela campanha pelo petróleo. Mas foi apenas na década de 1970 que a polícia política “passou a registrar todos os dirigentes das entidades de representação de classe das corporações policiais paulistas. Em inquérito realizado em 1975, a polícia política registrou 67 nomes de policiais” da Força Pública e da Guarda Civil ligados com o Partido Comunista do Brasil (GARCIA, 2019, p. 123).

(...) cabe o destaque para os nomes do tenente coronel Vicente Sylvestre, registrado como diretor social, tesoureiro, vice-presidente e presidente do Centro Social de Inspectores da Guarda Civil; presidente do Conselho Nacional de Guardas Civas; Carlos Gomes Machado, coronel reformado da PM, guarda civil vereador na cidade de São Paulo e candidato a deputado estadual, presidente do Clube de Oficiais da Reserva; Luiz Gonzaga Ferrei, registrado como presidente do Centro Social dos Guardas Civas; e Ranulfo de Moraes Peloso, registrado como diretor da Associação Esportiva da Guarda Civil¹⁶⁵. Esse e ao menos mais 30 nomes estariam envolvidos em atividades subversivas e ligadas ao PCB, segundo relatório do DOPS. O grupo, segundo apuração, era liderado pelo próprio Vicente Sylvestre (GARCIA, 2019, p. 123).

¹⁰⁷ É o diminutivo para antimilitarista; mas anteriormente foi denominado de Comitê Militar, além de Comitê Militar Revolucionário.

Paulo da Cunha (2014) ressalta ainda que o *Antimil* do PCB não era o único, nem tão pouco o mais antigo Setor Militar das agremiações de esquerda no país (ele aventa ainda, por analogia a possibilidade dos partidos de direita também procuraram a incorporação de militares nos mesmos moldes). Isto porque, com o advento da república, e sua consolidação, surgiram “no cenário político associações, grupos, partidos socialistas (...) procurando intervir ou contrapor de alguma forma com esse objetivo, ou com a preocupação de ter uma presença das Forças Armadas” (CUNHA, 2014, p. 136).

O que no mínimo comprova uma participação tão ativa da Esquerda Policial, quanto a Esquerda Militar “no que diz respeito a sua atuação direta em eventos políticos e na ação política durante o período democrático”. O que nos permitiria “compreendê-la como correspondente a um grupo, não coeso e não homogêneo, mas como afinidades políticas no capô progressista e mais à esquerda no espectro político” (GARCIA, 2019, p. 127).

Felipe Garcia (2019, p. 127) conceitua a Esquerda Militar a partir dos modelos que interpretam as Forças Armadas, a partir de grupos, ou setores de militares que estariam alinhados ao espectro político à esquerda, bem como, poderia também ser compreendida como apenas um grupo específico que atua na chamada “ação direta”. E por analogia, o autor aplica o conceito a Esquerda Policial, que tanto pode ter o conceito “operacionalizado para compreender a atuação política de setores das corporações policiais, e pode também ser utilizado para se referir a um grupo específico”.

O autor ressalta ainda que no caso dessa segunda interpretação da Esquerda Militar, para os policiais militares, calharia mais facilmente de se observar, já que como foi dito aqui, as mobilizações dos policiais afeitos à esquerda, no geral, aconteciam em centros e associações sociais, lugares mais reservados (GARCIA, 2019, p. 127).

De todo modo, e apesar da historicidade, Marcelo Pimentel (2021, p. 43-44) ressalta com veemência que vê com apreensão, chegando a considerar até impropria essa participação protagonista das Forças Armadas na política, sobretudo, para as próprias instituições militares, que como consequência lhes acarretará além de descrédito, distúrbios e prejuízos no cumprimento de suas missões, além é claro, das cisões internas.

*“Esperando para cortar as árvores mortas
 Esperando para limpar a cidade
 Esperando para seguir os vermes
 Esperando para colocar uma camisa preta
 Esperando para eliminar os fracos
 Esperando para quebrar suas janelas
 E arrombar suas portas
 Esperando pela solução final
 Para fortalecer a raça
 Esperando para seguir os vermes
 Esperando para ligar os chuveiros
 E acender os fornos
 Esperando pelas bixas e os pretos
 E os comunas e os judeus
 Esperando para seguir os vermes”*
 (tradução livre)

Roger Waters

3 POLICIAIS ANTIFASCISMO: HISTÓRIA E INTEGRANTES

Como acabamos de ver, não só no Brasil, mas talvez no mundo, a história das sociedades está permeada pela história das forças militares ou/e policiais, e vice e versa. E por mais estranhamento que possa nos causar, é histórica também, embora relativamente menor, a movimentação ideologicamente à esquerda de integrantes dessas instituições. O Movimento de Policiais Antifascismo é herdeiro direto dessa resistência, dessa tradição “esquerdista” nas corporações militares e policiais, a Esquerda Militar.

Essa tradição e essa resistência contra-majoritária de algum modo, sempre se fez presente na vida política da caserna. No entanto, tal qual como acometido ao campo oposto, talvez tenha havido um período de hibernação, um arrefecimento desse debate público que nunca findou-se, como já bem detalhado nesse estudo, mas que não mais se expunha como outrora, levando ao esfriamento de ânimos, e, inclusive consolidando críticas perenes de integrantes¹⁰⁸, de pesquisadores e de especialistas¹⁰⁹, além de “interessados”¹¹⁰ no tema, que diz mais ou menos, que essa negligência “para com a polícia, no momento da repactuação

¹⁰⁸ “A esquerda precisa mudar seu discurso sobre segurança pública”, diz Radde:< <https://www.dw.com/pt-br/a-esquerda-precisa-mudar-seu-discurso-sobre-seguranca/a-56825781> >. Acesso em 12 de junho de 2022.

¹⁰⁹ “A esquerda tem medo, não tem política de segurança pública”, diz Zaffaroni, para Julita Lemgruber:< <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/36> >. Acessado em 12 de junho de 2022.

¹¹⁰ “A esquerda erra há muito tempo no debate sobre a segurança pública”, diz Freixo:<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/14/politica/1523658699_298994.html >. Acesso em 12 de junho de 2022.

democrática, em certa medida, acabou contribuindo para a perpetuação do modelo de dominação social defendido pelos setores mais conservadores” (SOARES, 2003).

Mas a ebulição acirrada e pública do debate político não se demorou, e no idos dos anos 2000, sobretudo, com o advento das redes sociais, foi cada vez mais ganhado os contornos até sua explosão no fim da década. E foi exatamente aí, mais precisamente em 2010, que o pensamento mais “progressista da caserna” voltou ao debate público.

No ano de 2010, uma juíza carioca aposentada, um coronel reformado da PMERJ, ex-chefe do Estado-Maior da PM fluminense (1991-1994), e mais um delegado da ativa da PCERJ, e um então, tenente da PMBA, também na ativa, fundaram a LEAP Brasil. Maria Lúcia Karam (presidente); Jorge da Silva (vice-presidente); Orlando Zaccone (1º secretário e porta-voz) e Danilo Ferreira (2º secretário e porta-voz), foram os pioneiros na retomada do debate progressista da caserna, pois a organização, Agentes da Lei contra a Proibição, uma espécie de filial brasileira da americana Law Enforcement Against Prohibition (LEAP), criada em 2002, tinha como principal bandeira o anti-proibicionismo, melhor dizendo, era contra a criminalização das drogas, contra a “guerra às drogas¹¹¹”.



Figura 14 – Seminário da LEAP Brasil (EMERJ) – da esq. à dir. Salo de Carvalho (professor), Rubens Casara (juiz), Francisco Chao (policial civil), Jorge da Silva (policial militar).
Fonte: EMERJ.

A organização realizou eventos, dentre eles, dois grades seminários, um em 2013, e outro em 2015, ambos realizados na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), e contaram com a participação de diversos palestrantes, da área médica à jurídica. Entre eles, o ex-juiz da Suprema Corte Argentina, Raúl Zaffaroni; os criminólogos Nilo Batista e Vera Malagutti; o médico Dartiu Xavier, e a médica uruguaia Raquel Peyraub, e diversos policiais e professores. Em seu auge, a LEAP congregou mais de 230 membros,

¹¹¹ **Conheça os Agentes da Lei Contra a Proibição** – *Policial Pensado*: um espaço coletivo para discussões sobre polícia, política e segurança pública. Disponível em: < <http://www.policialpensador.com/2014/08/conheca-os-agentes-da-lei-contra.html> >. Acesso em 12 de junho de 2022.

dos quais 167 policiais¹¹², e, assim, a organização seguiu ativa até meados de 2017, defendendo a descriminalização e a regulação do comércio de drogas.

Concomitantemente, em agosto de 2010¹¹³, em Salvador (BA) um grupo de policiais civis com participações anteriores em movimentos como o estudantil, sindical e o movimento negro, reuniu-se inicialmente de forma a contemplar suas necessidades laborais e seus anseios corporativos num coletivo chamado *Sankofa*, ou, Coletivo *Sindical Sankofa*, com propósito de fazer frente e oposição à direção do sindicato da polícia civil baiana.

DROGAS: LEGALIZAÇÃO, MORAL E DIREITO

03/09/2015
Das 9h às 13h

9 horas - ABERTURA:
Des. Sérgio de Sousa Venes (Presidente do Fórum Permanente de Direitos Humanos)
Juiz Reibel Coelho (Presidente do Fórum Permanente de Direito e Saúde)
Orlando Zaccone (Delegado e Membro do LEAP ENFORCEMENT AGAINST PROHIBITION - Agente de Lei Contra o Proibição - LEAP BRASIL)

9h30min - Conferência: "Drogas não é assunto de Direito Penal"
Presidente da Mesa:
Des. Maria Lúcia Karim (Juiz de Direito Aposentado, Presidente da LEAP BRASIL)
Palestrante:
Professor Dr. Sebastian Scheerer (Diretor do Instituto de Criminologia da Universidade de Hamburgo - Alemanha)

10h30min - Mesa: "Drogas, Proibição e Moral"
Presidente da Mesa:
Des. Siro Darlan de Oliveira (Desembargador do TJERJ)
Palestrantes:
Raulino Pucheco (Membro do Rede Evangeliza Nacional de Apoio Social e Intercultural para as Igrejas da ONG Vozes da Fé)
Dr. Paulo Cesar Malvezzi Filho (Assessor Jurídico do Penitenciário Nacional/CNBB)

11h30min - Roda de Conversa com os Porto-Vozes da LEAP e o Público
Porte-Vozes da LEAP:
Presidente da Mesa: Coronel FIM (reformado) Jorge de Silva
Sandra Drexler (Delegado de Polícia Civil - RJ)
Danillo Ferreira (Tenente de PM - BA)
Hildebrando Saraiva (Inspetor de Polícia Civil - RJ)
Leonardo Marcondes Machado (Delegado de Polícia Civil - SC)

72ª Reunião
Fórum Permanente de Direitos Humanos

11ª Reunião
Fórum Permanente de Direito e Saúde

Auditório:
Antonio Carlos Amorim
Av. Erasmo Braga 115, 4º andar
Centro - RJ

Informações
Secretaria da EMERJ
3133-3369

INSCRIÇÕES
EXCLUSIVAS PELO SITE
www.emerj.tjrj.jus.br

Serão concedidas horas de estágio pela OAB/RJ para estudantes de Direito participantes do evento.
Poderão ser concedidas horas de atividades de capacitação pela ESAJ aos servidores que participarem do evento das 9h às 13h, nos dias 03 e 04 de setembro de 2015, nos termos do art. 17 do Estatuto da Magistratura.

EMERJ
Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro

Figura 15 – Cartaz do seminário da LEAP Brasil (EMERJ).
Fonte: EMERJ.

O grupo formado inicialmente por três investigadores da PCBA (dois deles, Kleber Rosa e Denílson Campos, membros ativos do PAF) passaram a se reunir com frequência em frente à Faculdade de Economia da UFBA, na Piedade, e também em uma escola pública na região central da cidade, além de encontros em dependências de delegacias. Com a percepção e o aumento “da sintonia”, que giravam em torno de pautas, tanto de reestruturação do modelo de segurança pública, promoção de direitos humanos, como também das demandas classistas, o grupo passou promover encontros para além do ciclo regional de polícia. Em um desses eventuais eventos, o coletivo foi “apresentado” ao delegado Orlando Zaccone, representante da LEAP, que já articulava nacionalmente com outras figuras (Fabrício Rosa, Hildebrando Saraiva, Anderson Duarte, e outros) debates sobre um “novo modelo” de segurança pública.

¹¹² Ver aqui: < <https://ponte.org/grupo-de-policiais-defende-a-legalizacao-de-todas-as-drogas/> >. Acesso em 12 de junho de 2022.

¹¹³ Ver aqui: < <https://coletivosindicalsankofapcba.blogspot.com/> >. Acesso em 25 de maio de 2020.

A conexão entre os indivíduos, e as discussões abertas por esses dois grupos, e outros atores do campo da segurança espalhados pelo país, mesmo com todas as especificidades pessoais e corporativas, possibilitou que os debates e os encontros se estreitassem dali em diante. Nascia ali, “os policiais para a democracia¹¹⁴”, o embrião do Movimento dos Policiais Antifascismo (MPAF)¹¹⁵.



Figura 16 – Símbolo do Coletivo Sindical *Sankofa* e Brasão da Leap
Fonte: Blog Sindical Sankofa e Blog Sociedade sem prisões.

Assim, os debates entre os policiais esquerdistas se seguiram por toda a década de 2010, com a realização de encontros e eventos (seminários 2013 e 2015), até que nos dias 28 e 29 de setembro de 2017, no Rio de Janeiro (RJ), na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), foi realizado o I Seminário Nacional dos Policiais Antifascismo¹¹⁶, e ao final dos dois dias de trabalhos, em plenária, foi lançada a “pedra fundamental¹¹⁷” do movimento através de seu *Manifesto*, que além de alçá-los ao debate público, apresentava suas pautas e reivindicações. Entre elas, o combate ao fascismo, o fim da guerra às drogas, o direito à greve e a desmilitarização.

A partir desse momento o movimento passou a disputar o debate, tanto para a sociedade civil, em geral, quanto para as fileiras das tropas, mas sempre pautando as questões e as demandas para o campo político da esquerda. O que, conseqüentemente, acabou inspirando os afeitos, atraindo a atenção de simpatizantes (o que proporcionou o relativo crescimento quantitativo do coletivo), e criando desafetos.

¹¹⁴ Inspirado na organização de “juizes para a democracia”, ou Associação de Juizes para a Democracia (AJD).

¹¹⁵ Como brevemente vimos, e a frente vemos nas entrevistas, a escolha do nome do grupo foi ponto de conflagração. Inicialmente foram sugeridos “policiais pela democracia”, “policiais democratas”, até que Zaccone sugeriu “Policiais Antifascistas”, mudando logo em seguida para Antifascismo – “pois a luta é contra o fascismo” – por sugestão de Denílson Campos (um dos coordenadores nacionais do movimento).

¹¹⁶ **Movimento Policiais Antifascismo lança manifesto político** – *Policia! Pensador*. Disponível em: <<http://www.policia!pensador.com/2017/10/movimento-policiais-antifascismo-lanca.html>>. Acesso em 12 de junho de 2022.

¹¹⁷ Os líderes do movimento consideram o evento de 2015, da LEAP Brasil na EMERJ, o marco fundacional do MPAF.

Prova de inspiração é tanta que, em 08 de novembro de 2017 – pouco mais de um mês do “nascimento” do MPAF – o portal Metro1¹¹⁸ estampou a manchete de capa: “*Policiais baianos lançam manifesto e rejeitam candidatura de Bolsonaro à presidência*”, com breve matéria, e um extenso manifesto, policiais militares da Bahia expunham sua rejeição à candidatura do então Deputado Federal, Jair Bolsonaro à presidência da República.

O manifesto dos militares baianos expunha os signatários com postos e graduações (cerca de 20 policiais militares), se proclamavam: “policiais progressistas¹¹⁹”, e não apenas expressavam textualmente rejeição ao candidato do partido militar, mas também se associavam a esquerda militar, e declaravam os Policiais Antifascismo e nos Agentes da Lei Contra a Proibição¹²⁰ como inspiração. O que, portanto, demonstra a influência que o movimento doravante passaria a exercer. Além disso, passou também a despertar certa curiosidade em parte da sociedade, especialmente em alguns setores acadêmicos, e, de igual modo, chamou também a atenção, e provocou desagrado e o enfrentamento de outras, entre eles, alguns líderes políticos regionais, e setores conservadores da sociedade¹²¹.

3.1 QUEM SÃO OS POLICIAIS ANTIFASCISMO?

Quem são? Onde vivem? Do que se alimentam e como dormem? Parafraseando a antiga chamada, que virou bordão de famoso programa de televisão, quem são e o que querem os policiais antifascismo? “O Movimento de Policiais Antifascismo é campo de atuação política, não institucionalizada e suprapartidária, formado por trabalhadoras e trabalhadores do sistema de segurança pública¹²²”, sendo compostos por um amplo espectro do contingente de agentes da segurança, desde oficiais e praças das Polícias e Bombeiros

¹¹⁸ **Policiais baianos lançam manifesto e rejeitam candidatura de Bolsonaro à presidência** – *Portal Metro 1*. Disponível em: < <https://www.metro1.com.br/noticias/politica/44759,policiais-baianos-lancam-manifesto-e-rejeitam-candidatura-de-bolsonaro-a-presidencia> >. Acessado em 25 de junho de 2020.

¹¹⁹ Os signatários se denominaram: *Coletivo de Policiais Baianos Progressistas e pela Democracia*. Ou simplesmente, Policiais Progressistas. Além do coletivo de Policiais (Militares) Progressistas na Bahia, há também outro coletivo no Amazonas, chamado de *Policiais pela Democracia*, que igualmente ao coletivo baiano, se inspiram e dialogam com o MPAF.

¹²⁰ Trecho do manifesto do coletivo de Policiais Baianos Progressistas e Pela Democracia.

¹²¹ **Aleluia critica manifesto de PMs contra Bolsonaro** – *Portal Câmara Municipal de Salvador*. Ver aqui: <https://www.cms.ba.gov.br/noticias/aleluia-critica-manifesto-de-pms-contrabolsonaro>. Acessado em 25 de junho de 2020. **MP investiga 'policiais antifascismo' do RN por suposta formação de grupo 'paramilitar'; integrantes falam em perseguição política**. *Portel G1*. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/08/05/mp-investiga-policiais-antifascismo-do-rn-por-suposta-formacao-de-grupo-paramilitar-integrantes-falam-em-perseguiacao-politica.ghtml> >. Acesso em 01 de fevereiro de 2021.

¹²² **Movimento Policiais Antifascismo lança manifesto político** – *Policia! Pensador*. Disponível em: < <http://www.policia!pensador.com/2017/10/movimento-policiais-antifascismo-lanca.html> >. Acesso em 14 de junho de 2022.

Militares; passando por delegados, agentes e demais componentes das Polícias Civil e Federal, além dos integrantes das Polícias Técnicas; Polícias Penais, Guardas Municipais, e Agentes do Sistema Socioeducativo, que visam participar da vida política do país, em especial seu campo de atuação: a segurança pública¹²³.

O movimento anseia participar com a sociedade, e com os demais agentes e entidades, do campo de debate político que publicamente discutem os rumos e tomam as decisões que norteiam a segurança pública, a política criminal e penal, e o quadro político do Brasil. Entende ser fundamental a “construção da representação social do policial como trabalhador”, para assim, criar uma consciência de classe, e dela poderem partilhar anseios, fragilidades e solidariedades.

2) Policiais devem ser construídos como trabalhadores! O reconhecimento do direito de greve, de livre associação, de livre filiação partidária, bem como o fim das prisões administrativas, são marcos nesta luta contra a condição de subcidadania à qual muitos policiais estão submetidos. Acreditamos que este é o único caminho pelo qual policiais possam vir a se reconhecer na luta dos demais trabalhadores, sendo então reconhecidos por toda classe trabalhadora como irmãos na luta antifascismo (POLICIAIS ANTIFASCISMO, 2017).



Figura 17 – Brasão do Movimento dos Policiais Antifascismo.

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

¹²³ Para saber mais sobre formas, estruturas e organização das polícias no Brasil, ver aqui: **Como Funciona a Segurança Pública no Brasil – Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/24-anuario-2022-como-funciona-a-seguranca-publica-no-brasil.pdf>>. Acesso em 19 de fevereiro de 2023. Aqui: **Sistema e funções de segurança pública no Brasil – Ipea**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9165-3765-anais-forum-cesec-ipea-25-32.pdf>>. Acessado em 20 de fevereiro de 2023. E aqui também: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/cidadania/policia-instituicao-se-divide-em-diferentes-tipos-e-funcoes.htm>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2023.

Essa suposta solidariedade entre trabalhadores, derivada da construção de uma consciência de classe, em tese. Para os integrantes do movimento, permitirá uma racionalização mais acurada do policial-trabalhador, principalmente aqueles que atuam na ponta, na chamada atividade fim, permitindo-lhes, muito além dos dispositivos legais, e dos mecanismos de controle, preservar também os direitos dos seus coirmãos trabalhadores, a partir da empatia, dando-lhes condições para que consigam ficar contra possíveis ilegalidades dos próprios colegas¹²⁴.

4) (...) não podemos mais aceitar que policiais sejam reduzidos à condição de soldados, despido de muitos dos seus direitos como cidadãos e trabalhadores, ao mesmo tempo em que se estabelece um modelo de segurança pautado em ações militares violentas e letais contra a nossa população (POLICIAIS ANTIFASCISMO, 2017, n.p).

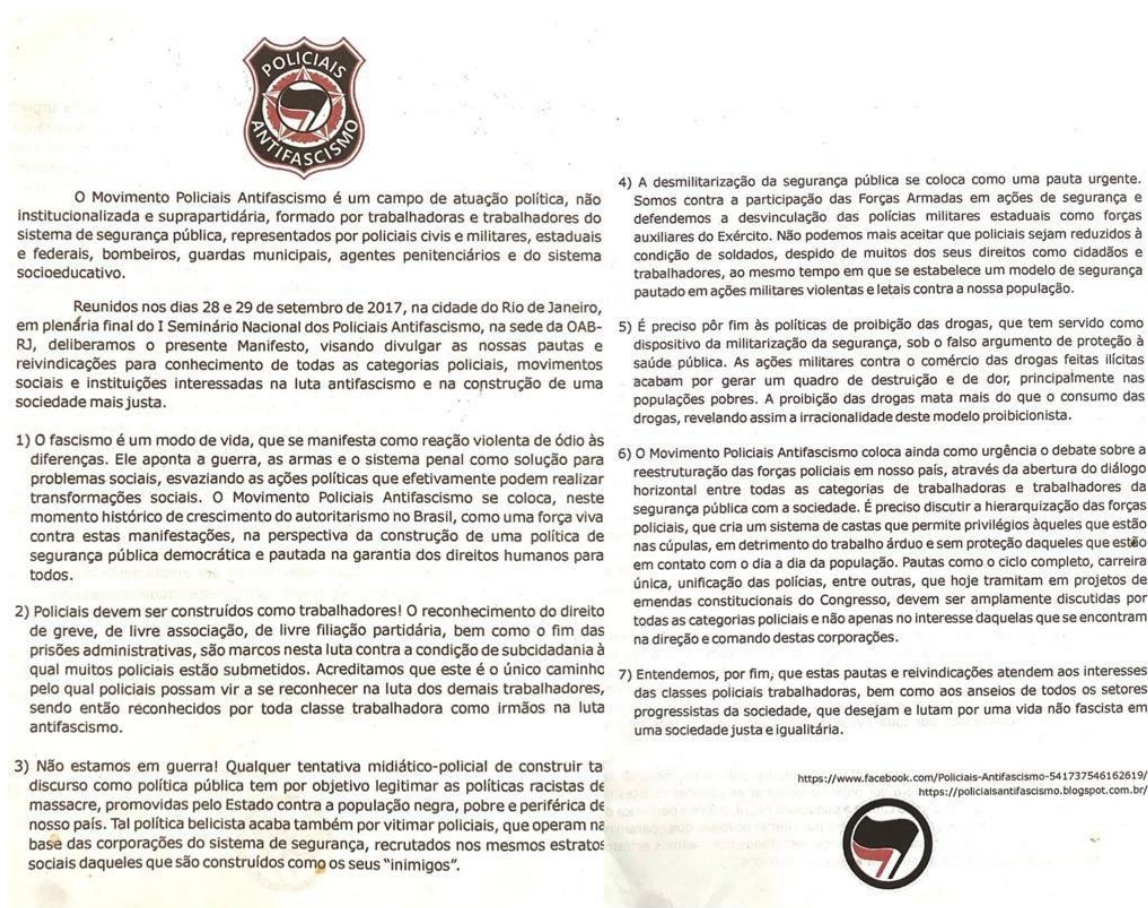


Figura 18 – Imagem do Manifesto do Movimento de Policiais Antifascismo.
Fonte: Arquivo pessoal.

Desta forma, o MPAF, segundo seus representantes, busca caminhos, em especial com a sociedade, para o aperfeiçoamento da atividade policial. Constrói e consolida o

¹²⁴ O que é o Movimento Policiais Antifascismo? Fundação Lauro Campos e Marielle Franco – Disponível em: < <https://www.laurocampos.org.br/2019/05/29/o-que-e-o-movimento-policiais-antifascismo/> >. Acesso em 14 de junho de 2022.

policial como um trabalhador, refratário a arroubos autoritários e arbítrios corporativistas; defensores da garantia de direitos e promotores da democracia.

Os representantes e os membros do Movimento de Policiais Antifascismo são vários. Segundo suas lideranças¹²⁵, estão presentes em todas as regiões e quase todos os estados da federação (entre 18 e 20 estados), congregando assim mais 700 membros, com as mais variadas orientações sexuais e de gênero, igualmente abrangente em relação ao reconhecimento racial. Abrangentes também são quanto à questão etária, de ingresso e funções exercidas nas corporações que estão inseridos. Por isso, as discussões sobre raça, gênero, sexualidade, e outras questões são também pautas do movimento.

CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Quadro 1 - Perfil do Entrevistado A

Raça	Negro
Orientação religiosa	Candomblecista
Orientação sexual e gênero	Heterossexual cisgênero
Escolaridade (curso...)	Grad. em História
Força policial em atuação	Polícia Militar do Ceará
Função atual	Motorista do subcomandante da 2º Cia/ BPTUR
Tempo de atuação	20 anos
Lotação (capital e interior)	Interior
Renda média mensal	3 a 5 SM
Emprego anterior	Repositor de mercadorias em mercearias e mercados

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Quadro 2 - Perfil do Entrevistado B

Raça	Pardo
Orientação religiosa	Ex-evangélico, atualmente sem religião
Orientação sexual e gênero	Heterossexual cisgênero
Escolaridade (curso...)	Grad. Em C. Contábeis, com Esp. em Políticas Públicas
Força policial em atuação	Copo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte
Função atual	Subcoordenador estadual de proteção e defesa civil
Tempo de atuação	14 anos
Lotação (capital e interior)	Capital
Renda média mensal	8 a 10 SM
Emprego anterior	Marinha do Brasil

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

¹²⁵ **Como é ser policial e não apoiar o fascismo** – *Ponte Jornalismo*. Disponível em: < <https://ponte.org/como-e-ser-policial-e-nao-apoiar-o-fascismo-nos-dias-de-hoje/> >. Acesso em 14 de junho de 2022.

Quadro 3 - Perfil do Entrevistado C

Raça	Negro
Orientação religiosa	Ateu
Orientação sexual e gênero	Heterossexual cisgênero
Escolaridade (curso...)	Grad. Em Filosofia (em andamento)
Força policial em atuação	Polícia Civil do Estado da Bahia
Função atual	Investigador de polícia civil
Tempo de atuação	23 anos
Lotação (capital e interior)	Capital
Renda média mensal	5 a 7 SM
Emprego anterior	Servente no Exército e Operador no Polo Petroquímico

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Quadro 4 - Perfil do Entrevistado D

Raça	Branco
Orientação religiosa	Budista
Orientação sexual e gênero	Heterossexual cisgênero
Escolaridade (curso...)	Grad. História e Direito, com Mestrado em D. Humanos
Força policial em atuação	Polícia Civil do Rio Grande do Sul
Função atual	Licenciado (função política)
Tempo de atuação	10 anos
Lotação (capital e interior)	Capital
Renda média mensal	Não informado
Emprego anterior	Ator

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Quadro 5 - Perfil do Entrevistado E

Raça	Pardo
Orientação religiosa	Cristão, atualmente sem religião
Orientação sexual e gênero	Heterossexual cisgênero
Escolaridade (curso...)	Direito, Administração, Gestão (incompletos)
Força policial em atuação	Polícia Militar do Amazonas
Função atual	Demitido (presidência de associação de classe)
Tempo de atuação	05 anos
Lotação (capital e interior)	Capital
Renda média mensal	Não informado
Emprego anterior	Comerciante, empresário, vendedor (diversas funções)

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Quadro 6 - Perfil do Entrevistado F

Raça	Negro
Orientação religiosa	Agnóstico
Orientação sexual e gênero	Heterossexual cisgênero
Escolaridade (curso...)	Grad. em C. Sociais com Esp. e Mestrando em Educação
Força policial em atuação	Polícia Civil da Bahia

Função atual	Investigador de polícia civil
Tempo de atuação	21 anos
Lotação (capital e interior)	Capital
Renda média mensal	Acima de 10 SM
Emprego anterior	Professor (em atuação)

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Quadro 7 - Perfil do Entrevistado G

Raça	Branco
Orientação religiosa	Ateu
Orientação sexual e gênero	Homossexual cisgênero
Escolaridade (curso...)	Grad. em Direito, fazendo Doutorado em D. Humanos
Força policial em atuação	Polícia Rodoviária Federal
Função atual	Licenciado
Tempo de atuação	16 anos
Lotação (capital e interior)	Capital
Renda média mensal	Acima de 10 SM
Emprego anterior	Polícia Militar de Goiás

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Quadro 8 - Perfil do Entrevistado H

Raça	Branco
Orientação religiosa	Evangélico
Orientação sexual e gênero	Heterossexual cisgênero
Escolaridade (curso...)	Grad. em Teologia (andamento)
Força policial em atuação	Polícia Militar da Bahia
Função atual	Auxiliar do SGOFEL
Tempo de atuação	13 anos
Lotação (capital e interior)	Interior
Renda média mensal	3 a 5 SM
Emprego anterior	Comerciante, vendedor (diversas funções)

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Quadro 9 - Perfil do Entrevistado I

Raça	Branca
Orientação religiosa	Sem religião
Orientação sexual e gênero	Heterossexual cisgênero
Escolaridade (curso...)	Grad. em Letras, com Esp. em Letras portuguesa
Força policial em atuação	Polícia Civil do Espírito Santo
Função atual	Aposentada
Tempo de atuação	30 anos
Lotação (capital e interior)	Capital
Renda média mensal	7 a 9 SM
Emprego anterior	Nenhuma

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Nossos entrevistados compõem assim, uma amostragem diversa da sociedade brasileira, e conseqüentemente, das forças policiais que integra a segurança pública no Brasil. Foram nove entrevistados, com perfis diversos, atuando em distintas funções nas mais diversas instituições de segurança pública do país, com talvez uma única similaridade, integrar um movimento similar ideologicamente.

Mas como sempre, pesquisar grupos de policiais é um desafio, dada à postura resguardada e desconfiada que, geralmente, os sujeitos desses grupos se impõem. Com o MPAF não foi diferente, mesmo o pesquisador se tratando de alguém “de dentro”, algumas posturas não se alteraram pela proximidade, principalmente após as investidas sofridas pelo movimento. Por isso, foi desafiador quantificar e qualificar, precisamente, os policiais antifascismo, para além também do fato de ainda não haver dados produzidos sobre o movimento, mesmo dentro dele. A partir dessa pesquisa, um dos coordenadores nacional do movimento provocou uma tentativa censitária, não tão exitosa. Então, decidimos adotar os grupos de *whatsapp* regionais e estaduais como um parâmetro para um possível censo. Entrando em contato diretamente com participantes dos estados, quantificamos um geral de 735 policiais antifascismo¹²⁶, em um universo de quase 700 mil policiais¹²⁷ entre civis, federais e militares por todo Brasil.

Os sujeitos pesquisados estão distribuídos regionalmente, e há representantes em todas as regiões do país: na Norte (01); no Nordeste (05); Sul (01); Sudeste (01) e Centro-Oeste (01). O perfil dos respondentes da pesquisa também foi distribuído quanto às instituições de segurança pública. Sendo assim, composto por quatro policiais civis; quatro militares, sendo que um desses militares pertence ao corpo de bombeiros e além desses, um policial rodoviário federal. Entre os entrevistados, cinco encontram-se no serviço ativo; dois estão licenciados (um por ter assumido cargo eletivo); um aposentado e um demitido¹²⁸.

No tocante a participação feminina nas corporações policiais, o grupo entrevistado se aproxima da representatividade social feminina nas polícias. Em pesquisa de 2015, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), com a Secretária Nacional de Segurança

¹²⁶ Não responderam (ou não há) representantes do MPFA nos estados do Acre (AC); Ceará (CE); Mato Grosso do Sul (MS); Paraíba (PB); Piauí (PI); Rondônia (RO); Roraima (RR) e do Distrito Federal (DF). Por outro lado, o levantamento feito pelo representante do grupo, deu um total de 725 policiais antifascismo, ou seja, 10 integrantes a menos que o nosso levantamento próprio, o que nos leva a crer que estamos dentro de uma margem aceitável.

¹²⁷ Com base em pesquisa do **Fórum Brasileiro de Segurança Pública** (2021). Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/politica-e-fe-entre-os-policiais-militares-civis-e-federais-do-brasil/>. Acesso em 20 de novembro de 2021.

¹²⁸ Policial demitido em decorrência de sua militância e posições políticas, embora, segundo o mesmo, nada indique que por sua militância exclusivamente no MPAF.

Pública/Ministério da Justiça (SENASP/MJ), divulgou que 80% dos policiais são homens, enquanto 18% são mulheres. No MPAF não há noção clara da participação feminina. E, nessa pesquisa, a participação feminina foi em torno de 10%.

Quanto à orientação sexual, segundo a mesma pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com a Secretária Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça (2015), 03% dos policiais se declararam homo ou bissexuais. Esse percentual se expressa no grupo entrevistado, com a participação de um autodeclarado homossexual.

Já em relação à cor/raça, na pesquisa de 2015 do FBSP, com a SENASP/MJ, 44% dos policiais entrevistados autodeclararam brancos, 44% pardos e 09% se declararam pretos. Nesta pesquisa, se autodeclararam brancos; negros e pardos, respectivamente quatro (44%), três (33%) e dois (22%) dos entrevistados.

Com relação à escolarização, apenas três dos entrevistados, 33%, não concluíram o nível superior, embora tenham ingressado em instituições de ensino superior, um deles em mais de um curso. Os outros 66% dos pesquisados têm nível superior, inclusive dois têm Pós-Graduação, mestrado completo e doutorado em curso. Na pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 56% dos homens declararam ter nível superior, enquanto 76% das mulheres declararam possuir nível superior.

Quanto ao perfil de orientação religiosa dos entrevistados nesta pesquisa, encontrou-se uma distância do perfil nacional dos policiais. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), em parceria com a empresa de análise de dados, Decode Pulse, a maior parte dos profissionais de segurança pública no Brasil se autodeclararam evangélicos, “em média, 56% dos policiais civis, militares e federais pertencem a religiões evangélicas” (FBSP/Decode Pulse, 2020)¹²⁹. Entre os integrantes do MPAF entrevistados, um se declarou evangélico. Os católicos compunham aproximadamente 33% na pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Decode Pulse, enquanto nesta pesquisa, nenhum entrevistado se autodeclarou católico.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública e a Decode Pulse não divulgou dados dos que se declararam “sem religião”, dos ateus, agnósticos e budistas. Nesta pesquisa, diferentemente, três foram os autodeclarados “sem religião”; dois autodeclarados ateus; um agnóstico, um budista, um candomblecista e nenhum espírita. Com relação às religiões de

¹²⁹ Quando do acesso a essa pesquisa, o estudo ainda estava em execução, porém, resultados preliminares já haviam sido divulgados. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública** e *Decode Pulse* análise de dados, 2020: Disponível em: < https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/politica-e-fe-entre-os-policiais-militares-civis-e-federais-do-brasil/ >. Acesso em 25 de novembro de 2021.

matriz africana e espírita, foram receptivamente 11% e 03%, autodeclarados na pesquisa FBSP/Decode¹³⁰.

Dos nove pesquisados, quatro estão nas corporações de 20 anos acima (20 anos; 21 anos; 23 anos e 30 anos), e outros quatro estão de 10 anos acima (16 anos; 14 anos; 13 anos e 10 anos) e um com 05 anos de instituição. Em relação ao desempenho das funções e atividades, sete não estão mais na atividade fim de suas carreiras. Estando uma parte alheia à atividade fim, mas ainda assim relacionada à carreira policial, seja em funções administrativas (02), sejam cedidos a órgãos correlatos (01). Outra parte não está exercendo funções, ou mesmo estando ativo na instituição. É o caso dos licenciados (02), aposentados (01) e demitidos (01). Além disso, a maior parte deles atua ou atuou nas capitais (07), e uma pequena parte no interior dos estados (02).

O perfil da renda mensal dos entrevistados foi variável (entre 03 e acima de 10 salários-mínimos), tendo em vista que forma colhidas entrevistas de indivíduos exercendo as mais variadas atividades dentro de suas áreas, alguns com cargos de confiança, embora todos da base de suas instituições – alguns ainda executando atividades não ligadas à atividade policial –, em regiões completamente díspares do país, por isso mesmo, em instituições completamente diferentes.

Quanto à atividade profissional dos entrevistados, anterior à inserção em instituição de segurança pública, dois foram militares das Forças Armadas, um foi oficial da polícia militar de seu estado e é atualmente da Polícia Rodoviária Federal. Já os demais (06) são egressos das mais variadas áreas do setor privado.

3.2 POLICIAIS ANTIFASCISMO EM DEBATE

Desde sua fundação, o movimento visa o debate com a sociedade. Talvez por ter em seus quadros policiais graduados em universidades, os laços se estreitaram bastante com a academia e com entidades da sociedade civil. A própria academia sempre teve certa curiosidade pelo movimento, não à toa, pois os membros do movimento sempre foram convidados para palestrar em eventos acadêmicos. Assim, desde os eventos da LEAP, sediados na Escola da Magistratura, no Rio de Janeiro as palestras de membros do MPAF

¹³⁰ Dados gerais de religião no Brasil, segundo pesquisa **DataFolha**, 2016: 50% dos brasileiros são católicos; 31% são evangélicos; 10% não tem religião; 03% são espíritas; 02% pertencem a religiões de matriz africana e 01% são ateus. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/datafolha-50-dos-brasileiros-sao-catolicos-31-evangelicos-10-nao-tem-religiao-24186896> >. Acesso em 25 de novembro de 2021.

nas universidades, sempre houve uma troca mútua. Inclusive, o marco fundacional do próprio Movimento se deu na sede da OAB/RJ.



Figura 19 – Foto do 1º Seminário do MPAF, na OAB/RJ.
Fonte: Arquivo pessoal.

Foram várias participações em diversos eventos em universidade, instituições e entidades pelo Brasil, até o II Seminário do movimento, ocorrido em 2018, no Fórum Social Mundial, na UFBA (Universidade Federal da Bahia), em Salvador. Ali, o Movimento dos Policiais Antifascismo consolidou a ideia de um primeiro Congresso Nacional para ampliar o diálogo intramuros, e extramuros.

Em maio do ano seguinte, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, aconteceu o 1º Congresso Nacional dos Policiais Antifascismo¹³¹. Na “Carta de Natal”, os integrantes do movimento reafirmaram o compromisso com as pautas de seu Manifesto, e o compromisso “contra o fascismo”. O evento contou com a participação de políticos, como Ciro Gomes (PDT), Marcelo Freixo (PSB) e Maria do Rosário (PT), entre outros convidados, de diversas áreas. Diversas mídias, sobretudo, digital passaram a repercutir o evento, e, por conseguinte, também o movimento, o que levou a matérias e entrevistas com seus membros.

O movimento também saiu às ruas nas mais diversas manifestações populares e protestos ocorridos no Brasil, desde a sua fundação¹³². Protestaram junto aos demais trabalhadores, contra a reforma da previdência, em 2019; participaram também das manifestações de rua em 2021. Mesmo com ameaça de represálias, foi importante que os

¹³¹ **Quem são, o que pensam e o que pretendem os policiais antifascistas** – *Portal Marco Zero*. Disponível em: < <https://marcozero.org/quem-sao-e-o-que-pretendem-os-policiais-antifascistas/> >. Acesso em: 13 de março de 2022.

¹³² **Policiais Antifascismo estarão no Grito dos Excluídos-PE**. – *Jornalistas Livres*. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/policiais-antifascismo-estara-no-grito-dos-excluidos-pe/> >. Acesso em: 13 de março de 2022.

“policiais se manifestem dentro das regras democráticas. Primeiro para revelar isso aos outros policiais (...). Segundo, para dizer para a sociedade não desistir do diálogo conosco. Porque estamos tentando fazer a mudança por dentro¹³³”. Aliás, esse debate é motivo de querelas internas no movimento, com integrantes defendendo uma posição mais corporativista, mais classista do movimento, e outros defendendo exatamente o inverso, um diálogo mais intenso com a sociedade.



Figura 20 – Cartaz do 1º Congresso Nacional do MPAF.
Fonte: Blog do MPAF.

O MPAF também foi debatido bastante na internet, sobretudo, nas redes sociais. No principal grupo na plataforma *Facebook*¹³⁴, são mais de onze mil membros¹³⁵, e no *Twitter*¹³⁶, quase dois mil seguidores. Fora isso, como convidados ou como anfitriões, seus integrantes participaram das inúmeras *lives* – que se proliferaram com a pandemia da covid-19 – em muitos canais na plataforma do *Youtube*¹³⁷ (pouco mais de dois mil inscritos no canal do movimento), principalmente no canal da Mídia Ninja, e em vários perfis de *Instagram*¹³⁸, além do próprio perfil do grupo (dezenove mil seguidores).

Mas, até então, nada impulsionou tanto o debate, as menções e notícias, inclusive, na mídia televisiva sobre o Movimento de Policiais Antifascismo, que o dossiê contra o

¹³³ **Policiais podem e devem ter o direito de se manifestar, mas como cidadãos’, diz co-fundador dos Policiais Antifascismo** – *Ponte Jornalismo*. Disponível em: < <https://ponte.org/policiais-podem-e-devem-ter-o-direito-de-se-manifestar-mas-como-cidadaos-diz-co-fundador-dos-policiais-antifascismo/>. >. Acesso em 14 de junho de 2011.

¹³⁴ Ver aqui: < <https://m.facebook.com/profile.php?id=100064870683653> . >. Acesso em 14 de junho de 2022.

¹³⁵ A página do grupo dos Policiais Antifascismo no Facebook é aberto e qualquer interessado ou simpatizante pode participar.

¹³⁶ Ver aqui: < <https://twitter.com/PoliciaisAntifa> >. Acesso em 14 de junho de 2022.

¹³⁷ Aqui: < https://www.youtube.com/results?search_query=policiais+antifascismo>. Acesso em 14 de junho de 2022.

¹³⁸ Ver aqui: < <https://www.instagram.com/policiaisantifascismo/> >. Acesso em 14 de junho de 2022.

movimento, elaborado pela Seopi – Secretaria de Operações Integradas, subordinada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública¹³⁹ do governo Bolsonaro.

Ministério da Justiça colocou em prática em junho uma ação sigilosa sobre um grupo de 579 servidores federais e estaduais de segurança identificados como integrantes do “movimento antifascismo” e três professores universitários, um dos quais ex-secretário nacional de direitos humanos e atual relator da ONU sobre direitos humanos na Síria, todos críticos do governo de Jair Bolsonaro (VALENTE, 2020, n.p).

O dossiê continha nomes, endereços de redes sociais, e em alguns casos, fotografias dos monitorados que assinaram os dois Manifestos do MPAF. Pois, ao que tudo indica, o dossiê foi motivado pela divulgação de um manifesto de 2020, assinado por mais de 500 policiais, e demais integrantes do sistema de segurança, em que denunciavam “ameaças de ruptura da ordem democrática institucional”, as “ameaças e as repressões ao movimento” e convidavam a sociedade a formar “uma Frente Única Antifascista” como forma de reação às “ameaças civil-militares de ruptura institucional” que se apresentam por setores conservadores e recrudescidos, especialmente do governo¹⁴⁰.

Ao defender o uso da “informação como arma”, e ao defender que a “Segurança Pública não deve ser assunto só de polícia. Defendemos que esse debate deve ser ampliado, para toda a sociedade, para além dos muros dos quartéis¹⁴¹”, o movimento passou a ser amplamente debatido, tanto por agentes da segurança, como pela sociedade no geral.

Por fim, ainda no que tange as exposições, os debates públicos e políticos nos quais se insere o Movimento de Policiais Antifascismo, e a fim de desmistificar a narrativa que impõe a categoria a adesão automática aos discursos de direita, e atualmente ao bolsonarismo, e a direita radical, bem como na tentativa de disputar o campo político em si, o Movimento resolveu articular candidaturas com vistas às disputas eleitorais de 2020.

“Para Bolsonaro e esse governo fascista que está no governo federal, o voto das polícias é voto garantido, não é à toa que fizeram um dossiê”, explica o aspirante a oficial da Polícia Militar do Paraná Martel Alexandre Del Colle. O PM se refere ao relatório de inteligência feito pelo Ministério da Justiça e da Segurança Pública, revelado pelo UOL, em julho, no qual constam nomes de mais de 500 policiais que assinaram um manifesto em defesa da democracia, todos integrantes do movimento. O STF (Supremo

¹³⁹ **Ação sigilosa do governo mira professores e policiais antifascistas** – *Portal Uol*. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/07/24/ministerio-justica-governo-bolsonaro-antifascistas.htm?cmpid=copiaecola> >. Acesso em 14 de junho de 2022.

¹⁴⁰ Ver aqui: **Policiais Antifascismo pela Democracia**. Disponível em: < <https://drive.google.com/file/d/1-PhL4oRR5n3xdDKIbu1HLEptxsWBVsHi/view> >. Acesso em: 14 de março de 2022.

¹⁴¹ **Em manifesto, policiais apoiam movimento antifascista contra Bolsonaro** – *Carta Capital*. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-manifesto-policiais-apoiam-movimento-antifascista-contra-bolsonaro/undefined> >. Acesso em: 13 de março de 2022.

Tribunal Federal) decidiu pela suspensão de uso desse tipo de relatório no mês seguinte¹⁴².

Foram diversas candidaturas às Câmaras Municipais por todo o país. Foi à chamada “Bancada Antibala”, que tinha a intenção de antagonizar a famigerada, “Bancada da Bala”, além de disputar o campo político, e como dito anteriormente, expor a diversidade, a pluralidade que a categoria possui.

A maioria das candidaturas se deu em partidos do espectro político à esquerda, embora tenha havido candidaturas de centro (centro-esquerda e centro-direita), e até de direita. De todo modo, o grupo não obteve tanto sucesso quanto os antagonistas da “Bancada da Bala”, que segundo levantamento da *Revista Piauí*, no mesmo pleito elegeu 50 prefeitos e 809 vereadores¹⁴³. Já das 29 candidaturas da chamada “Bancada Antibala”, apenas dois lograram êxito. O policial civil José Galdino, como vice-prefeito (coligação PT-PSDB) de Lagoa de Velhos, no interior do Rio Grande do Norte, e o policial civil Leonel Radde, como vereador em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul¹⁴⁴.

O atual pleito de 2022, que somam mais de 1.700 candidaturas (militares das FFAA, policiais militares, bombeiros militares e policiais civis), demonstrou a ocorrência de um aumento de 27% em relação a 2018¹⁴⁵, novamente contará com algumas candidaturas dos policiais antifascismo, e de policiais progressistas em geral. É o caso do capitão da PMES, Vinícius Sousa, candidato a governador do Espírito Santo pelo PSTU; o inspetor da PCBA, Kleber Rosa, que se candidatou a governador da Bahia, pelo PSOL; o delegado da polícia do Rio, Orlando Zaccane, que concorreu a uma vaga à Câmara Federal pelo PDT; e os candidatos às Assembleias Legislativas de Goiás e Pernambuco, Fabricio Rosa (PT), e Áureo Cisneiro (PSOL), respectivamente¹⁴⁶. Além de candidaturas independentes, como a major da PMBA, Denice Santiago (Deputada Federal) e a do escrivão da PCRS (e vereador), Leonel Radde (Deputado Estadual), ambos concorrendo pelo PT¹⁴⁷, entre alguns outros.

¹⁴² Ver aqui: **‘Bancada Antibala’: policiais lançam pré-candidaturas contra discurso “bandido bom é bandido morto”** – *Portal Uol*. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ponte-jornalismo/2020/09/15/bancada-antibala-policiais-lancam-pre-candidaturas-contradiscorso-bandido-bom-e-bandido-morto.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 25 de setembro de 2022.

¹⁴³ Ver aqui: <<https://piaui.folha.uol.com.br/policiais-e-militares-elegeram-50-prefeitos-e-807-veredores/>>. Acesso em 25 de setembro de 2022.

¹⁴⁴ Ver aqui: <<https://ponte.org/por-que-policiais-antifascistas-nao-tiveram-tanto-sucesso-nas-eleicoes-quanto-policiais-de-centro-direita/>>. Acesso em 25 de setembro de 2022.

¹⁴⁵ Levantamento do *Portal G1*, com dados disponibilizados pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/08/16/numero-de-candidatos-policiais-e-das-forcas-de-seguranca-cresce-27percent-em-2022.ghtml>>. Acesso em 26 de setembro de 2022.

¹⁴⁶ Aqui: Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2022/06/03/policiais-antifascistas-vaodisputar-eleicao-a-governador-e-deputado.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 25 de setembro de 2022.

¹⁴⁷ Radde se elegeu para uma vaga na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Já a major Denice ficou na suplência para a Câmara Federal.

Algumas críticas ao movimento vindas da esquerda se concentram no fato do movimento ter tido essa movimentação político-eletiva. Esses detratores argumentam que o Movimento estaria pautando unicamente suas demandas corporativas, sem se importar com as demandas populares. Entretanto, boa parte dos coletivos, e muitas candidaturas avulsas que representam uma classe, categoria e segmentos sociais pautam suas demandas corporativamente. Ao menos em parte, e inicialmente, é assim que é.

3.3 CONTRADIÇÕES E EXISTÊNCIA MATERIAL

Obviamente, o movimento convive com tensões, que se desdobram em resistências internas e externas em relação a sua existência. Primeiro, por ser entendido como um movimento estranho tanto às polícias, que em tese, e em entendimento macro, existiram eminentemente para atuar na repressão, preservando o *status quo*, e a ordem econômica vigente, como é também estranho aos movimentos sociais, aos coletivos de trabalhadores, que, no geral visam mudanças, e até rompimento de estruturas. Em sentido macro tencionam com os padrões, com a ordem econômica estabelecida. Conseqüentemente, o estranhamento que suscita é tamanho dado a sua insólita, digamos posição, que acaba por desagradar politicamente tanto à direita quanto à esquerda.

No campo conservador e à direita o movimento despertou a sanha persecutória dos mais variados agentes políticos e setores sociais, como, aliás, já indicamos aqui. E elas vão das típicas perseguições de políticos regionais, as famigeradas perseguições nos quartéis¹⁴⁸, passando por devassas como a de setores como o Ministério Público, como no caso do MPFA no Rio Grande do Norte, ou mesmo o dossiê do governo federal.

Para além das críticas levantadas por agentes políticos e setores conservadores e à direita da sociedade, as críticas das esquerdas ao movimento são tão forte quanto as da direita. E vão do simples estranhamento até a desconfiança – muito por desconhecimento histórico do tema –, do rechaço até a completa negação da existência do movimento em si, já que seria uma incongruência, uma policial ser antifascista, por se entender que a polícia é o braço armado e repressor que o estado detém para conter as insatisfações dos trabalhadores e das classes subalternizadas.

No estado ditatorial são os policiais e militares os primeiros perseguidos, pois aqueles que divergem tem que ser silenciados para a instituição ficar homogênea. Por isso que me deixa muito, muito perplexo e triste, pois

¹⁴⁸ Aqui: < <https://apublica.org/2020/01/pm-que-apoiou-elena-foi-aposentado-aos-29-anos-e-pode-ser-expulso-por-dar-opiniao/> >. Acesso em 14 de julho de 2022. E aqui: < <https://www.seculodiario.com.br/politica/pm-es-processa-coordenador-no-estado-o-movimento-policiais-antifascismo> >. Acesso em 14 de junho de 2022.

muitas vezes, essa posição de parte da esquerda de rechaço e silenciamento dos policiais de esquerda, porque esses são os primeiros vitimados numa situação extrema. Eles são os primeiros a serem mortos, torturados, a perder emprego. Por que se eles resistirem ai não tem como ter uma ditadura, como avançar o fascismo, porque eles não vão homogeneizar o aparato repressivo, mas ai, se a coisa vira, essas pessoas estarão sozinhas. Isso é histórico, na ditadura militar, quando isso aconteceu, a quantidade de militares, policiais civis que se opuseram e foram mortos é absurda. Mas eles ficam secundários nesse debate (ENTREVISTADO D – 10 anos na polícia civil/PCRS).

Inclusive, uma convergência entre nossos entrevistados, e policiais conservadores e de direita, é o rechaço a algumas críticas vindas do campo à esquerda, bem como a algumas análises vindas da academia, ou do que se convencionou chamar de “policiólogos¹⁴⁹”.

(...) como os sociólogos, os sindicalistas, os partidos de esquerda, o setor progressista do Brasil não conhece, não vivencia e não tem condições ainda de interpretar esse segmento de trabalhadores que são os trabalhadores policiais, policiais militares, pois exigir desse segmento uma prática cotidiana política semelhante de quem de quem exige de segmentos da classe trabalhadora que já tem uma experiência política, partidária, sindical histórica é no mínimo pedantismo, né? (ENTREVISTADO C – 23 anos na polícia civil/PCBA).

Ou seja, quem quer que critique; mesmo estudiosos e pesquisadores do tema, não teria legitimidade, ou “lugar de fala” para falar sobre, pois “não conhecem”, “não vivenciam” a realidade dos policiais. Portanto, um discurso bem alinhado com o dos profissionais do campo oposto.

E como dito, as críticas do Movimento se estende a todo o espectro político progressista e de esquerda. “Talvez a grande reflexão é que a esquerda, desde a redemocratização, não pensou um projeto de segurança pública que incluísse os profissionais de segurança pública. Talvez esse seja um dos motivos de a gente ter essa classe tão conservadora”, diz Cavalcante, policial civil de Pernambuco. Já à direita “construiu discurso muito mais sedutor, que é a do policial herói. Então muitas pessoas correram para esse lado, apesar de ser trágico porque diz que o policial tem que dar a vida muitas vezes por algo que não sabe o que é”, completa o delegado Orlando Zaccone. Portanto, “nem bandido, nem herói. Policial é trabalhador”, finaliza¹⁵⁰.

Em relação às condições materiais de existência, do ponto de vista orgânico, o movimento se organiza em regionais, com um Conselho Nacional eleito. As instâncias de

¹⁴⁹ Gíria policial, jargão pejorativo para definir comentaristas, pesquisadores e estudiosos dedicados ao debate e estudos sobre polícia, segurança pública e temas correlatos.

¹⁵⁰ Ver aqui: <<https://marcozero.org/quem-sao-e-o-que-pretendem-os-policiais-antifascistas/>>. Acesso em 14 de junho de 2022.

deliberação são seminários, que acontece nos estados, com uma espécie de estatuto, que, até então, é o manifesto. E como organização, está estruturado de forma desburocratizada, embora suas instâncias decisórias estejam atreladas as reuniões e assembleias, que, por sua vez, se reportam a coordenação geral do movimento. Existem coordenações regionais e estaduais, “cada regional tem a sua autonomia. As pautas, claro, apesar das particularidades, são comuns: repensar o modelo de segurança pública, desmilitarização e mudanças estruturais das polícias¹⁵¹”.

Embora haja um projeto de autofinanciamento, o MPAF ainda convive em uma espécie de voluntarismo, já que não possui fonte de verba oficial. Assim, segundo seus integrantes, é recorrente os usos das plataformas e aplicativos, além das redes sociais para exercer determinadas funções, mas há que se ressaltar que, sempre que necessário, o movimento conta com aberturas internas para autofinanciamento, por meio de contribuições voluntárias de seus membros, bem com a contribuição de parceiros, especialmente, políticos simpatizantes.

E por falar em “contribuição”, a arte de entrevistar é em certa medida a arte de contribuir, consigo, inclusive. Assim, o ato de entrevistar é um exercício de auto-análise que “opera um trabalho de explicitação discursiva, por vezes gratificante, outras doloroso, na enunciação de experiências e reflexões, umas vezes reservadas ou reprimidas, emaladas no baú do tempo biográfico, outras vezes nunca pensadas” (FERREIRA, 2014, p. 177). Partindo dessa premissa, daremos agora início às entrevistas.

¹⁵¹ **Como é ser policial e não apoiar o fascismo nos dias de hoje** – *Ponte Jornalismo*. Disponível em: <<https://ponte.org/como-e-ser-policial-e-nao-apoiar-o-fascismo-nos-dias-de-hoje/>>. Acesso em 14 de junho de 2022.

*“Cães danados do fascismo
 Babam e arreganham os dentes
 Sai do ovo a serpente
 Fruto podre do cinismo
 (...)
 Mas nós temos a pedrada pra jogar
 A bola incendiaria está no ar (vai voar)
 Fogo nos fascistas
 Fogo, Jah!”*

Chico César

4. OS POLICIAIS ANTIFASCISMO: MILITÂNCIA E PERSPECTIVA POLÍTICA

O Roteiro para as entrevistas que foram gravadas foi dividido em (04) quatro partes, num total de 27 perguntas, sendo que inicialmente fizemos perguntas de cunho pessoal e social, o que ajudou a compor a “Caracterização do Perfil dos Pesquisados”, item presente no tópico 3.1 deste trabalho. A primeira parte foi destinada as perguntas sobre “polícia”. Posteriormente, falamos sobre “militância”. Já na terceira etapa abordamos o “Movimento”. E, no final, a quarta etapa falamos brevemente sobre “política”.

Ressaltamos que os áudios das entrevistas foram integralmente transcritos, e depois os principais pontos das perguntas/respostas dos 09 pesquisados foram organizadas e esquematizadas em súmulas (26 das 27), conforme se verá abaixo (além de uma “Nuvem de Palavras, com as questões 09 e 10”).

Para promover às análises das entrevistas utilizamos a organização do material coleta em blocos analíticos visando assim, determinarmos estruturas traduzíveis e interpretáveis a partir de perguntas com temáticas específicas. Promovemos uma interpretação controlada e baseada na teoria, na dedução e na inferência.

Os quadros que serão apresentados com os resumos das respostas são como os segundos instrumentos de pré-análise retirados de material das entrevistas, sendo essas em sua integridade e conjunto. Os grifos nas falas em cada quadro compõem um terceiro momento analítico e as inferências o quarto e último.

Os temas de cada quadro, estruturados em perguntas, compõem uma forma de codificação temática dos resultados, desde a organização das entrevistas. Sabemos da importância de organizar o material coletado antes de iniciar as análises e assim fizemos através

da estrutura de questões, apresentadas em quadros sintéticos e grifados com análises anteriores ou posteriores em cada um deles.

PARTE I: A INSTITUIÇÃO POLICIAL PARA OS INTEGRANTES DO MPAF.

Sobre motivação de entrada na instituição policial, os entrevistados apontaram as seguintes motivações: questões financeiras e de estabilidade salarial, além de certo atrativo pela função.

Quadro 1 – Motivação de Entrada na Instituição Policial.

A- “Estabilidade profissional e financeira”.
B- “Necessidade, precisava de salário, vim de uma família muito pobre, e precisava me manter”.
C- “Misto de necessidade de melhoria salarial, de melhoria da vida material, mas sim, teve curiosidade, admiração pela instituição”.
D- “Não existia um atrativo salarial, mas existia um atrativo na função, na função em si”.
E- “Melhores condições de vida, seguridade”.
F- “pela necessidade de trabalhar e garantir o sustento da minha família”.
G- “Eu tinha 19 anos fui expulso de casa por ser gay, e eu estava procurando um lugar pra morar (...)”.
H- “Primeiramente interesse, e por ficar fascinado pela polícia”.
I- “Eu tinha três filhas pequenas, inclusive gêmeas (...) precisava muito trabalhar, tinha muito necessidade de trabalhar”.

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Portanto, mesmo com os baixos salários, essa realidade que mostra a polícia como forma mais acessível de sustento, e até de mobilidade social para as classes médias e baixas, remeta ao império, como lembra Célio Mota, em “A face parda da conspiração dos alfaiates: homens de cor, corporações militares e ascensão social em Salvador no final do século XVIII” (2018) e André Rosemberg, em “Para quando o calo aperta – os trabalhadores-policiais do Corpo Policial Permanente de São Paulo no final do Império” (2009).

Por outro lado, essa afetividade adquirida pela função policial com certo tempo redundava em insatisfação por uma suposta falta de reconhecimento, que se junta à questão salarial e carreirista gerando um sentimento de desvalorização, principalmente nos policiais da base.

Não obstante outras plausíveis possibilidades aventadas (BRITO; SOUZA; LIMA, 2011, p. 157), a realidade dos baixos salários pagos aos policiais da base das corporações é também um estímulo para policiais em horários de folga, abdique do descanso e do lazer na

realização de atividades remuneradas, o famigerado “bico”. A prática, no geral proibida pelas corporações, é condenada por alguns especialistas, pois sobrecarrega o indivíduo, que já vem de uma atividade perigosa e extenuante (BONFANTI, 2009).

Já em relação à vitimização do policial, ela é compreendida pelos entrevistados por diversos eixos. O descaso institucional, o abandono social, o neoliberalismo, e a depressão.

Quadro 2 – Vitimização Policial.

A- “(...) sistema profissional. No caso dos PMs, do militarismo que <u>não os reconhece como trabalhadores sujeitos de direitos</u> ”.
B- “É vítima do <u>modelo institucional</u> ”.
C- “São vítimas do <u>descaso das instituições</u> , dos baixos salários, do assédio moral (...) são vítimas de uma política anacrônica de segurança pública”.
D- “São <u>vítimas de suicídio</u> , e eu creio que tudo isso tem uma relação, digamos com a profissão”.
E- “São vítimas de uma <u>instituição arcaica</u> , que foi deixada no passado”.
F- “são vítimas de um processo de <u>abandono social</u> , tem salários ruins, (...) como o <u>conjunto dos trabalhadores</u> , como povo de uma forma geral”.
G- “São vítimas do <u>avanço do neoliberalismo</u> , que reduz o tamanho do Estado (...) são <u>vítimas também de um discurso violento</u> , que depõe contra a prática policial (...) uma sobrecarga na polícia e nos policiais”.
H- “São vítimas da própria instituição, da cultura, <u>da subcultura policial militar</u> , porque a situação de risco ela é inerente e comum, assim como existe em outras profissões com situações de risco”.
I- “São vítimas principalmente dessa <u>construção do policial herói</u> (...) são vítimas dessa <u>mistificação</u> (...) somos vítimas de um estado militarizado”.

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Ainda que todos os entrevistados tenham elegido a profissão, ou mais propriamente as instituições, ou sua (sub)cultura, e o “sistema”, como maior responsável pela própria vitimização policial, seja nos altos índices de suicídio¹⁵², seja na construção do policial como “herói”, o que lhes vulnerabiliza das mais diversas formas. Assim, são os policiais:

(...) vítimas principalmente dessa construção, né do policial herói, desse ser que vai resolver todos os problemas da sociedade, na ponta da corda, ali no sistema de segurança. Eles são vítimas dessa mistificação que é criada em cima desse, dessa função que é importante, nessa função de polícia, mas que eles são colocados não como trabalhadores que têm direitos e que podem reivindicar esses direitos, mas como heróis que tem que dar conta de sua função, que tem de dar conta de estar sempre alerta, de lidar com a violência e não serem afetados por ela (ENTREVISTADO I – 30 anos na polícia civil/PCES).

¹⁵² **Suicídio de policiais cresce 55% em um ano no Brasil** – *Jornal Folha*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/07/suicidio-de-policiais-cresce-55-em-um-ano-no-brasil.shtml>>. Acesso em 10 de julho de 2022.

Isso talvez demonstre, para além da ideologia (ou gestão) generalista¹⁵³, o sucesso do processo de “formação identitária” que “tem início nas escolas de formação – ou melhor, de transformação de um sujeito em policial”, e que “ultrapassa o interesse de qualificar o policial, mas intenciona, também, submetê-lo à ideologia dominante, garantindo a dominação do trabalhador” (DIAS, 2020, p. 50-52).

As especificidades do trabalho militar parecem apresentar facetas particulares que fazem da ideologia gerencialista apenas mais uma das pressões sofridas pelos servidores da segurança pública. Em meio às tecnologias, modelos e recursos de gestão no contexto militar, verifica-se o direcionamento dos esforços para o alcance dos objetivos institucionais. Muito além da força física e da virilidade, a ideologia militar explora as potencialidades psíquicas dos indivíduos, provocando o adoecimento e fomentando um contínuo processo de introjeção do sofrimento, do abandono e da individualização, mascarados pelo ideal de herói e protetor social (DIAS, 2020, p. 52).

É também por meio – não somente – dessa formação que grande parte da “subcultura policial”, como conceitua Reiner (2012), que se constrói esse sentimento de “missão”, de “vocaçãõ”, e “sacerdócio”, como, aliás, foi dito por um de nossos entrevistados, e que leva a contradições, inclusive, ao próprio fundamento basilar do Movimento, que é a construção da identidade, o reconhecimento do policial como um trabalhador, já que o sentimento de sacerdócio, o sentido de missão, “(...) e não apenas um trabalho como outro qualquer, isso faz com que as práticas estabelecidas sejam mais resistentes às reformas” (SOUZA; DE BRITO; REIS, 2013).

Por outro lado, algumas respostas de alguns dos entrevistados evidenciam conflitos identitários exatamente por sentimentos opostos. Ora, como construir uma identidade policial quando a busca por essa profissão não está atrelada a um desejo orgânico dos sujeitos de seguir a carreira, mas sim, tomada com um atalho em busca de uma estabilidade financeira – “entrei por necessidade mesmo (...) precisava de salário, vim de uma família muito pobre” (Entrevistado B – 14 anos no corpo de bombeiros/BMRN)? Nesse sentido, Pinto (2002) discorre sobre a construção da identidade dos policiais militares e os conflitos desenhados dentro e fora da corporação.

Ao longo do processo de construção da identidade do recruta todos os conteúdos do meio social internalizado por ele são ressignificados, de modo que todos os valores socialmente construídos, através dos processos de socialização primária e secundária, passarão por uma devassa, forçando uma reorganização e revalorização em função desse ordenamento hegemônico. Em função da hegemonia da cultura militar e da identidade de policial militar seus

¹⁵³ A ideologia generalista prima por reformas, em geral radicais, objetivando obsessivamente rendimentos financeiros, que no mais das vezes, podem ser alcançados com o investimento ilimitado, inclusive de si próprio no trabalho. “Essa cultura de alto desempenho, porém, e o clima de competição generalizada, põem o mundo sob pressão”, diz Gaulejac. Ver mais em: **Gestão como Doença Social** (2017), de Vincent de GAULEJAC.

valores pessoais (simbólicos ou concretos) conflitantes com a cultura institucional serão desvalorizados. Este processo de re-significação desvalorizante, que ocorre no interstício de dois domínios diferenciados, é complexo devido à existência de tensões e conflitos entre as práticas, conhecimentos e experiências do recruta e a cultura da organização. A estratégia pedagógica utilizada neste processo, para a aceitação dos novos papéis, é a maxi-valorização dos atributos/papéis institucionais em detrimento, ou sub-valorização, dos valores/papéis individuais. Como estes novos papéis, exaltados na sua máxima potencialidade, muitas vezes colidem com os papéis desempenhados junto à família, partidos político, igrejas, comunidades, agora apresentados de uma forma negativada, acabam gerando conflitos identitários para os policiais militares (PINTO, 2002).

Sobre como avaliam o contexto político da instituição a qual pertence, disseram que o bolsonarismo e a extrema-direita ditam o contexto político das instituições que integram.

Quadro – 3 Contexto Político da Instituição.

A- “Em sua grande maioria, são simpatizantes das ideias políticas e ideológicas ligados à direita e extrema-direita”.
B- “A maioria dos colegas foram cooptados pelo discurso bolsonarista”.
C- “As instituições policiais, no geral (...) tem uma postura conservadora, retrógrada e com um posicionamento que se aproximam bastante da direita, da extrema-direita”.
D- “Eu penso que a maioria dos policiais, e isso é histórico, sempre foi conservadora, e tem uma lógica de manutenção do status quo.”
E- “O policial se sente representado, essa postura fascista e antidemocrática do atual governo representado pelo presidente Jair Bolsonaro”.
F- “A polícia é uma instituição de controle visa manter o status quo, que visa manter a estrutura da sociedade, e todas as suas complexidades”.
G- “Há uma base muito forte ainda devido a esse discurso moralista, conservador, esse discurso punitivista, de que bandido bom é bandido morto”.
H- “Avalio o posicionamento político-ideológico da maioria que me cerca voltada, voltado a essa vertente, que hoje a gente pode chamar de bolsonarista”.
I- “Penso que é igual na sociedade. Você não tem uma homogeneidade, você tem aqueles que se identificam com a direita, com a extrema-direita, mas também, você também tem muitos que tem uma prática à esquerda (...)”.

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Na pergunta sobre “o contexto político”, todos os entrevistados, exceto um – que vislumbra pluralidade aos moldes do que ocorre no restante da sociedade –, anuíram que no atual contexto político, as instituições a qual pertencem alinham-se, aproximam-se “das ideias políticas e ideológicas ligados à direita e extrema-direita” (ENTREVISTADO A – 20 anos na polícia militar/PMCE). Portanto, conforme, a ideologia repressiva e ao culto da violência

policial, e demais discursos beligerantes, revisionistas e ufanistas, base geral das expressões mais recentes da nossa “nova” direita e da direita radical, que como lembra Michael Löwy (2015, p. 662), possui “aspectos comuns entre a nova extrema-direita europeia”, exceto pelo “apelo aos militares”.

Já sobre como os pesquisados avaliam o “padrão de policiamento existente no Brasil”, os policiais entrevistados têm uma visão legalista da atividade policial. E Por isso, acham que deve mudar, pois para eles, está ultrapassado, já que é viola direitos do cidadão.

Quadro – 4 Padrão de Policiamento Existente no Brasil.

A- “Os PMs deveriam <u>atuar somente e exclusivamente naquilo que a constituição determina</u> . Policiamento Preventivo e ostensivo”.
B- “Há uma <u>necessidade urgente de mudança do modelo institucional</u> , não é por acaso que o nosso patrulhamento ostensivo”.
C- “Nós temos <u>um padrão de guerra contra as pessoas</u> , um padrão enfrentamento. (...) é o padrão que a elite brasileira, os dominantes desse país sempre imprimiram e colocaram <u>como atividade de Estado</u> ”.
D- “Modelo já defasado, quem vive polícia, quem estuda ela, quem faz parte da instituição, sabe que é um <u>modelo ultrapassado</u> ”.
E- “Avalio como <u>um padrão que precisa de reformas estruturais</u> o quanto antes”.
F- “O padrão da ação policial no Brasil, é <u>um padrão da manutenção e da proteção dos ditos cidadãos de bens</u> ”.
G- “Acredito que o padrão de policiamento do Brasil, é <u>pouco voltado pra proteção da vida e dos crimes que violam direitos população</u> ”.
H- “Um padrão de policiamento voltado a uma política de <u>combate ao inimigo</u> , um modelo bem militarizado de guerra, e como herança cultural, esse inimigo geralmente ele é preto e pobre”.
I- “O problema é que a polícia está na ponta da corda do sistema de segurança pública, e <u>segurança pública é muito mais que polícia</u> ”.

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

De diferentes formas a maioria apontou para necessidade de reformulação no atual modelo de policiamento, já que ele está “voltado a uma política de combate ao inimigo, um modelo bem militarizado de guerra, e como herança cultural, esse inimigo geralmente ele é preto e pobre” (ENTREVISTADO H – 13 anos na polícia militar/PMBA). Na visão deles, um modelo com caráter de “enfrentamento” e de “guerra”, baseado na hierarquia social que, por conseguinte, viola direitos e garantias dos mais vulneráveis.

O reformismo é a história do sistema de justiça criminal e das instituições correcionais e de polícia. Portanto, novidade alguma até então. Mas a visão recrudescida para o sistema de justiça e para as instituições de polícia é, no geral, a tônica de quem as vive e pensa. Sobretudo, as polícias, com seus modelos reativos de policiamento. Ou como disse Rolim (2006, p. 37),

“os esforços policiais, mesmo quando desenvolvidos em sua intensidade máxima, costumam redundar em ‘lugar nenhum’”.

Embora os entrevistados não tenham apontado caminhos serem seguidos, apontaram os caminhos que não devem mais ser seguidos. E mesmo que na visão dos entrevistados o horizonte não seja o do “desinvestimento”, apontado por Vitale (2017), por exemplo, definitivamente não será o inverso, já que, com nosso atual modelo de policiamento, tudo aponta para o desperdício de recursos, pois carecemos de gestão, sofremos com inaptidões, ausência de avaliação (ROLIM, 2006, p. 45) e de *accountability*, além de excesso de imediatismo.

Já quando perguntados sobre os motivos pelos quais permanecem na polícia, responderam fundamentalmente que pelo fato ser vantajoso, pela estabilidade, e o salário. Além disso, alguns pontuaram novamente que passaram a se indentificar com a atividade.

Quadro – 5 Permanência na Instituição.

A- <u>“Vantajoso frente aos demais trabalhadores que só poderão se aposentar com 65 anos. Outra vantagem é a integralidade do salário na reserva”.</u>
B- <u>“Como eu falei, eu vendo minha mão de obra de trabalho, no caso, nosso patrão é o estado, então não tenho nenhum romantismo em relação a isso, mas aprendi a gostar do serviço”.</u>
C- <u>“Particularmente permaneço na polícia por de certa forma a polícia acaba lhe causando uma acomodação por você estar garantido no trabalho público (...). O dinheiro não é muito bom, pode ter certeza disso”.</u>
D- <u>“Eu gosto muito de ser policial. Eu acredito que a gente tem uma função muito relevante na sociedade. (...) gosto muito da parte operacional”.</u>
E- <u>“Eu costumo dizer que é um sacerdócio, estar num lugar que você acaba se apaixonando pela instituição, pelo trabalho realizado”.</u>
F- <u>“Eu me encontrei como policial, e me encontrei como um ator político, no processo dentro da segurança pública. Eu me dei conta que dava para fazer essa disputa”.</u>
G- <u>“Permaneço na polícia por acredito numa polícia diferente, uma polícia onde algum dia vai ter participação social, onde as pessoas tomarão as rédeas, uma polícia que será do povo, para o povo”.</u>
H- <u>“O motivo principal de permanecer é a questão da estabilidade. É o que há de bom na profissão”.</u>
I- <u>“(…) para ter uma sociedade mais justa, mais igualitária, a gente tem que mudar o estado inteiro, e seja em qualquer lugar que eu estiver, esse trabalho meu, ele tem que ser feito”.</u>

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

A pergunta que questiona aos pesquisados sobre a “permanência e aspectos positivos das instituições”, três deles apontaram exclusivamente a “estabilidade salarial”; um falou sobre

esse fator e acrescentou o apreço à atividade; o restante assinalou o apreço pela instituição como motivos para ainda permanecerem em suas instituições. “Particularmente permaneço na polícia por de certa forma a polícia acaba lhe causando uma acomodação por você estar garantido no trabalho público” (ENTREVISTADO C – 23 anos na polícia civil/PCBA).

(...) a expressão “a gente acomoda” ecoa como um “sossego egóico”, um conformismo que desmobiliza o sujeito, levando-o à abnegação dos próprios interesses, controlando suas vontades e impulsos, constringendo e contendo outras realizações.

Nesse sentido, o salário parece falar mais alto que os abusos, os assédios, a repressão e as frustrações. Embora as angústias, o salário é capaz de amenizar os conflitos, e o discurso da vantagem é o que se mostra mais forte (DIAS, 2020, p. 172).

Por outro lado, quando o Entrevistado E (– 05 anos na polícia militar/PMAM) aponta que, “costumo dizer que é um sacerdócio, estar num lugar que você acaba se apaixonando pela instituição, pelo trabalho realizado”. Aqui, novamente, o aspecto do sacerdócio, da missão, volta a se apresentar. De modo que, é possível que essa idealização tenha sido um fator preponderante pra o ingresso. E, por seu turno, a permanência é certamente determinada exatamente pela construção desse ideário, que “tende a ignorar todos os aspectos negativos que a instituição pode apresentar” ou lhes proporcionar (DIAS, 2020. p. 184), prevalecendo o sentimento missionário, a construção estabelecida tanto pela cultura policial, quanto por sua subcultural, à chamada “cultura cantineira” (REINER, 2012).

PARTE II: MILITÂNCIA DOS POLICIAIS DO MPAF

Quando indagados sobre a existência antecedente de militância aos Policiais Antifascismo, a maioria dos entrevistados respondeu afirmativamente. De movimentos estudantis secundaristas à militância sindical e político-partidária, quase todos estiveram envolvidos em formas de militância.

Quadro – 6 Militância Antes do MPAF.

A- “Eu fazia de parte do Comitê Cearense para a Desmilitarização da Polícia, da Política e da Sociedade”.
B- “Fui presidente da Associação de Bombeiros Militares do Rio Grande do Norte. Além disso, a outra militância que fiz parte é a de esquerda, milito pelo PT há algum tempo”.
C- “Comecei no movimento secundarista em 1986/1987, dei continuidade na Escola Técnica Federal da Bahia. Depois fui fazer militância sindical no Polo

Petroquímico. (...) fiz militância de novo estudantil na UFBA, durante um período (...) até que comecei militância na Polícia Civil da Bahia, militância sindical de novo”.
D- “Sim. Uma <u>militância mais sindical</u> , em defesa dos trabalhadores da segurança pública, e dos trabalhadores do serviço público”.
E- “ <u>Participei da UNE</u> (...) tive bem envolvido na <u>militância de partidos políticos, filiado ao PTB</u> muito tempo, depois tive uma pequena passagem pelo PCdoB”.
F- “Já entrei na polícia fazendo o <u>movimento sindical</u> , participando de forma ativa da luta sindical. No ano 2001, se eu não me engano (...). A gente formou um grupo chamado GÁS (grupo de apoio sindical), e a gente, vestido de brucutu na época, de “balaclava”, porque a gente estava em estágio probatório (...). Em 2008, 08 anos de polícia, ou seja, 13 anos atrás, nós criamos o Coletivo Sindical <i>Sankofa</i> , que é o coletivo que, em alguma medida, serve como germe, como uma semente para o Movimento”.
G- “Comecei atuando numa <u>rede de enfrentamento à violência sexual</u> contra crianças e adolescentes, combate ao trabalho infantil, à violência doméstica contra crianças. (...) atuo na construção da marcha da maconha em Goiânia, que faz parte de uma rede que milita pela legalização das drogas. A partir dessa militância, que tem mais de dez anos, eu conheci a LEAP. Fora o movimento LGBTQI+ que tem a RENOSP, que é a rede nacional dos operadores de segurança pública LGBT. Me filiei ao PSOL”.
H- “Não, não. <u>Nenhuma</u> ”.
I- “Sim. Como eu te disse, para sobreviver na polícia, eu fui para as <u>associações</u> (...). Eu fui estudar, eu me transformei numa formadora sindical e popular, fui <u>formadora da CUT</u> , também trabalhei um pouco na formação do PT, trabalhei na formação do meu <u>sindicato</u> , de outros sindicatos daqui do meu estado, municipais e estaduais, como dos bancários e outros sindicatos. (...) eu militei nos <u>movimentos de mulheres</u> , e hoje eu faço parte do fórum estadual de mulheres aqui do meu estado”.

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Todas as respostas sobre “militância anterior ao MPAF” forma respondidas afirmativas. Exceto um, que nunca havia participado de nenhum tipo de militância ativista. Cinco deles estiveram envolvidos em movimentos sindicais. E outros três em algum tipo de movimentos reivindicativo da sociedade civil organizada.

Essa quase unanimidade na adesão a movimentos ativistas e militantes reflete tanto a historicidade da categoria, quanto a historicidade da sociedade como um todo, como, aliás, já vimos aqui. Inclusive, essa “militância mais sindical, em defesa dos trabalhadores da segurança pública” (ENTREVISTADO D – 10 anos na polícia civil/PCRS), é fenômeno que não está circunscrito ao Brasil, embora a organização e os avanços venha ocorrendo de forma diversa em cada parte do mundo (JAUREGUI, 2021).

Quando indagados se havia militância em concomitância com o MPAF, quase todos os entrevistados responderam que sim. Além da filiação em partidos como PSOL e PT, participam de associações e coletivos de classe.

Quadro – 7 Participação em Outros Movimentos.

A- “ <u>Não</u> , somente do Movimento Nacional dos Policiais Antifascismo”.
B- “ <u>Além do MPAF</u> , no <u>AE</u> , articulação de esquerda, tendência petista”.
C- “Participo do <u>movimento sindical dentro da Polícia Civil da Bahia</u> ”.
D- “ <u>Não</u> (...). <u>Eu sou filiado ao PT</u> desde 99”.
E- “ <u>Participo dos Policiais pela Democracia</u> , que é um movimento que inclui policiais militares e civis do Estado do Amazonas”.
F- “Eu participo. Na verdade, eu estou mais focado agora na militância partidária, <u>sou filiado ao PSOL</u> ”.
G- “Sim, como dito anteriormente, <u>RENOSP</u> , movimento <u>LGBTQI+</u> , <u>marcha da maconha</u> , enfim”.
H- “ <u>Não</u> ”.
I- “O <u>movimento de mulheres</u> , o <u>fórum estadual de mulheres</u> aqui no meu estado; o <u>conselho estadual de direitos humanos</u> ; o <u>sindicato das associações</u> ”.

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Para além do MPAF, a maioria dos entrevistados participa de outros movimentos sociais. Três afirmaram participar apenas do Movimento de Policiais Antifascismo; dois expuseram suas militâncias em partidos político; outros três participam da militância sindical, e outro além da militância sindical, é também ativista de movimentos sociais. Portanto, os entrevistados possuem uma vida ativa no associativismo e sindicalismo mesmo antes, e também durante a adesão ao Movimento de Policiais Antifascismo.

Já em relação à entrada no MPAF, fora os fundadores, quase todos responderam que “através” do Orlando Zaccone.

Quadro – 8 Como se Deu a Entrada no Movimento.

A- “ <u>Através de um grupo fechado que havia no Facebook</u> e depois formalizado através de minha participação no 1º Seminário realizado no Rio de Janeiro em novembro de 2017”.
B- “(...) já acompanhava umas <u>postagens de Zaccone</u> , e etc., mas eu também fui um dos primeiros a chegar, e fui ao encontro na Bahia, no Fórum Mundial, Fórum Social Mundial, a convite do nosso saudoso, finado colega Figueiredo. Então, desde essa época, eu, a gente decidiu fundar o movimento aqui, no Rio Grande do Norte”.

C- <u>“Veja só a entrada na militância do no PAF foi quase que automática por conta da minha militância já no Coletivo Sindical <i>Sankofa</i>, então, foi uma entrada direta”.</u>
D- <u>“Comecei a acompanhar umas coisas pela internet, aí conversei algumas vezes, <u>pela internet mesmo com o Zaccone</u>, aí já de pronto, fiz as camisetas aqui, pra mim, por minha conta, e comecei a fazer vídeos usando a camiseta (...). E aí, a gente começou a articular aqui, eu o Teixeira, e o Guga, que são os dois que coordenam aqui o movimento, do Rio Grande do Sul. Depois eu fui para o Encontro, em Recife, lá com o Cisneiros”.</u>
E- <u>“Um amigo meu que, é de algum tempo já <u>o delegado da polícia civil, João Tayah</u>, propôs a criação deste grupo, junto com outros demais policiais militares e civis, para a gente poder confabular, e buscar meios para fazer o enfrentamento”.</u>
F- <u>“Não houve uma entrada, irmão, eu fiz parte do processo de fundação, minha leitura sobre o movimento dos policiais antifascismo é que a gente criou o Coletivo Sindical <i>Sankofa</i>, e o Coletivo, contatou Orlando Zaccone de um encontro que a gente fez com Zaccone para discutir a questão da política de drogas, surgiu à ideia de criar uma associação nacional de policiais pela democracia. Na época, a gente amadureceu a ideia e resolveu criar o Movimento de Policiais Antifascismo”.</u>
G- <u>“Também como respondido anteriormente, <u>se deu como fundador</u>. Como militava na descriminalização das drogas, conheci a LEAP, que me levou a Zaccone, a Kleber, Denílson”.</u>
H- <u>“A condução <u>se deu por conta de um grupo de amigos</u> que eu aprendi sobre essas questões, que eu não sabia, e tal (...). As coisas vão crescendo, se misturando, e eu soube do PAF, então, eu tive interesse em conhecer, em participar”.</u>
I- <u>“O meu primeiro contato com o Movimento de Policiais Antifascismo, foi com Orlando Zaccone. Conheci Zaccone mesmo antes da fundação do Movimento, no núcleo Piratininga de comunicação, no Rio de Janeiro, nos cursos de comunicação popular; e depois com a organização do movimento, o Vinícius Queiroz, que é um policial militar aqui do estado (...). Conversamos bastante e começamos a organizar aqui no E. Santo”.</u>

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Buscamos saber como se deu a chegada ao MPAF, e três deles são fundadores. Outros três apontaram as redes sociais como responsável pela “achegada” deles no Movimento. E os três últimos entrevistados disseram ter conhecido o Movimento através de amigos; “a condução se deu por conta de um grupo de amigos” (ENTREVISTADO H – 13 anos na polícia militar/PMBA), o que demonstra que policiais são permeáveis, e, por isso, pode haver uma “disputa por dentro”, tal qual a “tese” de alguns membros do próprio Movimento – “(...) hoje eu fico nas instituições justamente para fazer o contraponto” (ENTREVISTADO B – 14 anos no corpo de bombeiros/BMRN) –, ainda que sejam hercúleas as dificuldades de romper com a “identidade funcional policial”, muitas vezes, forjada “por meio da ideologia militar”, e,

portanto, com tendência a restringir, ou limitar as manifestações das expressões dos sujeitos, sobretudo, os ideologicamente antagônicos (DIAS, 2020, p. 193).

Quando você pensa em MPAF que três palavras ou expressões lhe vêm à cabeça?



Figura 21 – Nuvem de palavras.

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

PARTE III: O MPAF POR SEUS INTEGRANTES

Em relação ao MPAF ser uma novidade no campo da segurança pública no Brasil, exceto um, todos os entrevistados responderam afirmativamente, como podemos ver abaixo.

Quadro – 11 O MPAF como uma novidade no campo da segurança pública.

A- “Sim, é <u>uma novidade</u> pois aborda e entende a <u>segurança pública</u> pelo <u>viés da garantia de direitos</u> de todas as pessoas”.
B- “Com certeza! <u>Novidade</u> na medida que, pensa numa <u>mudança institucional</u> , numa <u>mudança ampla</u> na <u>segurança pública</u> ”.
C- “Acredito que sim. Acho que esse <u>tipo de movimentação</u> , com as características que tem, na <u>polícia</u> nunca aconteceu”.
D- “Acho uma novidade, uma das principais novidades, e <u>uma dos movimentos mais essenciais</u> para a <u>segurança pública</u> , para o debate sobre <u>segurança pública</u> no Brasil”.
E- “O movimento de <u>polícia</u> antifascismo é sim uma novidade”.
F- “Sim! Sim. Sem dúvida. Uma novidade porque ainda que, desde sempre, tenha havido dentro das instituições policiais trabalhadores com uma <u>compreensão crítica</u> (...) de uma forma geral, mas nunca houve <u>um espaço organizado nacional</u> onde essa voz se tornasse uma <u>voz política</u> ”.

G- “(...) sempre existiu um grupo de servidores das forças de segurança, de agente, que defendem os direitos humanos (...). No governo de Getúlio Vargas; na ditadura militar (...), a Comissão Nacional da Verdade dá conta que 06 mil e tantos militares e/ou policiais foram perseguidos, torturados”.

H- “Pra mim, sim, é uma novidade. Já que eu não conheço outro”.

I- “O fato dos policiais que são contra o fascismo se juntarem, e colocarem publicamente, e nacionalmente essas ideias é novo. É um é um movimento de resistência, de unidade, trabalhando, principalmente essa questão do policial como trabalhador”.

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Exceto um dos entrevistados, todos os outros responderam afirmativamente quanto à pergunta sobre os policiais Antifascismo ser uma novidade no campo da segurança pública. Ou seja, o Movimento de Policiais Antifascismo é “uma novidade, uma das principais novidades, e uma dos movimentos mais essenciais para a segurança pública, para o debate sobre segurança pública no Brasil” (ENTREVISTADO D – 10 anos na polícia civil/PCRS).

Assim, os entrevistados demonstram uma espécie de senso de pertencimento e mobilização (DE MELO; ANDRADE; DE CARVALO, 2022, p. 418), muito por ser algo que coaduna com suas ideias – que um dos entrevistados chamou de “bálsamo” –, mas também por ser parte de algo novo, e não apenas novo, mas essencial para as possíveis (e desejadas) mudanças estruturais que são pontuadas pelo segmento.

Por outro lado, sem qualquer sentimento de arrefecimento, um dos policiais entrevistados diverge dessa constatação, e aponta que os Policiais Antifascismo não seria uma novidade, e que seus integrantes são sim, herdeiros de uma importante linhagem de militantes de outrora:

(...) sempre existiu um grupo de servidores das forças de segurança, de agente, que defendem os direitos humanos, a democracia, e nós percebemos isso quando a gente vê esses servidores, agente da lei, ainda lá na época da escravidão, lutando contra a escravidão, lutando pela república, pela democracia, depois do governo Getúlio Vargas, a gente vai ver a mesma atuação com alguns agentes, nós vamos ver aí ao longo da nossa história greves, manifestações de militares da Marinha, do Exército, das polícias. Na ditadura militar a gente vai ver um campo de atuação aí, formada por esses agentes da força, na busca, na defesa da legalidade, contra a ditadura militar, a Comissão Nacional da Verdade dá conta que seis mil e tantos militares e/ou policiais foram perseguidos, torturados, agredidos, mortos, estuprados, enfim violentados, por lutarem pela democracia. Então, esse grupo existe, e nós fazemos parte dessa estirpe, que é anterior a nós.

Existiram também movimentos de militares, sobretudo. O *Antimil*, na época ainda do governo Getúlio Vargas, que era formado por militares, militantes do PCdoB, do PCB à época (...) (ENTREVISTADO G – 16 anos na polícia rodoviária federal/GO).

A fala acima do policial apresenta os atravessamentos existentes não somente no ser policial, mas, sobretudo, no ser policial declaradamente de esquerda, declaradamente

antifascista. Portanto, diretamente afetado pela história de um seletivo grupo que aparentemente o orgulha.

Além disso, a narrativa do “policial militante” reconhece não somente a antecedência daquilo que João Quartim de Moraes e Paulo Ribeiro da Cunha chamaram de Esquerda Militar, como também nos parece agradecer e homenagear essa “estirpe” a qual seu movimento está intimamente e historicamente ligado. Além de remeter a sua agenda “fundamentalmente *insurrecional*” (CUNHA, p. 11, 2014).

Inquiridos sobre o que consideram como posicionamento do policial antifascismo, as principais linhas de respostas se deram nas seguintes direções: defesa do estado democrático de direitos, dos direitos humanos, das liberdades democráticas, entre outros.

Quadro – 12 O Posicionamento do Policial Antifascismo.

A- “ <u>Se posicionar sempre em defesa do estado democrático de direito, respeitando as legislações vigentes, bem como os direitos humanos</u> ”.
B- “ <u>Um posicionamento firme na defesa de uma na segurança pública enquanto direito humano</u> ”.
C- “ <u>O posicionamento do policial antifascismo seja um posicionamento democrático, progressista, de sintonia com as políticas da esquerda</u> ”.
D- “ <u>É defender a democracia</u> , acho que esse seria o principal tema, ter um pensamento democrático”.
E- “Eu acho que a principal característica do policial antifascista, é um policial que <u>é reconhece o valor da democracia, das liberdades democráticas</u> ”.
F- “ <u>É o posicionamento crítico</u> destoante em relação ao senso comum do que seria, do que é hoje da polícia, do que é hoje o modelo de segurança pública, a tendência dessa segurança voltada para o confronto bélico”.
G- “ <u>O combate ao fascismo</u> , né? As opressões das minorias, os autoritarismos”.
H- “ <u>Se posicionar a favor dos direitos humanos</u> , que engloba logo um monte de coisas, né?”
I- “ <u>É um posicionamento de se ver como trabalhador</u> , e aí é um posicionamento que não é descolado da sua prática cotidiana, do policiamento de rua, do trabalho policial que ele faz”.

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Como dito, a maior parte (07) dos entrevistados citou a “defesa da democracia” e dos “direitos humanos” como a forma adequada de um *policial antifa* se posicionar. “Ele deve se posicionar sempre em defesa do estado democrático de direito, respeitando as legislações vigentes, bem como os direitos humanos” (ENTREVISTADO A – 20 anos na polícia militar/PMCE). Parece importante pontuar que, muitas vezes, embora os discursos ora

revolucionários, os integrantes do MPAF apontam a importância de conceitos como “democracia”, “estado de direito”, “legislação vigente”, “leis”, entre outros.

Assim, como o fascismo se opõe a democracia liberal (KONDER, 2009, p. 14), e essencialmente se expressa violentamente, em muitos momentos subjugando, e mesmo transgredindo leis (PAXTON, 2007), a leitura do movimento estaria aparentemente acertada. Entretanto, a construção de regimentos, e as instituições que lhes aplica se inserem na lógica, e também na retórica de poder. Problema é que, geralmente, as lutas antifascistas subverte a lógica legalista e da institucionalidade, em alguns momentos até, fazendo o oposto (BRAY, 2017). Ou seja, desobedecendo aos institutos legais e combatendo as instituições. O que, portanto, pode também ser lido como uma contradição do movimento.

Embora fascismo e antifascismo na atualidade componham conceitos difusos, historicamente ambos são conceitos concretos, e partindo dessa premissa, a defesa pura e simples de termos como “direitos humanos”, por exemplo, ou “liberdades democráticas” não constituem lutas, ou mesmo leituras de mundo antifascista. Podem ser simplesmente, posturas legalistas, ou progressistas.

Quando pensa em fascismo que três palavras ou expressões lhe vêm à cabeça?



Figura 22 – Nuvem de palavras.

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

No tocante as principais pautas do MPAF, a desmilitarização foi a mais citada. Mas também a reestruturação das carreiras, com o ciclo completo¹⁵⁴ de polícia, a defesa de pautas progressistas, e o reconhecimento do policial como trabalhador.

¹⁵⁴ No ciclo completo de polícia ou na polícia de ciclo completo, atribui-se a distintas instituições policiais (mais especificamente as polícias militares e civis) a mesma função, ou mais especificamente, as atividades repressivas

Quadro – 13 Principais Pautas do Movimento.

A- <u>“Desmilitarização; unificação das polícias e ciclo completo”</u> .
B- <u>“Reestruturação do modelo de segurança pública, com desmilitarização, ciclo completo de polícia, ingresso único”</u> .
C- <u>“A construção da identidade do policial como trabalhador. Essa é a mais fundamental de todas e é aqui norteia todas as outras”</u> .
D- <u>“A luta antirracista, e a pauta indígena; a defesa das mulheres, da luta feminista; e a defesa das pautas LGBT, contra a homofobia. Defender também uma outra política de drogas, a descriminalização”</u> .
E- <u>“O fim do obscurantismo moderno, e a democracia acima de tudo e a garantia das liberdades individuais e coletivas”</u> .
F- <u>“(…) a reestruturação da polícia, a desmilitarização, carreira única, o fim das estruturas que permitem perseguição, assédio moral. (...) o fim da guerra às drogas”</u> .
G- <u>“Grande pauta é influenciarmos a construção das políticas de segurança pública, especialmente no campo da esquerda”</u> .
H- <u>“Descriminalização do uso de drogas, do consumo, do plantio. O fim da guerra às drogas, como falei antes. Outra pauta que eu vejo essencial é a promoção de debate e discussões que levam ao profissional de segurança pública a refletir que ele é um trabalhador e não um herói”</u> .
I- <u>“As pautas do Manifesto. O policial como trabalhador, carreira única, ciclo completo, e discutir essa questão das drogas”</u> .

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Sobre as principais pautas do Movimento, apenas um dos pesquisados não citou as pautas do *Manifesto*, em especial, a “desmilitarização” e a “construção do policial como trabalhador”, como sendo “as principais pautas do MPAF”. Assim, as pautas tidas como fundamentais, vão das mais internas e institucionais até as mais amplas pautas de movimentos sociais, porém com grande centralidade na desmilitarização.

Sobre as estratégias políticas do movimento, os entrevistados me parecerem um tanto confusos nas respostas.

Quadro – 14 As Estratégias Políticas do Movimento.

A- <u>“A grande maioria dos membros deste movimento são polícias civis ligados ao sindicato e fazem movimento político sindical. Isso é muito vantajoso, pois amplia o leque de possibilidade de abrir o debate sobre as pautas”</u> .
B- <u>“A estratégia política do movimento ainda está em desenvolvimento, inicialmente a estratégia é lutar contra o fascismo institucional (...) diálogo com a base, a gente fala muito, fala muito, dialoga bem com a sociedade”</u> .

C- <u>“Ampliar pelos estados, ampliar no país, organizar o movimento a nível nacional, pra poder dar conta das demandas. Isso é básico. Segundo, manter sempre uma relação estratégica de fazer um “discurso para fora das polícias” e ao mesmo tempo tem um “discurso para dentro das polícias”. Terceiro, fazer com que o movimento de policial antifascismo tenha um papel de ponte, uma ponte de mão dupla, de fluxo duplo, conhecimento, produção política vai transitar em cima dessa ponte”.</u>
D- <u>“Acredito que a estratégia de atuação seja a de criar ponte entre o campo da esquerda, o campo democrático e as instituições policiais, que são quase completamente rompidas. (...) no meu ponto de vista a estratégia é muito diálogo, e expandir”.</u>
E- <u>“O incentivo ao bom debate democrático, para tentar buscar abrir um caminho lógico”.</u>
F- <u>“A estratégia do movimento é crescer para dentro do campo antifascismo, do campo antifascista, crescer para aglutinar policiais de esquerda, e não criar a ilusão de que vai convencer fascista a se tornar de esquerda, ou qualquer coisa contraria ao fascismo”.</u>
G- <u>“São várias, elas passam por nos organizarmos em congressos e seminários, de estudos e de debates, na promoção de cursos; passa por articular com parlamentares em nível municipal, estadual e federal pra que essas demandas sejam atendidas”.</u>
H- <u>“As reuniões, hoje virtuais, as rodas de conversas, o uso das redes sociais, a divulgação de posicionamentos, como as notas públicas, que marcam território”.</u>
I- <u>“O movimento ainda está se organizando, ele não é um movimento pronto (...). Nossa pauta é do manifesto, mas também estamos trabalhando nossa organização, e nós estamos sendo chamados cada vez mais para dar respostas (...), mas eu penso que a maior estratégia é disputar mesmo dentro das instituições”.</u>

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

De todo modo, as respostas para as estratégias políticas do Movimento variaram entre apontar a busca por uma forma de organizar-se, e a disposição em reunir-se tanto em dispositivos virtuais, como em reunir-se em eventos presenciais, a exemplo de congressos e seminários, entre outros tipos de debates públicos, para assim expandir e aglutinar o movimento.

Já as respostas à pergunta seguinte seguiram o mesmo padrão anterior, apontando a incipiência do movimento, e, portanto, a precariedade da organização, embora todos os esforços e “voluntarismo” dos envolvidos.

Quadro – 15 Funcionamento do Ponto de Vista Material.

A- <u>“O grupo não tem estrutura material, não possui sede e nem uma estrutura física, muito menos recursos financeiros primeiros”.</u>
B- <u>“Se organiza em regionais, com um conselho nacional eleito, as instâncias de deliberação são seminários, que acontece em diversos estados, com uma espécie de estatuto, que é o nosso manifesto”.</u>
C- <u>“(…) diria pra você que do ponto de vista material, nos funcionamos muito mal. Praticamente não existe. Os desafios colocados para a gente por causa disso é que, nos estamos hoje, participando de um curso de formação junto com a Escola Nacional Florestan Fernandes, que é ligada ao MST, que nos faz refletir e entender a necessidade organizacional”.</u>
D- Pergunta não respondida!
E- <u>“Do ponto de vista material, o grupo funciona de forma muito simples, as dispensas são com os próprios policiais militares e civis, que fazem parte”.</u>
F- <u>“O movimento ainda vive de fazer as suas atividades pontuais, dependendo de contribuições pessoais nossas, e de contribuição dos parceiros políticos. Então, do ponto de vista material, a gente não tem perspectiva, e eu confesso a você que eu não sei se nós teremos”.</u>
G- <u>“O movimento ainda vive de fazer as suas atividades pontuais, dependendo de contribuições pessoais nossas, e de contribuição dos parceiros políticos. Então, do ponto de vista material, a gente não tem perspectiva, e eu confesso a você que eu não sei se nós teremos”.</u>
H- <u>“Eu acredito que desse ponto de vista material o movimento tem se mobilizado com sua página no Face, no Insta, tem o canal no YouTube, expondo suas propostas de discussões, levantando seus debates”.</u>
I- <u>“Como a gente vive numa sociedade capitalista, a gente sempre é levado a pensar nessa questão material. Sabemos que as coisas têm custos, e hoje nós não temos uma receita fixa dentro da organização. Também está sendo discutido como se vai contribuir; quem pode contribuir (...), mas eu vou te dizer uma coisa, existe uma coisa chamada solidariedade de classe e esse conceito ele supera qualquer dificuldade material”.</u>

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Os entrevistados apontaram que o Movimento de Policiais Antifascismo funciona majoritariamente por meio das redes sociais, e o *WhatsApp* em especial, é o seu principal canal de comunicação e articulação. Além disso, um dos entrevistados compreendeu esse funcionamento material como sendo sua forma organizacional. Isso reforça a precariedade material ou a informalidade com que os membros do movimento ainda convivem.

As respostas à indagação quanto à articulação do MPAF seguiram apontando as redes sociais e os dispositivos de mensagens como principal meio articulador do Movimento.

Quadro – 16 Como os Policiais do MPAF se Articulam.

A- “Pelos grupos de <u>WhatsApp</u> ”.
B- “Através de <u>grupo do WhatsApp, e reuniões presenciais</u> ”.
C- “A estrutura tenta funcionar da seguinte forma: <u>Temos um Fórum maior, que é o nosso Congresso Nacional, que acontecia duas vezes por ano, mas com o advento da pandemia, adiamos (...). Então, temos o Congresso Nacional; a Coordenação Nacional, que vem enfrentando problemas em seu funcionamento; e temos um Conselho Nacional Deliberativo, e as Coordenações Estaduais, que não funcionam em todos os estados. Então, como seria a hierarquia? Congresso Nacional; Conselho Nacional Deliberativo; Coordenação Nacional, e as Coordenações Estaduais</u> ”.
D- “Através das redes sociais e dos <u>grupos de whatsapp. Além dos eventos</u> ”.
“A gente articula pelo próprio <u>grupo de WhatsApp (...). Tem as redes sociais aí, o grupo no Facebook, e de lá também a gente se organiza</u> ”.
“Principal canal de articulação, são <u>as redes sociais, os grupos de WhatsApp</u> ”.
G- Não soube informar.
H- “ <u>WhatsApp, e redes sociais</u> ”.
I- “ <u>O diálogo é feito nas reuniões online, as demandas aparecem, e estamos tentando uma organização não verticalizada, mais horizontalizada que não é um organização voluntarista, ela tem compromisso tem pessoas determinadas, dos estados que representam o estado dentro do conselho deliberativo (...), mas como eu te disse a gente ainda está se organizando</u> ”.

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Um de nossos entrevistados deixou de responder a essa questão por não saber respondê-la. Mesmo nos tendo retomando, ela acabou solenemente ignorada. Talvez, consequência também do formato de entrevista que decidimos adotar (decisão involuntária, devido à pandemia da Covid-19, e a necessidade de distanciamento, além das distâncias geográficas de alguns de nossos entrevistados).

Outra constatação que passamos a ter com as respostas a essa pergunta é quanto à consolidação das mídias sociais para os movimentos sociais, e o papel articulador e as vezes fundamentais que esses dispositivos passaram a ter para os novos movimentos de grupos de sociais (VIANA, 2018).



Figura 23 – Organograma MPAF.
Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Já sobre como o MPAF é visto pela sociedade, por seus membros, e pelas instituições policiais, os entrevistados disseram que: para os membros, a existência do grupo é vista como “bálsamo”, um “oásis”, um “lugar de trocas de afetos e de experiências”. Para a sociedade, em geral, há uma boa receptividade, com alguns olhares de “estranhamento”, exceto aqueles que se ligam ao espectro político à direita, ou ao conservadorismo. Para esses o movimento não passa de um “bando de traidores”, “infiltrados”. No geral, é a mesma receptividade no meio policial. Além das alcunhas pejorativas de: “comunistas”, “esquerdistas”, “revoltados”, e etc.

Quadro – 17 Visão da Sociedade, Integrantes e das Instituições sobre o MPAF.

A- <u>“Pela sociedade é visto com certo estranhamento e desconfiança tendo em vista que são policiais que estão pautando assuntos como direitos humanos, legalização das drogas, crítica ao atual modelo de segurança pública vigente e etc, por outro lado o Movimento é hostilizado pelos profissionais de segurança pública justamente por essas pautas estarem sendo debatidas por policiais”.</u>
B- <u>“Pelos membros, o movimento é visto como um lugar de acolhimento, de debate de ideias, e até de refúgio. Pela sociedade é visto de modo, assim, de modo surpreendente, né? Já os colegas de instituições, eles viam anteriormente de modo muito estereotipados”.</u>
C- <u>“Depende de quem da sociedade você tá falando, né? Se forem os seguimentos mais progressistas, mais à esquerda (...), visto como um algo inusitado e surpreendente, mas ainda assim, você vê um ou outro que desconfia (...). Para os segmentos mais retrógrados, dão o discurso semelhante ao que os policiais dão em sua grande maioria, né? Dentro das polícias, a grande maioria da polícia, vê a gente com maus olhos, de que nós</u>

não somos policiais, somos infiltrados, querendo destruir a polícia, e que somos contra os policiais”.
D- “Acredito que pelos membros do movimento ele é visto de uma forma muito, de certa maneira muito revolucionária (...). Para sociedade, eu acredito que, daí a gente teria de ver o lado. Para a extrema-direita, é visto como um movimento de vagabundos e tal, de infiltrados na polícia”.
E- “Para os membros do grupo, eu acho, acho que uma ferramenta importante se desenvolveu para poder se articular de forma rápida, para defender as instituições policiais, de segurança pública (...). Então, tem outra parte da esquerda que considera relevante, sim”.
F- “Pelos seus membros é visto como um oásis no deserto (...). Já para a polícia, primeiro é visto como ameaça, em alguns lugares, em outros é visto com muita desconfiança, mas no geral, a aceitação não é boa”.
G- “Eu acho que uma parcela grande vê o movimento como reformista em alguns pontos, mas também revolucionário, no sentido de existir num país governado pelo bolsonarismo (...). Vejo também o movimento como um local afeto, de encontros, de troca, de experiências (...). A sociedade vai depender: se for pessoas que tem esse mesmo perfil eles vão nos achar corajosos, vão nos perceber enquanto uma ponta de esperança nesse esquema de segurança pública falida (...). E pelas instituições? As instituições perseguem o movimento na medida em que perseguem os seus membros”.
H- “Eu acredito que pelos membros, é visto como um bálsamo (...). Pela sociedade, vai depender do setor da sociedade. De um modo geral, é visto mais como um esquerdista, pejorativamente falando. Mas, tem uma pequena parcela que entende, que por outro lado, no meio policial, existem policiais que pensam (...). E no meio das polícias, o meio policial, entende como comunistas, e esquerdistas, da baderna, gente do mal”.
I- “Têm críticas, aqueles de extrema direita, mas a recepção pela sociedade e pelas instituições de polícia aquelas que visitamos, foram excelentes”.

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

As respostas para essa pergunta ensejou três (03) nuvens de palavras. Vejamos:

Como o Movimento de Policiais Antifascismo é visto pelos membros?



Figura 24 – Nuvem de palavras.

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Como o Movimento de Policiais Antifascismo é visto pela sociedade?

corajosos
 pensadores
 desconfiança
esperança
surpreendente
 infiltrados

Figura 25 – Nuvem de palavras.

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Como o Movimento de Policiais Antifascismo é visto instituições policiais?

comunista
 ameaça
 comunista
hostilidade
 estranhamento
 traidores

Figura 26 – Nuvem de palavras.

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

As duas próximas perguntas se conectam, já que uma se refere ao aspecto geral, e a outra se refere ao aspecto pessoal de possíveis “expressões de preconceitos e repressões” nas instituições policiais a membros do MPAF em decorrência da militância no grupo. Por isso, analisaremos os dois quadros de uma só vez.

Quadro – 18 Expressões de Preconceito nas Instituições Contra o MPAF.

A- “Policiais comunistas, defensores de bandidos”.
B- “Através de ameaça de morte, de vídeos no <i>WhatsApp</i> , principalmente em grupos. E na instituição, transferências, algumas perseguições”.
C- “Dentro da Polícia Civil, eu tenho poucos problemas diante disso, porque eu desde quando entrei eu sempre fui caracterizado por uma militância (...). Mas, obviamente que existe um preconceito muito mais do que repressão, nunca tive repressão. O que existe mesmo é críticas ácidas e xingamentos,

tipo, “esquerdopata”, ou dizem que somos “antipolícia, coisas muito mais via rede social”.
D- <u>“Processos administrativos, sindicâncias, não promoções, pressões de políticos junto às corporações, pressionando por punições, pedindo que sejam afastados, colocado em setores menos favoráveis, pra dificultar tua vida. Exposição nas redes sociais; na mídia, daí, tu és taxado de terrorista”.</u>
E- <u>“O assédio é, geralmente, muito agressivo, muito violento, com palavras de baixo-calão. A pressão é brutal, as pessoas vão aos grupos de WhatsApp, no meu caso, por exemplo, printam minhas falas contra os posicionamentos antidemocráticos, e contrários a Ciência, por exemplo, como o Presidente da República, os contrários as vacinas e as medidas de distanciamento sanitário, e eles printam essas falas, e espalham no WhatsApp, nos grupos de polícia, as vezes alteram, distorcem, com o intuito de desgastar”.</u>
F- <u>“Utilizando dos regimentos internos para punir, muitas vezes, de forma arbitrária no caso das polícias militares. No caso das polícias civis a perseguição é por meio de transferências ilegais, segurar as promoções”.</u>
G- <u>“No meu caso, teve esse processo que eu falei pra você, e ele ainda não tá concluso, ele ainda está em andamento (...), eu sou perseguido politicamente pelos policiais de direita que é a maioria, então, qualquer ato que o faça, é mandado pra corregedoria pra verificar se é regular”.</u>
H- <u>“Por incrível que pareça, alguns colegas chegam a tratar antifascismo como se fosse fascismo, e atribui a nós, os policiais antifascismo, uma característica de protetor de bandido, gayzista e comunista que quer destruir o país, instalar uma ditadura”.</u>
I- <u>“(…) existem as perseguições, que eu por ser aposentada, eu estou livre delas. Não estive durante muito tempo, pois no exercício da minha militância, quando trabalhava, por isso, eu sei tão bem delas... As transferências arbitrárias, negar promoções, negar a participação em cursos, que contam pontuações na carreira, tentam separar esses policiais, tentam marginalizá-los, digamos assim. Todos a responder processos”.</u>

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Quadro – 19 Perseguições e Retaliações Sofridas.

A- <u>“Não, eu não sofri retaliação. Nunca sofri retaliação institucional”.</u>
B- <u>“Eu já fui ameaçado de morte várias vezes em grupos de polícia”.</u>
C- <u>“Não, na PCBA. Mas estou no “Dossiê” do Ministério da Justiça de 2020”.</u>
D- <u>“Não. Por participar do movimento, não”.</u>
E- <u>“O preconceito é constante, e a gente sofre, acho que todos nós policiais que se colocam nessa condição”.</u>
F- <u>“Irmão, eu particularmente não”.</u>
G- <u>“Eu respondi esse processo e eu sempre fui um excelente servidor, modéstia à parte”.</u>
H- <u>“(…) no meu caso, é mais no campo da raiva mesmo”.</u>
I- <u>“Aqui, no meu estado, eu sou uma figura muito pública, há muitos anos, eles já sabem da minha identidade, então, nesse tempo que eu estou nos policiais antifascismo eu não senti, não sofri nenhuma retaliação, a não ser, essa do governo federal, do dossiê contra os policiais antifascismo”.</u>

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Em relação às “expressões de preconceito e de repressão ao MPAF dentro das instituições policiais”, quase todos afirmaram haver algum tipo de repressão nas instituições. Parte deles afirma também haver preconceitos e discriminações por conta da ideologia e da militância política.

Essas estruturas pautadas sob a égide da hegemonia disciplinar tende a não ser condescendente com quem, na visão deles, ousa pensar diferente, ou independente da lógica dominante. Assim, experimentam o preconceito interno das corporações que se desenham não somente na polarização ideológica, mas na forma de “perseguições”, e até “punições”. Essas perseguições dentro e fora das corporações com coerção e censura, mas também com punições formais, por meio de “mecanismos legais”, é a “busca sistemática de segurança absoluta”, e do controle na contenção e “eliminação do ‘inimigo interno’” (ALVES, 2005, p. 69).

Quando questionados sobre terem sofrido algum tipo de preconceito, ou repressão, um dos pesquisados disse que, embora ele em particular tenha tido “poucos problemas”, ele próprio apontou ter sofrido discriminação de colegas por seus posicionamentos políticos e ativismo no MPAF, “o que existe mesmo é críticas acidas e xingamentos, tipo, “esquerdopata”, ou dizem que somos “anti-polícia”, coisas muito mais via rede social” (ENTREVISTADO C – 23 anos na polícia civil/PCBA). Portanto, aparentemente, as redes sociais é o caminho mais usado para os detratores do movimento expressar suas inconformidades e preconceitos para com os integrantes.

Outros entrevistados além de apontar que sofreram (ou que souberam quem sofreu) com esses preconceitos, também elencam perseguições e repressões de nível institucional. “Utilizando dos regimentos internos para punir, muitas vezes, de forma arbitrária no caso das polícias militares. No caso das polícias civis a perseguição é por meio de transferências ilegais, segurar as promoções” (ENTREVISTADO F – 21 anos na polícia civil/PCBA).

As instituições perseguem o movimento na medida em que perseguem os seus membros. Eu respondi um processo por ministrar uma palestra na Bahia em 2018, e essa palestra foi dentro do encontro dos policiais antifascismo, era sobre a urgente necessidade de legalização das drogas, e eu respondi um processo da Polícia Rodoviária Federal por causa dessa palestra. E outros foram perseguidos de maneira muito mais intensa, como os policiais do Rio Grande do Norte, que são perseguidos pelo Ministério Público, e pela própria polícia. O Del Core, do Paraná foi mandado embora, foi demitido, mas nunca falando por causa dos policiais antifascismo, mas falando que era porque ele tinha depressão, e aí ele foi aposentado compulsoriamente. O Leonel Radde, do Rio Grande do Sul, que continua sendo perseguido, o tempo que esteve no movimento foi bastante perseguido, inclusive por parlamentares. Leandro Priori, em São Paulo enfim, todos nós somos perseguidos em alguma medida.

O dossiê do Ministério da Justiça, eu acho que é um grande exemplo, e um instrumento pra provar que de fato nós somos perseguidos. Esse dossiê foi repercutido, algumas secretarias segurança pública, a de Goiás mesmo teve também um da secretaria, que investigou secretamente os militantes do movimento, então, as instituições de segurança pública agem tentando cercear o pensamento contra-hegemônico.

(...), eu sou perseguido politicamente pelos policiais de direita que é a maioria, então, qualquer ato que eu faça, é mandado pra corregedoria pra verificar se é regular (ENTREVISTADO G – 16 anos na polícia rodoviária federal/GO).

Por isso, o Aparecido Dias (2020, p. 215, apud FARIA; SOBOLL, 2007) avalia que o trabalho fundamentado no autoritarismo, como são as instituições militares e policiais, se caracterizam pela estratégia do “controle político-ideológico” inibindo assim, os conflitos e questionamentos, além de reprimir e sobrepujar os insurgentes, os “ponderadores”, mantendo-os submissos e devidamente controlados.

Essas narrativas expõem os percalços enfrentados dentro e fora das instituições e, principalmente como as identidades desses sujeitos são forjadas em uma estrutura que impõe valores e ditames na maioria das vezes contrários ao que estes acreditam. Além disso, expõem também como “se dá a inserção do grupo, na trajetória profissional dos policiais”, as apreensões sentidas pelas tensões sofridas pelas perseguições e possíveis punições que ficam submetidos. Assim, a caminhada de um policial declaradamente antifascista é desenhada pelo temor, mas também pela coragem em levar adiante a defesa de direitos essenciais à sociedade.

Em relação à percepção de contradições do movimento, ao serem inqueridos, no geral os policiais responderam afirmativamente.

Quadro – 20 Sobre Contradições do Movimento

A- <u>“Existem diversas contradições devido às diferenças culturais e de posicionamento político devido ao movimento ser suprapartidário e isso é bom, a diversidade de pensamento sempre é bom”.</u>
B- <u>“Não! Eu não vejo contradições, sabe? Pelo contrário”.</u>
C- <u>“Sim, várias contradições (...). Quando a gente passou a ter uma coordenação nacional com seis pessoas, e um conselho nacional deliberativo com dezoito pessoas, aí meu irmão, a democracia deixou de existir, ou ficou difícil de ser implementada”.</u>
D- <u>“Eu acredito que exista a contradição, mas ela é uma contradição que o movimento tá aí pra sanar essa contradição, que é justamente nós termos vários policiais progressistas, que não são vistos por estarem em uma instituição conservadora. Então, a gente tem toda uma lógica de militância que, muitas vezes, não transpassa a instituição, por ser um movimento muito pequeno”.</u>
E- <u>“Não vejo nenhuma contradição no movimento, não”.</u>
F- <u>“Eu acho que a contradição, irmão, que existe ainda é relacionada a questão de como lidar com as questões de interesses classistas (...). Nós</u>

temos um exemplo, o da greve, a greve dos policiais militares, me parece que do Ceará, se não me engano, Ceará, foi, foi Ceará. Essa greve ficou cunhada como uma greve bolsonarista, uma greve fascista, e tal, e o movimento lançou uma nota defendendo, e foi criticado publicamente, teve racha interno (...), um camarada que saiu do movimento, inclusive por conta dessa posição, ainda que a saída dele fosse duvidosa, já que a própria presença dele não era uma presença muito ativa no movimento, ativa no movimento, mas ele, o Leonel, sempre se movimentou em seu espaço, em seus espaços, se manifestou combativamente”.

G- “Não sei se é uma contradição, mas uma disputa que a gente percebe no movimento desde a sua instauração, desde a sua criação é a disputa entre aqueles que querem um movimento com um viés um pouco mais sindicalista, e que valorize, sobretudo, a luta de classe, e também o diálogo interno com as categorias, com a categoria policial. Já a outra vertente, que dialoga mais para fora, com os seguimentos sociais de fora, e se atêm a luta antifascismo, e isso inclui denunciar o autoritarismo, o militarismo, racismo, machismo e todas as características inerentes ao fascismo. Então, esses dois grupos disputam os rumos do movimento”.

H- “Eu num percebo contradição alguma, não”.

I- “Temos contradições para vencer, principalmente, na organização do movimento. Que tipo de movimento é esse, como ele se organiza”.

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Sobre se há ou não “contradições no movimento”. E diferentemente do padrão de uniformidade das respostas, essa destoou um pouco, ficando meio a meio. Foram quatro afirmativas, e quatro negativas. E uma última em sentido diverso, apontando que não é propriamente uma contradição, mas, como apontamos aqui outrora, há uma “disputa interna”.

Não sei se é uma contradição, mas uma disputa que a gente percebe no movimento desde a sua instauração, desde a sua criação é a disputa entre aqueles que querem um movimento com um viés um pouco mais sindicalista, e que valorize, sobretudo, a luta de classe, e também o diálogo interno com as categorias, com a categoria policial. Já a outra vertente, que dialoga mais para fora, com os seguimentos sociais de fora, e se atêm a luta antifascismo, e isso inclui denunciar o autoritarismo, o militarismo, racismo, machismo e todas as características inerentes ao fascismo. Então, esses dois grupos disputam os rumos do movimento (ENTREVISTADO G – 16 anos na polícia rodoviária federal/GO).

Aparentemente, as disputas dentro do movimento são ainda uma constante, com integrantes mais próximos da luta sindical e corporativista, e na outra ponta, integrantes voltados mais para a “luta antifascista”, “contra o autoritarismo”, portanto, um debate mais teórico, ou como alguns dizem: “um debate acadêmico”. Esses distintos debates transbordam em uma comunicação mais interna, ou mais externa; ou como os próprios militantes do coletivo preferem dizer: um movimento mais voltado para dentro, para comunicar-se com o público

interno, que busca a “conversão” de outros policiais, em contraposição aos que acham que a comunicação deve ser para fora, priorizando a comunicação com o público externo.

Este é um ponto de conflito interno do movimento, já que outra corrente entende que antes demais nada, a comunicação deve ser para dentro, que o movimento deve conscientização, principalmente, os leva a criticar a parte que prioriza a comunicação com a sociedade. Inclusive, acusando-os de “não se enxergam como policias; ai não dialoga como policiais não se veem, identificados com outros policiais” (ENTREVISTADO C – 23 anos na polícia civil/PCBA).

Isso cria uma contradição terrível, pois muitos entram no movimento com a identidade em decomposição, desejando que essa identidade se desfaça, acabe lá mesmo, ele quer só o título de que é policial por pertencer à entidade, mas não quer ser visto como policial. Quer se utilizar do jargão: policial antifascismo, mas não quer ser policial. Só interessa ser policial para ter a chave de entrada, para ser a figura exótica que é policial, e é antifascismo, só para isso. Mas não quer ser identificado como policial. Só é interessante ser antifascismo, mas não policial. Contradição terrível. A gente sofre desse problema de identidade, além do problema organizativo, como já falamos. Enfim, acho que estamos vencendo isso de forma muito lenta. Então, assim, as nossas contradições tão sendo vencidas de forma paulatina, mas de forma muito lenta, eu acredito que deveria ser mais acelerada (ENTREVISTADO C – 23 anos na polícia civil/PCBA).

Aliás, essas visões distintas no movimento elevou a temperatura a tal ponto que levou a uma cisão, culminando com a saída de representantes, como no caso do policial civil Leonel Radde, atualmente vereador em Porto Alegre/RS (e deputado estadual eleito pelo PT no pleito de 2022), a partir de uma nota do movimento em apoio à greve dos policiais militares do Ceará em 2020¹⁵⁵, que tinha como um dos líderes o capitão Wagner, candidato derrotado ao governo do estado do Ceará nas eleições desse ano. Como pode se ver nessa fala do “(...) uma greve bolsonarista, uma greve fascista, e tal. O movimento lançou uma nota defendendo, e foi criticado publicamente, teve racha interno” (Entrevistado F – 21 anos na polícia civil/PCBA).

Ainda nesse campo das “contradições” e “disputas internas” do Movimento, integrantes apontam que outro estigma que carregam, e é apontado pelos policiais do campo posto, é a acusação de serem “policiais administrativos”, “policiais de gabinete”, ou “a retorica de que quem é do movimento, não são operacionais” (ENTREVISTADO B – 14 anos no corpo de bombeiros/BMRN). Entretanto, essa contradição é apontada também por um dos entrevistados, ao reforçar a crítica ao campo que visa priorizar o diálogo com a sociedade civil. “Parece que o movimento tem muitos policiais que não são da linha de frente, são policiais que tão mais no

¹⁵⁵ Ver aqui:< <https://bityli.com/AkbOZDU>> .Acessado em 21 de setembro de 2022.

plantão, mais uma função administrativa, né? E aí, alguns discursos tu vê que só seriam viáveis pra quem não é policial” (ENTREVISTADO D – 10 anos na polícia civil/PCRS).

Em relação a como o MPAF se comunica com a sociedade e dentro do próprio movimento, os entrevistados indicam o “canal de comunicação” como sendo a comunicação do movimento com a sociedade.

Quadro – 21 A Comunicação do MPAF.

A- “Todos os desafios que já apareceram foram superados dentro do diálogo até todos entramos em comum acordo”.
B- “ <u>Com a sociedade a gente participa de seminários, entrevistas públicas, notas, e artigos dialoga com a universidade, com os movimentos sociais</u> ”.
C- “ <u>A gente tá passando por um processo de crise complicado. Daí tem uma comunicação com a sociedade e ainda é nessa linha. Dentro do próprio movimento a comunicação, obviamente, que vai seguir o mesmo caminho</u> , né, porque se você obviamente tivesse uma boa comunicação interna, teria como uma possível comunicação mais tranquila e mais fluida, e democrática com a sociedade”.
D- “ <u>As redes sociais, é a forma mais relevante, sem dúvida. Principalmente o Facebook, Instagram. E claro, participando dos movimentos de rua, quando tem manifestações. Mas, basicamente é a Internet</u> ”.
E- “ <u>O movimento se comunica com a sociedade através das redes sociais, do WhatsApp, na comunicação por outdoor, as vezes até na panfletagem, então, basicamente, através de rede social e WhatsApp, que é a forma mais ligeira e simples de se comunicar</u> ”.
F- “ <u>Eu acho que os eventos, enfim em si, eles são uma forma de dialogar, de se comunicar com a sociedade. E eu acho que esse é o principal espaço de comunicação</u> ”.
G- “ <u>O movimento se comunica com a sociedade por meio dos nossos eventos. Pelo Congresso, pelos seminários, plenárias, mas também por meio das redes sociais. Nós temos Instagram, Twitter, Facebook, Youtube</u> ”.
H- “ <u>(...) nas lives mesmo o diálogo com pessoas de outras instituições, pessoas de partidos políticos, pessoas com diversas formações para o debate sobre segurança pública, e dentro do movimento com reuniões e através de discussões sobre o tema com os mais diversos policiais</u> ”.
I- “ <u>Temos algumas mídias, canais de mídia que nos dão espaço para falar. E muitos dos policiais antifascismo também têm seus blogs, seus espaços de fala, e isso da gente está em outros movimentos sociais também facilita essa visibilidade dos policiais antifascismo</u> ”.

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Os entrevistados compreenderam a comunicação do movimento com sociedade pelo viés do canal comunicativo em vez da comunicação narrativa. As respostas forma no sentido de que os integrantes trabalham os canais de mídias sociais das mais diversas formas. Assim, “o movimento se comunica com a sociedade através das redes sociais, do WhatsApp, na

comunicação por outdoor, as vezes até na panfletagem, então, basicamente” (Entrevistado E – 05 anos na polícia militar/PMAM).

Mas qual a narrativa que justifica para a sociedade a existência de um movimento dessa natureza? Os próprios Policiais Antifascismo dão a resposta. A construção do policial como um trabalhador. A contestação do pensamento colonizado, e pouco mutável na categoria. Além de disputar o engessado debate sobre segurança pública e polícia imposto, em especial pelas instituições policiais e políticas.

Em outro bloco de perguntas tentou-se inquirir os entrevistados sobre política de maneira mais ampla e sobre política de segurança pública, além de posicionamentos específicos sobre política de drogas, sobre racismo e sobre desmilitarização das polícias militares.

PARTE IV: AS PERSPECTIVAS POLÍTICAS DOS INTEGRANTES DO MPAF

Quanto à polarização entre direita e esquerda no Brasil...

Quadro – 22 Sobre Polarização Direita x Esquerda.

A- <u>“A polarização foi muito exacerbada como confronto político alimentado pelos movimentos que se chamavam de direita a partir de 2013 pra fazer um antagonismo com os movimentos progressistas que estavam no poder à época. Essa polarização foi só piorando chegando ao clímax em 2018 com a eleição de Jair Bolsonaro”.</u>
B- <u>“Eu não vejo polaridade entre direita e esquerda não. Eu vejo polaridade entre democratas e fascistas; fascistas e antidemocratas”.</u>
C- <u>“As polarizações geralmente acontecem em situações, e conjunturas onde um lado autoritário tenta imprimir uma lógica de destituição de poder, de importância, de caráter do seu adversário. É necessário fazer esse tipo de manobra como forma de esgotar a política”.</u>
<u>“A polarização vem aumentando, com cada vez mais, ameaças as institucionais, contra a democracia, por parte do Bolsonaro, e os policiais antifascismo, eles acabam sendo contrapeso, assim nessa disputa interna”.</u>
E- <u>“Acho que a gente vê como polaridade direita esquerda no Brasil, como nocivo, né? Foi construída, principalmente pela onda antipetista na eleição anterior, né? Essa polaridade foi muito danosa para o país como um todo”.</u>
F- <u>“Acho que a polarização se dá como resultado da tática utilizada pela direita para promover a deposição do governo de Dilma”.</u>
G- <u>“É fruto da intensificação do fundamentalismo religioso, que confunde estado, papel do Estado e da igreja, é fruto do moralismo de um povo conservador, de um povo que vem sendo levado a crer que ser Uber ou ser entregador de comida, é ser empreendedora”.</u>
H- <u>“Esses dias ouvi o Boulos falando sobre a necessidade da polarização, e achei interessante a falar dele, que na verdade, essa polarização existe porque tem uma voz divergente do senso comum, e o senso comum já era</u>

conservador, reacionário. Então, eu vejo essa polarização como algo positivo, já que é o contraponto a esse modelo conservador, reacionário”.

I- “Já vivi outros tempos de política, de disputa muito acirrada, mas que havia um diálogo possível. Hoje essa há construção de interditar a fala da esquerda, de gritar mais alto, de montar um governo que trabalha mentiras. Penso que polarizar com essa extrema direita que está aí é difícil, é muito difícil”.

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Essa polarização política entre direita e esquerda que os entrevistados acabam julgando como “ruim e nocivo” para a sociedade, apontada por uns como decorrente dos tensionamentos que o bolsonarismo, nossa direita radical (ou extrema-direita, com preferem alguns), produziu na atual conjectura da sociedade, ou “fruto da intensificação do fundamentalismo religioso”, é na verdade um dado histórico, que, aliás, acompanham a história de nossas Forças Armadas.

Afinal, baseado no conceito de Partido Militar, de Alain Rouquié (1980) e Marcelo Pimentel (2021), ou Partido Fardado, de Oliveiros Ferreira (2000), esses “partidos”, tal qual boa parte dos partidos da nossa política tradicional, são sustentado por linha ideológica definida. E essa linha ideológica está majoritariamente vinculada ao anticomunismo – que hodiernamente espelha em um antiesquerdismo difuso, que inclui ai um antiglobalismo, um antidentitarismo, o antipetismo –, de modo a permitir Martins Ferreira (1986, p. 50-51) concluir que: “não há um acontecimento relevante para a política brasileira nos últimos cinquenta anos, que com a presença das Forças Armadas, ou setores expressivos delas, onde a retórica anticomunista não seja utilizada”.

Mas embora essa histórica e retorica visão anticomunista, antiesquerdista, seja predominante nos quartéis e delegacias, ela não é uma unanimidade. Ou seja, como vimos, o anticomunismo é muito difundido e bem preponderante no meio militar e policial, mas a historiografia mostra também que ele não há; que sempre houve dissenso. A própria concepção do mito da Intentona Comunista, que inaugura o “espírito militar”, e “institucionaliza o anticomunismo como um discurso das Forças Armadas”, mostra bem isso (PIMENTEL, 2011, p. 05).

Sobre a atual política de segurança pública no Brasil, choveram críticas dos policiais entrevistados ao atual modelo.

Quadro – 23 Críticas à Política de Segurança.

A- <u>“Um das críticas à atual política ou ao atual modelo de segurança pública se dá na chamada “guerra às drogas”, onde as forças policiais militarizadas são jogadas contra a própria sociedade, em especial as pessoas pretas e pobres, tornando-as inimigos, destituindo-as de humanidade em ações de extermínio”.</u>
B- <u>“A política de segurança pública no Brasil foi pensada para ser o que é, passou por um processo de engenharia institucional para manter uma lógica de escassez, de desigualdade social, para reprimir pobre, reprimir a pobreza e tentar esconder para debaixo do tapete a pobreza, eliminando o pobre”.</u>
C- <u>“Segurança pública no entendimento dos dirigentes da classe dominante do Brasil sempre foi entendido como política de polícia. Então, segurança pública é o quê? É incrementar polícia, e fazer a polícia apreender e prender mais, é fazer a polícia ter mais armas, ter mais viaturas, é fazer a polícia tá mais presente, é direcionar o que significa segurança pra sociedade para atividade policial, e a gente precisa saber dialogar com esse paradoxo”.</u>
D- <u>“A seletividade penal, que é muito grande, a lei de drogas, a legislação de drogas que tem também uma seletividade muito grande. A situação da carreira única, já que a gente tem uma ruptura nas polícias, uma porta de entrada, por cima, uma porta de entrada por baixo, algo totalmente antidemocrático. A questão da militarização, a defesa da pauta da desmilitarização”.</u>
E- <u>“Eu acho que a principal crítica que a gente tem feito em relação à política de segurança pública do Brasil é a falta de uma política clara e contínua, para que se combata principalmente, a desigualdade social, a miséria, a fome, a falta de infraestrutura e a falta de qualidade na educação”.</u>
F- Pergunta <u>não respondida.</u>
G- <u>“Pra mim a principal crítica vai para a guerra às drogas, que tem embutido nisso daí a guerra ao ser humano, e a uma classe, a um tipo, específico, entende? O pobre, o preto”.</u>
H- <u>“(…) precisamos pensar a segurança pública além da polícia. A polícia faz parte, é só um elemento desse sistema de segurança pública, porque até iluminação pública faz parte da segurança. Não é só polícia. (...) a questão da polícia militar se atrelar as Força Armadas, auxiliar o Exército, serem submetidos ao regime disciplinar e o regramento militar, serem punidos por motivos que julgamos sem nenhum fundamento, desde não fazer uma continência para o superior, ou corte de cabelo, uma roupa amarrotada, coisas que não fazem menor sentido”.</u>
I- <u>“As principais críticas são a própria concepção de segurança pública, essa política belicista, essa política de guerra às drogas, que promovem violência, promove a mortalidade da população negra, e promove a mortalidade também dos próprios trabalhadores da segurança pública, que também é composto, principalmente pela população negra, por pessoas negras (...). A outra crítica tem relação com a organização das polícias, da estrutura policial, a militarização, a carreira que não valoriza o policial da base”.</u>

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Há uma espécie de consenso à esquerda, ou do campo progressista, entre os entrevistados ao apontar alguns temas como foco de suas críticas ao atual modelo de segurança pública. Que é: o foco no recrutamento das forças policiais, impulsionando os processos de militarização dessas instituições, e o hiperencarceramento, especialmente pela “guerra às drogas”. Além disso, a pobreza foi também apontada como “lugar de crítica” nesse modelo de segurança atual.

E esse último ponto é interessante, pois a pobreza em si não é a criminalidade, mas as desigualdades e vulnerabilidades abrem os flancos para violências e, conseqüentemente, para a criminalidade. De certo, então, que muitos desses pontos são fulcrais na resolução, ou minoração de alguns de nossos crônicos problemas de segurança pública.

Tal qual ocorreu com as questões 18 e 19, as perguntas 24 e 26 se conectam, por isso, as duas perguntas serão analisadas conjuntamente.

Quadro – 24 Política de Drogas no Brasil.

A- <u>“O MPAF tem como pauta a descriminalização de todas as drogas, e que a combate às drogas seja encarado como problema de saúde pública e não somente como problema Policial”.</u>
B- <u>“A política de drogas no Brasil, primeiro ela é racista, né? Racista desde a época da abolição da escravidão, que tinham que criminalizar os negros, e por isso que até hoje a <i>cannabis</i> é envolta de tanto preconceito”.</u>
C- <u>“A política de droga é uma política equivocada, se utilizando de artifícios morais, e artifícios religiosos pra que se possa justificar, né? Que mata mais, e encarcera mais, mais pela proibição do que pelo próprio uso da droga. É uma incoerência total, é um absurdo total”.</u>
D- <u>“Eu sou a favor da regulamentação e legalização da produção e comércio de drogas, claro que cada uma em seu nível, com seus critérios”.</u>
E- <u>“A política antidrogas no Brasil é míope, míope e aleijada de coerência”.</u>
F- <u>“A política de drogas no Brasil é na verdade uma justificativa para a política de controle da criminalização da população negra, não tem como a gente deslocar isso de um processo estratégico de dominação histórica no Brasil pelas elites brancas”.</u>
G- <u>“sou a favor da mais absoluta regulamentação, do uso, do comércio, e da produção de substâncias que foram colocadas na ilegalidade, o movimento tem isso no seu manifesto, a guerra às drogas é uma política de extermínio da juventude pobre, periférica, é uma política de encarcerar jovens pobres, pretos, das pessoas pobres”.</u>
H- <u>“A política de droga assassina; ela é voltada para a proteção dos verdadeiros traficantes, os proprietários”.</u>
I- <u>“Não é de hoje que eu sou a favor da liberação, e controle da produção e distribuição pelo estado sobre todas as drogas”.</u>

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

E sobre racismo? O que pensam os policiais entrevistados?

Quadro – 25 O Racismo nas Polícias.

A- “São veladas, não é um racismo explícito, mas são usados arbítrios e a seletividade individual do profissional de segurança pública”.
B- “O racismo ele é enraizado na sociedade, e é refletido nas instituições. Na abordagem, na suspeita, na permissão, a permissão que o policial, pensa ter ao abordar um negro”.
C- “Eu compreendo o racismo dentro da polícia como algo até essencial pra se produzir, e reproduzir o tipo de polícia e de sistema de segurança pública que a gente faz. Sem o racismo, ficaria muito difícil à polícia agir como ela age hoje, de processo, como no processo seletivo, seja nas ações que ela interfere diante da sociedade, seja no comportamento que ela elabora dentro do seu próprio organismo, né? Então o racismo é algo essencial, norteador, e talvez basilar para termos a polícia do tipo que a gente tem”.
D- “Ele age dentro do racismo estrutural”.
E- “O racismo da polícia militar é estrutural, aquele tipo de racismo que todo mundo acha engraçado”.
F- “Eu acho que a política de guerra às drogas, por exemplo, ela expressa o quanto racista é a política de segurança pública, que tem o foco nas comunidades negras, e que banaliza a vida, não a vida dos corpos negros, das pessoas negras”.
G- “A polícia é racista, tal qual o nosso país é racista, só que nós somos racistas com armas de fogo, racistas com o poder de retirar a liberdade, o direito de ir e vir de alguém, de parar uma pessoa na rua, todo mundo é racista no Brasil, mas o nosso poder de ser racista ele é, ele tem maior intensidade”.
H- “Compreendo o racismo e a discriminação na polícia como algo muito intrínseco, tá muito arraigado, é estrutural”.
I- “O capital se serve do racismo, né? Ele vai usar para exploração, para dominação, e para opressão. Ai você tem que pensar na história brasileira, na formação do estado brasileiro, tem que pensar”.

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Todos os entrevistados responderam que compreendem a questão como um fator intrínseco e estrutural:

A polícia é racista, tal qual o nosso país é racista, só que nós somos racistas com armas de fogo, racistas com o poder de retirar a liberdade, o direito de ir e vir de alguém, de parar uma pessoa na rua, todo mundo é racista no Brasil, mas o nosso poder de ser racista ele é, ele tem maior intensidade (ENTREVISTADO G – 16 anos na polícia rodoviária federal/GO).

As polícias e Forças Armadas só passaram a serem bem vistas como instituições de carreira, prestigiosas e rentáveis há pouco tempo, relativamente, principalmente as polícias. Isso se dava pelas péssimas condições de trabalho, pelos baixos salários, e o desprestígio em geral. Por isso mesmo, seus integrantes, oriundos das camadas mais baixas e vulneráveis da

sociedade eram os negros, e, por conseguinte, nem sempre os recrutamentos eram por voluntariedade. (BRETAS, 1998; FARIA, 2004). Com o avançar do tempo, as instituições forma se estruturação, e paulatinamente essa realidade vem mudando. Entretanto, o que pouco mudou é o caráter seletivo que as polícias adotam na seleção de seus “clientes” preferenciais.

Essa compreensão quase que unanime para os entrevistados de que as instituições policiais da qual fazem parte operam numa lógica discriminatória e racista, ou que seus integrantes agem com algum grau de discriminação e de racismo. Talvez, reflexos da matriz fundadora das instituições e colonizadora do país, que visava à manutenção da escravidão, e o controle dos escravizados, o que, por conseguinte, dava manutenção aos privilégios das classes elitizadas (BRETAS, 1998).

Por fim, o que acham da proposta de desmilitarização?

Quadro – 26 Sobre a Desmilitarização.

A- “Acho <u>muito pertinente, muito boa à pauta da desmilitarização das policiais no Brasil</u> , como é proposto pelo PAF. Agora, sabemos que não existe a desmilitarização pela desmilitarização. Temos que acabar também com a “militarização cultural” das forças policiais”.
B- “ <u>Desmilitarização é uma pauta que está no nosso manifesto</u> . Também é uma das pautas prioritárias, que a gente entende que o operador de segurança pública não precisa, não precisa, como não pode ser militar”.
C- “(...) nós <u>somos a favor da desmilitarização</u> nesse sentido de tirar a polícia da égide dos das Forças Armadas, ou seja, do Exército”.
D- “No meu ponto de vista, isso <u>vai fazer com que os policiais militares, trabalhadores de segurança pública, tenham mais dignidade</u> ”.
E- “Acho que <u>a desmilitarização das polícias militares é o principal avanço que a instituição precisa</u> ”.
F- “Eu <u>sou favorável à desmilitarização</u> . Acho que é urgente desmilitarizar”.
G- “O movimento também tem no seu manifesto de fundação, <u>a proposta, o desejo de desmilitarizar as polícias militares, isso não significa acabar com a polícia, muito menos retirar as armas dos policiais, retirar uniformes, a simbologias, os signos, dos policiais, não é nada disso</u> ”.
H- “Eu <u>concordo totalmente, cem por cento com a desmilitarização</u> , mas tanto a desmilitarização estrutural da Polícia Militar, mas também a desmilitarização cultural que era há nas outras polícias, mesmo as polícias civil, federal e tal elas têm uma cultura muito militar. Então sou totalmente a favor da desmilitarização de todas elas”.
I- “(...) <u>democratizar a polícia militar para que os trabalhadores tenham direito a se organizar, e não é uma questão de fardamento, ou desarmamento policial. É uma questão de mudar as práticas, democratizar as práticas, as relações internas, os regimentos internos da polícia militar, sua formação, temos conversado sobre isso e temos muito que conversar ainda</u> ”.

Fonte: pesquisa/entrevista com integrantes do MPAF/2022.

Destoando do padrão conservador que inclina os policiais em suas vivências, tanto política quanto moral, como indica Reiner (2004), de modo uníssono, todos os entrevistados taxaram a política de drogas (ou contra as drogas) como “míope”, “assassina”, “equivocada”, colocando-se favoravelmente a descriminalização, e até a regulação de um comércio de drogas no país, pois o Movimento de Policiais Antifascismo “tem como pauta a descriminalização de todas as drogas, e que a combate às drogas seja encarado como problema de saúde pública” (ENTREVISTADO A – 20 anos na polícia militar/PMCE).

No entanto, alguns se sentiram na obrigação de explicar o significado de desmilitarização. Que não se trata de desarmar as polícias, ou retirar os dispositivos de hierarquia e disciplina, tão pouco acabar com elas. Que se trata apenas de “democratizar” a PMs, no sentido de “tirar-lhes” da égide dos códigos e regramentos militares, da subordinação do Exército, e sua “formação de guerra”, ou seja, “(...) somos a favor da desmilitarização nesse sentido de tirar a polícia da égide das Forças Armadas, ou seja, do Exército” (ENTREVISTADO C – 23 anos na polícia civil/PCBA).

De fato, como disse o Vitor Ferreira (2014, p. 182) “As entrevistas representam, sem dúvida, um momento excepcional na cadeia de trocas sociais”. Particularmente, me sinto tocado, pois, talvez, esse tenha sido o ponto alto dessa pesquisa, que apesar dos desafios do momento; em meio a uma pandemia, em que a ordem era o distanciamento, e que a diversificação das possibilidades de comunicação e estudos se aprestaram; onde a própria empreitada do pesquisar, uma pesquisa de campo, uma pesquisa com policiais, feita por um policial, foi ao mesmo tempo desafiante e gratificante.

Apesar dos esforços empreendidos na conclusão do trabalho, nas respostas obtidas para as perguntas que nos propusermos fazer, bem como nas análises que pudemos concluir, entendemos que o campo segue em aberto, e as possibilidades de pesquisas sobre o tema ainda são muitas.

Afinal, a Esquerda Militar (e a Esquerda Policial) tem uma longa História, e os policiais antifascismo, que passaram a integrá-la, continuam no debate público e no debate político. Inclusive, sofrendo as consequências práticas mais nefastas dos períodos agudizados da política recrudescida, que, aliás, é a tônica do processo político do Brasil. Assim, na noite do dia 09 de julho deste ano, o guarda municipal, dirigente do Partido dos Trabalhadores em Foz do Iguaçu

(PR), e membro do MPAF, Marcelo Arruda, comemorava seu aniversário de 50 anos, quando foi morto a tiros pelo policial penal, Jorge Guarinho, apoiador do presidente Bolsonaro¹⁵⁶.



Figura 27 – Homenagem do MPAF ao *policial antifa* Marcelo Arruda, assassinado por um extremista de direita.
Fonte: Blog MPAF.

Por outro lado, é bom poder contribuir com o debate sobre um tema que nos é tão caro. E de certo modo, inaugurar – o lócus que essa pesquisa se insere, um Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, este é o primeiro trabalho sobre policiais à esquerda, pois, até então, os demais estudos sobre polícia vão em uma direção mais clássica desses estudos –, ou estar entre aqueles que inauguram um debate tão fundamental na compreensão sócio-histórica e política. Além disso, estar também, minimamente próximo de eternas referências, como são os professores Paulo Ribeiro da Cunha, João Quartim de Moraes, Rodrigo Patto Sá, Heloisa Fernandes, Wilma Maciel, Henrique Pimentel, entre tantos outros que lembramos aqui, e pudemos homenagear citando, sobretudo, como referencial bibliográfico.

Á guisa de conclusão, pois essa pesquisa precisa ser concluída, passaremos agora as Considerações Finais deste trabalho, que se encerra, mas não se finda no propósito pretensioso de terminar o profícuo debate, como, aliás, dissemos aqui outrora. Deste modo, convido-os a seguirmos.

¹⁵⁶ **MARCELO ARRUDA - Um trabalhador policial assassinado pelo fascismo!** – *Blog Policiais Antifascismo*. Disponível em: <<http://policiaisantifascismo.blogspot.com/2022/07/marcelo-arruda-um-trabalhador-policial.html>>. Acesso em 07 de novembro de 2022.

“Um militar sem formação política ideológica, é um criminoso em potencial”

Thomas Sankara

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como tentamos demonstrar nessa pesquisa não somente a História, mas ela, sobretudo há muito debate a inexistência de movimentações políticas no Brasil, ao menos participações importantes e significativas que não tenha a aparência de militares e de policiais. Dá queda do Império e a substituição do monarca por um marechal, ao golpe civil-militar de 64, estão lá os militares, como Marcelo Pimentel, gosta de lembrar. E também, o historiador José Roberto Martins Ferreira, que pondera a mesma questão, porém, apontando um aspecto crucial na compreensão das Forças Armadas como agente político histórico. A construção e consolidação do anticomunismo como o “espírito militar”.

Não seria exagero nenhum afirmar que se a história política recente do Brasil tem se caracterizado por uma constante e crescente presença das Forças Armadas na cena política, esta presença tem sido justificada, antecipadamente ou posteriormente, através da retórica anticomunista. Do golpe de 1937 ao golpe de 1964; da cassação do PCB em 1947 até a legalização dos partidos clandestinos em 1985; da Revolta de Jacarecanga até o Manifesto Silvio Frota de 1977; das críticas (e estímulo à neutralização) ao projeto de reforma agrária de 1963, às mesmas críticas e neutralização ao projeto de reforma agrária de 1985; da eleição de Getúlio em 1950 à eleição de Leonel Brizola, como governador do Estado do Rio de Janeiro em 1982 em suma, não há um acontecimento relevante para a política brasileira nos últimos cinquenta anos e que com a presença das Forças Armadas, ou setores expressivos delas, onde a retórica anticomunista não seja utilizada (FERREIRA, 1986, p. 50-51).

Recobrar Martins Ferreira nesse estágio do trabalho além de contextualizar quanto a aspectos de outrora vividos hoje, tenta também sintetizar algo que foi acidental e incipientemente abordado ao longo da pesquisa (embora relevantíssimo para uma compreensão mais acurada do tema). Ou seja, o anticomunismo enquanto o mal maior, o mal a ser combatido pelas instituições militares e policiais. O que nos traz até aqui, nos dias atuais com o antipetismo, o antilulismo, e até no antiglobalismo¹⁵⁷, pois os militares e policiais de hoje, espelham no antipetismo o anticomunismo germinando a partir dos episódios insurrecionais de 1935¹⁵⁸.

¹⁵⁷ Que é referido também como “movimento internacionalista”, como vimos mais acima (p. 80), no documento intitulado: “Projeto de Nação, O Brasil em 2035”.

¹⁵⁸ As movimentações da Intentona Comunista.

Aliás, isso se confirma ao observarmos a eleição do último dia 02 de outubro, que teve um aumento de 35,7%¹⁵⁹ de policiais e militares alçados a Câmara Federal, em relação ao pleito anterior. Foram 38 integrantes das polícias e Forças Armadas¹⁶⁰ que conseguiram assento na Câmara. Desses, apenas uma delegada não pertence a partidos de direita ou de extrema-direita (Adriana Accorsi, eleita pelo PT de Goiás).

Portanto, de forma breve, a referida pesquisa buscou além de contribuir com o amplo processo que demonstra quão politizados e envolvidos (com a política) foram e ainda estão militares e policiais, e como a instrumentalização de ideias pode construir e fortificar identidades ao longo do tempo. Por conseguinte, o trabalho intentou também contribuir com o debate, além de pôr em perspectiva, as categorias da Esquerda Militar e Esquerda Policial, e seus desdobramentos hodiernamente.

Não apenas, pois a temática está totalmente interligada, mas os recentes avanços dos movimentos (e partidos) de extrema-direita¹⁶¹ e fascistas pelo mundo, e todas as manifestações¹⁶², incidentes e agressões cada vez mais recorrentes envolvendo extremistas de direita, suscitou mesmo que embrionariamente diálogos no complexo e denso campo do fascismo, em sua ocorrência histórica, concreta e atual. Tentamos também historicizar o conceito de antifascismo.

Iniciamos a pesquisa com muitas certezas, e com respostas quase prontas, talvez pela condição “privilegiada” do “lugar de fala”, ou como popularmente dizem, por falar “de dentro” – talvez por isso, Anderson Duarte (2018, p. 15), tenha dito ser tão “difícil e perigoso fazer pesquisa sobre a instituição policial quando se está dentro dela”.

Fato é que, apesar das certezas e dos privilégios, chegamos ao fim do trabalho sem tantas certezas assim, e ainda com muitas perguntas, embora já com respostas para alguns problemas que no início da pesquisa ambicionávamos responder. Dentre essas perguntas: como se dá a inserção de policiais em um grupo tão “atípico”? Quais seriam suas reivindicações, afinal? Com

¹⁵⁹ **PL lidera ranking de policiais e militares eleitos para a Câmara dos Deputados** – *Portal CNN Brasil*. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pl-lidera-ranking-de-policiais-e-militares-eleitos-para-camara-dos-deputados/> >. Acesso em 10 de outubro de 2022.

¹⁶⁰ Serão, portanto, 14 integrantes das polícias militares, 14 das polícias civis, 05 membros das Forças Armadas, 04 da Polícia Federal e 01 bombeiro militar.

¹⁶¹ Verificar aqui: SOARES, Alessandra Guimarães; SIMÕES, Catharina Libório Ribeiro; ROMERO, Thiago Giovani. **Crises econômicas, ascensão da extrema direita e a relativização dos direitos humanos**. Revista Cadernos de Campo, Araraquara, São Paulo. n. 28, p. 193-223. jan./jun. 2020. E também aqui: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-o-crescimento-da-extrema-direita-na-europa-nos-ultimos-anos/>>. Acesso em 29 de setembro de 2022.

¹⁶² A pesquisadora Adriana Dias, e a jornalista Leticia Oliveira, identificam e denunciam células neonazistas no Brasil: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/pesquisadora-da-bahia-que-denuncia-neonazistas-explicativas-de-extremistas/>>. Acesso em 01 de outubro de 2022. E aqui: < <https://br.noticias.yahoo.com/pesquisadora-identifica-530-celulas-neonazistas-no-brasil-143054834.html> >. Acesso em 01 de outubro de 2022.

base nas entrevistas, boa parte conheceu o grupo pela internet, ou por convite de colegas. Isso tanto por coadunarem com as bandeiras progressistas que o movimento levanta, como com as pautas corporativas também por ele levantadas. Ou seja, desmilitarização da segurança pública, e a desvinculação das polícias militares como força auxiliar do Exército, fim da chamada guerra às drogas, reestruturação do ingresso e ascensão profissional, entre outros.

O nosso objetivo era compreender o debate público estabelecido pelo Movimento dos Policiais Antifascismo. Assim, o principal debate estabelecido pelo movimento detectado é a inserção dos policiais no ambiente social como um trabalhador. Na visão do grupo esse reconhecimento mútuo quebraria a lógica belicista e maniqueísta que acompanha os policiais. Essa lógica seria a responsável pela viabilização da construção do policial como um guerreiro, um herói. Esse heroísmo inviabilizaria sua condição de trabalhador, até mesmo sua humanidade, permitindo assim, toda sorte de sacrifícios pessoais e profissionais.

Essa ideia heroica de sacrifícios, de “dar a vida pela profissão”, como aponta Juliana Martins, psicóloga e coordenadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, junto ao *ethos* guerreiro (FRANÇA, 2019, p. 65), ou *ethos* policial (BORDIN, 2020, p. 120), contribuem para o adoecimento mental de muitos policiais. Não à toa avolumam-se casos de adoecimento psíquicos nas corporações policiais militares¹⁶³. Com isso, cresce também o número de suicídios, só entre 2020 e 2021, foi de 55%, segundo levantamento do Fórum, divulgado pela Folha de São Paulo¹⁶⁴.

Buscamos ainda compreender como os membros do movimento lidam com as contradições e cobranças internas e externas. Pois como resta explicitado há uma tradição militar à esquerda, ou alinhada ideologicamente à esquerda, mas há também, e, sobretudo, toda uma tradição oposta, de militares ideologicamente à direita e anticomunistas.

Além disso, no caso dos pesquisados, muitas desconfianças estão relacionadas à incorporação do termo antifascismo, historicamente ligado ao espectro radical da esquerda. Afinal, anarquistas foram os principais adotantes das “táticas antifas”, que confrontava diretamente grupos fascistas, mas também policiais.

Assim, ficamos surpresos com as muitas contradições e “disputas internas” apontadas nas entrevistas. Contradições externas eram esperadas, no entanto, confesso que não vislumbrava a possibilidade de tantas disputas internas no movimento, que aparentemente se

¹⁶³ Como aponta Bordin (2020, p. 69) em sua pesquisa sobre hipermilitarização.

¹⁶⁴ **Suicídio de policiais cresce 55% em um ano no Brasil.** *Jornal Folha* – Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/07/suicidio-de-policiais-cresce-55-em-um-ano-no-brasil.shtml>>. Acessado em 03 de novembro de 2022.

mostrava coeso. No entanto, as disputas ideológicas em trono de uma “narrativa sindical”, bem como de uma “narrativa acadêmica” nos parece salutar, pois mostra pluralidade e mobilidade de ideias.

Outra questão que propusemos responder era quanto às condições materiais de existência dos Policiais Antifascismo. E, como pudemos ver nas entrevistas, embora o grupo tenha certa estruturação, com instâncias de deliberação, com regionais e um conselho nacional, e tendo o *manifesto* como uma espécie estatuto, o movimento é deficiente materialmente, não possuindo demais condições materiais, como recursos financeiros e estruturação física. Assim, muitas vezes se valem do voluntarismo de seus integrantes, e da ajuda de simpatizantes, para a construção de encontros em seminários, por exemplo.

Por fim, quisemos também saber como se caracteriza a narrativa antifascista dos integrantes do movimento. E para boa parte dos policiais antifascistas entrevistados se constrói a partir da defesa da democracia, “do estado democrático de direito, respeitando a legislações vigentes”, e a Constituição, os direitos humanos. O que destoa bastante do conceito de antifascismo, e mesmo de lutas clássicas antifascistas. Além de algumas declarações públicas de alguns dos membros idealizadores.

Por outro lado, insatisfações com o atual modelo político e econômico, elevaram a contestação do sistema, que logo se transformou em mobilizações, tanto por mudanças, como em prol de pautas progressistas, e direitos de minorias, como no caso de movimentos internacionais como *Occupy Wall Street*¹⁶⁵ e *Black Live Matter*¹⁶⁶, que se espalharam pelo mundo massificando e ressignificando conceitos. A repressão policial a movimentos como estes, mobilizou o campo antifascista, que passou a atuar na defesa desses manifestantes, e por sua vez, em alguns casos defendiam pautas difusas, entre elas, a Constituição, e valores mais básicos da democracia liberal.

Assim, pudemos também avançar na compreensão de como são forjadas às “identidades antifascistas” dos militantes do movimento, que tem na pauta corporativista “o princípio fundamental do Movimento de Policiais Antifascismo”, que “é a luta pela construção da identidade do policial como trabalhador e trabalhadora”.

No que tange as questões progressistas, e mesmo a questão sindical, nesse aspecto, qualquer um sem muitos sobressaltos poderia se dizer antifascista, inclusive, os próprios

¹⁶⁵ Foi um movimento de protesto contra as desigualdades sociais e econômicas, que se iniciou em 2011, nos Estados Unidos, e posteriormente se espalhou pelo mundo.

¹⁶⁶ Movimento social, inicialmente de redes sociais, mas que logo tomara as ruas, iniciado em 2013, também nos Estados Unidos, e que de igual forma espalhou-se pelo mundo.

policiais. Todavia, em uma perspectiva mais dogmática, histórica, que, inclusive denuncia o esvaziamento do conceito – não apenas do antifascismo, mas também o próprio conceito de fascismo – é pertinente às críticas à condição meramente identitária.

Por esse ponto de vista, o Movimento de Policiais Antifascismo estaria um tanto distante do conceito clássico de antifascismo, tendo uma ligação muito mais próxima com o campo político conhecido como liberal progressista, ou liberal democrático. Já que a defesa enfática da democracia é a defesa enfática da legalidade, da lei e de valores fundamentais à democracia liberal. E essa inferência não significa um demérito ao movimento, mas sim, uma constatação pragmática e histórica.

Adoção de nomenclaturas outrora sugeridas ao movimento, como “policiais progressistas”, “policiais de esquerda”, e “policiais pela democracia” (...), termos rechaçadas por seus integrantes – “fui bastante veemente em dizer que não aceitava esse nome, de policiais pela democracia (...) qualquer um, de qualquer esfera dizer que é democrático” – talvez não tivesse suscitado tantos estranhamentos quanto Policiais Antifascismo. Ao menos não no seio da esquerda liberal. Tendo de suportar, portanto, apenas os questionamentos e críticas dos radicais de esquerda, dos abolicionistas (penais) policiais. E, obviamente, as críticas do espectro à direita.

De certo que tempos de crises são tempos estranhos, tempos difíceis. E quando as ditas democracias liberais “abrem-se” aos avanços das extremas-direitas e do neofascismo, contar com fraturas internas, ou blocos de contenção que barrem ou freiem as pautas excludentes e violentas desses grupos extremistas é um luxo inegociável.

Por outro lado, não se pode deixar escapar o conhecimento e a certeza de que aparatos repressores do estado são aquilo que são: repressores. Não deixam de sê-lo por seus integrantes serem de esquerda, ou por levantarem pautas progressistas, ou mesmo por se declararem antifascismo. Portanto, ora ou outra podem atuar conforme embrionariamente foram constituídos. Sobretudo, pelo fato da ordem econômica, estruturalmente racista, classista e burguesa, embora em constante crise não dê sinais algum de arrefecimento.

É mais ou menos como constata Alex Agra Ramos, acerca do mercado ilícito de drogas e sua repressão dentro da ordem capitalista, que a despeito de qualquer lei ou repressão, o mercado insiste em existir, especialmente pela ilegalidade, afinal, “lei nenhuma é ‘eficiente’ e repressão nenhuma pode ter ‘qualidade’” (2020, p. 408). Ou seja, crises capitalistas (para alguns – poucos) é lucro!

Sendo assim, pautar a “questão policial” conforme faz o coletivo, pelo viés reformista, pois o movimento em si acredita na polícia, acredita “na mudança por dentro”, conforme diz o

Entrevistado G (– 16 anos na polícia rodoviária federal/GO): “acredito nessa polícia (...) não sou um cara anti-polícia, que acha que nós já podemos viver em um mundo sem polícia”. Logo, acreditam nas reformas, na humanização dos policiais e das polícias, constituindo assim, uma espécie de barreira, ou uma contenção de danos, que no fim não mexeria nas estruturas. Inclusive, é próprio da democracia liberal esse “isomorfismo reformista”, vide as constantes reformas carcerárias, as reformas penais, a suposta humanização do judiciário, por óbvio, as polícias não escapariam ilesas desse processo reformista e humanizador.

E mesmo quando o viés reformista precisa ser encarado, frente a investidas fascistas, precisa ser encarado com a devida acuidade que o tema requer, pois ele não contemplar apenas uma perspectiva. Já que, no geral, como lembra Alex Vitale (2017, p. 26), as reformas policiais estão pautadas mais no investimento, que no desinvestimento ou desfinanciamento das polícias. Ou seja, a aposta é na aquisição de armamentos de “baixa letalidade”; armamentos mais modernos; o aprimoramento de cursos e a adoção de novos treinamentos, e a bola da vez aqui no Brasil, as “*bodycams*”¹⁶⁷.

Sabemos, além disso, que esse tipo específico de reforma é dar mais meios e formas de reprimir que de contenção da repressão. Além do mais, há uma seletividade nos usos desses aparatos bélicos, pois as balas de borracha que podem “cantar” em protestos na Paulista, em Copacabana ou no Farol da Barra, dificilmente serão as mesmas que “cantarão” em manifestações em Paraisópolis, Rocinha ou no Nordeste de Amaralina.

Essa crítica não deve se restringe as polícias, evidentemente. Há todo um sistema repressivo-punitivo que, muitas vezes, represam as questões que desaguam na polícia. A propósito, o policial antifascismo, Orlando Zaccone, demonstra, inclusive, em seu livro “‘Indignos de vida’: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro”, como o judiciário, mais especificamente o Ministério Público, atua para legitimar ações policiais.

Porém, como nenhuma outra instituição do sistema punitivo está tão espalhada e normalizada pela sociedade em atividades pouco, ou nada típicas, é por elas que parece que se deve começar. Assim, é imprescindível discutir o *overpolicing*, essa cultura que aplica a polícia em tudo, e em que tudo se aplica a lógica das polícias.

Esse não é um processo que ocorrerá da noite para o dia, mas que precisa ser debatido, principalmente pelas comunidades mais afetadas, os movimentos sociais, e é aí, que o diálogo com o Movimento de Policiais Antifascismo, e coletivos policiais progressistas faria mais

¹⁶⁷ Anglicismo, para as minicâmaras corporais que são acopladas aos uniformes dos policiais.

sentido. O sentido contrário só se aplica se a lógica for a de manter a integralidade, ou uma parcialidade do sistema.

Enfim, a despeito das lacunas deixadas, esperamos que a presente pesquisa possa de alguma forma auxiliar no esclarecimento de peculiaridades de alguns dos temas aqui abordados, mas que ela possa, sobretudo, contribuir com os futuros estudos sobre a vasta temática da Esquerda Militar/Policial, do Partido Militar/Fardado, e até mesmo os próprios Policiais Antifascismo. Afinal, o tema não se exauriu, pelo contrário há muito debate em aberto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Fúlvio. **A Revoada das Galinhas Verdes**. São Paulo: Editora Veneta, 2015.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005.

BAYLEY, David. **Padrões de Policiamento: uma análise internacional comparativa**. Trad.: Renê A. Belmonte – 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

BARBOSA, Anderson Duarte. **Segurança, biopolítica e educação: o empresariamento da segurança pública como dispositivo pedagógico**. Fortaleza: Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará (UFC), 2018. Disponível em:<https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/39672/1/2018_tese_adbarboza.pdf>. Acesso em 12 de setembro de 2022.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. **Chauvinismo e extrema direita: Crítica aos herdeiros do sigma**. São Paulo: Editora da UNESP Digital, 2015.

_____. **A Ascensão da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)**. Revista de Iniciação Científica da FFC, v. 6, n. 1/2/3, p.67-81, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad.: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BALHORN, Loren. **A história perdida dos antifas, o popular movimento antifascista**. Trad.: Guilherme Ziggy. São Paulo: Jacobin Magazine, 2018. Disponível em:<<https://autonomialiteraria.com.br/a-historia-perdida-dos-antifas-o-popular-movimento-antifascista/>>. Acesso em 21 de setembro de 2021.

BENEVIDES, Bruno Corrêa de Sá. **O antifascismo na imprensa anarquista durante a primeira república – A Plebe e Alba Rossa (c.1919-c.1922)**. Revista do Corpo Discente do PPG-História da UFURGS (Aedos) - Porto Alegre, v. 8, n. 19, p. 277-296, dez. 2016. Disponível em:<<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/65165>>. Acesso em 11 de junho de 2020.

BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta**. 2ª edição (revisada e ampliada). Porto: Afrontamento, 2015. [Online] Disponível em:<<https://colectivolibertarioevora.files.wordpress.com/2015/05/labirintos-do-fascismo-nova-versc3a3o.pdf>>. Acesso em 12 de junho de 2020.

BERTONHA, João Fábio. **O poder de polícia e a administração da Justiça: Estado e partido na Alemanha nazista e na Itália fascista**. Revista Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro: vol. 13, nº 3, setembro-dezembro, 2021. Disponível em:<<https://periodicos.uff.br/revistapassagens/article/view/48917/30093>>. Acesso em 10 de novembro de 2021.

_____. **A questão da “Internacional Fascista” no mundo das relações internacionais: a extrema direita entre solidariedade ideológica e rivalidade nacionalista**. Rev. bras. polít. int.

43 (1), 2000. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/S0034-73292000000100005>>. Acesso em 10 de novembro de 2021.

_____. **Sob o signo do Fascio**: o Fascismo, os imigrantes italianos e o Brasil, 1922-1943. Campinas: Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, 1998. Disponível em:<https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_eac5df2d60d0aa409e0a590300e4c604>. Acesso em 01 de maio de 2021.

_____. **O antifascismo italiano em São Paulo nos anos 20 e 30**. Campinas: Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, 1993. Disponível em:<http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_8ea7bb33ee00db4bc2e4d3500940b869/Description>. Acesso em 02 de maio de 2021.

BIANCHI, Alvaro. **Revolução passiva**: o pretérito do futuro. Crítica Marxista: São Paulo, ed. Revan, v.1, n.23, 2006, p.34-57. Disponível em:<https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=23&numero_revista=23>. Acesso em 02 de maio de 2021. >. Acesso em 02 de maio de 2021.

BONFANTI, Sérgio Augusto. **O “bico” realizado por policiais militares da Capital gaúcha: implicações, fatores intervenientes e consequências**. Direito & Justiça, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 182-197, jul./dez. 2009. Disponível em:<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/NãfO%20https://www.sciimagojr.com/index.php/fadir/article/view/8486>>. Acesso em 01 de novembro de 2022.

BORDIN, Marcelo. **A Guerra é a Regra**: hipermilitarização da segurança pública, da vida e do cotidiano. Curitiba: Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, 2020. Disponível em:<<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/69386/R%20-%20T%20-%20MARCELO%20BORDIN.pdf>>. Acesso em 30 de dezembro de 2021.

BRAY, Mark. **Antifa – O Manual Antifascista**. Trad.: Guilherme Ziggy. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. ASIN: B07Z5CXX63. e-Book-Kindle. Disponível em:<<https://www.amazon.com.br/ANTIFA-Manual-Antifascista-Mark-Bray-ebook/dp/B07Z5CXX63>>. Acesso em 10 de junho de 2020.

BRETAS, Marcos Luiz. **A polícia carioca no Império**. Estudos Históricos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 219-234, 1998. Disponível em:<<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2075/1214>>. Acesso em 02 de dezembro de 2021.

_____. **Ordem na cidade**: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro (1907-1930). Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. **Policar a Cidadania Republicana**. In: LEMGRUBER, Julita (org.) **A instituição policial**. Revista OAB/Rio de Janeiro, n.22, julho/1985.

BRITO, Daniel Chaves de; SOUZA, Jaime Luiz Cunha de; LIMA, Roseane Magalhães. **Policiais e o “bico”**: a formação de redes de trabalho paralelo de segurança. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo. Ano 5 – Edição 8. Fev/Mar, 2011.

BRITTO, Debora. **Quem são, o que pensam e o que pretendem os policiais antifascistas.** Marco Zero Conteúdo. Publicado 26/06/2019. Disponível em:<<https://marcozero.org/quem-sao-e-o-que-pretendem-os-policiais-antifascistas/>>. Acesso em 13 de março de 2020.

BUONICORE, Augusto. **Os comunistas, Prestes e o tenentismo.** Portal Vermelho. Publicado 04/12/2014. Disponível em:<<https://vermelho.org.br/coluna/os-comunistas-prestes-e-o-tenentismo-parte-1/>>. Acesso em 15 de março de 2020.

CALDAS, Ana Carolina. **Policiais antifascistas debatem segurança pública e trabalho no Paraná.** Brasil de Fato. Curitiba. Publicado 09/02/2020. Disponível em:<<https://www.brasildefato.com.br/2020/02/09/policiais-antifascistas-debatem-seguranca-publica-e-trabalho-no-parana>>. Acesso em 16 de março de 2020.

CALDEIRA NETO, Odilon. **Neofascismo, “nova república” e a ascensão das direitas no Brasil.** Conhecer: debate entre o público e o privado, [S. l.], v. 10, n. 24, p. 120–140, 2020. Disponível em:<<https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/2060>>. Acesso em 25 de dezembro de 2021.

_____. **Frente nacionalista, neofascismo e novas “direitas” no Brasil.** Faces de Clio (Revista Eletrônica discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora). [S. l.], v. 2, n. 4, p. 20–36, 2016. Disponível em:<<https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/26614>>. Acesso em 25 de novembro de 2021.

CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no pós-guerra: a formação do partido de representação popular (1945-1950).** Tempos Históricos, 2012. Disponível em:<<https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/6859>>. Acesso em 19 de outubro de 2021.

CARVALHO, Marieta. Pinheiro de. **Uma ideia ilustrada de cidade: as transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. João VI (1808-1821).** Rio de Janeiro: Odisseia Editorial, 2008.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937).** e-Book Kindle. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. **A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934).** Topoi: Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 354-388. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/topoi/v3n5/2237-101X-topoi-3-05-00354.pdf>>. Acesso em 12 de junho de 2020.

_____. **Contra a guerra ou contra o fascismo?** As esquerdas brasileiras e o antifascismo, 1933-1935. Niterói: Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense (UFF), 1999. Disponível em:<<https://app.uff.br/riuff/handle/1/12212>>. Acesso em 12 de junho de 2020.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia.** 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira.** Trad.: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COMBLIN, Joseph, **A Ideologia da Segurança Nacional**: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COGGIOLA, Osvaldo. **A Segunda Guerra Mundial**: Causas, Estruturas, Consequências. e-Book Kindle, 1º ed. São Paulo: Livraria da Física, 2015.

COPSEY, Nigel, **Anti-Fascism in Britain**: Routledge Studies in Fascism and the Far Right. e-Book Kindle. Routledge; 2nd ed. 2016.

COTTA, Francis Albert. **Matrizes do sistema policial brasileiro**. Belo Horizonte: Crisálida, 2012.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **O Antimil**: o Setor Militar origens de uma organização. Lutas Sociais, v. 29, n. 1, p. 59-71, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115200>>. Acesso em 10 de junho de 2022.

_____. **Militares e Militância**: uma relação dialeticamente conflituosa. São Paulo: Unesp, 2014.

DA SILVA, Jorge. **Um Exemplo do Papel da Mídia**: Operação Rio. In: DA SILVA, Jorge. **Criminologia crítica**: Segurança e polícia. Rio de Janeiro: Forense, 2ª ed. 2008.

DA SILVA, Vicente Gil. **Planejamento e organização da contrarrevolução preventiva no Brasil**: atores e articulações transnacionais (1936 – 1964). Rio de Janeiro: Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em:<<https://ppghisufjrj.com.br/banco-de-teses/>>. Acesso em 10 de dezembro de 2021.

DE ABREU, Allan. **O Instrumento**: A bolsonarização da Polícia Rodoviária Federal. – Revista Piauí. Edição 191, agosto de 2022. Disponível em:<<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-instrumento/>>. Acesso em 10 de junho de 2022.

DE ANDRADE, Francisco Iarlyson Santana. **A Aliança Nacional Libertadora em suas divergências e desencontros na década 1930**. XVII Encontro Estadual de História– ANPUH-PB. e-ISSN: 2359-2796, v. 17, n. 1, 2016. Disponível em:<<http://www.ufpb.br/evento/index.php/xviiieeh/xviiieeh/paper/viewFile/3411/2634>>. Acesso em 12 de outubro de 2021.

DE MELO, Lilian Jordeline Ferreira; ANDRADE, Diogo de Calasans Melo; DE CARVALHO, Grasielle Borges Vieira. **Grupos Antifascistas**: Terrorismo ou resistência? O projeto de Lei 3019/2020 sob uma perspectiva foucaultiana. Revista Húmus, [S. l.], v. 11, n. 31, 2021. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/15558>>. Acesso em 01 de novembro de 2022.

DE SOUZA, Marcelo Pimentel Jorge. **A Palavra Convence e o Exemplo Arrasta**. IN: **Interesse Nacional**. Revista Interesse Nacional. Ano 14, n.º 54. junho – setembro e 2021. Disponível em:<<http://interessenacional.com.br/edicao/edicao-54/>>. Acesso em 21 de dezembro de 2021.

DIAS, Cledinaldo Aparecido. **Adoecimento e retorno ao trabalho após transtorno mental: um estudo com policiais militares do Distrito Federal à luz da Sociologia Clínica.** Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/39698>>. Acesso em 10 de julho de 2022.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.** Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

DOS SANTOS, Marco Antônio Cabral. **Polícia e trabalhadores urbanos em São Paulo (1890-1920).** Locus: Revista de História, [S. l.], v. 11, n. 1 e 2, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/32071>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2021.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas.** Educ. rev. [Online]. 2004, n.24, pp.213-225. ISSN 0104-4060. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.357>>. Acesso em 12 de junho de 2020.

ECO, Umberto. **O Fascismo Eterno.** Trad.: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2020.

EGE, Flávio Tadeu. **Uma Breve História Da Polícia No Brasil.** Joinville: Editora Clube de Autores, 2017.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Em Nome da Ordem: a constituição de aparatos policiais no universo luso-brasileiro (séculos XVIII e XIX).** Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7166/1/arquivo3341_1.pdf>. Acesso em 21 de dezembro de 2021.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **“Ser afetado”**, Cadernos de Campo, 13, 155-161. 2005. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263/54376>>. Acesso em 09 de junho de 2020.

FERNANDES DA CONCEIÇÃO, Thayla. **“O Rio da Secura Deságua na Guerra”:** Integração, comando, controle e Intervenção militar no Rio de Janeiro contemporâneo. Revista de Estudos Empíricos em Direito, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 180–202, 2020. Disponível em: <<https://www.reedrevista.org/reed/article/view/465>>. Acesso em 21 de dezembro de 2021.

FERREIRA, José Roberto Martins. **Os Novos Bárbaros: Análise do Discurso Anticomunista do Exército Brasileiro.** São Paulo, 1986.

FERREIRA, Oliveiros da Silva. **Vida e Morte do Partido Fardado.** São Paulo: Editora Senac, 2000.

FERREIRA, Vitor Sérgio. **Artes de entrevistar: composição, criatividade e improvisação a duas vozes.** Metodologia de investigação em ciências sociais da educação, p. 165-195, 2014.

FINCHELSTEIN, Federico. **Do Fascismo ao populismo na História.** Trad.: Jaime Araújo. São Paulo: Almedina, 2019.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. e-Book Kindle. Porto Alegre: Artmed, 2009b.

FRANÇA, Fábio Gomes de. **Sobre o significado de “ser caveira” para policiais militares de tropas especiais no Brasil**. Revista científica segurança em foco. Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://www.sspds.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/24/2019/05/REVISTA_CIENTÍFICA_Segurança_em_Foco_SSPDS_190x260mm-Ed-1.pdf>. Acesso em 12 de setembro de 2022.

FRESÚ, Gianni. **Gramsci e o Fascismo**. Revista Práxis e Hegemonia Popular, ISSN 2526-1843, ano 4, n. 4, p. 9-20-jan/jul-2019.

GARCIA, Felipe Ramos. **Esquerda Policial e Ação Política em São Paulo (1946-1964)** – Marília: Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2019. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/191131>>. Acesso em 10 de junho de 2020.

GENTILE, Emilio; FELICE, Renzo de. **A Itália de Mussolini e a Origem do Fascismo**. Trad.: Fátima Conceição Murad. São Paulo: Icone, 1988.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.

GONÇALVES, Ligia Maria Daher. **Política de Segurança Pública no Brasil na Pós-Transição Democrática: deslocamentos em um modelo resistente** – São Paulo: Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo (USP), 2009. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-16082011-105157/pt-br.php>>. Acesso em 21 de junho de 2020.

GRAHAM, Stephen. **Cidades Sitiadas: o novo urbanismo militar**. Trad.: de Alyne Azuma. São Paulo: Boitempo, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **“Burocratismo”**. In: **Escritos Políticos**. Volume 2, 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 41.

GUÉRIN, Daniel. **Fascismo e grande capital**. Trad.: Lara Christina de Malimpensa. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O breve século XX. 1914-1991**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro; repressão e resistência numa cidade do séc. XIX**. e-Book Kindle. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

JAUREGUI, Beatrice. **Police Worker Politics in India and Beyond**. Global and Comparative Policing Review, 2021.

LEIRNER, Piero. **O Brasil no Espectro de uma Guerra Híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica**. São Paulo: Alameda Editorial, 2020.

LENHARO, Alcir. **Nazismo: o triunfo da vontade**. São Paulo: Ática, 2006.

LIPP, Marilda Novas. **Pesquisa sobre stress no Brasil: saúde, ocupação e grupos de risco**. Campinas: Papirus, 1996.

LÖWY, Michael. **Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil**. Trad.: Deni Alfaro Rubbo e Marcelo Netto Rodrigues. *Serviço Social & Sociedade* [online]. V. 00, n. 124, 2015. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/0101-6628.044>>. Acesso em 21 de julho de 2022.

MACIEL, Wilma Antunes. **Militares de esquerda: formação, participação política e engajamento na luta armada (1961 – 1974)**. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/SBD). São Paulo, 2010. Disponível em:<<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-28042010-091809/pt-br.php>>. Acesso em 01 de abril de 2022.

MARTINS FILHO, João Roberto. **A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia**. *Varia História*, v. 28, n. 48, pp. 519-536, 2012. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/S0104-87752012000200003>>. Acesso em 28 de dezembro de 2021.

_____. **Tensões militares no governo Lula (2003-2009): a pré-história do acordo com a França**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, [S. l.], n. 4, p. 283–306, 2012. Disponível em:<<https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1727>>. Acesso em 31 março de 2023.

_____. **A Influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 23 nº 67. Junho de 2008. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/gShkcQ5c7qL3kqbP4p4DnyS/?lang=pt#>>. Acesso em 28 de janeiro de 2022.

MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. **“Políciais Habilitados não Se improvisam”**: a modernização da Polícia Paulista na Primeira República (1889-1930). *Revista de História*, São Paulo, n. 164, p. 243-269, jan./jun. 2011.

MARX, Karl. **Os Despossuídos**. Trad.: Mariana E. N. Schneider. São Paulo: Boitempo. 2017.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação, 1963-1990**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

MELO, Demian Bezerra de. **As reflexões de Gramsci sobre o fascismo e o estudo da direita contemporânea: notas de pesquisa**. In: *Colóquio Internacional Marx e o Marxismo*, 2017, Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense: NIEP-Marx, 2017. Disponível em:<<https://bit.ly/3eoIqQW>>. Acesso em 02 de maio de 2021.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e Sociedade na Europa**. Trad.: Mary Amazonas L. de Barros. 2º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2006.

MONTEIRO JUNIOR, Luiz Otavio Ribeiro. **A cruz e a espada contra a foice e o martelo: anticomunismo católico e militar no Brasil (1917–1945)**. Niterói: Dissertação (mestrado) –

- Universidade Federal Fluminense (UFF), 2014. Disponível em:<<https://app.uff.br/riuff/handle/1/16969>>.Acesso em 15 de agosto de 2022.
- MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, 1999. Disponível em:<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf>.Acesso em 10 de junho de 2021.
- MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MORAIS, Argus Romero Abreu de. **O Discurso Político da Extrema-Direita Brasileira na Atualidade**. Cadernos de Linguagem e Sociedade, 20(1), 2019. Disponível em:<<https://doi.org/10.26512/les.v20i1.12129>>.Acesso em 21 de junho de 2020.
- MOTA, Célio de Souza. **A face parda da conspiração dos alfaiates**: homens de cor, corporações militares e ascensão social em Salvador no final do século XVIII. 1º. ed. São Paulo: Editora WI, 2018.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o ‘perigo vermelho’**: o anticomunismo no Brasil (1919-1964). São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.
- NEOCLEOUS, Mark. **The Fabrication of Social Order**: A Critical Theory of Police Power. e-Book Kindle. Pluto Press (UK): 2000.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 3. ed. e-Book Kindle. São Paulo: Cortez, 2007.
- OLIVEIRA, Ana Amélia Penido; KALIL, Suzeley. **Ação política do Partido Militar no Brasil sob Bolsonaro** Universidade Estadual Paulista São Paulo, Anuario Latinoamericano Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales, vol. 11, 2021 pp. 63–82. Disponível em:<<https://journals.umcs.pl/al/article/view/13030>>.Acesso em 21 de dezembro de 2021.
- ORTEGA, André; MARIN, Pedro. **Carta no Coturno**: a volta do partido fardado no Brasil. 1º ed. e-Book Kindle. São Paulo: Baioneta Editora. 2019.
- PAXTON, Robert O. **A Anatomia do Fascismo**. Trad.: de Patrícia Zimbés e Paula Zimbés. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- PENIDO, Ana. **O partido militar, o partido fardado e o sistema político brasileiro**. XI Estudos de Defesa em Tempos de Transformação (ENABED), 2021. Disponível em:<https://www.enabed2021.abedef.org/resources/anais/15/enabed2020/1612289589_ARQ_UIVO_c2ab26981a5cd7e6c5ce3ed2f9cc065c.pdf>.Acesso em 07 de junho de 2022.
- PIMENTEL, Carlos Henrique Lopes. **A Força Expedicionária Brasileira**: um olhar à esquerda: 1942-1952. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Londrina (UEL). 2013. Disponível em:<<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000180030>>.Acesso em 16 de maio de 2021.
- _____. **O Anticomunismo e a Esquerda Militar no Brasil**: uma análise historiográfica. Revista História em Reflexão: Vol. 5 n.10, 2011. Disponível

em:<<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/1493>>. Acesso em 14 de junho de 2020.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 43-52, maio de 1997.

PINTO, Ricardo José Vieira de Magalhães. **Identidade e trabalho: o eu faço construindo o eu sou**. Departamento de Psicologia. Universidade de Brasília. 2002.

RABE, Stephen G. **The Most Dangerous Area in the World: John F. Kennedy Confronts Communist Revolution in Latinamerica**. e-Book Kindle. Chapel Hill: Editora da University of North Carolina, 1999.

RAMOS, Alex Agra. **Dispositivo autocrático de segurança: violência policial e dominação burguesa no Brasil**. Salvador: Ed. do Autor, 2020.

REINER, Robert. **A política da polícia**. Trad: Jacy C. Ghiretti e Maria Cristina P. Cunha Marques. São Paulo: Edusp, 2004.

REIS, Vilma. **Atucaiados pelo Estado: As Políticas de Segurança Pública Implementadas nos Bairros Populares de Salvador e suas Representações, 1991-2001 – Salvador: Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2001. Disponível em:<http://bradonegro.com/content/arquivo/12122018_123921.pdf>. Acesso em 24 de junho de 2020.**

RODRIGUES, Edgard. **História do movimento anarquista no Brasil**. São Paulo: Ateneu Diego Giménez, 2010.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ROSEMBERG, André. **Prelúdio de um “pequeno exército”? A força policial paulista nos primeiros anos da República (1890 a 1895)**. Revista de História da Unisinos. Vol. 16, n.º 3 – p. 333-345, Setembro/Dezembro 2012. Disponível em:<<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2012.163.06>>. Acesso em 05 de dezembro de 2020.

_____. **Para quando o calo aperta – os trabalhadores-policiais do Corpo Policial Permanente de São Paulo no final do Império**. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 15, n. 1 p. 77-90, 2009. Disponível em:<<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/31792>>. Acesso em 26 de dezembro de 2021.

SALGADO, Plínio. **Manifesto da ação integralista brasileira**. Disponível em:<<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/integralismo>>. Acesso em 06 de dezembro de 2020.

SALVADORI; Mariana Paula. **O Uso de Forças Armadas em Segurança Pública**. Brasília: dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília (UnB), 2020. Disponível

em:<https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/39115/1/2020_MarianaPaulaSalvadori.pdf>. Acessado em 21 de dezembro de 2021.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Os porões da República**: a barbárie nas prisões da Ilha Grande, 1894-1945. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCHRADER, Stuart. **Badges without Borders**: How Global Counterinsurgency Transformed American Policing. e-Book Kindle, 1º ed. University of California Press, 2019.

SENTINELO, Jaqueline Tondato. **O Lugar das “Raças” no Projeto de Nação da Ação Integralista Brasileira**. Revista Espaço Acadêmico, n.º 108, maio de 2010. Disponível em:<<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9457/5606>>. Acesso em 22 de junho de 2021.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional, o poder executivo, e geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Olympio, 1981.

SIMON, Roberto. **O Brasil Contra a Democracia**: a ditadura, o golpe no Chile, e a Guerra-fria na América do Sul. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SOARES, Luiz Eduardo. **Novas políticas de segurança pública**. Estudos Avançados [online]. 2003, v. 17, n. 47, pp. 75-96. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000100005>>. Acesso 12 de junho de 2022.

SOARES JÚNIOR, José Mario Dias (Capitão Marinho). **Exército na segurança pública**: uma guerra contra o povo brasileiro. Curitiba: Juruá, 2010.

SOUSA, Cláudio Barbosa. **Marinheiros em Luta**: A Revolta da Chibata e suas Representações. Uberlândia: Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). 2012. Disponível em:<<http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/12890/1/ClaudioBarbosa.pdf>>. Acessado em 04 de dezembro de 2021.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Policial, risco como profissão**: morbimortalidade vinculada ao trabalho. Revista de Ciência & Saúde Coletiva, 2005, 10 (4), 917-928. Disponível em:<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232005000400015&script=sci_arttext>. Acesso em 22 de junho de 2020.

SOUZA, Jaime Luiz Cunha de; DE BRITO, Daniel Chaves; REIS, João Francisco Garcia. **Cultura policial e Direitos Humanos**: contradições e conflitos na Polícia Militar do Estado do Pará. EdUECE - Editora da Universidade Estadual do Ceará. Nº 22 - julho/dezembro – 2013. Disponível em:<<https://core.ac.uk/display/287241193>>. Acesso em 20 de julho de 2022.

STERNHELL, Zeev, **“Fascist Ideology”**: Fascism, A Reader's Guide, Analyses, Interpretations, Bibliography, edited by Walter Laqueur. University of California Press, Berkeley, 1976.

TANAGINO, Pedro Ivo Dias. **“É Preciso Crer”**: Contribuição para uma história do conceito de Homem Integral segundo a doutrina de Plínio Salgado (1932-1937). Juiz de Fora:

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2442>>. Acesso em 16 de junho de 2021.

TOGLIATTI, Palmiro. **Lições sobre o fascismo**. Trad.: Maria Tereza Lopes Teixeira. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.

TRINDADE, Héglio. **O nazi-fascismo na América Latina: mito e realidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. 2º ed. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VALENTE, Rubens. **Ação sigilosa do governo mira professores e policiais antifascistas**. Portal Uol Notícias, 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/07/24/ministerio-justica-governo-bolsonaro-antifascistas.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 14 de junho de 2022.

VASCONCELOS, Cláudio Bezerra de. **A Política Repressiva Contra Militares No Brasil após o Golpe de 1964**. Locus: Revista de História, v. 12, n. 2. Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da UFJF, Juiz de Fora, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20648>>. Acesso em 01 de maio de 2021.

VAZ, Éden Farias; FRANÇA, Fábio Gomes (Org.) PONTES, Nicole Louise M. T. de Pontes. **A razão militar e a banalidade do mal: escritos sociofilosóficos** 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

VIANA, Nildo. **A criminalização dos movimentos sociais**. Revista Espaço Acadêmico, v. 17, n. 202, p. 125-136, 10 mar. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/40241>>. Acesso em 01 de novembro de 2022.

VICTOR, Fábio. **Poder Camuflado: os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro**. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

VITALE, Alex. **O fim do policiamento**. Trad.: Arthur Renzo. 1º ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, Forças Armadas e Polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999 – 2002)**. e-Book Kindle. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **A militarização da Abin**. Jornal Folha de São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0901200610.htm>>. Acesso em 10 de junho de 2020.

_____. **Constituição, polícia militar, forças armadas: que democracia é essa?** In: BENEDITO, Mariano; FREITAS, Isabel. (Org.) **Polícia: desafio da democracia brasileira**. Porto Alegre: Corag., 2002.

OUTRAS REFERÊNCIAS E FONTES

ALMEIDA, Juniele Rabêlo. **Tropas em Protesto**: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros do ano de 1997 (doutorado) - USP, 2010.

ARAGÃO, José Campos de. **A Intentona Comunista de 1935**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1973.

ARCAHNJO, Georgeochoama Duclerc Almeida. **A Massa da tropa**: a greve da Polícia Militar da Bahia (1981), 2008.

AZOUBEL ZULLI, André Luís Cardoso de. **Guarda Real da Polícia do Rio de Janeiro**: um estudo sobre as atribuições da primeira instituição policial ostensiva brasileira (1809-1831). Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

BENZAQUEN, Guilherme Figueiredo. **Os saques em Abreu e Lima na greve da Polícia Militar de Pernambuco em 2014**. Tese (doutorado) – UFPE, 2020.

BIGATÃO, Juliana; VITELLI, Mariana. (Org.) BARBOSA, Lisa; ARAÚJO, Maria. Clara; IQUEGAMI, Lucas. **As Forças Armadas e as Queimadas na Amazônia**. Informe Temático 2020. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, 2021. Disponível em:<<https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2021/04/Informe-tematico-As-FA-e-as-queimadas-na-Amazonia-2020.pdf>>. Acesso em 07 de julho de 2022.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. Trad.: Marco Aurelio Nogueira. – 3 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

BRITO, João Fernando Barreto de. **Não ao Peso, Não ao Recrutamento**: Os Quebra-quilos e as autoridades públicas no Rio Grande do Norte (1874–1875), 2021.

CABRAL, Jefferson Fernando Ribeiro. **A Militarização da Escola**: um debate a ser enfrentado. Dissertação (mestrado) – Universidade de Taubaté. Taubaté, 2018.

CALDEIRA NETO, Odilon. **“Nosso nome é Enéas!”**: Partido de Reedificação da Ordem Nacional (1989-2006). Tese (doutorado) – UFRGS, 2016.

CHASIN, José. **O Integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo híper tardio. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Mídia e produção de modos de existência**. Psicologia: Teoria e Pesquisa. 2001, v. 17, n. 1, pp. 1-4. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/S0102-37722001000100002>>. Acesso em 31 de dezembro de 2021.

COTTA, Francis Albert. **Breve história da polícia militar de Minas Gerais**, 2006.

CARNEIRO, Edison. **Antologia do negro brasileiro**, 2005.

FERREIRA, Oliveiros da Silva. **Elos partidos**: uma nova visão do poder militar no Brasil. 2007.

GAULEJA, Vincent de. **Gestão como Doença Social**, 2017.

JESUS, Paulo Henrique Matos de. **Oh, a polícia parou!!! A polícia parou!!!** O movimento reivindicatório realizado pelos militares estaduais do Maranhão no ano de 2011. Dissertação (mestrado) – UFM, 2020.

MALAN, Alfredo Souto. **Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro**, 2018.

MARTINS FERREIRA, Roberto. **Organização e poder**: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro, 2005.

MEDEIROS FILHO, Francisco Jeronimo de. **Mulher**: Historiografia e participação política no Rio Grande do Norte (1920 -1930). Monografia (graduação) – UFRN, 2001.

NOLTE, Ernst. **As três faces do Fascismo**, 1966.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 1993.

SÁ, Miguel Borba de. **Haitianismo**: colonialidade e biopoder no discurso político brasileiro. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, Aretuza Pereira. **A greve da polícia militar da Bahia no campo do discurso: disputas pelo sentido**. Tese (doutorado) – UNEB, 2016.

SANTOS, Cleide Magali dos. **Da Ordem e das Desordens**: sobre manutenção da ordem pela PM nas ações coletivas de protestos em Salvador na primeira década do século XXI (doutorado) - UFBA, 2014.

SOARES, Alessandra Guimarães; SIMÕES, Catharina Libório Ribeiro; ROMERO, Thiago Giovanni. **Crises econômicas, ascensão da extrema direita e a relativização dos direitos humanos**. Rev. Cadernos de Campo, Araraquara. n. 28, p. 193-223. jan./jun. 2020.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A intentona comunista de 1935**, 1986.

SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, Willian. **Mascarados**: a verdadeira história dos adeptos da tática *Black Bloc*. 2014.

SOUZA, Diego de Oliveira. **A militarização do Ministério da Saúde no Brasil**: passos rumo ao retrocesso em plena pandemia. Rev. Urug. Cienc. Polít. [online]. 2020, vol.29, n.2, pp.33-54. Disponível em:<<https://doi.org/10.26851/rucp.29.2.2>>. Acesso 23 de maio de 2022.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: a política do “nós” e “eles”. 2018.

VALENTE, Júlia Leite. **“Polícia Militar” é um Oximoro**: a militarização da segurança pública no Brasil. LEVS: Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília: Ano 2012. Disponível em:<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/2646>>. Acesso em 10 de junho de 2020.

Agência Brasil – Forças Armadas poderão ser acionadas para garantir obras do PAC em favelas do Rio. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2008-01-25/forcas-armadas-poderao-ser-acionadas-para-garantir-obras-do-pac-em-favelas-do-rio>>. Acesso em 21 de dezembro de 2021.

Agência Pública – Ecos do *Orvil* em 2021, o livro secreto da ditadura. Disponível em:<<https://apublica.org/wp-content/uploads/2021/08/os-ecos-do-orvil-em-2021-rpm-89-fev-a-out.pdf>>. Acesso em 23 de maio de 2022.

Agência Pública – PM que apoiou o ele não é aposentado aos 29 anos. Disponível em:<<https://apublica.org/2020/01/pm-que-apoiou-elena-foi-aposentado-aos-29-anos-e-poder-ser-expulso-por-dar-opinio/>>. Acesso em 14 de junho de 2022.

Associated Press: UN child sex ring left victims but no arrests. Disponível em:<<https://apnews.com/article/africa-arrests-united-nations-only-on-ap-e6ebc331460345c5abd4f57d77f535c1>>. Acesso em 20 de setembro de 2022.

BBC News Brasil – A história dos 6,5 mil membros das Forças Armadas, perseguidos pela ditadura militar. Disponível em:<<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46532955>>. Acesso em 18 de novembro de 2020.

BBC News Brasil – Militares planejam se manter no poder ‘com ou sem Bolsonaro’, diz coronel da reserva. Disponível em:<<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57447334>>. Acesso em 10 de junho de 2022.

Blog do Coletivo Sindical Sankofa. Apresentação do coletivo Sankofa – Disponível em:<<https://coletivosindicalsankofapcba.blogspot.com/>>. Acessado em 25 de maio de 2020.

Blog do Movimento de Policiais Antifascismo – 1º Congresso Nacional dos Policiais. Disponível em:<<https://policiaisantifascismo.blogspot.com/2019/04/1-congresso-nacional-dos-policiais.html>>. Acesso em 13 de março de 2022.

Blog do Movimento de Policiais Antifascismo. MARCELO ARRUDA - Um trabalhador policial assassinado pelo fascismo! Disponível em:<<http://policiaisantifascismo.blogspot.com/2022/07/marcelo-arruda-um-trabalhador-policial.html>>. Acesso em 07 de novembro de 2022.

Brasil de Fato – Número de armas de uso amador circulando no Brasil já supera o da Polícia Militar:<<https://www.brasildefato.com.br/2022/01/17/numero-de-armas-de-uso-amador-circulando-no-brasil-ja-supera-o-da-policia-militar>>. Acesso em 23 de julho de 2022.

Brasil de Fato – Estupros, cólera e 30 mil mortos: conheça o legado da Minustah no Haiti. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/09/01/estupros-colera-e-30-mil-mortos-conheca-o-legado-da-minustah-no-haiti/>>. Acesso em 20 de setembro de 2022.

Brasil de Fato – Exclusivo: Forças Armadas seguem ignorando pedido de ajuda para entregar alimentos aos Yanomami. Disponível em:<<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/15/exclusivo-forcas-armadas-seguem-ignorando-pedido-de-ajuda-para-entregar-alimentos-aos-yanomami>>. Acesso em 30 de março de 2023.

CNN Brasil – Entenda o crescimento da extrema-direita na Europa nos últimos anos. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-o-crescimento-da-extrema-direita-na-europa-nos-ultimos-anos/>>. Acesso em 29 de setembro de 2022.

CNN Brasil – PL lidera ranking de policiais e militares eleitos para a Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pl-lidera-ranking-de-policiais-e-militares-eleitos-para-camara-dos-deputados/>>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

Correio da Bahia – Pesquisadora da Bahia que denuncia neonazista explica tática dos extremistas. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/pesquisadora-da-bahia-que-denuncia-neonazistas-explica-taticas-de-extremistas/>>. Acesso em 01 de outubro de 2022.

Correio Braziliense – Militares planejam se manter no poder 'com ou sem Bolsonaro', diz coronel da reserva. Disponível em: <<https://www.correio braziliense.com.br/politica/2021/06/4930802-militares-planejam-se-manter-no-poder-com-ou-sem-bolsonaro-diz-coronel-da-reserva.html>>. Acesso em 31 de março de 2023.

Der Spiegel – Exploring Right-Wing Extremism in Germany's Police and Military. Disponível em: <<https://www.spiegel.de/international/germany/the-dark-side-of-state-power-exploring-right-wing-extremism-in-germany-s-police-and-military-a-0600aa1e-3e4e-45afbfc9-32a6661e66ef>>. Acesso em 30 de setembro de 2020.

DW Deutsche Welle – Centenas de casos de extremismo de direita na polícia alemã. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/centenas-de-casos-de-extremismo-de-direita-na-pol%C3%ADcia-alem%C3%A3/a-55072577>>. Acesso em 30 de setembro de 2020.

DW Deutsche Welle – A esquerda precisa mudar seu discurso sobre segurança pública. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/a-esquerda-precisa-mudar-seu-discurso-sobre-seguran%C3%A7a/a-56825781>>. Acesso em 11 de junho de 2022.

El País – Militares conservadores desafiam Macron e abrem crise na França. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-05-12/militares-conservadores-desafiam-macron-e-abrem-crise-na-franca.html?outputType=amp>>. Acesso em 30 de setembro de 2020.

El País – A esquerda erra há muito tempo no debate sobre a segurança pública. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/14/politica/1523658699_298994.html>. Acesso em 30 de setembro de 2020.

Folha de Londrina – Evidências mostram ligação entre Estado Novo e Alemanha nazista. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/politica/evidencias-mostram-ligacao-entre-estado-novo-e-alemanha-nazista-53515.html>>. Acesso em 23 de setembro de 2022.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública – Política e fé entre os policiais militares, civis e federais do Brasil. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/politica-e-fe-entre-os-policiais-militares-civis-e-federais-do-brasil/>. Acesso em 20 de novembro de 2021.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022) – Segurança Pública no Brasil. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/24-anuario-2022-como-funciona-a-seguranca-publica-no-brasil.pdf>>. Acesso em 19 de fevereiro de 2023.

Fundação Lauro Campos e Marielle Franco – O que é o Movimento Policiais Antifascismo? Disponível em: <<https://www.laurocampos.org.br/2019/05/29/o-que-e-o-movimento-policiais-antifascismo/>>. Acessado em 14 de junho de 2022.

Integralismo: Deus Pátria e Família – MOVIMENTO ultrapassado. Disponível em: <<http://www.integralismo.org.br/?cont=825&ox=2>>. Acesso em 02 de janeiro de 2021.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) – Presença de militares em cargos e funções comissionadas do Executivo federal (2022). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/pubpreliminar/220530_publicacao_preliminar_presenca_de_militares_em_cargos.pdf>. Acesso em 11 de junho de 2022.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) – Sistema e funções de segurança pública no Brasil. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9165-3765-anais-forum-cesec-ipea-25-32.pdf>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2023.

Jornal O Estadão – No triunfo dos generais, a agonia do partido fardado. Disponível em: <<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,no-triunfo-dos-generais-a-agonia-do-partido-fardado-imp-,1159897>>. Acesso em 07 de junho de 2021.

Jornal Folha de São Paulo – Militares que atuaram no Haiti ganham destaque no governo Bolsonaro. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/militares-que-atuaram-no-haiti-ganham-destaque-no-governo-bolsonaro.shtml>>. Acessado em 21 de dezembro de 2021.

Jornal Folha de São Paulo – Suicídio de policiais cresce 55% em um ano no Brasil. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/07/suicidio-de-policiais-cresce-55-em-um-ano-no-brasil.shtml>>. Acesso em 10 de julho de 2022.

Jornal Folha de São Paulo – Exército admite não conseguir detalhar armas nas mãos de atiradores e caçadores. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/07/exercito-admite-nao-conseguir-detalhar-armas-nas-maos-de-atiradores-e-cacadores.shtml>>. Acesso em 23 de julho de 2022.

Jornal Folha de São Paulo – Suicídio de policiais cresce 55% em um ano no Brasil. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/07/suicidio-de-policiais-cresce-55-em-um-ano-no-brasil.shtml>>. Acesso em 03 de novembro de 2022.

Jornal O Globo – Direita nos considera cães de guarda a esquerda diz coisas que nos massacram. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/epoca/a-direita-nos-considera-caes-de-guarda-a-esquerda-diz-coisas-que-nos-massacram-23696416>>. Acesso em 25 de agosto de 2020.

Jornal O Globo – Os generais da 'República do Haiti' e suas batalhas em campo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/os-generais-da-republica-do-haiti-suas-batalhas-em-campo-23274883>>. Acesso em 21 de dezembro de 2021.

Jornal O Globo – Ministro da Justiça diz que Defesa fez pedido legítimo ao TSE. Disponível em:<<https://oglobo.globo.com/google/amp/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/06/ministro-da-justica-diz-que-defesa-fez-pedido-legitimo-ao-tse-por-que-negar.ghtml>>. Acesso em 07 de julho de 2022.

Jornal O Globo – Datafolha: 50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião. Disponível em:<<https://oglobo.globo.com/brasil/datafolha-50-dos-brasileiros-sao-catolicos-31-evangelicos-10-nao-tem-religiao-24186896>>. Acesso em 25 de novembro de 2021

Jornal O Globo – Marinha contra o Almirante. Blog da Miriam Leitão. Disponível em:<<https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/coluna/2022/09/marinha-contra-o-almirante.ghtml>>. Acesso em 23 de setembro de 2022.

Jornalistas Livres – Policiais Antifascismo estarão no Grito dos Excluídos-PE. Disponível em:<<https://jornalistaslivres.org/policiais-antifascismo-estara-no-grito-dos-excluidos-pe/>>. Acesso em: 13 de março de 2022.

Libcom Org. – 1918-1921: The occupations of the Italian factory and Biennio Rosso. Disponível em:<<http://libcom.org/history/articles/italy-factory-occupations-1920>>. Acesso em 01 de dezembro de 2021.

Jornal NEXO – Ser progressista, segundo três pesquisadores. Disponível em:<<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/08/01/O-que-%C3%A9-ser-progressista-segundo-estes-3-pesquisadores>>. Acesso em 23 de junho de 2020.

Outra Saúde – Yanomamis: o papel do autoritarismo e dos militares. Disponível em:<<https://outraspalavras.net/outrasaude/yanomamis-o-papel-do-autoritarismo-e-dos-militares/>>. Acesso em 29 de março de 2023.

Policial Pensador – Movimento Policiais Antifascismo lança manifesto político. Disponível em:<<http://www.policialpensador.com/2017/10/movimento-policiais-antifascismo-lanca.html>>. Acesso em 12 de junho de 2022.

Policial Pensador – Conheça os Agentes da Lei Contra a Proibição. Disponível em:<<http://www.policialpensador.com/2014/08/conheca-os-agentes-da-lei-contra.html>>. Acesso em 12 de junho de 2022.

Política Livre – PT aciona Alexandre de Moraes contra uso da PF e da PRF para favorecer Bolsonaro. Disponível em:<<https://politicalivre.com.br/2022/10/pt-aciona-alexandre-de-moraes-contr-uso-da-pf-e-da-prf-para-favorecer-bolsonaro/#gsc.tab=0>>. Acessado em 07 de novembro de 2022.

Ponte Jornalismo – Grupo de policiais defende a legalização de todas as drogas. Disponível em:<<https://ponte.org/grupo-de-policiais-defende-a-legalizacao-de-todas-as-drogas/>>. Acesso em 11 de junho de 2022.

Ponte Jornalismo – Como é ser policial e não apoiar o fascismo nos dias de hoje? Disponível em:<<https://ponte.org/como-e-ser-policial-e-nao-apoiar-o-fascismo-nos-dias-de-hoje/>>. Acesso em 14 de junho de 2022.

Ponte Jornalismo – Policiais podem e devem ter o direito de se manifestar, mas como cidadãos’, diz co-fundador dos Policiais Antifascismo. Disponível em:<<https://ponte.org/policiais-podem-e-devem-ter-o-direito-de-se-manifestar-mas-como-cidadaos-diz-co-fundador-dos-policiais-antifascismo/>>. Acesso em 14 de junho de 2021.

Ponte Jornalismo – ‘Militarização da segurança pública é porta de entrada dos militares ao poder’, diz Orlando Zaccone, dos Policiais Antifascismo. Disponível em:<<https://ponte.org/militarizacao-da-seguranca-publica-e-porta-de-entrada-dos-militares-ao-poder-diz-orlando-zaccone-dos-policiais-antifascismo/>>. Acesso em 03 de julho de 2022.

Ponte Jornalismo – Por que ‘policiais antifascistas’ não tiveram tanto sucesso nas eleições quanto policiais de centro-direita. Disponível em:<<https://ponte.org/por-que-policiais-antifascistas-nao-tiveram-tanto-sucesso-nas-eleicoes-quanto-policiais-de-centro-direita/>>. Acesso em 25 de setembro de 2022.

Projeto de Nação, O Brasil em 2035. Disponível em:<<https://static.poder360.com.br/2022/05/projeto-de-nacao-fev-2022.pdf.c>>. Acesso em 11 de junho de 2022.

Portal G1 – Lula sanciona lei que dá poder de polícia às Forças Armadas na fronteira. Disponível em:<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/08/lula-sanciona-lei-que-da-poder-de-policia-forcas-armadas-na-fronteira.html>>. Acesso em 21 de dezembro de 2021.

Portal G1 – MP investiga 'policiais antifascismo' do RN por suposta formação de grupo 'paramilitar'; integrantes falam em perseguição política. Disponível em:<<https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/08/05/mp-investiga-policiais-antifascismo-do-rn-por-suposta-formacao-de-grupo-paramilitar-integrantes-falam-em-perseguiacao-politica.ghtml>> . Acesso em 01 de fevereiro de 2021.

Portal G1 – Número de candidatos policiais e das forças de segurança cresce 27%. Disponível em:<<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/08/16/numero-de-candidatos-policiais-e-das-forcas-de-seguranca-cresce-27percent-em-2022.ghtml>>. Acessado em 26 de setembro de 2022.

Portal G1 – Entenda quem são os *Antifas* que Trump acusa de orquestrar os protestos nos EUA:<<https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/post/2020/06/01/entenda-quem-sao-os-antifas-que-trump-acusa-de-orquestrar-os-protestos-nos-eua.ghtml>> . Acesso em 05 de dezembro de 2021.

Portal Marco Zero – Quem são, o que pensam e o que pretendem os policiais antifascistas. Disponível em:<<https://marcozero.org/quem-sao-e-o-que-pretendem-os-policiais-antifascistas/>> . Acesso em: 13 de março de 2022.

Portal do Ministério da Defesa – Trabalho do Exército no Complexo do Alemão é exemplo de devoção à causa pública. Disponível em:<<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de>>

conteudo/noticias/ultimas-noticias/trabalho-do-exercito-no-complexo-do-alemao-e-exemplo-de-devocao-a-causa-publica-diz-amorim>. Acesso em 21 de dezembro de 2021.

Portal do Ministério da Defesa – Ocupação das Forças Armadas no Complexo da Maré acaba hoje. Disponível em:<<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/ocupacao-das-forcas-armadas-no-complexo-da-mare-acaba-hoje>>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

Portal do Planalto. Portaria n. 739/2019. Disponível em:<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-739-de-3-de-outubro-de-2019-220480791/>>. Acesso em 10 de junho de 2022.

Portal do Planalto. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp136.htm >. Acesso em 23 de junho de 2020.

Portal da legislação – Atos Institucionais. Disponível em:<<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em 01 de dezembro de 2021.

Portal Poder 360. Disponível em:<<https://www.poder360.com.br/brasil/em-projecao-para-2035-militares-citam-sus-pago-e-globalismo/>>. Acesso em 11 de junho de 2022.

Portal Sul21 – Disponível em:<<https://sul21.com.br/noticias/geral/2022/05/terceirizada-da-cccc-equatorial-adota-ritual-de-militarizacao-de-trabalhadores/>>. Acesso em 10 de junho de 2022.

Portal Uol – Bolsonaro usam escolas paramilitares para doutrinar crianças. Disponível em:<<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/bolsonaristas-usam-escolas-paramilitares-para-doutrinar-criancas/>>. Acesso em 10 de junho de 2022.

Portal Uol – PF investiga desvio de armas de CACs e clubes de tiro a quadrilhas no MS. Disponível em:<<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/10/17/pf-investiga-desvio-de-armas-de-cacs-e-clube-de-tiro-a-criminosos-no-ms.htm>>. Acesso em 23 de julho de 2022.

Portal Uol – Ação sigilosa do governo mira professores e policiais antifascistas. Disponível em:<<https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/07/24/ministerio-justica-governo-bolsonaro-antifascistas.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 14 de junho de 2022.

Portal Uol – Interpretação 'militarizada' da Bíblia guia apoio de evangélicos a Israel. Disponível em:<<https://noticias.uol.com.br/colunas/ronilso-pacheco/2021/05/20/conflito-israel-palestinos-apoio-evangelicos-brasileiros.htm>>. Acesso em 23 de julho de 2022.

Portal Uol – Sob pressão, Câmara adia votação de PL que tira poder de governadores sobre PM. Disponível em:<<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/08/02/sob-pressao-camara-adia-votacao-de-pl-que-tira-poder-de-governadores-sobre-pm.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 03 de agosto de 2022.

Portal Uol – Brasil teve maior partido nazista fora da Alemanha, apontam historiadores. Disponível em:<<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/02/08/historia-partido-nazista-no-brasil.htm>>. Acesso em 23 de setembro de 2022.

Portal Uol – Policiais Antifascistas vão disputar eleições a governador e a deputado. Disponível em:<<https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2022/06/03/policiais-antifascistas-vaoo-disputar-eleicao-a-governador-e-deputado.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 25 de setembro de 2022.

Portal Uol – ‘Bancada Antibala’: policiais lançam pré-candidaturas contra discurso “bandido bom é bandido morto”. Disponível em:<<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ponte-jornalismo/2020/09/15/bancada-antibala-policiais-lancam-pre-candidaturas-contradiscurso-bandido-bom-e-bandido-morto.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 25 de setembro de 2022.

Portal Uol – TSE cobra explicações da PRF sobre operações durante eleições após decisão. Disponível em:<<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/30/tse-explicacoes-prf.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 07 de novembro de 2022.

Portal Uol – Polícia: Instituição se divide em diferentes tipos e funções. Disponível em:<<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/cidadania/policia-instituicao-se-divide-em-diferentestipos-e-funcoes.htm>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2023.

Portal Yahoo – pesquisadora identifica 530 células neonazistas no Brasil. Disponível em:<<https://br.noticias.yahoo.com/pesquisadora-identifica-530-celulas-neonazistas-no-brasil-143054834.html>>. Acesso em 01 de outubro de 2022.

Público – Polícia britânica condenada por pertencer a grupo terrorista neonazi. Disponível em:<<https://www.publico.pt/2021/04/01/mundo/noticia/policia-britanico-condenado-pertencer-grupo-terrorista-neonazi-1956921>>. Acesso em 30 de setembro de 2020.

Revista Carta Capital – Em manifesto, policiais apoiam movimento antifascista contra Bolsonaro. Disponível em:<<https://www.cartacapital.com.br/politica/em-manifesto-policiais-apoiam-movimento-antifascista-contrabolsonaro/>>. Acesso em 08 de junho de 2020.

Revista Carta Capital – Em manifesto, policiais apoiam movimento antifascista contra Bolsonaro. Disponível em :<<https://www.cartacapital.com.br/politica/em-manifesto-policiais-apoiam-movimento-antifascista-contrabolsonaro/undefined>>. Acesso em: 13 de março de 2022.

Revista Carta Capital – “Exército” da Universal preocupa religiões afro-brasileiras. Disponível em:<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/exercito-da-igreja-universal-preocupa-religioes-afro-brasileiras-449/#google_vignette>. Acesso em 23 de julho de 2022.

Revista Época – “À direita nos considera cães de guarda e a esquerda diz coisas que nos massacram”, Felix. Disponível em:<<https://oglobo.globo.com/epoca/a-direita-nos-consideracaes-de-guarda-a-esquerda-diz-coisas-que-nos-massacram-23696416>>. Acesso em 12 de junho de 2022.

Revista Fórum de Segurança Pública – A esquerda tem medo, não tem política de segurança pública. Eugenio Raúl Zaffaroni, entrevistado por Julita Lemgruber - Disponível em:<<https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/36>>. Acesso em 12 de junho de 2022.

Revista Piauí – Policiais e militares elegeram 50 prefeitos e 809 vereadores. Disponível em:<<https://piaui.folha.uol.com.br/policiais-e-militares-elegeram-50-prefeitos-e-807-veredores/>>. Acesso em 25 de setembro de 2022.

Revista Veja – Registros de armas de fogo triplicaram no país em relação aos três anos anteriores. Os registros de porte cresceram em 50% em relação ao mesmo período. Disponível em:<<https://veja.abril.com.br/brasil/brasil-triplica-registro-de-armas-novas-durante-o-governo-bolsonaro/>>. Acesso em 23 de julho de 2022.

The Guardian – Five German police suspended over neo-Nazi threat to lawyer. Disponível em:<<https://www.theguardian.com/world/2018/dec/17/five-german-police-suspended-over-neo-nazi-threat-to-lawyer>>. Acesso em 30 de setembro de 2020.

The Intercept Brasil – Intervenção militar de 2018 reencena e radicaliza Operação Rio de 1994. Disponível em:<<https://theintercept.com/2018/02/21/intervencao-militar-rio-de-janeiro-1994/>>. Acesso em 10 de dezembro de 2021.

United States Holocaust Memorial Museum - The Nazification of the German Police, 1933-1939. Disponível em:<<https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/german-police-in-the-nazi-state>>. Acesso em 21 de setembro de 2021.

REFERÊNCIAS DE IMAGENS E FOTOS:

Imagem 1 – “Fasci”. Wikipedia, the free encyclopedia. Disponível em:<https://en.wikipedia.org/wiki/Fasci_Italiani_di_Combattimento>. Acesso em 08 de novembro de 2022.

Imagem 2 – “Sigma”. Integralismo: Deus, pátria, família. Disponível em:<https://integralismo.org.br/helpie_faq/o-que-e-o-sigma/>. Acesso em 08 de novembro de 2022.

Imagem 3 – ”Anauê”. Integralismo: Deus, pátria, família. Disponível em:<<https://integralismo.org.br/perguntas-e-respostas/primeiros-passos/anaue-o-que-e-uma-saudacao-fascista/>>. Acesso em 08 de novembro de 2022.

Imagem 4 – “Antifas”. Wikimedia Commons, the free media repositior. Disponível em:<[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Antifaschistische_Aktion_\(mit_Schwarzer_und_Roter_Fahne\).svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Antifaschistische_Aktion_(mit_Schwarzer_und_Roter_Fahne).svg)>. Acesso em 08 de novembro de 2022.

Imagem 5 – Livro “1”. Venta. Disponível em: <https://veneta.com.br/produto/a-revoada-dos-galinhas-verdes/>. Acesso em 08 de novembro de 2022. Livro “2”. Amazon. . Disponível em:<<https://www.amazon.com.br/Batalha-Praça-Sé-Eduardo-Maffei/dp/B002DUTGJ6>>. Acesso em 08 de novembro de 2022.

Imagem 6 – “Attaquée par les Apaches”. Le Petit Journal. Disponível em:<<http://cent.ans.free.fr/pj1907/pj86807071907b.htm>>. Acesso em 08 de novembro de 2022.

Imagem 7 – “Capitão do mato”. Senado Federal. Disponível em:<<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/armamento-da-populacao-foi-incentivado-na-colonia-e-no-imperio-e-so-virou-preocupacao-nos-anos-1990>>. Acesso em 08 de novembro de 2022.

Imagem 8 – “João Cândido”. Blog Ítalo Leite. Disponível em:<<https://notasjudiciosas.wordpress.com/2009/11/23/em-defesa-de-joao-candido/>>. Acesso em 08 de novembro de 2022.

Imagem 9 – “Cartaz IBAD”. Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Brasileiro_de_Ação_Democrática>. Acesso em 08 de novembro de 2022.

Imagem 10 – “Cartaz Academia Militar Mirim”. Blog da Cidadania. Disponível em:<<https://blogdacidadania.com.br/2022/06/bolsonarismo-tenta-instigar-armamentismo-em-criancas/>>. Acesso em 08 de novembro de 2022. “Funcionários do Grupo Equatorial”. Disponível em:<<https://sul21.com.br/noticias/geral/2022/05/terceirizada-da-ceee-equatorial-adota-ritual-de-militarizacao-de-trabalhadores/>>. Acesso em 08 de novembro de 2022.

Imagem 11 – “Lula em revista a tropa”. Esquerda Marxista. Disponível em:<<https://www.marxismo.org.br/lula-a-bolsonaro-os-generais-do-brasil-no-haiti/>>. Acesso em 08 de novembro de 2022.

Imagem 12 – “Jornais O Globo”. O Globo Memória Disponível em:<<http://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/o-globo-eacute-lanccedilado-9196292>>. Acesso em 08 de novembro de 2022.

Imagem 13 – “Tweet gen. Villas Boas”. Twitter. Disponível em:<https://twitter.com/Gen_VillasBoas>. Acesso em 08 de novembro de 2022.

Imagem 14 – “Foto seminário da LEAP Brasil (EMERJ)”. EMERJ. Disponível em:<https://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/noticias_todas/seminariodedrogas.html>. Acesso em 08 de novembro de 2022.

Imagem 15 – “Cartaz seminário da LEAP Brasil (EMERJ)”. EMERJ. Disponível em:<https://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/noticias_todas/seminariodedrogas.html>. Acesso em 08 de novembro de 2022.

Imagem 16 – “Símbolo Coletivo Sankofa”. Blog Sankofa. Disponível em:<<http://coletivosindicalsankofapcba.blogspot.com/>>. Acesso em 08 de novembro de 2022. “Brasão LEAP”. Blog Sociedade sem Prisões. Disponível em:<<http://sociedadesemprisoas.blogspot.com/2012/05/leap-brasil-agentes-da-lei-contra.html>>. Acesso em 08 de novembro de 2022.

Imagem 20 – “Cartaz do 1º Congresso do MPAF”. Blog do MPAF. Disponível em:<<http://policiaisantifascismo.blogspot.com/2019/04/inscreva-se-no-i-congresso-nacional-dos.html>>. Acesso em 08 de novembro de 2022.

APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevistado n.

Essa é uma pesquisa sobre o MPAF, desenvolvida no Mestrado Profissional em Segurança Pública, da Universidade Federal da Bahia. Usaremos nomes fictícios para garantir o sigilo e privacidade dos entrevistados. Caso queira tornar pública a identificação, solicitamos assinar o TCLE – Termo de consentimento e livre esclarecimento.

Vou iniciar por questões rápidas sobre você e sua inserção na Corporação: (9)

- Autodeclaração racial.
- Autodeclaração sobre orientação religiosa.
- Autodeclaração de gênero.
- Grau de escolaridade. Se superior, **curso...**
- Força policial em que atua?
- Função atual na instituição policial?
- Tempo de atuação na instituição policial?
- Serve atualmente na capital ou no interior do estado?
- Atuação profissional anterior a entrada na instituição?
- Pode informar a sua renda média mensal familiar:
 - até 3 SM;
 - de 3,1 a 5 SM,
 - de 5,1 a 7 SM,
 - de 7,1 a 10 SM
 - acima de 10,1 SM.
 - Não informou.

Vamos seguir agora com algumas questões sobre a Polícia. Esse é o primeiro assunto da nossa conversa:

1. Qual foi a sua motivação de entrada na instituição?

2. Na sua opinião, do que são vítimas os policiais nesse momento?
3. Como avalia o contexto político da instituição a qual pertence, do ponto de vista do posicionamento político da maioria dos seus agentes?
4. Como avalia o padrão de policiamento existente no Brasil e o que poderia mudar nesse padrão? (deixar espontâneo o tema da militarização e desmilitarização)
5. Por que permanece na polícia? O que há de bom em sua profissão?

A segunda parte da nossa conversa diz respeito a Militância: (3)

6. Na sua trajetória profissional houve militância antes do MPAF? (sindicalismo, etc.)
7. Participa atualmente de algum outro movimento social? (MNU, etc.)
8. Como se deu a entrada na militância do MPAF?

Vamos agora para o principal assunto da nossa conversa: o MPAF: (8)

9. Quando pensa em fascismo que três palavras ou expressões lhe vêm à cabeça?
10. Quando pensa em MPAF que três palavras ou expressões lhe vem a cabeça?
11. O MPAF pode ser considerado uma novidade no campo da segurança pública no Brasil? Pq?
12. O que considera como posicionamento do policial antifascismo?
13. O que considera como as principais pautas do MPAF? (Manifesto)
14. Quais são às estratégias políticas de atuação do MPAF?
15. Na sua compreensão, como funciona o grupo do ponto de vista material? E quais seus desafios?
16. Como os policiais do MPAF se articulam entre si?
17. Na sua opinião, como o grupo MPAF é visto pelos seus membros, pela sociedade e pelas instituições de polícia?
18. Como se dão as expressões de preconceito e de repressão ao MPAF dentro da instituição policial da qual faz parte?
19. Já sofreu perseguições, preconceitos ou outras retaliações por participar do MPAF? Quais as consequências, caso tenha sofrido?
20. Percebe contradições no movimento ao longo da sua trajetória? Quais já foram vencidas e as que se mantém?
21. Como MPAF se comunica com a sociedade e dentro do próprio movimento?

Para terminar nossa conversa, vamos falar de Política: (06)

22. Como analisa a polaridade entre direita e esquerda no Brasil atual e onde situa o MPAF?
23. Quais as principais críticas sobre a política de segurança pública brasileira e como o MPAF tem se posicionado?
24. Qual a sua opinião sobre a política de drogas no Brasil e como o MPAF se posiciona em relação a ela?
25. Como compreende as expressões de racismo e de discriminação na polícia e como o MPAF tem lidado com isso? (LGBT fobia e misoginia)
26. Qual a sua opinião sobre a proposta de desmilitarização das polícias militares e como o MPAF faz essa discussão?
27. Qual outro aspecto não perguntado até agora, gostaria de acrescentar sobre MPAF?

APÊNDICE 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado(a) “Nem bandido nem herói, policial é trabalhador”: O movimento de Policiais Antifascismo e o pensamento à esquerda das polícias na política, desenvolvida(o) por EWERTON DE SANTANA MONTEIRO. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é coordenada/orientada pelo Prof. Dr. Milton Júlio de Carvalho Filho, e eu poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário e pertinente, através do telefone/whatsapp: _____, ou e-mail: _____

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo. Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semiestruturada, concedida de forma remota, a ser gravada a partir da assinatura desta autorização.

O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo(a) pesquisador(a) e/ou seu(s) orientador(es)/coordenador(es). Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse(a) estudo/pesquisa/programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

_____, de _____, de 20_____

(local)

(data)

(Assinatura Pesquisador)

(Assinatura do Pesquisado)